SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Tulio Barbosa

GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E LUTAS DE CLASSES NO BRASIL (1990-2010).

Uberlândia
2015

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Tulio Barbosa

GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E LUTAS DE CLASSES NO BRASIL (1990-2010).

Tese apresentada à Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de História para obtenção do título de doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida

Uberlândia
2015

B238g
2015

Barbosa, Tulio, 1979-
Globalização, Neoliberalismo e Lutas de Classes no Brasil (1990-2010). / Tulio Barbosa.- 2015.
388f. : il.

Orientador: Paulo Roberto de Almeida
Tese (doutorado), Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia

1 – História - Teses, 2 – Brasil - Teses , 3 – Globalização - Teses, 4 – Neoliberalismo - Teses,. I. Almeida, Paulo Roberto de. II. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU 930

BANCA EXAMINADORA

_____

_____

_____

_____

_____

Samádhi e Angelica amo vocês.

Obrigado aos amigos de verdade que sempre estiveram/estão e estarão comigo: amigos da 12 de Outubro, os meus amigos Paranaenses espalhados pelo Brasil, meus amigos da República e os amigos de Minas Gerais.

Obrigado aos meus familiares que sempre me apoiaram. Obrigado ao meus pais Elcio e Maria Helena.

Obrigado ao meu orientador Prof. Paulo Roberto de Almeida, pois mesmo pensando metodologica e filosoficamente diferente soube dialogar com minha tese e respeitou minha visão de mundo. Obrigado Prof. Paulo por permitir que as ideias fossem amplamentes debatidas e que as mesmas tivessem vitalidade para serem efetivadas nessa tese. Agradeço imensamente por permitir que os processos científicos não ficassem e nem fiquem engessados em catecismos acadêmicos e que a visão crítica como herança de sua militância junto aos movimentos sociais e políticos fosse sublinhada nesse trabalho e em todas as suas práticas de intelectual. Pensar criticamente significa oferecer ao outro o permanente debate e o diálogo contínuo. Aprendi e aprendo muito com você. Muito obrigado Prof. Paulo pela prática de sua intelectualidade na permanente militância.

Obrigado aos professores Deivy Ferreira Carneiro, Glaucia Carvalho Gomes, José Roberto Nunes de Azevedo e Paulo Roberto de Souza pela leitura criteriosa, debate e contribuições valiosas para o trabalho.

Obrigado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFU e em especial a secretária Josiane Braga Soares.

- Loucura! - gritou o patrão
Não vês o que te dou eu?
- Mentira! - disse o operário
Não podes dar-me o que é meu.

Vinícius de Moraies

O Operário Em Construção, 1959

SUMÁRIO

Apresentação	1
Introdução	4
CAPÍTULO 1 – Questão de Método	14
1.1.Elementos para uma História Contra o Neoliberalismo	26
1.1.1. Marxismo	31
1.1.2. Classes e Lutas De Classes	65
CAPÍTULO 2 – O Papel do Marxismo na Compreensão da Globalização e Neoliberalismo no Brasil de 1990 a 2010.	91
2.1. Um Parêntese (Globalização Neoliberal e as Consequências Econômicas Para Além de 2010).	148
2.2. Reflexões Quanto ao Processo Capitalista no Neoliberalismo	156
CAPÍTULO 3 – Para Pensarmos a Globalização no Brasil de 1990 a 2010	176
3.1 – A GLOBALIZAÇÃO e o NEOLIBERALISMO no BRASIL (1990-2010).	203
3.1.1. Um Parêntese (Globalização Neoliberal e as Consequências Econômicas Para Além De 2010).	279
3.2. Globalização e Ações Políticas no Brasil	291
CAPÍTULO 4 - Lutas de Classes e Globalização no Brasil de 1990 a 2010: Os Trabalhadores da Empresa Thyssenkrupp	309
4.1. Resistências e Globalização pela Memória dos Trabalhadores	317
4.1.1. Memória dos Trabalhadores para Compor as Lutas	329
Conclusão	357
Referências	362

RESUMO

GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E LUTAS DE CLASSES NO BRASIL (1990-2010).

O presente trabalho tem como objetivo central compôr a história do tempo presente numa construção marxista destacando a globalização como um processo contínuo desde a primeira expansão do mercado capitalista e o neoliberalismo como uma etapa desse processo, voltado para a expansão do mercado financeiro e das empresas transnacionais e multinacionais as quais detêm considerável domínio sobre os países periféricos do sistema. Estudamos o Brasil, nesse processo, de 1990 a 2010 pautados nas questões econômicas e políticas que contribuíram significantemente para que o país fosse inserido nas políticas econômicas neoliberais. A construção do trabalho teve como centralidade as lutas de classes como condição necessária para compreender as contradições do capitalismo ao mesmo tempo que contribuiu para refletirmos as condições da classe trabalhadora.

Palavras-Chave: Brasil, História, Globalização, Neoliberalismo, Classe Trabalhadora, Marxismo.

ABSTRACT

GLOBALIZATION, NEOLIBERALISM AND CLASS STRUGGLES IN BRAZIL (1990-2010).

This work was aimed at the history of the present in a marxist construction highlighting globalization as an ongoing process since the first expansion of the capitalist market and neo-liberalism as a step in this process which has focused the expansion of the financial market and also expansion of transnational and multinational companies that hold considerable power over the peripheral countries of the system. We think Brazil in this process the decades of 1990-2010 by economic and political issues that have contributed significantly to the country to be inserted into the neoliberal economic policies. Construction work is the centrality of class struggle as a necessary condition to understand the contradictions of capitalism at the same time that help reflect the conditions of the working class.

Keywords: Brazil, History, Globalization, Neoliberalism, Working Class, Marxism.

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO (na primeira pessoal do singular)

É necessário apresentar pontos para serem refletidos antes da leitura, desse modo preciso salientar questões importantes para a compreensão da tese. Minha leitura de mundo, a minha concepção de ciência e de docente tem influencia considerável de B. Spinoza (1632-1677), logo não consigo me furtar, como não quero, das questões presentes nesse pensador e na sua forma inagural de pensar o materialismo, tal forma é, posteriormente, influenciada por Marx na sua leitura de Hegel e na construção do seu método. Mas não utilizo, nessa tese, diretamente do filósofo, mas suas ideias fazem-se sempre presente nos meus escritos.

Também é importante assinalar que não sou historiador. Sou formado em geografia, com mestrado e doutorado, portanto, minha formação também tem impacto considerável sobre a presente tese, assim, filosofia e geografia imbricam-se numa leitura da história do tempo presente, ou melhor, a partir dessa formação, formal e informal, busquei construir um caminho epistemológico que permitisse contribuir para uma leitura histórica do tempo presente no Brasil de 1990 a 2010.

Os encontros e debates promovidos pelo núcleo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Cidade e Trabalho (NUPEHCIT – UFU) foram fundamentais para que eu compreendesse inúmeros temas e problemas oriundos de processos históricos. Destaco também a participação no projeto "Memórias e Globalização: um estudo sobre os trabalhadores da ThyssenKrupp – Campo Limpo Paulista/SP, Santa Luzia/MG e Ibirité/MG (1957-2009)" com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), assim, a partir desse projeto me aproximei das questões teóricas e práticas apresentadas por historiadores da UFU, PUC/SP e UNIOESTE. As preocupações desses historiadores me motivaram a tecer inúmeras reflexões para compreender o tempo

presente a partir de uma leitua marxista, isto é, uma leitura vinculada de forma permanente ao compromisso político na academia.

As leituras, diálogos e debates travados nesse período foram importante por me apresentar condições de pensar mesmos temas e problemáticas numa leitura um pouco diferente do grupo que constituiu o núcleo da pesquisa, bem como dos próprios pesquisadores do NUPEHCIT – UFU, isso em termos práticos significa que não me apoio em alguns autores trabalhados no presente núcleo e, por isso, diferencio-me teoricamente, mas isso não significa que não devo muitas considerações aqueles que me apresentaram uma leitura marxista da história, mesmo que eu discorde de alguns pontos, os quais serão destacados nessa tese.

Esse meu caminho teórico está na direção de uma leitura marxista que busca o diálogo com autores que partem de uma empreitada epistemológica ligada a estrutura e superestrutura, caminho esse não percorrido pelos historiadores do núcleo já citado, por isso, meus esforços foram de um diálogo reflexivo quanto as minhas concepções e as questões discordantes e destoantes constituiram-se apontamentos críticos. Desta maneira, o conhecimento histórico foi pensado numa narrativa materialista que trouxe questões eivadas de relações e articulações multiescalares pela leitura marxista.

Quando optei por uma leitura que nega grande parte das preferencias teóricas do núcleo e da linha de pesquisa, foi justamente por ver problemas que busco apresentá-los no presente trabalho, problemas oriundos de uma leitura que pode relativizar as condições contraditórias do capitalismo, assim, distancio-me de alguns desses.

A história do tempo presente no Brasil de 1990 a 2010 precisa ser compreendida, na minha concepção, não apenas como uma narrativa processada por diversos sujeitos, mas pensada em termos de enfrentamentos às formulações teóricas que mistificam o cotidiano dos sujeitos colocando os mesmos num humanismo ilusório.

O debate sempre será necessário para que o marxismo possa avançar. Minha posição teórica apresenta elementos para dinamizarmos o entendimento do tempo presente, assim, sou marxista que simplifica as lutas de classes, por considerá-las sempre resultadas de dois personagens: o trabalhador e os burguês, ao mesmo tempo em que complexifico a questão ao saber que são muitos trabalhadores e muitos burgueses. E volto a simplificar ao trazer a unidade ontológica na relação capital e trabalho para evidenciar o trabalhador, mas isso não encerra a questão e retoma a complexidade das contradições capitalistas demonstradas e evidenciadas na economia e política no Brasil de 1990 a 2010.

INTRODUÇÃO

Para o júbilo o planeta está imaturo.
É preciso arrancar alegria ao futuro.
V. Maiakóvski

O capitalismo é apenas banditismo,
irracional em sua essência e
devastador em seu devir.
A. Badiou

Durante uma discussão na Universidade Federal de Uberlândia, numa disciplina da pós-graduação em História, presenciamos algumas pessoas afirmando que seria impossível a consciência de classe no sentido de exterioridade, isto é, nada precisaria ser feito para que os trabalhadores compreendessem seu papel e que se pensássemos a consciência como algo fora dos trabalhadores estaríamos agindo de forma ditatorial, em suma, se pensássemos a consciência de classe como processo de experiência vinculado à aprendizagem estaríamos, na visão desse grupo, sendo autocráticos. Tentamos dialogar, porém vieram os contra-argumentos que nós éramos estruturalistas e conservadores, que fazíamos uma leitura de Marx vinculado a estrutura e superestrutura. Ao afirmamos que era exatamente isso, entendemos que exista estrutura e superestrutura a partir de uma leitura marxiana. Esse fato marcou-nos bastante visto que a força do neoliberalismo transvestida de pós-modernidade tem levado as pessoas a creditarem maior rigor marxiano, num projeto revolucionário, como "monstros devoradores de criancinhas". O que almejamos afirmar aqui que nutrimos grande asco pela incapacidade crítica de pensar Marx a partir de uma leitura de mundo que o mesmo não fez, ou seja, a visão de Marx é da radicalidade e já sinalizava, o próprio Marx, a necessidade de irmos até a raiz dos problemas.

Nesse tempo neoliberal na opressão ao trabalhador as condições de classe precisam ser refletidas pela consciência de classe e dessa a formulação da compreensão das

lutas de classes. As fórmulas neoliberais de ajustes fiscais e austeridades são apenas uma construção política e econômica vinculadas ideologicamente e esse ponto é importante para pensarmos como isso é uma condição própria das contradições do capitalismo.

George Orwell (2006) em 1944 analisou dois livros “The Road to Serfdom” de Hayek e o livro de Zilliacus “The mirror of the past”. Hayek “pai” do liberalismo contemporâneo e Zilliacus um comunista com atuação na Europa Ocidental, assim o primeiro ele tece críticas à “livre” concorrência, justamente por isso nunca ter existido ou poderá um dia existir no capitalismo, quanto ao segundo salienta o ataque contumaz ao imperialismo e a política de força como as guerras.

> Ele {Hayek} [...] não vê, ou não quer admitir, que o retorno à “livre” concorrência representa para a grande massa da população uma tirania possivelmente pior, por ser mais irresponsável, do que a do Estado. O problema das concorrências é que alguém as vence. Hayek, nega que o capitalismo livre leve necessariamente ao monopólio, mas, na prática, segue por este caminho, e uma vez que a vasta maioria das pessoas preferiria de longe uma regulamentação estatal a cortiços e desempregos [...] (ORWELL, 2006, p. 147).

Orwell (2006) apresenta os aspectos ideológicos das construções da economia e política liberal e já em 1944 denunciava as fantasias do liberalismo como impossíveis de serem realizadas no campo da liberdade projetada pelos mesmos. Também afirma que Zilliacus não compreende os desdobramentos dos conflitos e que seu apoio a Segunda Guerra Mundial precisaria ser repensado. Orwell em 1944 coloca apontamentos importantes para refletirmos o modo de produçao e acumulação capitalista na sua fase neoliberal ao mesmo tempo Orwell salienta as contradições do capitalismo e o caminho pouco seguro para o individualismo e o coletivismo na base stalinista.

As luta de classes precisa ser refletida como história comum para os trabalhadores. A luta de classes como construção contínua da história pelos trabalhadores, uma história como oposição direta à organização do capitalismo.

Fundamentamos nossa tese nas evidências do tempo presente no Brasil de 1990 a 2010 com as quais compreendemos o processo de globalização como processo próprio do capitalismo, mas nesses tempos neoliberais passou ser constituída pelas classes dominantes a grande justificativa para tudo e todos os assuntos, assim, se bem ou mal a globalização e por ela é justificada.

Deste modo, as diferenças espacializadas pelo capitalismo têm formas distintas de atuação e refletem na relação dos trabalhadores, do Estado e economia. Buscamos, portanto, as evidências pelas experiências da própria história voltadas à comparação da situação da classe trabalhadora e o papel do Estado brasileiro nos pactos de poder atrelado à dependência consentida aos países e/ou empresas transnacionais e/ou multinacionais.

Assim, é fundamental questionarmos a validade da palavra-conceito globalização, pois a mesma em si e por si resume tudo que transtorna o cotidiano da classe trabalhadora e tudo que promove as elites nacionais e internacionais, em outros termos, tecer críticas àquilo que foi construído para sedimentar as incertezas. Não temos dúvidas que a palavra-conceito globalização "se traz" e "se revela" como certa, como se de fato a globalização fosse um processo natural originário da subtração do socialismo para a vitória certa e contínua do capitalismo. Neste sentido, pensar a globalização significa refletir o tempo presente na sua essência, isto é, como uma palavra-conceito "impôs-se" de forma tão forte, tão real e verdadeira, como se nada mais fosse possível, como se de fato, a história alcançasse seu fim e a humanidade pairasse submissa às vontades do mercado. Ideologicamente o mercado é soberano, todavia na realidade o que mais se tem no mundo são pessoas indignadas com essa soberania. Assim, a presente tese tem como centralidade o debate e a refutação da globalização como norteadora de toda a humanidade, ao mesmo tempo em que afirmamos o papel histórico dos trabalhadores.

O presente trabalho discute a história do tempo presente, para isso, buscamos elementos teóricos e empíricos marxistas; assim, a compreensão da história por essa tese tem como centralidade o entendimento do comportamento do capitalismo por meio de marcos econômicos e políticos ocorridos no Brasil de 1990 a 2010.

A intensidade e duração dos processos econômicos e políticos repercutem no cotidiano dos trabalhadores, ou seja, os processos de produção, circulação e consumo engendram a sociabilidade estrutural dos sujeitos, não que os mesmos efetuem-se por ela, mas que essa estrutura organiza o dia a dia dos trabalhadores; assim, as experiências dos mesmos tem como centralidade a estruturação produtiva. Essa produtividade impõe aos trabalhadores decisões cotidianas baseadas nas exigências do capitalismo vinculadas à intensidade e duração, seja na quantidade de horas trabalhadas, na dedicação ao trabalho, na subtração do lazer, no distanciamento da família, no endividamento, enfim, esses elementos correspondem à orientação de comportamentos materializados nos trabalhadores.

Pensarmos o neoliberalismo colabora para compreensão da intensidade e duração dos projetos capitalistas e suas intencionalidades espacializadas. A intensidade e a duração são espacializadas, isso significa que o processo histórico é materializado e processa concretudes, isto é, não se pode negar aquilo que vivemos, neste sentido, entendemos que o tempo presente precisa de explicação, por isso criticamos todos aqueles que negam o papel do agora e do hoje, como se esses tempos não fossem suficientes para a compreensão do ontem e do amanhã.

Neste sentido, nossa tese afirma que essas teorias organizadas empiricamente permitem a compreensão do capitalismo e suas consequências para os trabalhadores brasileiros. Em outras palavras, a história do tempo presente tem como mérito a possibilidade de verificação, de comparação, de experimentação e, principalmente, de comprovação.

O modo de produção capitalista, portanto, configura o cotidiano a partir da formulação das necessidades materiais e imateriais sempre vinculadas ao ciclo transformação, produção, circulação e consumo. Neste sentido, urge, portanto, não apenas as interpretações da história do tempo presente, pois sublinhamos a necessidade de elencarmos pontos que aparentemente são inofensivos para a constituição social, cultural, histórica, geográfica e até mesmo ontológica no século XXI.

Afirmamos que o capitalismo mantém sua força e a reprodução de suas condições dominantes pela relação ontológica das condições materiais e imateriais impedindo o avanço significativo das confrontações do trabalho pelos trabalhadores. A constituição ontológica passa pela produção gnosiológica e se reproduz pela perspectiva ideologizada do trabalho; assim, a centralidade do trabalho precisa ser compreendida via trabalhadores. Focamos nossa tese na afirmação de Marx quanto à necessidade em superar o pensamento hegeliano da idealidade, portanto, compreender a constituição das memórias dos trabalhadores significa entende-los como parte de uma totalidade com possibilidades de resistências ao modo de produção capitalista, sem serem subtraídos nunca e minimamente desta relação.

Centramos, portanto, a tese na relação dialética entre trabalhadores, desenvolvimento econômico e tecnológico, memórias e luta de classes. Afirmamos que os movimentos de trabalhadores enquanto lutas vinculam-se a organização produtiva dos setores privados imbricados aos pactos de poder com o Estado na relação direta com a organização interna dos países e suas relações de dependência ou independência aos investimentos externos, as taxas de lucros, o desenvolvimento tecnológico e as políticas trabalhistas.

Defendemos que as memórias dos trabalhadores são fundamentais para a constituição resiliente e de resistência frente ao modo de produção capitalista, todavia, essas memórias são orientadas, antes de tudo, pela lógica capitalista, pela ética aquisivita e pelo

automatismo mimético. Portanto, para que, de fato, existam confrontações e movimentações sociais os trabalhadores precisam "fazerem-se" enquanto classe e a classe somente poderá ser vivenciada pela superação das condições limitantes destes trabalhadores.

Objetivamos compreender o Brasil no período de 1990 a 2010 como momento neoliberal no processo globalizante capitalista, neste sentido, a questão que evidenciamos e buscamos responder multiescalarmente é como as contradições do capitalismo atuam nos trabalhadores, pois ser trabalhador na etapa atual do processo globalizante num modelo produtivo neoliberal sob os auspícios do capitalismo financeiro tem implicações para suas vidas.

Para isso realizamos uma construção teórica a partir de leituras marxistas buscando evidenciar questões que possam ser importantes para compreendermos as transformações econômicas e políticas ocorridas no Brasil de 1990 a 2010. Assim, temos a globalização e o neoliberalismo como modelo de acumulação, como forma de constituição de novas questões no universo produtivo capitalita que fomentará novas formas de organização do Estado e dos trabalhadores.

Nosso caminho metodológico partiu das premissas marxistas como obrigatoriedade de compreender o movimento do capitalismo no Brasil de 1990 a 2010, para isso realizamos um balanço desse período focado a partir das relações econômicas e políticas nacionais e vinculadas a macroescala global dos processos produtivos e financeiros. A utlização de entrevistas realizadas com trabalhadores da ThyssenKrupp foi um ponto importante por evidenciarmos pelas memórias dos trabalhadores as transformações a partir das políticas neoliberais. Assim, metodologicamente as entrevistas selecionadas foram de trabalhadores em cargos e funções gerenciais ou próximo a isso, bem como trabalhadores mais antigos em média 20 anos de emprego na empresa, pois com isso foi possível compreendermos esse movimento do capitalismo pelos mesmos. Deste modo, partimos de

uma construção histórica que compreende a luta de classes nas instâncias do conflito capital e trabalho apresentados na oposição permanente entre proletariados e burguesia, mas não é apenas essa relação direta, visto que a luta de classes, precisa ser pensada em termos de lutas, pois são as diversas lutas que formam permanentemente o conflito trabalhadores e burguesia, tais conflitos precisam ser pensados, como o são nesse trabalho, nas articulações escalares entre os sujeitos nas suas multiplicidades funcionais na sociedade de classe, mas sempre representado nas suas relações de produção e no local que se insere na mesma. Os trabalhadores não podem, portanto, terem validadas apenas suas experiências no sentido de libertação, no sentido do humanismo pela visão de E. P. Thompson na sua "Miséria da Teoria", mas partimos das relações estruturais e superestruturais, como Althusser (1967, p. 191) compreende:

> O materialismo histórico assenta, de facto, nos seguintes conceitos teóricos de base: modo de produção, infraestrutura, forças produtivas e relações sociais de produção, supraestrutura, direito, Estado e ideologia, classes, luta de classes, determinação em última instância pela economia, deslocamento da instância dominante no interior dum modo de produção, combinação de vários modos de produção numa formação social concreta, etc. Estes conceitos nada têm que ver com as noções ideológicas da interpretação humanista.

Assim, as entrevistas utilizadas são antecedidas por questões macroestruturais as quais têm influências diretas sobre o cotidiano dos trabalhadores nas suas mais diversas formas de organização e de posicionamento na esfera produtiva. A consciência de classe, portanto, parte das lutas de classes, dos pontos sinalizados por Althusser (1967) apresentado na forma de citação anterior, deste modo, a consciência de classe que compreendemos é a consciência do lócus do trabalhador na produção somado à sua localização de entendimento na repercussão dessa condição de classe nas esferas políticas e econômicas, isto é, entendemos a consciência de classe como aquela que permite ao trabalhador se compreender nas esferas produtivas ligadas a sua força e capacidade de atuação política, econômica e social.

A consciência de classe é oposição permanente a ideologia, pois a ideologia constitui uma realidade pensada apenas em termos de manutenção da ordem vigente e nos processos históricos a mesma impede o avanço das relações dialéticas nas articulações escalares entre o político, o econômico e o social. Sabemos que os trabalhadores são constituídos por diversas experiências pessoais nas suas mais amplas vivências cotidianas, porém ainda continuam trabalhadores, isto é, os trabalhadores são antes de tudo na sociedade de classes trabalhadores, por isso sinaliza-los como religiosos, dançarinos, músicos, felizes ou infelizes revela apenas uma parte de sua condição na sociedade capitalista, mas não constitui nenhum caminho de verificação da condição em ser trabalhador no Brasil, apresenta, assim, uma possibilidade de ver o trabalhador para além de seu trabalho, mas seu trabalho é o permanente na sua condição de classe, ou seja, não se distancia o trabalhador do seu trabalho, da sua condição de proletário, se religioso a fé será levada para que o mesmo e sua família não fiquem desempregados, se gosta de dançar terá tal lazer e divertimento apenas nas horas de folga de seu trabalho, se gosta de pintar realizará apenas essa arte nas horas não trabalhadas. Assim, afirmamos que os trabalhadores nas suas relações sociais tem antes de tudo suas experiências vinculados ao tempo e ao espaço do trabalho.

Deste modo, acusar-nos de deterministas pode ser um caminhol, todavia, preferimos uma oposição à naturalização das relações de produção, logo, nos afastamos de qualquer determinismo, pois de outro modo encerraríamos nossa escrita nas formulações permanentes dos sujetios e não buscaríamos compreender as lutas de classes. A teoria não se sobrepõe a vida das pessoas, sabemos que suas vidas são formadas por questões culturais e representações de mundo em muitos sentidos diferentes, ou seja, um trabalhador católico pensa diferente em muitos aspectos de um trabalhador protestante, mas o que desejamos expressar nesse trabalho é que ambos são trabalhadores, com isso não buscamos as diferenças entre os mesmos, evidenciamos o que os tornam próximos, o que nunca os distanciará nas

lutas de classes e na consciência de classe. Ao optarmos pelas congruências dos trabalhadores focamos nossa tese na necessidade de afirmar uma condição de luta para a compreensão dos processos históricos do tempo presente e entendermos a totalidade desse período histórico, por isso ao trazermos as entrevistas realizadas pelo Museu da Pessoa, como fontes, com os trabalhadores da Thyssenkrupp evidenciamos as questões de nosso tempo, pois trata-se de uma empresa privada contratada pela Thyssenkrupp para colher relatos de trabalhadores que tem algum vínculo com a mesma, isto é, as entrevistas mesmo direcionadas para um objetivo de comemoração de aniversário da empresa no Brasil "deixam escapar" indignações dos trabalhadores. Essas indignações precisam ser pensadas como condição da classe trabalhadora, como insatisfação da condição de seu local no modo de produção, como formação permanente de uma consciência de trabalhador e muitas vezes uma aproximação da ideia de consciência de classe, mas essa consciência de classe revelada nas entrevistas se dá muito mais no lazer, nos espaços e nos tempos de não trabalho a partir das práticas cotidianas do próprio trabalho.

Deste forma, os quatro capítulos dessa tese são concatenados das questões de método para pensar a história do tempo presente nas questões voltadas para a globalização e neoliberalismo na atuação política e econômica no Brasil de 1990 a 2010 sem subtrair a importância histórica do trabalhador nas questões envolvidas nas lutas de classes e na consciência de classe.

Capítulo 1

QUESTÃO DE MÉTODO

[...] o método é uma arma social e política [...]
SARTRE, 2002, p. 20.

O significado de pensarmos a história do tempo presente (1990 a 2010) no Brasil já é um recorte justificável para compreendermos essas mudanças no nosso tempo e espaço como tais permeiam indissolúveis o cotidiano dos trabalhadores pelas imposições do Estado, das empresas nacionais e estrangeiras somadas ao mercado financeiro mundial.

Assim, partimos da globalização como um processo, não como um fim, não como resultado. À medida que o capitalismo avançou espacialmente, a partir dos avanços tecnológicos, entendemos que houve a "fundação" do que se convencionou, posteriormente, chamar de globalização. Segundo Ginzburg (2010, 9): "[...] a globalização não é um evento, mas um processo histórico de longo período.". Tal período entendemos se tratar conceitualmente do que se convencionou chamar neoliberalismo.

"Devido à rápida melhoria de todos os instrumentos de produção, à comunicação, imensamente facilitada, a burguesia insere todos, até as nações mais bárbaras, no mundo civilizado". (MARX & ENGELS, 2012, p. 48).

Diante disso, entendemos a globalização como um processo que permeia toda a história do capitalismo à medida que a produção consegue ser exportada e a comunicação mais ágil entre Estados e empresas nacionais e estrangeiras. Portanto, a globalização é uma consequência do avanço do capitalismo, como processo ininterrupto, pois no decorrer da história do capitalismo o avanço tecnológico, o aumento do mercado mundial e o comércio mundial foram permanentemente ampliados.

No presente trabalho tecemos reflexões quanto a globalização na sua etapa neoliberal. Buscamos evidenciar as questões do tempo presente nas suas articulações políticas, econômicas e sociais a partir das categorias marxistas ligadas as lutas de classes como ponto importante para ampliarmos a discussão quanto a história desse tempo (1990 a

2010) no Brasil. A produção, a circulação e o consumo são temas caros para a história do tempo presente, são temas e categorias marxistas que são analisadas, nesse trabalho, pelo materialismo histórico e dialético, isso significa que avançamos mais do que as simples considerações dos economistas como apontou Marx (1982, p. 12): "[...] Aqui ressurge novamente o absurdo dos economistas que consideram a produção como uma verdade eterna, enquanto proscrevem a História ao domínio da distribuição".

Deste modo, a história pensada pelo materialismo histórico e dialético, tem como última instância, a preocupação com as construções históricas que se revelam, ao mesmo tempo, em que são produzidas.

> Todas as questões tratadas acima [a produção/circulação/consumo] se reduzem, em última instância, a saber de que maneira as condições históricas gerais afetam a produção e qual é a relação desta com o movimento histórico em geral. A questão evidentemente pertence à discussão e à analise da própria produção. (MARX, 1982, p. 12).

Deste modo, o presente capítulo tem como objetivo demarcar os diálogos por meio de discussões teóricas numa unidade contextual explicativa evidenciada por problemas do tempo presente.

Deste modo, a produção do conhecimento histórico será evidenciada na narração da mesma, ao demonstrarmos que o mesmo precisa partir da crítica marxista e, assim, a história do tempo presente precisa avançar na direção da reflexão quanto as condições da classe trabalhadora no período de 1990 a 2010 no Brasil. O contexto histórico assinalado é de hipermudanças na esfera produtiva com consequências diretas sublinhadas pelo e para o Estado nos aspectos econômicos e políticos determinantes e determinados por questões macroeconômicas.

As evidências, no presente trabalho e destacadas nesse capítulo, tem como centralidade a compreensão do movimento econômico e político empreendido pelo Estado brasileiro como agente capaz de reestruturar a produção, a circulação, os acordos nacionais e

internacionais, a legislação, a política, a microeconomia, a macroeconomia e com isso afetar/mudar/transformar/readequar/redefinir o cotidiano dos trabalhadores a partir dessas instâncias destacadas. As fontes desse trabalho partem do capitalismo nas suas evidências no Brasil no período de 1990 a 2010 a partir das mudanças econômicas e políticas empreendidas de forma feérica como necessidade de ajustamento e do novo papel na divisão territorial do trabalho sob os auspícios da hegemonia neoliberal imperativamente direcionado pelas empresas transnacionais e multinacionais.

O caminho da compreensão histórica na verificação dos processos e na estrutura capitalista tem que partir das condições econômicas e políticas, com destaque para a política com sentido social e também econômico (SARTRE, 2002). Assim, o econômico, não como determinante máximo da história da humanidade, mas nesses tempos de neoliberalismo constitiu-se como elemento fulcral do processo histórico ao mesmo tempo como delimitador da estrutura capitalista.

Falamos a partir de trabalhadores brasileiros - nas duas décadas mencionadas anteriormente - os quais no processo de globalização na sua etapa neoliberal tiveram novas condições de trabalho e, portanto, também novas formas de anunciarem suas resistências.

Assim, os trabalhadores brasileiros são compreendidos numa macroescala estruturante a partir do seu “local” na produção capitalista e com evidências mais específicas à partir de entrevistas realizadas com trabalhadores da empresa transnacional Thyssenkrupp no período de 2007 a 2010. Empresa localizada no Estado de São Paulo e, posteriormente, em Minas Gerais e cuja instalação nessa localidade ocorreu pelas transformações no modo de acumulação capitalista.

Para além da limitação do engessamento da classe trabalhadora como resultado do século XIX questionamos a classe trabalhadora nesses tempos de neoliberalismo

e buscamos evidenciar uma classe trabalhadora em transformação consorciada com o contexto econômico e político no Brasil de 1990 a 2010.

Longe de um marxismo interpretativo ideologizado nas premissas culturalistas humanistas thompsonianas, pautamos nossas questões na compreensão da totalidade fundamentada numa narrativa dos problemas oriundos das novas formas de acumulação do capitalismo: a globalização como processo desde o surgimento do capitalismo na sua etapa neoliberal. Acusar argumentos filosóficos de idealismo é simplesmente ignorar o próprio movimento do pensamento, o próprio materialismo histórico. O empírico, tão necessário para E. P. Thompson, na lida do processo histórico efetiva uma condição de materialidade por ela mesma se não efetivarmos uma ruptura com as ideologias das experiências. Desta forma, as questões e afirmações apresentadas por Ferreras (1999) e Walker (2010) são fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Walker (2010) sinaliza as contribuições de E. P. Thompson e Perry Anderson, mas também destaca como ambos caminharam mais para um debate sobre metodologias. E apresenta ambos muito mais próximos do que eles gostariam, uma vez que as discussões de sobreposição do econômico ou cultural não deixam de viabilizar uma condição de determinação, assim, Thomspon na "Miséria" desqualifica Althusser com outro determinismo: a relatividade das condições históricas ao mesmo tempo em que a história é determinante, enquanto ciência, na interpretação dos fatos.

Para lidarmos com a história do tempo presente temos que pensar a relação permanente entre economia e política materializada em ações macroecômicas nas relações de classe pelos pactos de poder, numa leitura de Rangel (2005a e b), sem afetarmos as condições estruturais como indeterminantes, mas tê-las, sobretudo, como condição básica para a compreensão dos fatos, que por nós, consideramos históricos.

A oposição a E. P. Thompson (1987) está justamente no seu relativismo da formação da classe trabalhadora:

> Finalmente, uma nota de desculpas aos leitores escoceses e galeses. Negligenciei essas histórias, não por chauvinismo, mas por respeito. Visto que a classe é uma formação tanto cultural como econômica, tive o cuidado de evitar generalizações para além da experiência inglesa. (THOMPSON, 1987, p. 13).

Thompson (1987) não pode falar de outros países, de outros trabalhadores, por entender que existem condições ímpares na formação da classe operária. O que negligencia é que as experiências dos trabalhadores sempre serão experiências de trabalhadores, portanto, determinadas no fim último de produção de mais-valia para aumentar a taxa de lucro das classes dominantes. Assim, Thompson (1987) descreve como diferentes trabalhadores constituiram-se diante dos entraves e embates do capitalismo, mas não salientou o que os torna "comuns" uns aos outros não são suas experiências nos seus quintais, nas suas casas ou no açougue, o que os torna comuns uns para os outros é o fato de serem permanentemente explorados e essa é a consciência de classe sinalizada por Lênin em todas as suas obras, a demarcação do que é o trabalhador e um caminho crítico para constituir-se para além das imposições do passado sobre o presente. Deste modo, o que buscamos no presente trabalho é evidenciar as condições dos trabalhadores como tais, como as mudanças estruturais atingem diretamente os mesmos. A preocupação de Thompson foi não cometer equívocos quanto as especificidades de cada grupo de trabalhadores em espaços diferentes, em locais diferentes, porém isso implica numa construção teórica que distancia os trabalhadores da própria consciência de classe no sentido de aproximá-los no que são semelhantes ou mesmo iguais.

> Quando se diz aos proletários que "são os homens que fazem a história", não há necessidade de ser um grande sábio para compreender que, a prazo mais ou menos longo, está-se contribuindo para desorientá-los e desarmá-los. Levam-nos a crer que são onipotentes enquanto "homens", quando na verdade estão desarmados enquanto proletários diante da verdadeira

> onipotência, aquela da burguesia que detém as condições materiais (os meios de produção) e políticas (o Estado) que comandam a história. (ALTHUSSER, 1978, p. 39).

O caminho teórico que construímos nesse trabalho tem como fundamento central apresentar os problemas históricos vinculados, no tempo presente, a estruturação e superestrutura capitalista com direcionamento para pensarmos a situação da classe trabalhadora no período de 1990 a 2010, portanto, vinculado a copreensão das condições materiais ordenadas pela burguesia exemplificadas continuamente pela política.

Para isso desenvolvemos no presente trabalho questionamentos importantes para compreendermos historicamente o momento da globalização nas suas especificidades neoliberais, isto é, a relação estrutura e superestrutura será o ponto central dessas análises, no encaminhamento econômico e político.

O objetivo principal é apresentar um método capaz de elucidar as questões tratadas na relação entre globalização, neoliberalismo e luta de classes. Assim, esse primeiro capítulo é direcionado para refletirmos sobre os temas destacados na construção de uma narração histórica que evidencie as contradições, os limites, a servidão e a ditadura de um modo de produção equidistante do econômico.

Portanto, partimos do entendimento que a História do capitalismo é a História das seleções espaciais para a ampla exploração consentida pelos Estados, sob os auspícios das relações de poder intra e extra Estados, e esses pensados, organizados e administrados pelas classes dominantes que sem qualquer escrúpulo organizam o cotidiano dos trabalhadores por meio da repressão econômica, política e jurídica, enfim, sem qualquer possibilidade de abrir horizontes para os trabalhadores, além do horizonte permanente de crise para os mesmos. Essa forma ou modelo de acumulação como salientou Chauí (1999) abarca também - além do econômico, político e jurídico – a educação, a saúde e a cultura. Deste

modo, o capitalismo efetiva uma subjetividade e uma moralidade evidenciada nas relações cotidianas de permanente subordinação à lógica do trabalho.

> A resposta liberal à dominação é o reconhecimento: o reconhecimento "torna-se um risco em uma povoação multicultural pela qual diversos grupos, de maneira pacífica e por eleição, dividem o espólio". Os sujeitos do reconhecimento não são classes (não faz sentido exigir o reconhecimento do proletariado como sujeito coletivo – na verdade, o fascismo faz isso, exigindo o reconhecimento mútuo das classes), são raça, gênero etc. – a política do reconhecimento permanece no quadro da sociedade civil burguesa, ainda não é política de classes. (ZIZEK, 2012, posição 24 AED[1])
> .

A globalização, interpretamos a partir de Lenin (1986), como a partilha do mundo entre as associações de capitalistas teve grandes efeitos na organização do capitalismo mundial, esse partilhar significa constituir um cenário de destruição das ligações também internacionais dos trabalhadores e motivá-los ideologicamente ao estabelecimento de relações substanciadas em identidades que não os levem a considerar a classe como uma constante luta no capitalismo.

Zizek (2012) sinaliza o reconhecimento de sujeitos atrelados às condições de vida ou mesmo cultural, mas distantes da esfera de reconhecimento de tornarem-se parte da luta efetiva de classes. Os processos neoliberais, como etapa da globalização e essa compreendida como imperialista, fizeram com que mudanças significativas atingissem o cotidiano dos trabalhadores brasileiros; assim, o novo modelo de acumulação capitalista organizou o Estado brasileiro para que o mesmo suprisse essas novas necessidades acumulativas.

Moraga (1977), a partir de Marx, frisa a universalidade do Estado burguês e como esse avançou consideravelmente na História da humanidade desde o surgimento do capitalismo. Esse Estado burguês "[...] enquanto determinação política do modo de produção capitalista [...] (p. 7)" tem sido modificado para alcançar invariavelmente os objetos da

[1] As citações de livros digitais nos formatos mobi ou epub serão realizadas apresentando a posição do mesmo e identificando os tipos de leitores com seus programas específicos.

burguesia, no caso do Brasil essa burguesia se reorganizou a partir da década de 1990 com ênfase na proteção de seus interesses nacionais, a abertura conveniente da economia e a manutenção das forças políticas nacionais oriundas dos governos militares desde 1964.

A universalização do Estado burguês também fez com que se considerassem as formas de produção e, portanto, a organização dos próprios trabalhadores. O neoliberalismo, enquanto processo da globalização e essa como condição indissociável, nesse momento da história, das premissas imperialistas, trouxe, portanto, uma adequação política e econômica que garantisse o novo modelo de acumulação capitalista. Moraga (1977. p. 8) aponta que "[...] o desenvolvimento do capitalismo dependente seguiu e continua a seguir vias complementares das dos centros imperialistas". Nesse sentido, o neoliberalismo para os países periféricos ao sistema como o Brasil foi uma "imposição concedida" por parte da burguesia nacional que desejava avançar seus ganhos para além das fronteiras nacionais ao mesmo tempo em que esse movimento econômico e político neoliberal fez com que a burguesia nacional ampliasse sua participação nas decisões do próprio Estado.

A história do tempo presente (1990 a 2010) do Brasil precisa ser refletida como instância diretiva do processo de globalização na sua etapa neoliberal, como uma etapa do imperialismo atual, uma vez que as práticas e os discursos neoliberais efetivaram uma racionalidade direcionadora da política, da economia e da sociedade produtiva. A racionalidade neoliberal fundamentou e ainda fundamenta comportamentos econômicos e políticos a partir de uma reorganização do papel do Estado na produção conjuntural.

As contribuições de Marx para inúmeras ciências são inquestionáveis, pois o mesmo trouxe novas questões para serem discutidas e as mesmas ainda não foram esgotadas, dentre tais: o trabalho, o trabalhador, o capitalismo, o socialismo e o Estado. Esses temas destacados são importantes para o presente trabalho, visto que procuramos evidenciar as relações entre os temas assinalados para compreendermos as lutas de classes no Brasil no

período de 1990 a 2010. Assim, justifica-se o trabalho pela necessidade em apresentar os caminhos teóricos e metodológicos inseridos na questão de método para a compreensão das relações interescalares e multiescalares do Brasil na dinâmica histórica evidenciada pelas questões econômicas, políticas e tecnológicas por meio do entendimento do movimento. Deste modo, buscamos inscrever o trabalho no materialismo histórico por meio de evidencias contempladas no modo de produção capitalista .

Diante disso, partimos de questionamentos válidos para compreendermos o processo histórico desde 1990 até 2010 no Brasil. Para isso dialogamos com autores que entendemos ter contribuído para o debate dos temas apresentados, ao mesmo tempo em que construímos críticas quanto aos mesmos para refletirmos a própria compreensão da História no final do século XX e início do XXI debatida na academia. Deste modo, trataremos das prinicipais questões que evidenciarão a relação entre o modo de produção capitalista, a organização política, o desenvolvimento tecnológico e as condições de vida dos trabalhadores.

Thompson (1981) sinaliza a necessidade das evidências para a constituição de uma história, cuja nega como ciência, porém seus caminhos metodológicos, sua lógica histórica, tem procedimentos científicos que buscam o diálogo com as evidências pelas questões empíricas. Parte das condições objetivadas como parte da possibilidade de ter as provas documentais como considerações históricas, neste sentido, organiza suas fontes e evidências pelas experiências; assim, a experiência passa a direcionar sua lógica histórica conforme sinalizou Ferreras (1999) e Walker (2010). Portanto, os questionamentos e críticas ao althusserianismo são fundamentados pela hegomonia teórica pautada na negação da própria teoria como condição de superação das compreensões sinalizadas quase que exclusivamente pelas experiências dos sujeitos, para isso formula, então, uma nova teoria. Thompson (1981) nega, portanto, a estruturação das ideias de Marx pela leitura de Althusser e

mesmo sinalizando positividades em Engels concluiu que o mesmo ainda não contempla os elementos necessários para pensar o processo histórico, ou seja, Thompson (1981), conforme Ferreras (1999), hegemoniza a História como ciência e; assim, pauta suas considerações a partir da contínua necessidade em empregar a experiência como direcionamento de uma lógica evidentemente possível para ser no seu conjunto evidenciada como ciência.

Thompson (1981) procurou garantir à História a condição de cientificidade e de superação dos conceitos e termos usados pelo marxismo empregado pelos teóricos dos partidos comunistas de todo o mundo vinculados à Moscou. Afasta-se, portanto, daquilo que considerou ofensivo para sua explicação de mundo e trata a experiência como significado importante para realizar a materialidade da dialética, mesmo que para isso parta das considerações dos sujeitos quanto as suas próprias experiências e suas consciências quanto as suas situações políticas, econômicas e culturais, em outros termos, é o sujeito que diz quem ele é, portanto, poderá ser aquilo que sua experiência evidenciar. A questão é como são apresentadas para os próprios sujeitos suas experiências? Como os mesmos compreendem-se enquanto sujeitos capazes de produzirem História?

Thompson (2001, p. 243) em poucas palavras delimita o que é História:

> [...] a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas.

Assim, Thompson (1981 e 2001) não foge daquilo que tenta apresentar como superado, sem dizer claramente que está: as estruturas. E apresenta os sujeitos num processo e esses num contexto. A dialética das múltiplas relações empreendidas socialmente evidenciam a operação de uma totalização dos sujeitos direcionados por Thompson para um projeto político de fortalecimento do indivíduo e esse precisa, portanto, por meio de suas

relações cotidianas compreender-se. E o que de fato significa fazer-se classe? (FERRERAS, 1999).

Thompson empreendeu duras críticas a Althusser e essas foram tomadas por muitos como finalizadas, como se os argumentos da "Miséria" fossem soberanos e definitivos quanto a temática, por isso salientamos a importância da história do tempo presente a partir de uma construção dos mecanismos capitalistas de dominação da esfera política e econômica para ser compreendida não como limitante, mas como superação do estabelecido.

O que é o fato histórico na história do tempo presente? Na história do neoliberalismo? Como abordamos essa história tão recente? Uma coisa sabemos: não podemos sentar numa cadeira de balanço enquanto a história passa pela nossa porta.

Assim, encaminhamos o presente capítulo na construção de um olhar histórico sobre a globalização, o neoliberalismo e a luta de classes. E desdobramos a questão referente ao fato histórico: nestes tempos de globalização e neoliberalismo qual seria o fato histórico a ser analisado?

O princípio de resistência ao novo estabelecido nessa etapa da globalização é constituirmos uma narrativa de uma história que não legitime o neoliberalismo, por meio dos seguintes pontos: produzirmos uma história contrária ao neoliberalismo ao questionarmos o papel do Estado como agente operativo nas relações processuais das novas considerações econômicas e políticas no papel de regulador de seu papel voltado para a subtração ideológica da sua condição jurídica e institucional, a transformação da classe trabalhadora e as considerações críticas ao processo de globalização.

1.1. ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA CONTRA O NEOLIBERALISMO

Em 1786 Kant publica "Começo conjectural da história humana" no qual salienta a relação entre liberdade e maldade, entre estarmos presos a vontade de Deus e a liberdade, seria mais seguro firmamos nosso compromisso com a deidade.

> A história da natureza começa, por conseguinte, pelo bem, pois ela é obra de Deus; a história da liberdade começa pelo mal, porque ela é obra do homem. No que concerne ao indivíduo, que, no uso de sua liberdade, não pensa senão em si, essa mudança foi uma perda; para a natureza, cujo [...] fim, em se tratando do homem, visa somente à espécie, foi um ganho. (KANT, 2010, p. 25).

A liberdade causou coisas terríveis para o mundo, mas fez com que os seres humanos avançassem segundo Kant (2010). A questão central dessa obra de Kant a partir de sua leitura de Rousseau é "[...] como a cultura deve progredir para desenvolver as disposições da humanidade (p. 26). (?)".

A finalidade da humanidade, numa concepção kantiana, é justamente compreender essa "missão" humana e como a intranquilidade dada nessa pela conduta dos homens tem levado, invariavelmente, os homens a buscarem não a liberdade, mas o aprisionamento. A liberdade, necessária em Kant, é suprimida por um desejo natural de apoiar-se em "coisas" mais seguras como as instituições (igreja, família e Estado). O problema para Kant é quando essas instituições não são adequadas e, portanto, corruptíveis. As ideias de liberdade de Kant e suas acusações referentes ao problema das instituições trouxeream grande influência para os pensadores do livre mercado e da livre concorrência, enfim, o liberalismo econômico tem origem na "missão" dada de Kant para os seres humanos de libertarem-se daquilo que os oprimem, como a própria natureza, e não se deixarem abater pela gênesis de aprisionamento da própria natureza. Deste modo, o pensamento kantiano

influenciou a interpretação política e econômica fundamentando as ideias de teóricos e governos defensores do capitalismo como princípio de liberdade. E tão comum tornou-se associar democracia ao capitalismo e ambos como sinônimo de liberdade.

A finalidade da história para Kant é, portanto, a liberdade, mas para isso é necessário que os sujeitos lutem contra as imposições da própria natureza, mas é uma liberdade dotada da lógica burguesa finalizada no sentido de dons, mecanismos divinos, sorte e tudo o mais que mire a metafísica. Esses mecanismos de sorte e, portanto, de acaso ligam-se permanentemente a composição da narração da história, não apenas como passado, mas também como futuro. Deste modo, a superação da barbárie para a civilização, é um caminho histórico possível.

"Pode-se pensar que a civilização não é um dado recebido de forma passivo pelos homens – espectadores estáticos -; mas, ao contrário, ela é uma obra a ser feita e protegida da barbárie". (KANT, 2010, p. 84).

Esse pensamento conservador de Kant também apresenta as experiências dos sujeitos vinculadas a um projeto majoritário metafísico comprometido com os valores da civilização, essa mesma que Kant considera válida a partir do luxo como constituição estética, como instituição evidente da própria civilização.

Pensar Kant como filósofo do liberalismo atesta, sobretudo, sua influência na construção das ideias liberais mais recentes com efeitos sobre o econômico globalizado conduzido pela organização da economia política constituída como neoliberalismo. A civilização não alcança os homens de forma imediata, ela precisa, conforme Kant (2010), ser apresentada para todos, conta assim suas condições de vida e as maneiras de refleti-la. Após um tempo, não menciona quanto tempo, a civilização torna-se hegemônica e a barbárie seria desfacelada.

O kantismo trouxe a história para a inevitabilidade dos fatos, como se tudo conspirasse para um caminho inquestionável. Hegel em 1837 publicou a Filosofia da História e sua visão foi oposta a Kant quanto ao papel da história, colocando no sujeito um mecanismo não de conformismo à vontade geral, ou ao compromisso civilizatório de Kant, mas de persuação da vontade sobremaneira ao espírito. Hegel (2005), portanto, tem a autoconsciência, a consciência de si, como princípio da liberdade, tal princípio depende da identificação do sujeito com o mundo, mas um mundo que é movimentado da constituição ôntica para fora do mesmo.

Em Hegel (2005) a história depende da consciência de si, da luta do sujeito para assegurar-se conhecedor de si e, portanto, livre para fazer a história e essa somente é feita pela liberdade. O indivíduo hegeliano é o sujeito da história ancorado sempre pela necessidade na relação moral do dever social e, portanto, dever histórico em buscar a compreensão de si como projeto para libertar-se permanentemente. Mas essa liberdade sempre leva o homem de volta para si mesmo, já que a finalidade do homem é o próprio homem objetivados na moral, na ética e na religião.

O Estado em Hegel (2005) constitui a realização da ideia de liberdade no conjunto de ações dos indivíduos coletivizando tais na promoção do Estado como absoluto. O Estado como absoluto “prossegue” historicamente na concepção de liberais, neoliberais e marxistas, ou seja, o Estado tem papel importante na configuração de um espírito político formado por uma ideia de centralidade. Os liberais e neoliberais dependem, sobretudo, do Estado para que o mesmo regule e regularize juridicamente os projetos econômicos e políticos desses, o mesmo com o marxismo; assim, Hegel (2005), com sua filosofia sobre o Estado ainda mantém-se viva tal direcionamento, principalmente por delegar ao Estado a essencia da mudança histórica.

A ideia do Estado como essência da mudança histórica tem uma vitalidade revolucionária nas obras de Marx e Engels, colocadas em prática pela Revoluções realizadas em vários países do mundo, com destaque para a Revolução Russa. O papel do Estado na narração de uma ideia neoliberal é sempre negligenciado, sobretudo, quando os seus teóricos encarnam uma missão de propagar os valores capitalistas como ação política. Assim, temos dois pontos importantes para construirmos uma história de oposição ao neoliberalismo: o Estado e a política.

O Estado em Hegel é composto por um espírito absoluto, como capaz de constituir as evidências da materialização dos sujeitos, oposto, portanto, a Kant no qual o Estado restringe os sujeitos para garanti-los a liberdade. A prevalência do kantismo no liberalismo e, posteriormente, no neoliberalismo fez com que a ideia de liberdade sempre fosse restrita, sempre operacionalizada a partir de uma exigência do não conflito, do harmônico. Essa ideia de harmonia prevaleceu na constituição ideológica neoliberal, como se a concorrência ampla e irrestrita funcionasse como uma balança kantiana.

Diante disso, como devemos escrever uma história em oposição ao neoliberalismo? No segundo capítulo desse trabalho procuramos responder essa questão no Brasil, para isso apontamos o papel do Estado e esse como direcionador das políticas constitutivas de uma economia política norteadora de acordos e pactos nacionais e internacionais garantidores de uma macroeconomia capaz de sujeitar ainda mais o Estado ao mesmo tempo em que o Estado se obriga a isso.

Numa narrativa anti-neoliberal como construção de um enredo histórico precisaríamos sempre partir do Estado, mas esse parece ao mesmo tempo amplo e pequeno, ou seja, o Estado não pode ser pensado como figura mística que paira sobre nossas cabeças, pois o Estado é composto por seres humanos organizados em distintas classes sociais, portanto, o Estado na narração histórica precisa apresentar-se como ponto de partida, para a

compreensão das ações macroescalares, e como ponto de chegada, para o entendimento das distintas classes que o compõe.

A formação das classes está vinculada as relações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas, deste modo, opera-se a formação e a atuação da mesma na esfera produtiva com consequências diretas no cotidiano regulado pelo poder ao mesmo tempo em que essas classes definem o poder e o agiliza referente aos seus objetivos.

Nestes tempos neoliberais, do processo de globalização, o poder das classes dominantes instaurou-se de fato a partir das transformações produtivas direcionadas pelas e para seus interesses.

Nosso olhar quanto aos fatos históricos do tempo presente (Brasil 1990-2010) parte de questões próprias do marxismo: o ecônomico como última instância, as lutas de classes, o Estado e a política. Apontamos, assim, no presente capítulo a discussão quanto: globalização, neoliberalismo e lutas de classes. Anterior a essas questões precisamos destacar de qual marxismo “falamos”.

1.1.1. MARXISMO

Não é propósito deste trabalho fazer um histórico do marxismo, pois nosso objetivo é apresentar questões do marxismo as quais possam nos atender na compreensão dos problemas oriundos da globalização na sua etapa neoliberal, para isso focamos nossa perquirição na relação do marxismo com a construção da narrativa histórica. Narrar a história do tempo presente significa constituir um caminho de reflexões vinculadas permanentemente ao como se produz e como isso pode ser acumulado antecedido pelas organizações econômicas e políticas.

Dividem Marx ao meio quanto a suas concepções filosóficos, econômicas, políticas e históricas, sempre, tanto Thompson como Althusser, o classificam em jovem e velho, imaturo e maduro, enfim, priorizam um ou outro texto de Marx. O que é importante frisarmos é que para a história a constituição de uma gnosiologia marxista não pode ser interrompida, muito menos fragmentada, mesmo que os esforços epistemológicos favoreçam ideologicamente essa fragmentação. Deste modo, a ontologia marxiana deve ser processada numa gnosiologia própria, assim, a história a partir da leitura de Marx não pode ser interrompida e o próprio Marx não interrompe sua construção teórica e muito menos abandona os processos históricos. A história para Marx é fundamental para o entendimento das estruturas vigentes e nas formas de organização material refletidas na imaterialidade cotidiana. Negar o Marx historiador ou o Marx economista não faz o menor sentido, visto que são inseparáveis e suas considerações filosóficas, políticas e econômicas contribuíram, como contribuem, significantemente para a compreensão da própria história.

Não podemos escrever uma história dos trabalhadores do tempo presente (1990-2010) sem o entedimento do capitalismo, da mesma forma não podemos estudar o capitalismo ausentando-nos da compreensão do modo de produção para os trabalhadores.

Narrar a história não significa narrar o tempo por ele mesmo, mas narrar o movimento de inúmeros fatores em diversas articulações escalares envoltas na objetividade e na subjetividade dos sujeitos.

Na história , numa leitura marxista, não se pode abandonar a economia, nem as questões pertinentes da Ideologia Alemã, nem as provocações filosóficas e políticas da Sagrada Família e muito menos dissociar tudo isso do Capital, pois entendemos como afirmou Althusser (1979) que Marx desenvolveu o materialismo histórico e com isso permitiu o avanço da compreensão da história.

Thompson (1981) teceu duras críticas a compreensão da história como também processo teórico, enumerou, segundo o mesmo, os absurdos das ideias filosóficas de Althusser referente a história e, deste modo, salientou o que deveria ser história e como proceder cientificamente.

Para isso Thompson (1981) evidencia o relativismo histórico numa concepção de indeterminação das próprias bases teóricas, pois o que fundamenta o real é a realidade dos fatos, somente é histórico aquilo que é real, e somente é real aquilo que pode ser comprovado pela história e somente poderá comprovar o historiador atento às mudanças, portanto, a história é a perpétua mudança, a imorredoura condição do sujeito de viver os processos contínuos de transformação. Thompson (1981) tenta demonstrar o real e a condição possível de pensar sobre o real, o real para Thompson, portanto, é o imediato e a história seria esse imediato selecionado a partir de categorias e conceitos empreendidos no instante em que se pensa sobre.

> O mundo real também acena para a razão com as suas próprias inversões. Contradições obscenas se manifestam, gracejam e desaparecem; o conhecido e o desconhecido trocam de lugar; até mesmo as categorias, quando as examinamos, se dissolvem e se transformam em seus contrários. No Ocidente uma alma burguesa anseia por um "marxismo" que lhe cure a própria alienação; no mundo "comunista", uma pretensa "base socialista" da origem a uma "superestrutura" de fé cristã ortodoxa, materialismo corrupto, nacionalismo eslavo e Soljenitsin. Nesse mundo o "marxismo" desempenha

> a função de um "Aparelho Ideológico de Estado" e os marxistas são alienados, não em sua identidade própria, mas no desprezo do povo. Uma velha e laboriosa tradição racional se decompõe em duas partes: um árido escolasticismo acadêmico e um pragmatismo brutal de poder.
> Tudo isso não é sem precedentes. O mundo atravessou essas mudanças de cena antes. Elas indicam a solução de (ou indicam que estão senda contornados certos problemas, a chegada de novos problemas, a morte de velhas questões, a presença invisível de questões novas e informuladas a nossa volta. A "Experiência" -a experiência do fascismo, stalinismo, racismo, e do fenômeno contraditório da "afluencia" da classe operaria em setores de economias capitalistas -esta fazendo romper e exigindo que reconstruamos nossas categorias. Mais uma vez, testemunhamos o "ser social" determinando a "consciência social", a medida que a experiência se impõe ao pensamento e o pressiona; mas, desta vez, não é a ideologia burguesa mas a consciência "cientifica" do marxismo que esta cedendo sob a tensão.
> Este e um tempo em que a razão deve ranger os dentes. A medida que o mundo se modifica, devemos aprender a modificar nossa linguagem e nossos termos. Mas nunca deveríamos modifica-Ios sem razão. (THOMPSON, 1981, p. 34).

Thompson (1981) no afã de desqualificar Althusser comete alguns deslizes teóricos para pensar a história em termos marxianos e marxistas. Ao nivelar o marxismo, mesmo nas suas expressões mais vulgares, a fé cristã coloca a contradição como direcionamento e busca impedir o próprio combate dessa fé no pensamento marxista, apresenta um exemplo de impacto numa construção ideológica do que seria o marxismo e ao nomear o burguês esperançoso com a “fé” marxista para desalienar-se efetua um duro golpe no próprio marxismo, pois demonstra-o como incapaz de agir, como incapaz de trazer considerações fora do real, enfim, construiu um marxismo descompromissado de uma leitura daquilo que ele mesmo condena: da realidade.

A razão é o centro da história de Thompson (1981), confome entendemos em Ferreras (1999), buscar uma cientificidade, tal como Althusser também faz, é o ponto decisivo na compreensão de sua história. A história para Thompson (1981) precisa ser comprovada e se necessário sua comprovação virá das mudanças terminológicas para compreender os fatos históricos. As palavras novas poderiam trazer novas provas da

constituição de um fato histórico. Thompson (1981) luta contra o conceitualismo althusseriano, para isso sua solução são novos conceitos e esses, para que a razão não venha ranger os dentes, precisam partir daquilo que chamou de lógica histórica, ou seja, existe sim um pré-determinação dos fatos históricos na concepção de Thompson, pois esses serão verificados à luz da realidade, do incessante progresso da lógica e da razão. A razão, portanto, é o ponto nevrálgico de sua história, pois os fatos históricos dependem dessa e toda sua crítica a Althusser é justamente por esse agir dessa forma, isto é, Althusser edifica um conjunto de teorias que buscam salientar a lógica capitalista nas suas mais diversas processualidades e é isso que incomoda Thompson, pois ele não abandona a razão, uma vez que a lógica precisa prevalecer na história (FERRERAS, 1999). Se a lógica prevalece, então, existe um estrutura e a negação da estutura de Althusser é um tentativa desesperada de desqualificá-lo, pois são projetos distintos de sociedade, interpretações ímpares dos processos históricos. Assim, devemos questionar sobre qual lógica e sobre quais fundamentos hipotéticos sua lógica precisa prevalecer?

> Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra, as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada. (MARX , s/d.a, p. 203).

Thompson (1981) negligencia essa afirmação e sua busca por novas razões na história necessita de uma base teórica para pensar o passado. Deste modo, discordamos de Thompson ao traçar um caminho metodológico nutrido por uma razão eivada de condições empíricas sem efetuar outro caminho teórico para se fazer história. Thompson (2012) critica o quantitativismo e seu papel na história, mas não se trata de criticar a utilização das

estatísticas, mas como a história é escrita para que as coisas permaneçam como estão, daí nossa discordância metodológica com Thompson.

A tradição oprime os sujeitos nas suas formas materiais e imateriais, essa tradição tem nome: classes que dominam o modo de produção e, portanto, as condições econômicas, políticas e sociais. Thompson (1981) considera um absurdo essas determinações e traça todo um caminho metodológico o qual distancia o historiador desse determinismo, dessa tradição, todavia, essa tradição é inexorável, conforme Marx no "18 de Brumário", pesa insistentemente essa tradição, portanto, ela é sim determinante na compreensão dos processos quando almejamos estudar as sociedades capitalistas, portanto, as categorias de análises marxistas para a história não podem ser modificadas à medida que o tempo passa, pois a tradição é o ponto fulcral dessa constituição, ou seja, enquanto existir sociedade capitalista também essas categorias deverão ser tratadas na forma constituinte de compreensão do próprio capitalista, se numa visão conservadora essas categorias são eliminadas e substituídas por outros que amenizem as contradições do capitalismo e se realizadas numa leitura reflexiva as categorias serão fixadas e movimentadas numa concepção que demonstre todas as contradições do capitalismo.

Ler o passado não é tão simples, trazer o passado como evidência desses tempos, mais complicado ainda, porém, se despojarmos essa complexidade e formos na raiz dos problemas de nossa sociedade veremos que as condições de classe, nas suas respectivas "funções", é o motor da história no capitalismo, essas condições que levam permanentemente as lutas de classes, deste modo, sinalizamos essas lutas como componentes fundamentais para o entendimento da história.

Deste modo, não congelamos a história, não sacrificamos os detalhes da mesma, não inoperalizamos os homens e mulheres nas suas lidas e dificuldades diárias, não nos afastamos daquilo que Thompson (1981, p. 55) sinalizou: "A pátria da teoria marxista

continua onde sempre esteve [...] no objeto humano real, em todas as suas manifestações (passadas e presentes)". Porém, essas manifestações operam um conjunto material circunstaciado pelas condições objetivas da economia e da política, assim, compreender os processos históricos numa macroescala é importante para que na microescala, no sujeito, a mesma fique evidente diante da relação dialética entrre o mundo que o sujeito está e o mundo que representa para o mesmo. Essa representação tem ressalvas a partir da Ideologia Alemã de Marx e Engels, principalmente por apresentar o sujeito como propício a condicionar-se pelas condições objetivadas.

> Na história que se deu até aqui é sem dúvida um fato empírico que os indivíduos singulares, com a expansão da atividade numa atividade histórico-mundial, tornaram-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho (cuja opressão eles também representavam como um ardil do assim chamado espírito universal etc.), um poder que se torna cada vez maior e que se revela, em última instância, como *mercado mundial*. (MARX & ENGELS, 2007, p. 40 <grifo dos autores>).

Assim, a força do capitalismo tem o poder de estruturar diante de superestruturas com as quais e pelas quais os sujeitos passam a ser, de forma geral, trabalhadores ou patrões e esse encaminhamento é parte de nossas considerações para compreendermos o passado, pois o passado vincula-se as condições de classe e a localização do sujeito na esfera da produção, circulação e consumo (requisito necessário para ser pensado nos aspectos da macroeconomia e da microeconomia, os quais serão analisados neste trabalho).

O poder estranho aos sujeitos é justamente o capitalismo se expandindo, desde o Manifesto, Marx e Engels dissertaram quanto a necessidade de ampliação das esferas de atuação do capitalismo. O mercado mundial, portanto, seria inevitável para sua configuração de hegemonização de todas as esferas produtivas e também na organização política e social. Ao buscarmos a compreensão do processo histórico no Brasil de 1990 a 2010 nos direcionamos, justamente, por esse ponto: o capitalismo nos seus processos globalizantes

os quais efetivam uma condição econômica e política de permanente subordinação do Estado às suas exigências, mas o Estado sempre atrela-se a esses interesses por ser dirigido por uma classe que enxerga no capitalismo mundial a possibilidade de expansão de seus próprios interesses.

> Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produçãoe a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. – em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos). **Ela não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual,** por sua dissolução na "autoconsciência" ou sua transformação em "fantasma", "espectro", "visões" etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais [*realen*] de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria. Essa concepção mostra que a história não termina por dissolver-se, como "espírito do espírito", na "autoconsciência**", mas que em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros**; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias. (MARX & ENGELS, 2007, p. 42-43 <grifo nosso>).

As circunstâncias não são aleatórias, não se trata de relativismo como insiste Thompson (1981) e Althusser (1979) ao demonizar o Marx econômico. Marx e Engels falam da luta de classes como condição de operação permanente da classe trabalhadora, condenadam as forças produtivas, materiais e imateriais, que compõem a organização do

modo de produção capitalista. A materialidade é dominante e seu determinismo como diretivo operante existe, assim, afirmamos que os discursos de oposição as estruturas impedem o entendimento das contradições em situações e condições operacionalizadas pelo passado, pela herança já descrita no "18 de Brumário". Não se tem necessidade de buscarmos explicações em categorias que não compõem a realidade material das relações de produção, não se trata de subjetivar a história, mas pensá-la a partir das contradições do capitalismo materializadas nas relações de produção efetivadas nos sujeitos, assim, ou somos, no capitalismo, trabalhadores ou patrões. Essa afirmação pode soar um quanto tanto terrível no sentido de condenar parte considerável da humanidade em ser apenas isso, mas o caminho que pensamos é justamente esse, pois mesmo o trabalhador sendo pai, avô, irmão, religioso, amante, estudante e outros, na essência do capitalismo, nas suas relações de sobrevivência e de reprodução da vida cotidiana a prevalência da sua profissão é determinante, a prevalência de suas funções no modo de produção é permanente.

Os estágios da vida material adequam-se as exigências da organização produtiva capitalista, não podemos pensar os processos históricos no capitalismo sem essas considerações. O trabalhador é trabalhador e ocupa funções sociais e econômicas próprias da divisão social do trabalho e, deste modo, entende-se como tal a partir dessa divisão, mesmo que o processo de alienação e estranhamento o afaste da compreensão de sua própria condição de classe. Os homens fazem as circunstâncias dentro de um projeto revolucionário, dentro de um construção de enfrentamento as contradições capitalistas e não de forma aleatória. (MARX & ENGELS, 2006).

A história para ser pensada a partir de uma ideia marxista precisa partir das contradições e dos enfrentamentos próprios a ela, tais enfrentamentos devem ser antecedidos pela construção da compreensão da conjuntura econômica e política. Deste modo, a questão de método para a compreensão da história parte da necessidade em pensá-la na relação de

produção e reprodução do capitalismo, isto é, por meio do materialismo histórico. Assim, tudo é história quando falamos do passado com uma preocupação não científica, mas nem tudo é história. Não é história no sentido de passado, do que foi sem consequência para o agora, no sentido de materialização do tempo no espaço, ao contrário a história tem essa consequência de materialização do tempo no espaço, de promoção de direcionamentos que atingem diretamente o agora. A história, nesses termos, segundo Saes (1998, p. 15) em concordância com Althusser: "[...] abrange portanto tão-somente os processos de mudança das estruturas existentes; isto é, de transformação do tipo vigente de sociedade.".

> Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. Provavelmente todas as sociedades que interessam ao historiador tenham um passado, pois mesmo as colônias mais inovadoras são povoadas por pessoas oriundas de alguma sociedade que já conta com uma longa história. Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse "sentido do passado" na sociedade e localizar suas mudanças e transformações. (HOBSBAWM, 2013, posição 21 AED).

Assim, Saes (1998, p. 15-16) prossegue: "[...] nem todo "passado" é sinônimo de "História", isso ocorre porque nem todo "passado" é sinônimo de "mudança social" ".

A dimensão do passado para Althusser, Saes e Hobsbawm relacionam-se não apenas ao passado, mas como isso é articulado com o presente, como isso é respondido na estrutura produtiva e nas suas consequências diretas para os trabalhadores, para os sujeitos que vivem o processo histórico, mas apenas farão história quando efetivarem-se como construtores reais da história. Deste modo, as condições são feitas, conforme Marx e Engels (2006), para os desdobramentos dos efeitos do capitalismo não repousem na indiferença dos acontecimentos passados.

Hobsbawm (2013) coloca para o historiador a função de analisar o sentido do passado, isto é, qual o sentido em estudarmos acontecimentos que fundamentaram como ainda fundamentam nossa sociedade? O sentido está, na epistemologia marxiana, em apontar os problemas próprios e singulares do capitalismo, essa defesa que fazemos é necessária por encaminharmos o entendimento da história como ação na determinação de novas ou velhas situações.

> [...] acontecimento histórico não é apenas o acontecimento que "afeta com uma mudança as relações estruturais existentes" (como Althusser propõe em Lire le Capital). Aqui, é histórico todo acontecimento que se relacione de algum modo – positivo ou negativo – com as estruturas existentes. Vale dizer: é histórico tanto o acontecimento que contribui para a transformação dessas estruturas quanto o acontecimento que contribui para sua conservação. (SAES, 1998, p. 16).

A história que tratamos nesse trabalho tem esse entendimento, portanto, a compreensão da história do tempo presente no Brasil é trabalhada a partir das categorias marxistas de classe e lutas de classes. Tal como no Manifesto compreendemos que o motor da história do tempo presente seja justamente as lutas de classes. E os acontecimentos históricos são aqueles que impactam consideravelmente as condições de vida dos trabalhadores como os processos de produção flexibilizados numa concepção toyotismo ligada a ampliação da reprodução desse mecanismo a partir da reestruturação da produção e das múltiplas relações empreendidas a partir dessa.

A história, portanto, na sociedade ocidental capitalista, a partir da leitura do Manifesto Comunista, é composta por processo e estrutura e ambos oriundos do modo de produção. O processo como movimento ininterrupto formado por ações, condições materiais, desenvolvimento tecnlógico, condições sócio-culturais e organização econômica. A estrutura é o resultado desse movimento ao mesmo tempo em que é influência sobre o processo, assim, numa relação dialética estrutura e processo fudamentam-se para constituirem-se na realidade diária e, deste modo, formar a propria sociedade e, posteriormente, constituir-se história a

medida em que o tempo (os processos em movimentos) é organizado pela sociedade e essa por ela mesma numa relação permanente de fatos materializados no espaço, com isso o processo possibilita a estruturação das condições históricas e essa permite a reestruturação dos processos e, portanto, notável no viés transformação.

O tempo para a história marxista é o tempo das relações sociais de produção nas diferentes relações sociais, econômicas e políticas, todavia, esses elementos estão sempre subordinados à lógica da produção material em conformidade ao modo de produção. A epistemologia da história garante ao tempo, nessa concepção, uma interpretação a partir das relações objetivadas na produção, no direcionamento das intencionalidades da produção material, isto é, demarcamos o tempo a partir dos processos econômicos e políticos, esses pensamos como pontos delimitadores evidenciados nos processos e, posteriormente, organizados estruturalmente.

Pensar a história pela economia e pela política no Brasil de 1990 a 2010 significa comprometer-se em compreender as contradições do capitalismo e como o mesmo se processa na constituição diária dos trabalhadores antecedidos pelas macro-mudanças direcionadas pela nova forma de acumulação do capitalismo.

O tempo histórico, portanto, nesse trabalho, pauta-se nos elementos econômicos e políticos da globalização numa etapa própria conceituada como neoliberalismo e tem a necessidade de ser pensado estruturalmente, isso significa que os impactos do capitalismo mundial na esfera da produção imediata, no capital fictício e financeiro são direcionadores de formas específicas de condutas políticas do Estado brasileiro.

Thompson (1981) ao acusar Althusser de ser estruturalismo, buscou desqualificar todo e qualquer estruturalismo, mas o mesmo não conseguiu fazer história sem constituir-se de elementos subjetivos e estruturais, os seus conceitos são definidos por analogias, por comparações, por proximidades e distanciamentos, assim, Thompson (1981)

circula seus conteúdos históricos de uma aurea para além do dogmatismo, porém empreende novos dogmatismos que são seguidos por alguns historiadores que, destes talvez alguns, nunca leram Althusser ou o próprio Marx.

As condições capitalistas são processadas nos objetivos imediatos do lucro, mediados pelas esferas da produção numa forma própria social a qual designa uma forma própria de estrutura, cuja pode ser verificada na estrutura da produção na qual o trabalhador é sempre subordinado. Assim, a relação estrutura e processo numa concepção marxista para a história tem significado de interferência no cotidiano dos trabalhadores, seja pelas crises mundiais, pelos golpes de Estado vinculados ao imperialismo ao mercado mundial, ao desenvolvimento tecnológico, enfim, as estruturas existem e compreende-las historicamente não quer dizer que nos afastamos de uma visão crítica, ao contrário, demonstra toda nossa preocupação com as instâncias de poder e as formas sociais resultantes dessas com consequências na constituição das formas históricas.

As formas históricas não são aleatórias, pois são constituídas dos elementos dos processos e das estruturas numa relação contínua com os elementos geográficos, sociais, econômicos, jurídicos, tecnológicos e culturais. Assim, quando pensamos nas formas históricas estamos nos referindo não a um momento congelado ou um momento engessado, mas como determinadas condições materiais e imateriais no interior de um período da humanidade organizou-se e como isso nos atinge ainda hoje. Desta forma, a história do tempo presente também precisa ter suas preocupações na elaboração do agora, isto é, o momento em que vivemos nos remetem condições de formas históricas e as mesmas tem consequências processadas em cada agora. Desta forma, o mapeamento do agora só é possível quando o vivemos e o refletimos, num compromisso marxista, para compreender as estruturas e superestruturas colocadas sempre de forma impositiva aos trabalhadores. O agora é parte da forma histórica, ou seja, compreendemos a forma histórica questionando suas condições de

constituição das formas sociais. E falamos do agora no Brasil como resultado dos processos históricos no período de 1990 a 2010, as evidências do agora são apresentadas por meio de dados, entrevistas e documentos. O agora é uma condição da existência, pois vivemos agora, mas esse é resultado direto de inúmeros processos históricos, assim, o que almejamos salientar com a questão do agora numa constituição dos processos e da estrutura.

Esse questionamento pode ser realizado pelos processos macroeconômicos os quais instauram condições de verificação das transformações relacionadas à produção, comércio, circulação, emprego, renda e organização dos trabalhadores. Assim, podemos constituir um caminho histórico de interpretação dos processos e da estrutura verificados nas questões econômicas e políticas por meio de dados, leis, discursos oficiais do Estado e entrevistas, sem uma prevalecer sobre a outra, pois nossa metodologia consiste na compreensão da história do tempo presente a partir da estruturação econômica e política, deste modo, os trabalhadores entrevistados são parte desse processo estruturado e estruturante e suas considerações não podem ser pensadas como históricas por si, pois somente associadas aos processos históricos na forma social e histórica torna possível compreendê-los como parte do processo.

As formas históricas no tempo presente, portanto, precisam ser pensadadas a partir das necessidades de hoje, de como pensamos esses processos e quais os sentidos para nossas relações nas suas múltiplas instâncias e escalas. Precisam ser refletidas nos termos marxistas do papel do Estado, antecedido pelos agentes econômicos, numa configuração na forma de aparelhamento das condições de vida dos trabalhadores. Assim, Saes (1998, p. 25) esclarece que:

> [...] para a corrente althusseriana, a "totalidade social" é estruturada; ela equivale à "estrutura social total". Esta, por sua vez, define-se como uma certa articulação de múltiplas estruturas, correspondentes a diferentes níveis de atividade social total. Impõe-se, neste ponto, apurar o significado da expressão "estrutura" no pensamento althusseriano. [...] podemos depreender que "estrutura" é "um conjunto particular de valores" que orienta um certo

> tipo de atividade social, fixando os limites (valorativos) dentro dos quais se desenvolvem as ações sociais desse tipo. Noutras palavras: a estrutura é um padrão valorativo seguido pelas práticas sociais de um certo tipo.

A totalidade social para Althusser é a estrutura social total articulada permanentemente com as diferentes atividades sociais que sinalizam uma direção de um padrão valorativo o qual constitui-se como forma social e, portanto, posteriormente, forma histórica. Reconhecer a estruturação do capitalismo nos projetos de Estado e esse na configuração econômica, política e jurídica dos trabalhadores é o caminho que encontramos para pensar a história do tempo presente. Não podemos abandonar a estrutura, mas devemos abandonar a estrutura como imutável, pois a mesma ao longo de toda a história da humanidade mudou profundamente, todavia, a estrutura que dá forma a história nesses tempos neoliberais fundamenta-se no trabalho assalariado com perdas dos direitos trabalhistas, no Estado subordinado a esfera produtiva e, principalmente, ao capitalismo financeiro mundial, o comércio mundial dominado por grandes empresas transnacionais e multinacionais, a tecnologia monopolizada por grandes conglomerados econômicos, enfim, a estrutura do capitalismo na formação valorativa da sociedade partiu de uma nova forma de acumulação com novas formas de exploração e, portanto, de subtração do Estado brasileiro desenvolvimentista ou neodesenvolvimentista, para um Estado vinculado ao processo de globalização pelo viés neoliberal.

Assim, não temos dúvidas: o agora é um problema, pois o agora (que deve ser lido como o instante atual) é configurado nas relações contraditórias do capitalismo. Desta forma, não problematizamos o agora metafisicamente, pois ele existe, ele compõe o cotidiano dos trabalhadores ao mesmo tempo em que é; assim, compreender as dificuldades, os limites, as imposições, a dogmatização e a ideologia capitalista precisa ser pensada na história do tempo presente.

É fundamental compreendermos o agora por meio da reflexão entre memória, experiência e resistência, imbricadas nos processos constitutivos das articulações das relações cotidianas dos trabalhadores sob os auspícios das transformações produtivas, de circulação e consumo adjetivadas no tempo presente como neoliberalismo, enfim, compreender essas articulações no sentido estrutural.

O agora para ser compreendido em sua totalidade necessita partir da estrutura produtiva direcionada pelo econômico e político. O agora, como questão de método, é de onde nós olhamos o passado. Assim, quando Marc Bloch (2001, p. 41) inicia seu livro com a questão: "Papai, então me explica para que serve a história". Ele se posiciona daquele momento e fala a partir do tempo vivido, mas é um tempo vivido estruturado, no qual torna-se estrutura valorativa. A história serve para quê? Poderia perguntar a operária, o desempregado, a criança de rua, enfim, todos poderiam perguntar o sentido da história e essa resposta somente teria sentido se as condições materiais fossem explicadas como forma social, como estrutura vigente de processos que inviabilizam a igualdade, a justiça, a liberdade e a fraternidade. Para isso se uma criança de rua perguntasse segurando um saco de material reciclável o sentido da história, não poderíamos nos furtar de partir daquele "lixo", daquelas pessoas que vivem do lixo, daquele agora, daquele olhar questionador, enfim, não poderíamos mencionar as glórias de Roma ou dos Estados Unidos, nem como Nero governou, mas partiríamos daquela pobreza, daquele problema, daquele agora, daquela situação dizer o que é história, dizer para ele o que aconteceu em estruturas mais amplas que impediram a ausência da pobreza. O tempo histórico para aquele garoto pobre com saco de material reciclável (lixo para ser vendido) tem um significado que dever imediato, por isso Benjamin (2010, posição 18 AED) constatou: "O problema do tempo histórico tem de ser apreendido em correlação com o do espaço histórico (a história no cenário dos acontecimentos).".

O cenário dos acontecimentos parte do agora, da forma que a história se apresenta. Aquele menino de rua é acompanhado por muitos outros em todo Brasil, todos resultados das falhas e contradições do capitalismo, assim, posso questioná-los quanto as muitas situações de suas vidas e elas somente serão possíveis de serem compreendidas quando as experiências conjugarem congruências ao processo histórico numa dada estrutura.

Não se trata de homogeneizar os trabalhadores (as crianças...), apresentando todos da mesma forma, sabemos que existem diferenças gritantes de um ser humano para outro, mas buscamos aquilo que consideramos mais eficiente na promoção da compreensão da história nesses tempos neoliberais: a divisão social do trabalho e as lutas de classes. Esses elementos compõem a estrutura dos sujeitos e delimitam consideravelmente seus modos de vida, afinal são trabalhadores neste tempo neoliberal, nessa estrutura globalizada.

Assim, é necessário pensarmos no enfrentamento a dogmatização da estrutura como homogeneização dos sujeitos, pois o que ela homogeneiza são as condições de trabalho, de lazer, de estudos, enfim, a vida prática do sujeito pela qual sobrevive. O enfrentamento é constituído pela subtração da homogeneização dos trabalhadores, não fitando-os como massa, mas promovendo o entendimento de suas condições materiais e imateriais pelos desafios protocolares do capitalismo. Se a experiência individualizada não resolve toda a compreensão da forma histórica com todos processos e estrutura, pelo menos traz elementos para refletirmos as condições de classe e operacionalizarmos embates contra-hegemônicos. Não podemos negar o agora para a reflexão crítica das condições históricas dos trabalhadores, por isso, compô-lo é ponto nevrálgico. As experiências não podem ser narradas isoladamente, não se pode considerá-las apenas numa leitura de representação e identidade, pois as experiências são construções dialéticas nas articulações entre estruturas e superestruturas.

Então, compomos o agora: O agora é. Não se pode disfarçar ou camuflar o agora, pois ele é. Em outras palavras: o agora é o momento no qual vivemos - mesmo este agora sendo composto por elementos do ontem, ele é. Isso significa que os trabalhadores vivem repetidos agora nas suas condições de classe, pois os mesmos enfrentam cotidianamente e em vários momentos do dia desafios que se repetem, por isso, o agora não é apenas um instante, trata-se do momento da existência. O agora é composto por todas as experiências dos sujeitos e é isso que o faz, são suas experiências que direcionam as respostas diárias a sua existência. Assim, as fontes da pesquisa histórica evidenciam "agoras", mas não se trata de momentos congelados que não poderão avançar, as fontes não congelam a história.

Compreender o agora é compreender os trabalhadores nas suas vidas ligados diretamente aos processos oriundos do modo de produção. Aos trabalhadores existir é sobreviver, garantir uma qualidade de vida para suas famílias, por isso, que o agora dos trabalhadores é composto por alimentação, vestuário, transporte, saúde, lazer, educação para os filhos e tudo isso sempre projetado do agora para o futuro. Neste sentido, o trabalhador ao dar uma entrevista, ao "servir" como fonte de pesquisa, direciona suas palavras a partir do agora composto pelos elementos que já mencionamos. As experiências dos trabalhadores promovem uma racionalidade própria, uma lógica que antecipa sempre os perigos que os possam afetar e as possibilidades que os mesmos se beneficiarão. As experiências contribuem para a formação da consciência; assim, concordamos com Adorno (1995, p. 151):

> [...] Em geral este conceito {*de racionalidade ou de consciência*} <complemento nosso> é apreendido de um modo excessivamente estreito, como capacidade formal de pensar. Mas esta constitui uma limitação da inteligência, um caso especial da inteligência, de que certamente há necessidade. Mas aquilo que caracteriza propriamente a consciência é o pensar em relação à realidade, ao conteúdo — a relação entre as formas e estruturas de pensamento do sujeito e aquilo que este não é. Este sentido mais profundo de consciência ou faculdade de pensar não é apenas o desenvolvimento lógico formal, mas ele corresponde literalmente à **capacidade de fazer experiências**. <grifo nosso>.

Fazer experiências liga-se diretamente ao pensar, mas não um para o outro, como determinação de um sentido, o processo é dialético e sem pré-delimitações. A faculdade de pensar vincula-se a organização material e essa promove nos sujeitos suas condições experienciais. Portanto, entendemos que o agora é simultaneamente o pensar e o agir, na relação de dependência com a estrutura capitalista.

Gramsci (1978, p. 13) em nota indicou:

> A própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e "originais"em sua atualidade. Como é possível pensar o presente, e um presente bem determinado, com um pensamento elaborado por problemas de um passado bastante remoto e superado? Se isto ocorre, nós somos fósseis e não seres modernos [...]

Boris Hessen (1992) exemplifica as questões aqui apresentadas ao trazer a compreensão pelo materialismo histórico do desenvolvimento da mecânica de Newton, isto é, somente foi possível pensar numa concepção mecanicista de universo a partir das condições mecânicas elaboradas nos objetivos produtivos com herança de processos históricos que culminaram em estruturas no final da idade média e na idade moderna com mais enfâse. Assim, o desenvolvimento de uma sociedade atrela-se a sua história, mas não se pode pensar a história nos termos daquele tempo, como salientou Gramsci (1978). Logo, Hessen conseguiu articular as condições materiais como sustentação de processos formadores de estrutura com especificidades para realizar o desenvolvimento da física clássica com Newton. A questão que Hessen elenca é a verificação de Marx nos Grundrisse (Cadernos de 1857-1858) quanto a produção material no sentido de Marx em "[...] um determinado estágio de desenvolvimento social [...]" (2011, posição 56 LEV).

Hessen (1992) em texto escrito em 1931, em concordância com Marx (1985), salienta as condições da produção como compreensão de um processo histórico que fundaria a ciência da física com implicações consideráveis também para o social, visto que a

mecânica newtoniana provocou, tal como o evolucionismo darwiniano, uma transposição das leis cósmicas para o cotidiano dos trabalhadores, deste modo, o amplo desenvolvimento da ciência somente foi capaz com as articulações da produção e a sujeição da sociedade a essas leis da ciência.

> Por isso, quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais. Desse modo, poderia parecer que, para poder falar em produção em geral, deveríamos seja seguir o processo histórico de desenvolvimento em suas distintas fases, seja declarar por antecipação que consideramos uma determinada época histórica, por exemplo, a moderna produção burguesa, que é de fato o nosso verdadeiro tema. No entanto, todas as épocas da produção têm certas características em comum, determinações em comum. A *produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse *Universal*, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. (MARX, 2011, posição 56 LEV).

Assim, as experiências dos trabalhadores na História do Tempo Presente no Brasil de 1990 a 2010 vinculam-se as transformações ocorridas no modo de produção capitalista e na sua organização evidenciado pelo e no espaço que revelam a universalidade da condição do modo de produção, isto é, pode ser evidenciado nas relações macroescalares, mas também os sujeitos, como Marx aponta os indivíduos, também podem compor essa condição de verificação, daí as entrevistas desse trabalho como condição em microescala de verificar essa universalidade também nos sujeitos.

Deste modo, pensar a história do Brasil no tempo presente pela teoria marxista, significa a partir de Althusser (1978), tomar no sentido amplo o pensamento marxista não na abstração pela abstração, mas pelas condições objetivadas de compreensão materialista do processo histórico por meio dos princípios críticos de articulação do conhecimento produzido e a prática efetivada no modo de produção.

Assim, pensar a história pelo marxismo tem um amplo significado, pois compreendemos os projetos do capitalismo antecedidos pelo processo de constituição própria

de suas formulações: “O processo de produção capitalista é unidade de dois processos: o de trabalho e o de valorização”. (MARX, 1985, p. 61). Esse processo produtivo interfere e age sobre o cotidiano das pessoas por intermédio das articulações de aparelhos e estruturas os quais permitem a sua reprodução. Portanto, torna-se impossível pensarmos uma história do tempo presente (Brasil 1990 a 2010) sem levarmos em consideração as forças produtivas sociais do trabalho com o aumento progressivo da produção e com a diversidade de ramificações da esfera produtiva (MARX, 1985).

O materialismo histórico, portanto, é o método marxista para compreendermos os processos e a estrutura capitalista. Assim, teorizar os elementos históricos no modo de produção num dado momento não implica em abandonar os fatos, os dados, as condições de vida, as questões do Estado vinculadas a economia e política. Althusser (1979, p. 43) define o objetivo do materialismo histórico: “[...] está constituido pelos modos de produção, sua organização, seu funcionamento e suas transformações”. E é esse caminho que seguimos nas análises históricas.

A história para Thompson (1981) é a realidade e não importa como conceituamos a mesma continuará sendo, ou seja, entre o real e o abstrato somente a história poderá contribuir para voltarmos para o primeiro. Thompson (1981) salienta que a lógica histórica precisa ser diferente da lógica analítica e para isso cita Sartre, apenas um trecho de Sartre, e obviamente não continua justamente por que Sartre (2002) compreende que existem surpresas para a história, mas o mesmo sabe da condição estruturante do capitalismo, não apenas no aspecto econômico, mas o aspecto econômico, entendemos, que prevalece nesse tempo por nós observado no presente trabalho.

Althusser (1979) e Badiou (1979) sinalizam a necessidade em pensarmos a história pela dominação de uma relação processual permanente dos deslocamentos dominantes na esfera da produção material e imaterial na produção de uma esfera de

dominação num tipo de hierarquização como fundamento conjuntural. Sinalizam ainda que o econômico não é prevalecente continuamente: "Na verdade está certo que uma instância econômica figura sempre no todo articulado, mas ela pode ou não ser dominante: depende da conjuntura." (BADIOU, 1979, p. 22).

Sem dúvida o econômico pode ser antecedido pelo político, bem como outra questão central para dada sociedade em cada época, todavia, defendemos a tese que nesses tempos de neoliberalismo o econômico na forma da produção material e na confecção do capital financeiro mundial, orquestrado pelo mercado mundial sob a funcionalidade do imperialismo estadosunidense, tem o domínio dos processos e, portanto, pela possibilidade de criar e recriar espacialialidades, isto é, de fazer história. Deste modo, evidenciamos no presente trabalho as relações de produção objetivadas no econômico, assim, não condenamos o econômico como primordial em toda história da humanidade, mas apresentamos o mesmo como essencial para compreendermos o tempo presente aqui estudado.

Não se trata de economicismo, mas de como os processos econômicos interferem na estrutura capitalista e, desta forma, fundamenta o neoliberalismo e como esse afeta diretamente aos trabalhadores e, desta maneira, compõem todos esses elementos as lutas de classes.

O materialismo histórico é uma lógica adequada a compreensão da história e não representa a inevitabilidade do econômico em toda a história humana, mas insistimos no nosso caminho por considerarmos o econômico como condição de força e poder na organização do Estado, das indústrias, do comércio, do capitalismo financeiro, da tecnologia, dos sindicatos e nos modos de vida dos trabalhadores.

A questão primordial aqui é construir uma condição para pensarmos o tempo presente, mas não apartado da realidade nas suas dimensões materiais e imateirais, não se trata da realidade kantiana, ou dos pressupostos hegelianos da história, mas como a

condição da essência e existência dos sujeitos foi organizada numa dimensão capitalista que ao mesmo tempo não aparta os sujeitos desse processo, mas os trazem para serem permanentemente protagonistas ideologizados de suas próprias histórias.

Quando Thompson (1981) afirma que o interrogador da história é a própria lógica histórica ele aponta o papel do sujeito e ao mencionar a formação de classe como o fazer-se, configura desta forma uma ideia sartreana:

> [...] Sartre rejeitava, nos termos mais fortes possíveis, qualquer ideia de um totalizador misterioso, que vimos ser defendido até mesmo pelos maiores pensadores da burguesia na fase ascendente do desdobramento histórico do sistema do capital. Ele insistia que, em qualquer concepção histórica viável, as pessoas se definem integralmente pela sociedade de que fazem parte e pelo movimento histórico que as arrasta [...] (MESZAROS, 2012, posição 250 AED).

Sartre (2002) contribuiu muito para pensarmos os processos históricos em oposição ao determinismo delimitante, pois essa delimitação e imposição existe, todavia, não são definidoras finais da história, assim, as condições inadequadas de vida sempre são, de alguma forma, trabalhadas pelas classes exploradas no sentido de resistir a isso. Deste modo, ao afirmarmos os processos e a estrutura capitalista não estamos condenando a humanidade, mas salientando questões importantes que determinam, em última instância, como os trabalhadores brasileiros de 1990 a 2010 foram comprimidos por essa práxis totalizadora.

Totalizadora no sentido de impôr condições às formas de trabalho veiculada pelas relações de aproximidade entre os trabalhadores (pelos movimentos internos nas empresas ou externos organizados pelos sindicatos), bem como de concorrência entre os trabalhadores, ao papel e a prática do Estado mínimo no neoliberalismo, ao avanço da tecnologia na reorganização produtiva, a substituição do fordismo pelo toyotismo, enfim, as formas totalizadoras e universais do capitalismo nesses tempos neoliberais instauram-se nas instâncias destacadas anteriormente.

Negar esse processo significa negar o avanço das novas formas de acumulação do capitalismo e seus impactos no presente, no agora, cotidiano como ponto de uma história futura.

Thompson (1981) escreveu que cada idade ou cada praticante faz perguntas distintas para a história e com isso trazem novas evidências da história. Deste modo, o que Thompson (1981) colabora para refletirmos: que a história ocorreu independente das fontes históricas, também nos revela uma contradição, uma vez que somente os sujeitos, homens e mulheres, conseguirão ler e reler a história, interpretá-la, assim, esses sujeitos podem interferir na compreensão de todo o processo quando não confrontados com as questões macroescalares, pois:

"De modo mais geral, uma subjetivação é sempre o movimento pelo qual um indivíduo fixa o lugar de uma verdade em relação a sua própria existência vital e ao mundo em que essa existência se manifesta". (BADIOU, 2012, posição 1994 kindle).

A relatividade da história, portanto, tem suas contribuições para realizarmos um balanço das diferentes visões sobre os mesmos processos eivados na mesma estrutura, porém não trazem todos os componentes necessários para compreendermos os impactos da universalização do capitalismo nestes tempos neoliberais. Ao mesmo tempo em que o relativismo da história propagado pelo culturalismo e o humanismo de Thompson (1981) permite olhar as diferenças históricas não objetivadas num sentido de luta para o presente da classe trabalhadora.

Para Sartre (2002) a grande contribuição do marxismo para a compreensão da história esteve justamente no processo de unificação do movimento operário - nas reivindicações dos trabalhadores pautadas em lutas comuns. Ao contrário da autoidentificação promovida por Thompson (1981) quanto as classes de trabalhadores.

Pensar as contradições do capitalismo na produção da história do tempo presente, portanto, empreende esforços na negação de uma história perpetuada no sentido de oposição as classes trabalhadoras.

O método (materialismo histórico) que aqui empregamos para compreender o tempo presente no Brasil parte da importância das relações processuais na estrutura capitalista, para isso não podemos avançar na crítica sem a universalização das condições de produção e sua receptividade econômica, política, social, cultural e jurídica. A universalização não significa a anulação dos sujeitos, mas como esses processos de caráter universais fazem-se presentes na vida dos trabalhadores brasileiros. Não se trata da universalidade apoiada nos pressupostos burgueses, mas na ruptura pela compreensão dos mesmos.

O permanente conflito das relações de produção com as forças e formas produtivas na sociedade capitalista promovem o entendimento da universalização desses num encadeamento processual histórico. As condições materiais numa relação de concretude determinam ou indicam determinações, com Sartre (2002) indicou quanto as diferenças entre as cidades de Paris e Roma: "[...] é necessário ver também que as constituições dessas duas cidades condicionam imediatamente as relações concretas de seus habitantes." (p. 70).

As relações concretas originadas no capitalismo empreendem sobre os sujeitos condições concretas direcionadas pelo local estabelecido aos mesmos na esfera produtiva.

Marx (1982) trouxe a formulação do processo histórico a partir do modo de produção o qual converteu fatos espontâneos em fatores históricos, deste modo, compreendeu que:

> Todas as questões tratadas [quanto ao modo de produção] se reduzem, pois, em última instância, a saber de que maneira as condições históricas gerais afetam a produção e qual é a relação desta com o movimento histórico em geral. A questão evidente pertence à discussão e à analise da própria produção (p. 12 <explicação nossa>).

A produção capitalista no neoliberalismo assume uma postura de subtrair o papel do Estado, todavia a contradição está na necessidade do Estado para essa subtração, quando na verdade tal subtração também não existe, já que o Estado é permanentemente prestador de serviços às classes dominantes. E a regra principal, segundo Marx (1992), é a permanente tentativa de lucro por parte da burguesia.

O materialismo histórico, portanto, nos permite compreender a história na relação dos processos com a estrutura capitalista de produção sem abandonar os sujeitos, sem ignorar como os homens vivem nas condições históricas dadas. Desta forma, o enunciado histórico sobre o sujeito parte da realidade e essa precisa ser pensada em termos de referência nas relações também escalares entre os processos históricos.

Quando sinalizamos que o agora é um problema para o processo histórico estamos buscando compreende-lo não como história, mas como resultado do processo histórico e como condição e resultado para pensarmos o futuro. Sabemos que o futuro não pode ser estudado, mas a história pode buscar compreender o passado até alcançar condições para pensar o presente. O agora não é um procedimento histórico, quando mencionamos o agora desejamos apontar a importância da história do tempo presente sendo constituída de forma ininterrupta e o agora não é um conceito, mas uma situação na qual todos vivemos, enfim, o agora é o resultado dos processos históricos não no sentido da crítica de Benjamin (2010, posição 12 AED):

"O Agora (Jetztzeit), que, como modelo do tempo messiânico, concentra em si, numa abreviatura extrema, a história de toda a humanidade, corresponde milimetricamente àquela figura da história da humanidade no contexto do universo".

Não é isso que salientamos. Sabemos que o agora no sujeito não agrega tudo isso. O agora é apenas uma constatação de um tempo verificado no sujeito por meio de entrevistas e nas análises dos dados como constituição de fontes. As escalas do agora são

sempre necessárias em serem verificadas em conformidade à pesquisa realizada. Se as questões partem da busca das memórias dos sujeitos diante de um fato histórico o agora partirá das condições de vida desse com todas as informações as quais possam nos fazer compreender o que significa ser fulano que viveu o fato "y" rememorando o mesmo no dia "x". Assim, devemos utilizar diversos meios para alcançarmos os objetivos da compreensão dos processos e dos fatos históricos, mas sem abandonarmos as premissas marxistas que são responsáveis pela compreensão da organização material dos fatos históricos.

Assim, o tempo presente no Brasil precisa ser compreendido pelas novas formas de configuração do capitalismo, portanto, partimos da globalização como processo inaugural do capitalismo, como condição permanente do capitalismo, como forma de fazer avançar o mercado mundial. A globalização como um processo econômico, político, tecnológico e cultural tem suas origens junto com o capitalismo, já que o capitalismo para poder existir precisou ampliar-se numa ruptura com as condições feudais de produção. O capitalismo moderno surge com a necessidade de ampliar-se permanentemente e essa ideia de globalização como processo mais recente deve ser refutada, pois o capitalismo e os capitalistas sempre buscaram internacionalizarem-se.

O capitalismo avançou em/com vários processos, dentre eles a globalização, e essa com roupagens diferentes em cada momento da história trouxe expectativas de lucros para grupos específicos no poder, para as classes dominantes. A globalização nesses tempos neoliberais tem significado prático para as diferentes classes, para o Estado e as empresas brasileiras e estrangeiras. A história desse processo precisa ser evidenciada pelo caminho de supressão do Estado, numa ideologia dominada por considerações quase que exclusivas de viés economicista, enfim, a globalização e o neoliberalismo foram assumidos como constituintes de um discurso econômico, deste modo, as discussões evidenciadas pelo Estado

brasileiro apontam as limitações e restrições do mesmo no papel configurado pelo capitalismo no tempo presente.

Portanto, o caminho metodológico empreendido nesse trabalho não pode furtar as responsabilidades dos fatores econômicos, os quais são preementes nas esferas políticas, jurídicas e culturais.

> [...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (MARX, 1982, p. 25).

As relações independentes que os homens contraem nesses tempos de neoliberalismo forçam os mesmos a contrairem relações distintas de períodos anteriores, ou seja, com o neoliberalismo a força dos argumentos globalizantes numa escala macroescalar compuseram, e ainda compõem, o cotidiano dos trabalhadores. No fordismo as condições de eficiência tanto dos sujeitos quanto do Estado estruturavam-se em hierarquias visíveis e determinações notórias com a divisão social do trabalho bem orientada no sentido da produção, com o ímpeto do capitalismo financeiro avançar e ter maior domínio sobre as esferas também não produtivas, o toyotismo surge como resposta necessária para ampliar a taxa de lucro das empresas oriundas do processo imperialista, tais empresas são as multinacionais e transnacionais.

O fordismo/taylorismo retirou do trabalhador a autonomia e o mecanizou na esfera produtiva e certamente isso teve impacto significativo no processo histórico dos Estados e no cotidiano dos trabalhadores.

O mesmo com o toyotismo que enfraqueceu o determinismo funcional fabril, a produção por uma especificidade repetitiva e fez com que os trabalhadores voltassem

a pensar em termos antes do fordismo, isto é, o saber fazer numa constituição ontológica de obrigatoriedade de dar-se para além da função específica no trabalho, pois o trabalhador precisaria ir além das suas tarefas, precisaria, como ainda precisa, orientar-se para superar os problemas da própria contradição capitalista e ajudar a empresa a aumentar seus ganhos e rendimentos. Ao mesmo tempo os trabalhadores sacrificam-se em nome de uma coletividade, que as empresas apresentam como "vestir a camisa da empresa" e passam a serem chamados de colaboradores ou mesmo sócios.

O toyotismo trouxe a supremacia do mercado financeiro. Nos anos 1930 o mercado financeiro perdeu força para a necessidade da produção industrial e a ampliação do comércio mundial sob os auspícios do fordismo/taylorismo, somado as políticas keynesianas no campo capitalista e o socialismo de Estado no bloco socialista, as ações precisavam de direcionamentos diretos, com ações e consequências práticas para o fortalecimento de um bloco. No caso do Brasil esses momentos foram de políticas do Estado voltadas para a proteção das empresas nacionais em setores estratégicos e abertura para aqueles que eram interessantes ter alianças econômicas e políticas para o país.

Deste modo, o Brasil neoliberal tem novas configurações econômicas as quais atingiram diretamente os trabalhadores, antecedidos pela política de Estado. Essas condições neoliberais reforçadas por um discurso ideológico sobre a globalização afetam o cotidiano dos trabalhadores, portanto, as questões neoliberais condicionam também os modos de vida dos trabalhadores antecedidos pela composição política. Como salientou Marx (1982, p. 25): "[...] Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutra se transforma com maior ou menor rapidez".

Pensar o processo histórico em termos de ritmo, causalidade e consequência no Brasil de 1990 a 2010 precisa partir das determinações econômicas e políticas em várias escalas, como o poder do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Banco

Interamericano, da Organização do Tratado do Atlântico Norte, das empresas nacionais, multinacionais e transnacionais, dos inúmeros bancos, do Estado, do desenvolvimento tecnológico, enfim, a compreensão da história do Brasil no tempo presente implica nessas considerações, pois sem as mesmas se torna incompleto pensar os processos históricos e sua relação com a produção material e imaterial do modo de produção na sua etapa neoliberal.

O ritmo das ações econômicas e políticas do neoliberalismo devem constar nas análises históricas, uma vez que os processos integralizadores das economias nacionais foram realizados em momentos diferentes, assim, na América do Sul o Chile foi o primeiro país a adotar deliberadamente tais políticas econômicas, enquanto que o Brasil foi um dos últimos países, deste modo, os ritmos foram diferentes, mas as consequências foram próximas. A questão do ritmo de implementação das fórmulas políticas, econômicas e políticas econômicas neoliberais é importante pela intensidade do processo e como o mesmo foi efetuado pelo Estado em consórcio com as classes dominantes nacionais e estrangeiras.

As causalidades ligam-se as formas de dominação dessa estrutura, numa ligação dialética de movimentação de conteúdos diretivos abordados numa plasticidade das instâncias sociais, econômicas, políticas, tecnológicas e culturais. As causalidades são constituídas pelas relações contínuas do modo de produção nas suas múltiplas escalas. As causalidades são portanto condições estruturais numa conjugação processual das relações históricas, geográficas e sociais, tendo como consequencia uma forma histórica, cuja não será moldada, terá essa forma enquanto as premissas da causalidade num ritmo próprio "permitirem", isso significa que a forma histórica é dialética e, portanto, não engessada em objetivos fixos, mas existem pontos que determinam até mesmo a própria modificação dessa forma. E no tempo presente, no Brasil nas décadas de 1990 a 2010, as condições econômicas em escalas regionais, nacionais e mundiais prevalecem como instâncias deliberativas, como

instituições de poder, assim, o imperialismo toma nova forma e é realizado pelos mecanismos de dominação do mercado mundial, agora também financeiro.

Diante disso, não se trata de puro determinismo ou dogmatismo com prevalência de ideias economicistas sobre a história, aliás tanto Thompson (1981) quanto Althusser (1979) tinham essa preocupação em não deixar uma única instância prevalecer, mas nós partimos não de uma determinação econômica, mas como os processos econômicos em diversas escalas e níveis assumiram no tempo neoliberal um destaque maior que os demais, obviamente que o econômico não é uma metafísica ou uma entidade mística, mas prevalece como discurso e prática política, deste modo, todos os governos brasileiros de 1990 a 2010 insistiram em seus discursos de posse e/ou nas suas campanhas em dizer como a prevalência do econômico precisaria de novas situações administrativas do Estado brasileiro. Negar esse fator é negar um elemento importante do processo histórico do tempo neoliberal.

A economia não subtrai os elementos contrários a esse movimento, não anula os trabalhadores de resistirem e nem de se fazer política em oposição a isso, mas vejam todo o movimento empreendido em oposição é em oposição ao econômico, no máximo as políticas que levam ao econômico.

As lutas de classes são, portanto, processadas nesse terreno: o econômico. Isso não é ser economicista, isso implica em compreender o desenvolvimento material das condições de produção e como isso tem como consequência na produção da reprodução da vida material e imaterial (SAES, 1994).

Estudar a economia no processo histórico não significa fazer história econômica, pois precisaríamos de temas e conceitos específicos para fundamentarmos nossos argumentos redutíveis a essas condições, quando estudamos a economia como parte de um processo, porém substancialmente forte na condução do mesmo, estamos falando de economia numa ordem política, tecnológica e social própria.

O neoliberalismo como projeto e processo do capitalismo anunciado pela constituição produtiva do toyotismo precisa historicamente ser pensado nos termos de produção e reprodução das condições de vida. Na mídia os discursos que prevalecem enobrecem a economia, destroem outras instâncias e até mesmo a política fica secundária, quando na verdade a prevalência do econômico depende das instituições políticas, portanto, da organização administrativa e jurídica-administrativa do Estado:

"[...] O direito capitalista é aquele que "converte" todos os homens em sujeitos de direito e que, ao fazê-lo, promove a individualização dos membros de coletivos situados em lugares diferenciados do processo de produção [...]". (SAES, 1994, p. 47).

O direito capitalista dá garantias de legalidade as imposições do mercado mundial ao fazer com que as regras do comércio mundial sejam regras para toda a sociedade brasileira e, deste modo, instaura um campo jurídico numa esfera de dominação maior que o campo jurídico nacional. Essa ideia de movimento jurídico mundial é evidenciada nas mudanças nacionais e nas novas formulações de leis, que no caso brasileiro fizeram com que as relações econômicas fossem instauradas em certa medida às exigências do capitalismo mundial, num primeiro momento, e, posteriormente, fosse incorporado juridicamente os processos econômicos às instâncias políticas que garantiram a permanência de uma realidade neoliberal.

Badiou (2009) coloca as crises a partir dos anos 2000 como um filme de péssima qualidade, mas essas crises roteirizam um caminho para que os Estados venham a filmar um filme só, isto é, todos filmam com os mesmo roteiro, apenas mudam os personagens e a atuação de alguns mais dramáticos ou cômicos atores. Enfim, as questões do tempo presente levam os fatores econômicos a insistirem sobre o Estado e sua organização a formulação/reformulação de mecanismos que aparelham o mesmo para atuar em condições diretivas do e para o capitalismo.

> Nas últimas semanas [de 2006] falou-se muito da "economia real" (produção e circulação de bens) e da economia – podemos dizer irreal? – de onde vêm todos os males, já que seus agentes se tornaram "irresponsáveis","irracionais","predadores" e cometeram todo tipo de rapinagem; depois o pânico, a massa informe das ações, das titularizações e da moeda. Essa distinção é absurda e em geral era desmentida duas linhas depois, quando, por uma metáfora de sentido contrário, a circulação e a especulação financeiras eram apresentadas como o "sistema circulatório" da economia. Coração e sangue estariam fora da realidade viva de um corpo? Um infarto financeiro seria indiferente para a saúde de toda a economia? **Naturalmente, o capitalismo financeiro é – desde sempre, o que nesse caso quer dizer cinco séculos – uma peça constitutiva, central, do capitalismo em geral.** Quanto aos proprietários e animadores desse sistema, eles são "responsáveis" somente pelos lucros, sua "racionalidade" é medida pelos ganhos, e predadores eles não apenas são, como têm o dever de ser. **Portanto, não existe nada mais "real" no paiol da produção capitalista do que seu estágio vendável ou seu compartimento especulativo.** [...]
> O retorno ao real não é certamente o movimento que conduz da especulação "irracional" à produção saudável. **É o do retorno à vida, imediata e circunspecta, de todos aqueles que habitam este mundo**. É daí que podemos observar, sem fraquejar, o capitalismo, inclusive o filme catástrofe que ele tem nos imposto nos últimos tempos. O real não é esse filme, mas a sala. O que vemos quando nos viramos ou nos afastamos? O que vemos, se conseguimos nos desligar da ligeira angústia do vazio da qual nossos mestres esperam que ela nos faça suplicar que eles salvem os bancos? (BADIOU, 2009, posição 773-785 Kindle <explicação e grifo nosso>).

A realidade não pode ser compreendida apenas em termos gerais, apenas em macroescala, precisa ser compreendida no movimento contínuo das esferas institucionalizadas do aparelho econômico-político numa estrutura voltada permanentemente por processos encadeados por uma lógica produtiva, pois os sujeitos que compõem esse movimento são reais e os mesmos precisam serem compreendidos nas suas relações na esfera produtiva do capitalismo.

O real é a sala de cinema, como afirmou Badiou (2009), os filmes que serão projetados influenciarão decisivamente o comportamento dos que os assistem, por isso, Marx e Engels na Ideologia Alemã tomaram tanto cuidado em demonstrar a constituição ontológica do capitalismo no sujeito pelas formulações ideológicas, ou seja, as condições materiais

operam situações próprias de compreensão do mundo desde que essa se vincule aos objetivos processados nas esferas sociais. O econômico faz parte da realidade dos sujeitos e o emprego, desemprego, seguro desemprego, férias, décimo terceiro salário, juros bancários, juros financeiros, enfim, essas esferas institucionalizam os sujeitos na produção, deste modo, não podemos ignorar essas informações ao fazermos a história do tempo presente no Brasil de 1990 a 2010.

A vida imediata dos trabalhadores é mediada por imposições próprias do modo de produção numa dada forma histórica, portanto, as classes de trabalhadores são mediações na esfera produtiva.

O processo histórico nesse tempo neoliberal precisa considerar a situação anterior dos próprios trabalhadores e os deles nas empresas, isto é, a substituição do fordismo como exploração para o toyotismo configurou novas formas também de explorar, de exigir dos trabalhadores, assim, nunca falamos dos mesmos trabalhadores, pois ser trabalhador com suas especificidades e exigências do capitalismo depende das mediações promovidas pelas formas de acumulação.

As exigências dos capitalistas sobre os trabalhadores serão direcionadas pelas formas produtivas nas suas relações com a tecnologia, política, capital financeiro, enfim, ser trabalhador no momento neoliberal do processo de globalização tem suas especificidades que precisam de apresentação e discussão.

Não de trata de autodeterminação como precisa Thompson (1981) para fundamentar os trabalhadores numa classe, mas como a organização capitalista instruiu os mesmos numa representação ideológica de si, ou seja, ser trabalhador no neoliberalismo implica em condições próprias de exploração e de interpretações, pelos trabalhadores, de seus próprios trabalhos, por isso, salientamos a afirmação de Paulo Roberto de Almeida (2006, p. 44):

> Trabalhar com fontes orais significa a possibilidade de identificarmos as muitas linguagens que entretecem um mesmo enredo, as outras histórias que compõem uma trama. Há ocasiões e situações em que a tentação da homogeneização das linguagens e perspectivas acabam por esconder diferentes perspectivas ou as muitas interpretações engendradas pelos diversos sujeitos.

As evidências das condições históricas pelas falas dos trabalhadores é um ponto importante para tecermos as tramas (ALMEIDA, 2006) e são essas tramas que mencionamos em todo trabalho, tramas inscritas no e pelo modo de produçaõ, tramas que sinalizam aos trabalhadores um papel social, político, econômico e cultura. Deste modo, salientamos que falamos de economia porque desmacaramos o econômico como força material e imaterial de opressão aos trabalhadores, seguidos pelo aparelho repressor do Estado nas suas mais diversas instituições.

Precisamos falar do inimigo da classe trabalhadora, deixar claro o inimigo da classe trabalhadora pelas questões macroescalares e microescalares, apresentar as evidências de exploração nesse processo histórico na forma histórica neoliberal.

Todavia, é preciso compreender o significado de classe para o século XXI e como a mesma impacta o conhecimento histórico.

1.1.2. CLASSES E LUTAS DE CLASSES

Diante do exposto até aqui, urge a compreensão do processo neoliberal, pois o mesmo foi/é anunciado como globalização quando na verdade o neoliberalismo é a face mais atual da globalização.Os sujeitos que destacamos nesse processo epistemológico de constituição de uma narrativa histórica marxista são os trabalhadores brasileiros como classe social e econômica oriunda das mudanças ocorridas nas décadas de 1990 a 2010.

As transformações no capitalismo mundial e, portanto, trabalhadores brasileiros inseridos numa nova forma de acumulação capitalista num processo reestrutural da produção e consequentemente de suas próprias condições de vida. Assim, o contexto histórico são as mudanças produtivas veiculadas e vinculadas pelas classes dominantes evidenciadas nas ações do Estado brasileiro, nas suas reformas de 1990 a 2010, e no novo papel do mercado mundial liderado pelo mercado financeiro também global.

O fazer-se da classe thompsoniano nestes tempos de globalização precisa ser pensado pelas ações estruturantes do capitalismo, pois negar a estrutura é negar o mundo real e essa realidade é materializada pelo/no cotidiano, manifesto na edificação de espacialidades, em outras palavras, a classe trabalhadora faz-se mediante os desafios e esses são espacializados, daí a não homogeneidade da classe, todavia, a globalização constitui para a classe trabalhadora de todo o mundo desafios extremamente próximos ou mesmo idênticos. As experiências são estruturadas a partir das imposições do modo de produção capitalista, o qual não deve ser compreendido apenas pelo viés econômico, pois as relações da cultura material e imaterial são pontos nevrálgicos neste contexto, são essas relações que resultam em especificidades na produção de espacialidades. Essas especificidades não garantem a autonomia ou a liberdade dos trabalhadores, são apenas especificidades que também serão transformadas pelo movimento dialético da produção da vida material, mas isso não significa

passividade dos trabalhadores, já que existirão resistências à medida que o capitalismo é transformado.

As classes são formadas a partir do imbricamento das condições materiais à imaterialidade. O modo de produção capitalista engendra as relações sociais de produção, mas não os engessam, obviamente que existe a promoção de uma delimitação pelas condições materiais da classe trabalhadora. Não aceitamos, deste modo, os impeditivos superestruturais como delimitadores da classe, como se suas experiências fossem compactuadas por um viés soberano, como se os trabalhadores fossem uma massa, também não aceitamos a visão limitada das tensões sociais como partilhamento identitário. As tensões existem pelas desigualdades oriundas das relações sociais de produção, existem entre os próprios trabalhadores também, mas isso não garante o fazer-se da classe, pois entendemos que essas delimitações pelas tensões desigualdades e exploração colocam as classes trabalhadoras em profundo estado apático, como se esperassem desgraças para se identificarem.

As classes trabalhadoras identificadas pela fragilidade reforçam o discurso burguês de neutralidade e assistência ao trabalhador pelo próprio trabalho. É fundamental dissociarmos a classe trabalhadora das expectativas negativas, foram ao longo das últimas décadas tecidas inúmeras críticas a Lukács (2003), todavia o aspecto mais importante da sua obra está na identificação da classe trabalhadora pela resistência, ou seja, a identificação da classe se dá pela capacidade de ir além das condições materiais e culturais impostas.

O fazer-se da classe não deve ser relacionado com a negatividade, com as tensões pelas tensões, mas pela possibilidade de irem, enquanto trabalhadores unidos, além das debilitações do capitalismo. Isso é para nós na atualidade o fazer-se da classe. O enfrentamento demarca posições e a resistência garante a afinidade classista, esse processo não se encerra no momento, o agora dos trabalhadores marcados pelas indignações das

ingerências as suas condições de vida impõem aos mesmos a construção de um caminho iniciado no não pacto com a classe dominante.

Diante disso, é importante pensarmos criticamente a partir da afirmação de Thompson (2001, p. 17): "O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar uma força exterior [...]". Essa afirmação tem como centralidade a constituição da classe trabalhadora por elementos nem espontâneos e nem estruturais, enfim, a classe trabalhadora simplesmente surge, como Hoggart (1973) buscou compreender os trabalhadores nas suas dimensões não econômicas e políticas, assim, os trabalhadores para Thompson são feitos e se fazem num movimento dialético que não demonstra a operacionalidade permanente do capitalismo na constituição dos sujeitos a partir da divisão social do trabalho e da contradição capital e trabalho.

Neste sentido, falar de auto-formação da classe não compõem as exigências do pensar quanto ao neoliberalismo. As classes não foram feitas no século XIX e engessadas, Thompson (2001) colocou uma data da formação das classes operárias de 1790 a 1830, logo não poderíamos mais falar de classe de trabalhadores, de operários, de camponeses, de sujeitos que se vendem pedaço a pedaço como assinalou Marx. As classes de trabalhadores tomaram novas configurações e exigências, novas condições de desenvolvimento e aprisionamento, novas formas de exploração e novas formas de libertação, porém continuam as classes de trabalhadores desde a sua origem no século XVIII na mesma estrutura configurada na divisão social do trabalho e, portanto, produtora de mais-valia.

Os elementos constitutivos do cotidiano dos trabalhadores com as ações e pensamentos associados ou mesmo iniciados pelas condições da classe obrigam os trabalhadores a refletirem sobre os seus cotidianos, assim, o problema está em quais

elementos serão pensados, daí a importância da constituição dos processos históricos na estrutura política e econômica.

. Thompson (2001, p. 18) afirmou que: “A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada”. Para constituir-se enquanto classe não depende apenas da identidade, do espiritualismo e da empatia entre os sujeitos, depende das condições dadas na estruturação dos sujeitos pela superestrutura, não como ponto último e determinante, mas como centralidade, como coluna de sustentação dos outros pontos que atingem e formam os sujeitos como classe trabalhadora.

A classe trabalhadora em tempos neoliberais tem especificidades que precisam ser pensadas, principalmente, a subjugação do Estado aos ditames do mercado financeiro mundial somado à concorrência internacional da mão de obra entre trabalhadores. Quando especificamente pensamos no Brasil de 1990 a 2010 temos trabalhadores que tiveram substancialmente seus direitos trabalhistas sufocados, diminuídos e ameaçados, bem como momentos de perdas salarias e disputas acirradas em busca de trabalho, somado as transformações políticas, econômicas e tecnológicas. Esses trabalhadores vivenciaram as transformações do fordismo para o toyotismo e com isso a transformação dos administradores e/ou gerentes das empresas, portanto, seus cotidianos de trabalho foram modificados e com isso até mesmo as relações com os sindicatos e os movimentos sociais. Assim, não se trata de uma classe engessada, pois os trabalhadores são obrigados a terem o dinamismo da economia, da política e da tecnologia, ao mesmo tempo em que esses trabalhadores são constituídos por valores extremamente caros a ideologia capitalista, valores que desobrigam a coletividade e valorizam a individualidade.

A classe trabalhadora brasileira de 1990 a 2010 encontrou dificuldades em se enxergar como classe, como sujeitos com vidas congruentes, com condições similares de trabalho, lazer e cultura, por exemplo. Essa dificuldade aproxima-se da não organização de

resistência, pela própria condução das condições de trabalho e vida, somadas as ineficientes memórias de lutas e resistências operacionalizadas no cotidiano dos mesmos, isto é, as memórias deveriam ser evidenciadas para os mesmos, serem discutidos seus papéis na produção capitalista, seja pelos sindicatos ou mesmo pelos grêmios recreativos das empresas.

Nas crises do capitalismo sempre são os trabalhadores que sofrerão todas as represarias imagináveis. Os trabalhadores brasileiros nestas últimas crises mostraram-se, em grande parte, submissos as mudanças impostas pelas empresas para que as mesmas não falissem. Para isso os trabalhadores brasileiros de várias empresas, dentre elas a Thyssenkrupp, aceitaram reduzir seus salários com perdas significativas. Essa decisão em subtrair os próprios salários produziu uma memória de submissão, a luta histórica destes trabalhadores passará por muitos anos por esse caminho de submissão; assim, as memórias de não resistências poderão prevalecer e conduzir esses trabalhadores para a nulidade histórica quanto às lutas, exigências e resistências. O agora dos trabalhadores que aceitaram a diminuição de salários foi marcado por essa submissão, ou seja, a interpretação dos momentos cotidianos destes trabalhadores foi marcada pela não radicalidade e pelo movimento pacífico e ordeiro em lidar com as próprias opressões. O agora marcado pela submissão terá enorme dificuldade em avançar para além da exploração, por isso entendemos que a relação memórias e experiências vinculam-se diretamente as lutas de classes. Entendemos deste modo, pois partimos das evidências das transformações do capitalismo nestes tempos de globalização. O agora marcado pelos fatos será projetado continuamente se as memórias dos trabalhadores não forem questionadas pelos mesmos, atribuindo as suas condições de vida às explorações capitalistas.

Thompson (2004) quanto à classe operária inglesa que se formou nos séculos XVIII e XIX afirmou algo extremamente importante para pensarmos também esses tempos de globalização, pois esses trabalhadores ingleses “[...] viveram nesses tempos de

aguda perturbação social e nós não". (p. 13). Essa negativa de Thompson (nós não) tem um imperativo de resistência a pensar conjuntamente com a classe trabalhadora, visto que a classe sempre desfavorecida vive aguda perturbação, vive em contínua crise, mesmo nos tempos de prosperidade. Deste modo, a crise permanente da classe trabalhadora é também importante elemento para a constituição de uma narrativa histórica realizada por professores, acadêmicos, historiadores e movimentos sociais.

Nestes tempos neoliberais nós vivemos essas perturbações e compreendemos os valores culturais, sociais e econômicos pelas nossas próprias experiências sem distanciarmos da questões econômicas e políticas. Sabemos a validade das lutas e dos silêncios dos trabalhadores como formas de resistências, mas as mesmas constituirão história quando posta como fato, como transformação sócio-espacial dinamizada nas muitas articulações temporais.

O fazer-se da classe trabalhadora no tempo presente passa pelas perturbações das crises econômicas e políticas, pelo desenvolvimento tecnológico e as mudanças sociais nas relações de trabalho. As evidências históricas serão analisadas, nestes tempos de globalização no qual vivemos. O ponto importante que deve ser analisado é a relação da classe trabalhadora com as transformações recentes no capitalismo e como essa é materializada no espaço pela recepção cotidiana dos trabalhadores.

As transformações capitalistas injetaram nas classes trabalhadoras brasileiras outras dinâmicas de organização e reivindicações, as grandes greves e as manifestações públicas foram pouco a pouco sendo substituídas por acordos internos nos quais muitas vezes o sindicato apenas intermedia sem maiores interferências. O sindicato não forma a classe trabalhadora, representa-a na medida em que os trabalhadores assim permitem, em alguns casos, ou, em outros, nem representam, pois já compactuam inúmeras alianças com o patronato, basta pensarmos na história da CUT e da Força Sindical.

O fazer-se trabalhador ou constituir-se como sujeito de uma classe não o obrigada à vinculação sindical, pois a classe independe da oficialização institucionalizada. Não descartamos os papéis das instituições políticas, econômicas e culturais, todavia, essas não delimitam a classe trabalhadora, pois a combinação dos processos históricos econômicos, políticos e culturais é que entrecruzados possibilitam a compreensão de um padrão classista, tendo, nesses tempos neoliberais, uma ação mais forte dos fatores econômicos.

A padronização da classe trabalhadora somente será compreendida pelos iguais, por meio da identificação de si a partir do outro e esse retorna ao sujeito obrigando-o a pensar em ambos como sujeitos de um mesmo processo histórico, econômico, político e cultural. Todavia, essas considerações identitárias somente serão possíveis com a identificação primária: ser trabalhador e, portanto, explorado. Ser explorado nessa nossa proposta de leitura e narração da história é categoria central, já que ser trabalhador significa mais do que apertar parafusos ou criar sistemas vetoriais complexos para a computação, ser trabalhador é antes de tudo ser um sujeito explorado. Marx e Engels já no Manifesto sinalizaram esse caminho.

Thompson (2001, p. 21) afirmou que: "[...] tanto o contexto político quanto a máquina a vapor tiveram a maior influência sobre a formação da consciência e das instituições da classe operária". Assim, entendemos que as aproximações econômicas imbricadas às instâncias tecnológicas e ao papel regulador das políticas sociais e econômicas no cotidiano dos trabalhadores tem considerações importantes nesse processo, todavia, não se trata de um outro, mas os processos imbricos na formação da consciências dos trabalhadores. A máquina a vapor trouxe novas repercussões ao cotidiano dos trabalhadores e atingiu diretamente a organização coletiva e seus modos de operações nas lidas diárias e, portanto, novos contextos políticos e, consequentemente, novas ações sobre as matérias e a tecnologia e essas novas constituições políticas, todas precedidas pelo econômico, pela objetivação do

lucro no cotidiano dos trabalhadores. O mesmo ocorreu e ocorre nas últimas três décadas (1990-2010) com o avanço sistemático dos imperativos capitalistas de mercado pela sujeição dos territórios nacionais às operações de créditos e de investimentos do mercado somado a ampliação das tecnologias em movimentos dialéticos permanentes.

Pensar o ser social e a consciência social é fundamental para a compreensão do movimento dialético da História, já o sujeito e a sociedade imbricam-se continuamente, não existe o sujeito isolado da sociedade e nem a sociedade sem o sujeito. O ser social independe de críticas, de pensar na sua própria existência, pois o mesmo existe independente de qualquer relação. O ser social infringe seu *status quo* ao tecer críticas aos fatos direcionadores de seus cotidianos, ao criticar suas limitações sociais, políticas, culturais, históricas e espaciais; assim, o ser social destina-se pela consciência social, ou seja, terá estratégias claras que definem suas limitações diárias. A consciência social não é mágica, ela depende das relações cotidianas e das pressões que esses trabalhadores vivem, deste modo, as experiências e as memórias são fundamentais para o aperfeiçoamento quanto à compreensão das relações sociais, políticas, econômicas e culturais para os trabalhadores.

A consciência social depende da memória de lutas e as experiências travadas no embate classista, a negação da classe é o movimento próprio das articulações dominantes do processo capitalista globalizado no neoliberalismo. Negar as classes trabalhadoras e subtrair a importância do movimento de classe é a característica predominante nestes tempos de globalização.

O discurso neoliberal e a crise cíclica do capitalismo produziram enorme reforço para que as memórias dos trabalhadores não retornassem aos momentos históricos de lutas, como se as lutas tivessem desaparecidas e a rebeldia estivesse vinculada a agressão à normalidade. Não retomar significa que a sociedade interrompe em várias instâncias as discussões referentes a esses processos históricos, esse interromper deve ser pensado como a

constituição de uma história desvinculada das lutas de classes e, portanto, "naturalizada" nas relações capitalistas.

As evidências destas afirmações estão cotidianamente nos noticiários apresentando os sem-terras, os sem-tetos, os atingidos por barragens, os desempregados, enfim, todos aqueles promovedores de resistências são achincalhados pela grande mídia vinculada diretamente as classes dominantes, em outras palavras, as lutas de classes vigoram-se pelas contradições capitalistas e nem o avanço tecnológico e a suposta subtração das fronteiras territoriais impediram que as mazelas continuassem.

Os impeditivos legais e a construção de um logos dominante dificultam as ações dos trabalhadores para além da coletividade dentro das empresas, são raros os movimentos de solidariedade entre os trabalhadores de uma empresa para com outra. Isso não diminui ou anula a característica social de classe: ser trabalhador. Porém, ser trabalhador nestes tempos implica dificuldades ímpares, a partir de Chesnais (1996), entendemos que os desafios ancoram-se na tecnificação do trabalho e da economia, no dinamismo eletrônico das transações comerciais, no fluxo de pátios industriais com uma fluidez histórica, no fluxo maior de pessoas e na dependência máxima dos Estados quanto aos investimentos diretos e indiretos das empresas multinacionais.

Entendemos que os trabalhadores não se anularam e que suas resistências foram apresentadas nos momentos decisivos de negociações e até mesmo de embates, porém **os trabalhadores não estavam e não estão vinculados a outras perspectivas**, pois os mesmos objetivam garantir seus empregos e seus rendimentos, garantir suas sobrevivências e de seus dependentes. Outra perspectiva para além do capitalismo é ponto importante na compreensão dos processos históricos, assim, não se trata apenas do imediato sobre os trabalhadores na constituição da consciência de classe, mas também o mediado. Mediação na relação processual das condições materiais, divisão social do trabalho e instâncias de poder. O

mais importante é termos a consciência histórica da regulação da formação de homens e mulheres como trabalhadores, pois:

> A procura por homens regula necessariamente a produção de homens assim como de qualquer mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então uma parte dos trabalhadores cai na situação de miséria ou na morte pela fome. A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e é uma sorte para ele conseguir chegar ao homem que se interesse por ele. E a procura, da qual a vida do trabalhador depende, depende do capricho do rico e capitalista. (MARX, 2008, p. 24):

Deste modo, a formação da consciência histórica dos sujeitos precisa partir da afirmação de Marx (2008) e compreenderem-se nesse processo como sempre determinados no mercado de trabalho, ou seja, no capitalismo, no modo de produzir e vender no capitalismo, os trabalhadores sempre serão mercadorias.

Diante disso, podem nos acusar de estruturalistas, por pensar dessa forma, por defender o econômico como última instância, como coluna de sustentação do capitalismo, por trazer a palavra mercadoria aos trabalhadores nas suas próprias condições de vida, em outros termos, a apresentação das instâncias de Marx ao cotidiano dos trabalhadores na produção da história é fundamental por trazer questões práticas quanto aos mesmos nas suas múltiplas relações sociais, econômicos, políticas e culturais vinculadas sempre a divisão social do trabalho.

A mediação da consciência de classe dos trabalhadores nestes tempos neoliberais precisa ir além das imposições capitalista transpostas pelas questões operacionais toyotistas num discurso carregado de finalidades mercadológicas sem incluir o trabalhador nessa lógica.

"Com esta divisão social do trabalho, por um lado, e o acúmulo de capitais, por outro, o trabalhador torna-se sempre mais puramente dependente do trabalho, e de um trabalho determinado, muito unilateral, maquinal". (MARX, 2008, p. 26).

Classes e lutas de classes, portanto, na compreensão do processo histórico marxista parte das premissas produtivas, das formações sociais articuladas pela divisão social do trabalho, dos objetivos empreendidos pelas classes dominantes.

> [...] a economia nacional consider[a] apenas como trabalhador o proletário, isto é, aquele que, sem capital e renda da terra, vive puramentedo trabalho, e de um trabalho, unilateral, abstrato. Ela pode, por isso, estabelecer a proposição de que ele, tal como todo cavalo, tem de receber o suficiente para poder trabalhar. Ela [a economia nacional] não o considera como homem no seu tempo-livre-de-trabalho [...], mas deixa, antes, essa consideração para a justiça criminal, os médicos, a religião, as tabelas estatísticas, a política e o curador da miséria social. (MARX, 2008, p. 30).

O trabalhador nesses critérios marxistas é sempre uma preocupação para a produção, assim, precisa pensar e agir como trabalhador, em outras palavras, figurar e agir em conformidade as exigências daqueles que o empregam. Marx (2008) coloca o Estado a serviço das classes dominantes e, deste modo, não pensa nos trabalhadores como homens e mulheres com vidas, mas trata-os como números e são empregados nas suas justificativas estatísticas as quais demonstrarão como os mesmos utilizam muito as verbas públicas para tratamentos médicos ou mesmo aposentadorias e como os trabalhadores são criminosos.

A consciência de classe nesses tempos neoliberais no Brasil precisa ser pensada sobre as considerações de Marx (2008, p. 108) no século XIX: “O lugar de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do ter”.

Essa é uma consideração histórica importante, pois o primado da produção capitalista é a formação de seres humanos ora em consumidores ora sendo consumidos pela produção.

> O homem carente, cheio de preocupações, não tem nenhum sentido para o mais belo espetáculo; o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto, a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para fazer humanos

> os sentidos do homem quanto para criar sentido humano correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural. (MARX, 2008, p. 110-111).

Ser trabalhador no Brasil de 1990 a 2010 tem implicações que precisam de reflexões a partir das formulações marxistas, assim, Marx ao sinalizar a inexpressividade do mais belo espetáculo para os trabalhadores ou para os capitalistas, nos coloca uma questão primordial relacionada as formas históricas e aos processos estruturantes do capitalismo na constituição ontológica do sujeito. Assim, ao refletirmos o tempo presente no Brasil pelas condições neoliberais precisamos compreender como a organização da produção material pelo Estado, pelas empresas nacionais, transnacionais e multinacionais e pelo mercado financeiro mundial articularam-se na formação da classe trabalhadora seja na sua funcionalidade ou mesmo na representação para si.

Essas condições afetam diretamente a formação da classe trabalhadora, já que: "Mas o que medeia a minha vida para mim, medeia-me também a existência de outro homem para mim". (MARX, 2008, p. 157).

Diante disso, é fundamental pensarmos nos limites e nos desafios da classe trabalhadora no Brasil de 1990 a 2010 e como as transformações no modo de produção nas novas formas de acumulação atingiram diretamente aos trabalhadores. Para isso fazemos uma formulação teórica a partir de Marx e buscamos evidenciar questões que consideramos importantes para compreendermos o processo histórico recente.

É importante compreendermos os desafios do presente para a ampliação do desenvolvimento classista nos trabalhadores. São tempos de globalização neoliberal e esse por e em si traz inúmeros problemas; grosso modo, as crises econômicas desde a década de 1990 e o fim do Bloco Socialista promoveram uma reorganização estrutural do capitalismo somado as novas formas de acumulação. Foram diversas crises desde 1990 sendo a primeira mais "forte" a do México em 1994 e as últimas a crise imobiliária nos Estados Unidos em 2008 e a crise do Euro iniciada também em 2008 e ainda em processo crítico. Destacamos também as

crises de 1990 (recessão no Japão), a crise Asiática em 1997-1998 e essa mesma crise desdobrada atingiu vários outros países principalmente a Argentina, o Brasil e a Rússia em 1998. Posteriormente, a crise da Bolsa de Valores Eletrônica Nasdaq foi iniciada em 2000 e os resultados para a economia de todo o mundo foram desastrosos. São mais de vinte anos de crises sistemáticas que demonstram a fragilidade estrutural do capitalismo, ao mesmo tempo em que apresentam as forças do capitalismo para além de suas estruturas econômicas e políticas.

Crise, crise, crise... Talvez seja a palavra mais noticiada em todo o ocidente nos últimos vinte anos. Os trabalhadores foram e são bombardeados pela iminência da quebradeira total, do perigo da falência das empresas nas quais trabalham, enfim, são diariamente oprimidos pelo medo, pelo terror do desemprego, pela impossibilidade em se empregarem novamente já que o cenário demonstrado pela mídia é a crise geral, a crise que não permitirá que fiquem pedras sobre pedras. Esse discurso cataclísmico financeiro e econômico, sem dúvida, produziu em grande escala nos trabalhadores uma memória de crise, memórias que são constituídas pelo não enfrentamento, ou seja, os cotidianos destes trabalhadores são direcionados pela sistematização de um discurso que atropela qualquer tentativa de produzir resistências. Minam as forças das lutas pelas classes trabalhadoras por meio da produção de uma memória impeditiva às resistências; assim, a aceitação das reduções da carga horária de trabalho com comprometimento dos rendimentos é a demonstração mais nítida da não resistência dos trabalhadores[2].

[2] Trabalhadores da Thyssenkrupp em Minas Gerais aceitaram redução salarias, bem como os trabalhadores da fabricante de motores diesel MWM International (http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/detalhes/8/43836), trabalhadores da WEG (http://www.dci.com.br/weg-reduz-carga-horaria-e-salarios-para-evitar-demissoes-id184744.html), também os trabalhadores das empresas GKN e Randon aceitaram a redução de salários como foi noticiado pela Rádio Sepé e também afirmou que somente no Estado do Rio Grande do Sul tiveram a redução salarial acordada mais de 7 mil trabalhadores "**ACORDOS COLETIVOS JÁ REDUZIRAM SALÁRIOS DE PELO MENOS 7 MIL TRABALHADORES NO ESTADO"** no ano de 2009 http://www.radiosepe.com.br/index.php?origem=noticia&id=5400. Muitas outras empresas acordaram com seus empregados a redução de salário, como a Pirelli (http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,pirelli-reduz-salario-e-mantem-nivel-de-emprego,344288,0.htm) e as empresas do setor turístico, já em 2001, (http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=2751).

Não afirmamos aqui que todos os trabalhadores preferiram a resiliência, também entendemos que não se trata de opção simples, o que desejamos apresentar é como o discurso da crise e as transformações produtivas do capitalismo interferiram diretamente na formação da classe trabalhadora nestes tempos de globalização neoliberal e como o agora destes trabalhadores é formado por inúmeras problemáticas e projeções que os levam para cotidianos diferenciados conforme suas decisões e ações compromissadas com a resistência ou com a resiliência.

O fazer-se da classe trabalhadora nestes tempos de globalização assume outro significado, pois a compreensão do que seja a classe ainda parece confusa para a própria classe, daí precisamos retornar a Marx (2008) e evidenciarmos os elementos de mediação da mesma, isso é, a classe prima, em termos marxista, pela unificação da mesma, pela estruturação das suas condições de vidas por meio de suas memórias e experiências as quais culminam numa consciência histórica, em outras palavras, e a partir daí compreenderá os aspectos cotidianos de suas próprias vidas.

As experiências dos trabalhadores também podem ser levadas por um caminho positivista ou mesmo interpretadas como puras fenomenologias, ou mesmo relativismo pós-moderno, já que o sujeito não responde a todas as expectativas, ele pode nortear alguns pressupostos e apresentar suas relações escalares cotidianas, mas não revelam a totalidade, já que entendemos a totalidade das experiências por suas visibilidades cotidianas.

Assim, questionamos: como os trabalhadores ligam suas experiências de classe edificadas por uma memória de lutas e como esses pontos impulsionam o fazer-se classe? Os trabalhadores tornam-se classe para si quando?

A classe trabalhadora existe para os outros, todos sabem que existem trabalhadores e esses compõem genericamente “uma” classe. Aos trabalhadores a classe

precisa ser mais nítida, necessita de uma composição que leve a mesma a ter sentido prático, mesmo que inicialmente a prática não seja efetuada, mas precisa de valores; assim, concordamos com Thompson (1981, p. 190): "[...] toda luta de classe é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores." Não concordamos com Thompson quando busca um eixo centralizador para que a classe fosse compreendida fora da classe, apenas apresentamos a necessidade dos trabalhadores compreenderem-se enquanto classe e isso somente se tornará possível pelo embate com o hegemônico, pela compreensão de suas condições históricas no agora e como esse agora é projetado para além do presente.

A práxis das lutas é mediada pelos desafios econômicos, sociais, políticos e culturais, pois os trabalhadores encontram-se mediados cotidianamente por essas relações. A hegemonia destas relações edificam imposições e essas são praticamente indestrutíveis pela maleabilidade do capitalismo, pela sua força vigorada em todas as esferas físicas e psíquicas do cotidiano dos trabalhadores. O rompimento destas relações será processado pela capacidade em pensar o processo histórico na prática diária do trabalho e ao mesmo tempo questionar o agora como projeto para o futuro.

Os valores construídos pelo modo de produção capitalista no ocidente privilegiam o consumo, o possuir bens, o ter, enfim, estimula o processo de compra e venda, circulação de mercadorias e a crescente preocupação em termos sempre mais e os objetos mais novos e sofisticados. Somamos ainda o discurso paralisante das crises atuais do capitalismo e os trabalhadores, em muitas empresas, acordando a redução do próprio salário. Esses tempos de globalização foram usados para que a classe trabalhadora não se solidarizasse com a classe, o discurso do terror pela crise e o enfrentamento classista como suicídio social aprofundaram as fraquezas das práticas da classe trabalhadora, já que o resignar-se foi homogeneizado, mas não aceito. A homogeneização não significa o engessamento definitivo, basta olharmos para a Europa e as manifestações conflitivas dos

trabalhadores. No Brasil também tivemos na última década números consideráveis de embates por meio de greves, segundo o Dieese de 2008 a setembro de 2011 no Brasil foram registradas 1675 greves.

Diante disso, como avaliamos o fazer-se da classe trabalhadora no Brasil? Pois existe a pressão homogeneizadora do capitalismo e a constituição involuntária por essa memória, ao mesmo tempo em que os trabalhadores não aceitam tudo por essa pressão e resistem por vários meios. A greve é o instrumento legal e político mais usado pelos trabalhadores brasileiros para o enfrentamento das pressões. O número 1675 de greves em todo país não representa a totalidade dos trabalhadores e muito menos promove a integração classista entre os mesmos, as greves são pontuais e as necessidades reivindicatórias também, por exemplo: as greves dos trabalhadores em 2012 da Volvo em Curitiba, dos trabalhadores da construção civil no Ceará e as inúmeras greves das instituições públicas não representam a classe trabalhadora como um todo, formam coletivamente memórias de resistências, todavia, são resistências pontuais e não que englobam todos os trabalhadores.

O fazer-se da classe deveria promover a identificação dos trabalhadores com um projeto mais amplo que subtraísse as pressões e explorações dos capitalistas. No século XXI as pressões do mercado e o distanciamento dos trabalhadores tem promovido o fazer-se adequado para o trabalho. Mesmo as greves e as manifestações não colaboram para o agora ser compreendido como o momento da resistência, esse agora, provavelmente, será adiado muito, não sabemos quanto, apenas temos certeza que essas lutas impulsionam memórias e essas precisam de aproximações para uma práxis da resistência. Não uma aproximação artificial, cunhada por algum teórico, a aproximação precisa ser encontrada na lida cotidiana, ou seja, as experiências de lutas precisam ter um sentido mais amplo que as pontualidades reivindicatórias.

As ações conjuntas dos trabalhadores em pontos reivindicatórios não garantem a formação social pela composição ontológica ou mesmo gnosiológica da classe através das experiências individuais dos trabalhadores. A classe não é feita pelas condições apresentadas aos trabalhadores, conforme acredita Thompson (2001 e 2002), mas as classes são feitas na consciência de suas condições de explorados, de sujeitos-mercadorias. Neste sentido, concordamos com Lucaks (2003) que aponta à classe o papel de possibilidade revolucionária da mesma, todavia, a classe trabalhadora apenas se movimentará e unificará suas experiências pelas justificativas práticas das suas condições em oposição à opressão e as limitações oferecidas pela classe dominante.

Thompson na "Formação da Classe" e na "Miséria da Teoria" evidenciou a importância da subjetividade para a construção da consciência social mediada pelas experiências, suas críticas à racionalidade burguesa aproximam-se de Horkheimer (1975), porém avança ao não interromper o percurso histórico e paralisa seus argumentos por não compor um quadro funcional do trabalho e da classe trabalhadora, mesmo indo para além do pessimismo romântico horkheimeriano. Thompson, grosso modo, não abandona o romantismo e norteia as experiências e a formação da classe por um "instalo" psicológico emotivo, como se os sujeitos ao compreenderem-se trabalhadores, não apenas pela razão, mas deveriam sentir suas condições de classe e; assim, se direcionariam para formarem-se como constituintes de uma classe. A espera da "iluminação" em si e por si dos trabalhadores desautoriza a luta de classes, já que em dado momento a História será revelada aos trabalhadores por eles mesmos. Entendemos e concordamos com a intermediação da experiência como formação da consciência social e também que essa consciência está em constantes disputas nisso que Marx apresentou como lutas de classes. Lukács (2003, p. 421) assim compreendeu: "[...] O proletariado conquista a vitória em suas lutas de classe não apenas na esfera do poder, mas simultaneamente nessa luta pela consciência social".

A classe trabalhadora é formada por indivíduos e essa constatação de Thompson (1981, 2001 e 2002) é importante, pois a confirmação das experiências somente ocorrerá por esses indivíduos, porém esta confirmação não pode ser relativizada e nem sentimentalizada. Não afastamos os sentimentos da razão, mas ancoramos nossa argumentação na formação da classe pela compreensão de suas próprias condições históricas e isso somente será possível com a projeção para além do imediato, projeção articuladora da escala temporal e espacial, em outros termos, a realidade precisa ser manifesta concretamente no cotidiano dos trabalhadores.

Thompson (1981, 1987, 2001 e 2002) destaca as experiências dos trabalhadores e busca uma lógica comum do processo que possa identificá-los como classe; assim, a formação da classe depende da relação identidária e de como os outros, para além da classe, compreenderão essas experiências como unificadoras. Assim, se pode, como tem, milhões de classes em todo mundo na concepção de Thompson, isso tira o primordial das lutas de classes sinalizadas desde o Manifesto por Marx e Engels: a identificação da exploração pelas classes dominantes e as contradições do e no modo de produção capitalista.

Nestes tempos de globalização no Brasil de 1990 a 2010 existem dificuldades para que as experiências sejam compreendidas como unificadoras, já que as pontualidades das reivindicações e a construção de uma memória eivada por crises e medos impedem os trabalhadores em se comprometerem para além dos iguais de suas problemáticas específicas.

Neste ponto da discussão, Thompson aproxima-se de Horkheimer, justamente por apresentar o sujeito como abstração possível em ser materializado pela sua consciência, ao mesmo tempo em que a sociedade é o lócus da materialização e simultaneamente da ação dialética no processo histórico de constituição do sujeito; assim, a afirmação de Horkheimer (1975, p. 133) - "[...] No modo burguês de economia [...] a

atividade da sociedade é cega e concreta, e a do indivíduo é abstrata e consciente”- imbrica o sujeito como agente histórico, ao abdicar da concretude perpetua e analisar suas condições de vida os trabalhadores conseguirão avançar para além da cegueira social, em termos marxianos, a ideologia será descortinada e conforme Horkheimer (1975, p. 140): “[...] Este sujeito não é pois um ponto, como o eu da filosofia burguesa; sua exposição [...] consiste na construção do presente histórico”.

Thompson nunca enxergou o trabalhador como um ponto, como um ser ontológico neutro e/ou independente, pelo contrário suas análises permitiram a compreensão dos trabalhadores como sujeitos ativos e conscientes. Thompson não elaborou um projeto mais amplo que incluísse os trabalhadores em ações concretas efetivadas pelas lutas de classes, ele apontou a importância das memórias de lutas e as experiências interpretadas a partir deste movimento. No tempo presente são constituídas memórias de lutas e de crises, memórias diretivas para as resistências dos trabalhadores e memórias sedimentadas pelo pavor das crises e, portanto, submissas as vontades estruturais do capitalismo. As memórias em disputas são projetos de vida e de mundo, ou seja, as lutas de classes se dão em todos os níveis e as memórias constituem parte fundamental destas disputas.

As memórias das classes dominantes contam com arsenais monstruosos de dominação, já que a cultura da elite econômica no Brasil tem um poder de inserção muito grande nas classes trabalhadoras seja pela religião, pela legislação, pela mídia e por outros aspectos ligados diretamente à cultura. Sabemos também os trabalhadores tem suas especificidades culturais e as resistências residem justamente nestas pontualidades que os diferenciam da cultura hegemônica, todavia o grande problema é que essas culturas e/ou ações gerais de resistências não tem a mesma inserção no universo da classe dominante e nem a capacidade de ser inserida na classe trabalhadora como um todo.

Concordamos com o poder da resistência pela composição das experiências e das memórias, porém compreendemos que as experiências pelas experiências não resolvem, aliás, o comprometimento com as experiências pelas experiências leva, inevitavelmente, ao compromisso com a pós-modernidade e com as políticas econômicas neoliberais, pois o discurso pós-moderno agride ideologicamente as lutas de classes pela operacionalidade conceitual do relativismo absoluto. Não compartilhamos destes valores, portanto, avançamos pela discussão do tempo presente pela necessidade em pensarmos os desafios para a elaboração de um projeto que subtraia as condições capitalistas impostas à classe trabalhadora, pois conforme Marx (s.d 1, p. 324):

> Tendo em vista que os senhores da terra e do capital sempre utilizam seus privilégios políticos para defender e perpetuar seu monopólio econômico e para escravizar o trabalho, a conquista do poder político torna-se tarefa primordial do proletariado.

As experiências são constituídas por memórias involuntárias quando as ações ideológicas sobrepõem à lógica cotidiana dos trabalhadores, como se a lida bruta do trabalho fosse suprimida por valores justificadores e mistificadores destas condições. Diante disso, o fazer-se da classe precisa ir além do "memorialismo" trabalhista, isso significa que a consciência social precisa também ser compreendida como consciência política. A classe trabalhadora precisa compreender suas experiências e seus modos de viver através da relação de exploração, todavia, no tempo presente muitos trabalhadores desistiram dessa ideia e a resistência dos trabalhadores parece minada.

Ao afirmarmos que alguns trabalhadores desistiram das ideias e ações de resistências nós frisamos a nossa compreensão que todos os trabalhadores tem a compreensão de suas condições de vidas, sabem perfeitamente das explorações e compreendem o atrelamento de suas vidas ao trabalho; assim, ao optarmos pelo verbo desistir almejamos a

apresentação das possíveis condições de resiliência e o não engessamento para as futuras resistências.

Tugan–Baranowsky (1916) trouxe apontamentos importantes para pensarmos as lutas de classes, dentre tais destacamos o domínio da produção como domínio de toda a condição de vida dos trabalhadores; assim, escreveu:

> Es evidente que el instinto de conservación no constituye el único, ni el más importante motivo de la lucha de clases. Sólo los menesterosos luchan por la mera existencia; los demás, hasta entre los trabajadores medianamente cualificados, luchando sólo por la existencia, sino por elevarla y hacerla más digna del hombre. Para las clases pudientes la necesidad de sustentarse no cuenta, naturalmente, entre las causas de la lucha de clases. Un rico no quiere enriquecerse más para sustentarse, puesto que sin necesidad de ello tiene bastante asegurada su existencia. La aspiración á gozar tiene en este respecto un mayor valor, aunque es también muy individual y no puede generalizarse como explicación. Es verosímil que sólo los sentimientos ego-altruistas, los que se manifiestan por aspirar á distinguirse y lograr una fuerza social, sean los fundamentos psicológicos más importantes del apetito de riquezas; **la riqueza se busca frecuentemente más bien como medio de dominar**, que no, á la inversa, la fuerza como medio de enriquecerse. (p. 119). <grifo nosso>.

A dominação das condições materiais produz a dominação das esferas psíquicas dos trabalhadores, pensar as lutas de classes obriga-nos a refletir a formação dessas classes. Tugan–Baranowsky (1916) e Lênin (1961) sinalizaram a solidariedade entre os trabalhadores como um dos pontos unificadores das lutas de classes, pois sabemos que as classes dominantes, como afirmaram Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista, solidarizam-se nos momentos de crises. Se a classe dominante concorre nas curvas ascendentes do desenvolvimento capitalista e solidarizam-se nos descendentes, isso significa que a classe dominante tem um projeto, o compreende muito bem e o coloca cotidianamente em prática.

Neste sentido, o fazer-se da classe nestes tempos de globalização implica compreensões e desafios que vão além da agenda local de embates, lutas e reivindicações. Mais do que nunca o espaço é o ponto central destas análises, pois é no espaço que se

materializa as relações, as contradições e onde conseguimos "enxergar" os processos históricos; assim, concordamos com Savage (2011) e compreendemos a importância do espaço na formação da classe trabalhadora.

O processo globalizante da economia neoliberal impôs um novo direcionamento para as lutas de classes, pois o eixo unificador dos trabalhadores não estava mais pontuado apenas nos seus locais de trabalho a extensão das relações foi projetada para além das fronteiras nacionais, o problema é que esse eixo é ainda opaco para muitos trabalhadores, sendo que o discurso da solidariedade entre os trabalhadores não tem poder efetivo, ao contrário o discurso da concorrência entre trabalhadores é extremamente forte; assim, a partir de Patarra (2006) as migrações internacionais de trabalhadores são exemplos claros destes discursos.

As transformações do espaço pela nova organização da produção capitalista atingiram nas últimas duas décadas diretamente aos trabalhadores. O espaço, portanto, tem papel central na compreensão das transformações e das mudanças no cotidiano dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que proporciona a projeção dos cenários futuros para os trabalhadores por meio de seus próprios modos de vidas.

O espaço é a materialização das relações de produção, da cultura, da sociedade, enfim, o espaço é a concretude da totalidade visível. O espaço agrega simultaneamente tempos diferentes, pessoas das mais diversas culturas, classes sociais distintas, progresso e atraso, poder e opressão, ou seja, o espaço apresenta a totalidade, mas a totalidade não está nítida precisa ser procurada e analisada. A totalidade que analisamos tem como centralidade a produção do trabalho e do trabalhador, das relações de produção, consumo e circulação orientadoras da classe trabalhadora.

Os trabalhadores estão no espaço e, portanto, produzem dialeticamente espacialidades as quais demonstram particularidades na constituição da esfera produtiva, nos

modos de vidas e na cultura geral dos trabalhadores. As espacialidades são resultadas da relação dialética do mundo, do sujeito e do espaço geográfico nos quais estão inseridos.

As histórias das lutas de classes formam espacialidades, as relações processuais do espaço e do tempo estão nos trabalhadores e é impossível a fuga desta relação, o que pode ocorrer é a desistência em compreender-se, ou seja, negar os processos históricos e geográficos nos quais estão inseridos. Essa desistência da compreensão também não é aleatória, pois depende das localizações espaciais nas quais vivem estes trabalhadores. O espaço não pode ser negligenciado, já que constitui importante fator para a construção do entendimento do tempo presente e sua relação e/ou produção da classe trabalhadora. Savage (2011) centraliza o espaço como atividade, não como palco dos acontecimentos, mas como efetivação de atividades sociais. O espaço como palco é o espaço das relações naturalizadas, com ausência das atividades humanas.

O espaço apresenta aspectos naturais e humanos, o problema é considerar o espaço apenas como natural e esquecer que sua constituição é permanentemente dupla: social e natural. Segundo Peters e Kessl (2000) a compreensão da naturalização do espaço precisa ser compreendida no processo histórico, ou seja, a naturalização dos processos não pode existir - óbvio que a natureza é parte deste processo, porém não definidora.

> Spatialization has almost become a synonym for globalization, except contemporary discussions are more nuanced and alert to the ways in which different processes of spatialization overlap and help define types of globalization. Contemporary analyses are more aware of the past obsession with temporal logics from the invention of time pieces and regulation of daily life to the birth of the novel and the aestheticization of time portrayed in the life history as the basis for a kind of historical self-reflection. Theorists now also understand that social sciences discourses appearing in the nineteenth century were shaped by a preoccupation with the temporal scales and logics of development considered as natural processes, whether cosmological, geological, evolutionary, or historical – as of civilizations, the nation state, individuals and, even, concepts. (PETERS & KESSL, 2000, p. 20)

Peters e Kessl (2000) alertam-nos quanto à naturalização das relações sociais e espaciais, até mesmo o conceito de espacialização não pode ser natural e compreendido de forma imediata como globalização. O alerta destes autores é fundamental para que os diferentes processos espaciais sejam identificados como possíveis transformações das relações de produção globalizadas, ou seja, pela espacialização das relações reconhecemos as diferenças estruturais na globalização.

As espacialidades das lutas de classes permitem o distanciamento da naturalização das relações do trabalho e do trabalhador, pois apresentam especificidades oriundas das problemáticas escalares espaciais e temporais que atingem diretamente os trabalhadores de certo espaço. Se a especificidade garante o destrinchamento das problemáticas, também distanciam as lutas dos trabalhadores, já que as especificidades reivindicatórias não mobilizam a unificação destes. O espaço é, portanto, o eixo unificador destes trabalhadores, pois os problemas quando espacializados tornam-se congruentes e a demonstração da disposição das lutas no espaço permite aos trabalhadores a visibilidade das inconsistências de suas condições de classe. O espaço materializa as deformidades da produção capitalista e essa precisa ser visível para todos os trabalhadores. A visibilidade da totalidade espacial depende do compartilhar das experiências, seja por lutas ou mesmo pelo silêncio, ambas as ações produzirão efeitos para pensar a vida dos trabalhadores e a partir desta visibilidade geral as memórias poderão ser lutas latentes.

As experiências espacializadas dos trabalhadores revelam a hegemonia do capitalismo já expressada por Marx (1984, p. 31): “Dentro de uma situação social dominada pela produção capitalista, também o produtor não capitalista está dominado pelas concepções capitalistas”. Ou seja: o capitalismo é hegemônico e as experiências dos trabalhadores estarão sempre vinculadas a esse modo de produção, mas isso não significa que serão perpetuadas, pois as resistências nas mais diversas escalas contribuem para a crítica a essa estruturação do

modo de vida. Mesmo as mais diversas culturas e os mais diferentes modos de vidas quando inseridos na lógica cotidiana capitalista são influenciados, mesmo minimamente (apesar de não termos meios para quantificar isso).

As relações de produção capitalista materializam-se espacialmente e redefine os papéis dos sujeitos na esfera produtiva, obviamente, que os trabalhadores podem aceitar ou não tal condição, todavia, furtar-se da lógica implica em condições de vidas inadequadas, pois ao não compartilhar da relação trabalho-trabalhador os sujeitos excluem-se da própria lógica da sobrevivência; assim, o capitalismo domina de modo a ser apresentado ideologicamente aos trabalhadores pela via da liberdade individual. Quando o sujeito não aceita a lógica dominante ele construíra resistência à mesma e isso significa isolar-se e ter as dificuldades materiais ou constituir-se em classe objetivando a edificação das resistências; assim, temos como exemplos os sem-terra, os sem-teto, os atingidos por barragens, os ocupa (OWS), dentre outros.

O fazer-se da classe, portanto, pela descoberta da sua consciência imbrica-se ao desafio da lógica capitalista. As entrevistas realizadas pelo Museu da Pessoa com empregados e ex-empregados da ThyssenKrupp (o qual será melhor trabalhado nos próximos capítulos) demonstram como a lógica capitalista insere-se no sujeito e apesar dos contratempos grande parte destes empregados consideram-se parte da "família" ThyssenKrupp.

Deste modo, o presente capítulo buscou construir questões teóricas que indicassem um caminho para a edificação de uma história marxista e fosse, portanto, a base para os demais capítulos.

No próximo capítulo questões teóricas ainda serão trabalhadas, porém serão trazidas evidências do Brasil no período de 1990 a 2010. Para ajudar-nos a refletir o tempo da história no processso neoliberal com suas consequências para o modo de produção e suas

novas formas de acumulação tendo como resultado as pressões ainda maiores para os trabalhadores.

Capítulo 2

O Papel do Marxismo na Compreensão da Globalização e Neoliberalismo no Brasil de 1990 a 2010.

> Devemos aprovar sobriamente que ninguém cogite nacionalizar uma fábrica em dificuldades por causa da concorrência, uma fábrica em que trabalham milhares de operários, mas que seja óbvio que se faça isso no caso de um banco que está na lona por causa da especulação? O real, em nosso caso, está claramente antes da crise. De onde vem toda essa fantasmagoria financeira? (BADIOU, 2012, posição 799 Kindle).

No capítulo anterior edificamos questões mais amplas para pensarmos a responsabilidade de um construção histórica, em outros termos, buscamos sublinhar questões teóricas que consideramos importantes para a fundamentação do trabalho, um trabalho preocupado com a retomada de questões marxistas a partir de uma compreensão materialista dos processos históricos do tempo presente.

Partimos do marxismo (materialismo histórico e dialético) na identificação dos processos contraditórios do modo de produção capitalista na sua forma neoliberal, portanto, como nova forma de acumulação e seus impactos na construção histórica no Brasil de 1990 a 2010.

O processo neoliberal combinou formas destrutivas para os trabalhadores (enquanto organização coletiva) com a constituição ideológica das supostas benesses dos aparatos tecnológicos impostos aos mesmos na forma de inserção e superação de suas próprias condições de classe.

As amarradas ideológicas dos processos contemporâneos de ações e reações (principalmente nas crises econômicas) das empresas capitalistas, principalmente as multinacionais e transnacionais, interferem diretamente nos planejamentos dos Estados e nos processos de organização e interferência dos mesmos nos seus territórios; assim, os Estados, pelas operações próprias de seus poderes, são organizados para resultados promocionais de vantagens às empresas e operadoras financeiras, deixando aos trabalhadores as migalhas, já que os benefícios instauram a recuperação das grandes empresas.

Aos trabalhadores o cotidiano é o tempo e o espaço das resistências, por isso, precisamos pensar o Estado no sentido da superação de sua compreensão engessada e entende-lo pelo movimento de resistência dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que pensamos os desafios do campo hegemônico e suas acuidades para o cotidiano dos trabalhadores. O Estado, com toda sua legislação e burocracia, nunca se ausenta do trabalhador, fica incrustado na sua memória e nas expectativas de suas ações, portanto, o Estado é sempre forte, os capitalistas dominam o Estado e o trabalhador vale-se da constituição estatal para se proteger e essa nada mais é que a sobrevivência dos trabalhadores nas suas condições materiais e sociais.

Neste sentido, entendemos que o papel do Estado nestes tempos neoliberais deve ser pensado e criticado a partir da urgência em superar as imposições das conjunturas econômicas, políticas e sociais. Imposições que dificultam o cotidiano dos trabalhadores, mas que não definem suas ações e nem impossibilitam resistências coletivas e/ou individuais.

As resistências individuais geram experiências e estas não resolvem coletivamente as problemáticas oriundas do modo de produção capitalista, mas não negamos a importância destas pelo imbricamento da contra-hegemonia ao cotidiano dos trabalhadores. As resistências coletivas são partes de um projeto mais amplo que implicam na retomada das ações coletivas em oposição à opressão das imposições do sistema capitalista. As resistência para ser estudada pela história, para ser condição histórica precisa ir além do sujeito, além das relações pessoais e profissionais individuais dos sujeitos. A resistência para ser histórica precisa espacializar-se e, portanto, necessita marcar um espaço e ter consequencias reais que possam ser estudadas como oposição aos processos capitalistas e o enfrentamento da estrutura.

Nestes tempos neoliberais a construção ideológica hegemônica operou sistematizações que não mais institucionalizaram a relação capital e trabalhadores, portanto, a

superação da condição de intermediário do Estado nesta relação promoveu novos arranjos menos institucionalizados e que em parte levaram os trabalhadores ao cumprimento das exigências neoliberais, por outro lado, esse processo de subtração da institucionalização estatal permitiu novas relações e embates.

Os trabalhadores movimentam-se nas contradições, já que a atuação profissional insere-se nas exigências qualitativas impostas pelo capital em oposição a sua real condição de vida. São elementos que perpetuam o labor como sinônimo de precarização, já que na sociedade ocidental capitalista o trabalho e a precarização são indistinguíveis.

As contradições aparecem na inquietação dos trabalhadores pelos seus modos de vida, as exigências operam as experiências para o campo das necessidades, logo a compreensão fundante para a resistência reside na capacidade em ampliar o entendimento das relações escalares de produção, consumo, circulação e modos de vida atrelados às imposições dominantes do processo histórico efetivado conceitualmente como globalização e impactado na realidade como neoliberalismo. Processos constituintes de tensões verificáveis nos e pelos cotidianos dos trabalhadores, todos espacializados.

Compreender os trabalhadores nesse tempo de globalização passa pela composição do sistema capitalista, por isso, entender a globalização, a cultura e a conjuntura político-econômica são fundamentais para que as experiências dos trabalhadores tornem-se resistências e estas sempre espacializadas.

As experiências isoladas não resolvem nada para os trabalhadores, daí a importância das classes. E as experiências pelas experiências são apenas experiências; assim, coletar inúmeras entrevistas, depoimentos, fichas criminais, autos processuais, fichas de assistência social e outros não resolvem. E não resolvem justamente as tensões que sufocam o cotidiano dos trabalhadores. Essas coletas de fontes são na verdade construções de similitudes e apontamentos de congruências destes “depoimentos”. Na verdade o trabalhador “fala”, mas

ele sempre falou, mas é uma fala isolada sem ação conjunta, sem compreenderem-se como partilhantes do mesmo processo de resistência espaço-temporal.

Essas entrevistas nos mostram que existe uma classe dominante e outra dominada, ambas desejam a sobrevivência e articulam táticas e estratégias cotidianas. Sobrevivências que resultam em experiências e essas precisam de articulações críticas para serem processadas para além das imposições dessas experiências, ou seja, as experiências dos trabalhadores são destinadas pelo fato de serem trabalhadores e realizarem especificamente uma função ao mesmo tempo em que são resultados da mesma.

Marx (1982, p. 158) já anunciava o problema da experiência:

> Parece [...] paradoxal que a Terra gire ao redor do sol e que a água seja formada por dois gases altamente inflamáveis. As verdades científicas serão sempre paradoxais, se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas.

A experiência em si não resolve o problema destes tempos neoliberais, pois a partir de Marx (1982) entendemos que pode ser a aparência enganadora quando tomada essas fontes pela interpretação do historiador, uma vez que o historiador encontra-se no cotidiano do sistema capitalista e fugir disso depende de outras experiências e da total negação de dois elementos que nos dias atuais reforçam a ideologia capitalista: a burocracia do Estado, chamada de democracia, e a propriedade privada.

É impossível construir uma interpretação do tempo presente sem tocar as organizações e as imposições do sistema capitalista. Pelo marxismo avançamos sobre as fileiras e as barreiras da hegemonia para que possamos edificar outras formas de compreendermos os processos e a estrutura capitalista. Assim, pelo materialismo histórico e também dialético não nos furtamos ao papel de críticos do *status quo*, ao mesmo tempo em que promovemos elementos opostos à consolidação das verdades opressoras. A experiência dos trabalhadores é ponto fulcral se não perdida nas falas e nas aparências, mas colocada lado a lado com as múltiplas relações do sistema capitalista.

> O último método [dialético] é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método (hegeliano), a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. (MARX, 1985, p.14).

Como apontou Marx (1985) o concreto é o existente na síntese do mundo, portanto, a interpretação do que seja o mundo precisa partir dos sujeitos reais e não dos condicionantes. Assim, as experiências somente resolvem quando indicadas num projeto mais amplo, quando correspondentes às ações cotidianas voltadas para a superação das imposições. Não negamos as experiências individuais dos trabalhadores, mas as mesmas passam a ter significado ampliado na escala do sistema capitalista quando organizadas coletivamente.

Partir dos sujeitos reais significa anular o hegelianismo e essa subtração é justamente a reafirmação do sujeito como construtor histórico (dentro de suas considerações e limites, dentro da estrutura capitalista no volume de processos do próprio modo de produção), em outras palavras, o agora passa a ter o significado de projeto, de instância cumulativa do tempo e do espaço no sujeito, mas agora só encontrará um mecanismo em ser considerado quando as questões econômicas e políticas: o local na divisão social do trabalho. É exatamente este agora que é fabricado pelas falas dos sujeitos ao termos os mesmos também como fontes.

A experiência do trabalhador é o mundo real e essa mostra-nos a relação do sujeito com o mundo (não nesta ordem, mas também nesta), mas essas experiências não consolidam a história, não demonstram a totalidade dos mecanismos formadores dos processos históricos, evidencia quem é o sujeito que fala, de onde fala, como fala, suas opiniões e objeções quanto a temas, acontecimentos e fatos históricos.

As experiências dos sujeitos cumprem exigências reais, isso significa que o modo de produção e o sistema capitalista como um todo justificam suas experiências por meio das exigências. Tais exigências parecem justas aos olhos dos trabalhadores, já que em troca de anos de vida os mesmos ganham condições para sobreviverem.

Oposto a esse consórcio experiência-exigência Lênin (1961) apresentou a experiência como arma revolucionária, todavia a mesma somente poderia ser usada, como foi em 1917. Neste sentido, Lênin (1961, p. 24) em 1918 já alertava para a necessidade da experiência na Carta aos trabalhadores americanos:

> […] a pesar de todo, nuestra revolución sería, y lo será ante la historia universal, grande e invencible; pues por primeira vez no es una minoria, no son sólo los ricos, no son únicamente los cultos, sino la verdadera masa, la inmensa mayoria de los trabajadores quienes crean por sí mismos una vida nueva, quienes resuelven con su propia experiencia los dificilísimos problemas de la organización socialista. (LÊNIN, 1961, p. 24).

Posteriormente, Lênin (1961) em 1920 durante o II Congresso da Internacional Comunista apontou a Revolução de Outubro como consequencia das experiências dos trabalhadores, pois os mesmos cotidianamente eram explorados por um grupo pequeno de pessoas que se enriqueciam à custa de seus trabalhos e também lembrou de como a guerra favorece uma pequena parcela da sociedade em detrimento da maioria. Assim, a Revolução de Outubro somente foi possível pelas experiências articuladas, objetivadas no processo contra-hegemônico e direcionada para além das imposições dominantes daquele momento histórico.

Ao iniciarmos este capítulo afirmamos que a experiência não resolve, posteriormente, apresentamos a relação experiência e exigência, isto é, as experiências precisam de comprometimento coletivo. Porém, individualmente produzem a indignação, mas indignar-se individualmente resolve uma parcela pequena do problema, já que o trabalhador refleti sobre essas condições, precisa agir por meio deste descontentamento e produzir novas

situações as quais promoverão memórias desvinculadas às exigências cotidianas do sistema capitalista.

Nestes tempos de globalização neoliberal as exigências constituíram experiências próprias, pois entendemos que as exigências do capitalismo sobre a classe trabalhadora impõem ritmos antecipadores das experiências pelas exigências do capitalismo.

Esses impeditivos são exemplificados na entrevista que fizemos com os sindicalistas Danilo e Carlos no ano de 2011 - entrevista realizada por Sérgio Paulo Morais e Tulio Barbosa com Danilo Alves de Almeida e Carlos Guimarães, respectivamente, presidente e diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santa Luzia:

> **Sergio Paulo:** e a família, assim... a família Krupp que eles chamam, por que da outra vez nós conversamos com o Danilo... com o Julio ele disse que há uma idéia da família, que a Krupp ainda quer dizer assim que é uma grande família nesse sentido...e envia pra casa cestas básicas, ou pras mulheres, alguma coisa ou informativo pra casa, tem ocorrido isso? Como é que vocês vêem essas relações da empresa com a casa do trabalhador?
> **Danilo:** não, eu...eu...é o que que é, não é, por exemplo, a... a cesta básica, ela tá, ela tá na...ela tá, ela tá...
> **Sergio Paulo:** no contrato...
> **Danilo:** no acordo, isso é um acordo, um acordo antigo né...tá no acordo essa aí, e ela... o que a gente, o que o Júlio deve ter falado, o que que é... qual o problema... o problema que... muitas vezes o trabalhador ele tá lá dentro da empresa e ele dentro da empresa é uma coisa, ele é pressionado, ele é isso é aquilo, mas chega na casa dele... um informativo bonito, todo... um papel bonito, aquele arrumadinho, tudo certinho falando das boas coisas das empresas, não fala das ruins. O trabalhador ele num pega... ele num pega no ombro uma cesta pra levar pra casa, ela chega na casa dele e isso faz com que a esposa... ela pensa seguinte: "opa, aquela empresa é uma maravilha!" Então dificulta até pro trabalhador...muitas vezes ele continua um tempo ali por isso, ela tem um convênio medico que... é ótimo, é bom... um convênio médico bom, que você paga uma parte do convênio, se você usar. Então isso tudo faz com que a família, aí não é a família...é a família do trabalhador, não é da família...
> **Sergio Paulo:** Krupp igual ela quer passar...
> **Danilo:** não é a família do trabalhador, a esposa, principalmente as companheiras, falam assim não... resistiu lá, alguém quer sair lá elas falam "não, vai sair porquê, cê tá recebendo aqui"...sabe, então esse aí eu acho que é um... é uma coisa que também é difícil pra uma pessoa, ela é pressionada lá dentro e não tem como reagir. Como é que cê vai reagir se dentro de casa

> você tem alguém que fala "opa, cuidado ali é bom, ali é bom, fica ali..." né, tem isso, tem essas coisas, isso...isso é uma coisa que a gente sente, né...a gente tem visto eu acho que muito é por aí, mas não é a família, é a família ali não é tão unida assim não, a família Krupp não é tão unida não, mas ela faz passar que...
> **Sergio Paulo:** uma imagem...
> **Danilo:** é...a imagem ela é muito, muito... a imagem ela é muito forte, a imagem da firma é muito forte

As exigências da empresa são compreendidas como necessárias e importantes para a manutenção das famílias dos trabalhadores da ThyssenKrupp; assim, a indignação do trabalhador contra a exploração, os baixos salários e a precarizada relação de trabalho é confrontada com os "benefícios" em ser um trabalhador ThyssenKrupp, portanto, não só a família o impede de indignar-se, mas sua própria condição classe, sua própria condição material e social. Não se trata apenas de uma imagem, mas da dura realidade vivida pelos trabalhadores que são reféns das suas condições de classe.

As experiências destes trabalhadores levam-nos a considerarem sempre suas condições materiais e como isso afeta o cotidiano de suas famílias. Nesta mesma entrevista o sindicalista Carlos informou-nos que diante da crise financeira mundial de 2010 foi até a porta da fábrica da ThyssenKrupp em Santa Luzia para que os trabalhadores fizessem paralisações ou greve contra as possíveis demissões, todavia os trabalhadores preferiram não conversar com o sindicato e construírem outra negociação com a empresa, como resultado os trabalhadores tiveram seus salários reduzidos e em troca a empresa garantiu que as demissões não aconteceriam. Aqui não existe nenhuma resistência, existe o sacrifício pelo medo, pois a coletividade "puniu-se" com medo da individualidade puni-los muito mais.

A construção da direção coercitiva do capitalismo passa pela anulação projetiva do sujeito, como se o mesmo não tivesse nenhum projeto existencial e seu direcionamento único fosse sempre o trabalho. O sujeito "mistifica-se" no papel de trabalhador; assim, o trabalho sempre o vence, sempre o condiciona e o obriga a pensar em

termos substancializados pela associação eu-emprego, eu-sobrevivência, eu-mundo; enfim, o medo opera como ferramenta dos condicionantes capitalistas. O medo também compõe o agora, portanto, o medo é produção e produto de experiências.

Os trabalhadores ao negarem o direito de greve, ao concordarem com a subtração mensal dos salários o fizeram por suas próprias condicionantes de classe, pelas suas experiências de vida, pois ao trabalhador, como afirmou Marx, nada tem além de sua própria força, portanto, quando o capitalista ameaça não mais comprar sua força muscular, seu cérebro e sua vida o trabalhador sabe que o desemprego é ainda pior na sociedade ocidental capitalista, que a exploração de suas horas de trabalho, de suas horas de vida garante aos trabalhadores condições de sobrevivência. Assim, não se trata de acovardamento, ou algo do tipo, são as experiências de classe destes trabalhadores alertando-os do perigo iminente do desemprego e de todos os enfrentamentos que terá que realizar caso isso se confirme.

> O homem só cria a própria eternidade na práxis objetivante, e portanto histórica, e nos seus produtos. Na inversão alienante a práxis objetivante e objetivada da humanidade se torna um sujeito místico, no qual o homem busca uma garantia contra a causalidade, a irracionalidade e a fragilidade da própria existência individual. (KOSIK, 1995, p. 239).

Portanto, o caos instaura-se no desemprego e a fragilidade da classe trabalhadora reside na sua própria sobrevivência; assim, como apontou Kosik (1995) a garantia contra a causalidade é realizada no cotidiano e o caos somente poderá ser impedido pela presença de ações concretas dos trabalhadores pela resiliência ou pela resistência. No caso do medo, os trabalhadores preferem superar e enfrentar as tensões a partir dos acordos com a classe dominante.

As classes dominantes no tempo presente são transnacionais e multinacionais (também), mas isso não significa que as mesmas não tenham pátria, isto é, mesmo todas as operações capitalistas em todo o mundo sempre os resultados retornam para as matrizes das grandes corporações capitalistas.

As operacionalidades das exigências capitalistas edificaram espacialidades que emudecem os movimentos de resistências e incapacitam as revoltas em grandes escalas. Essa operacionalização dos territórios resultou na configuração da espacialidade vinculada diretamente, e sem a mínima cerimônia, as exigências das grandes corporações multinacionais e transnacionais. Essas exigências materializaram-se (como ainda continuam a materializarem-se) no cotidiano de todos, resultando em novas exigências e, portanto, novas experiências. Essa operação da produção, circulação e consumo vinculada às normas que supostamente subtraíram o papel do Estado foi categorizada como neoliberalismo e sua popularização ocorreu via a palavra globalização, que em pouco tempo tornou-se conceito.

Aos trabalhadores as exigências foram multiplicadas, pois das elites nacionais emanavam configurações trabalhistas que exigiam certas qualificações, com a abertura econômica de vários países as exigências foram também internacionalizadas, desta maneira, as qualificações também e o pior: a concorrência entre os trabalhadores por postos de trabalhadores foi agigantada.

Diante disso, entendemos que o medo cotidiano dos trabalhadores da indústria nacional é significante, já que as plantas industriais e a produção foram internacionalizadas, isso significou que os trabalhadores concorrem com seus empregos diretamente com trabalhadores estrangeiros lotados em unidades fabris de todo o mundo.

Essas transformações produtivas e novas exigências aos trabalhadores impuseram uma seleção de princípios que estão vigorados na constituição da nova espacialidade: subtração das fronteiras operacionais produtivas dos países periféricos, tecnologia avançada, dependência produtiva e comercial da tecnologia, qualificação da mão-de-obra, especialização das atividades laborais e também exigências de maior flexibilidade das condições (exigência "esquizofrênicas"), desconcentração industrial, regionalização especializada da produção, subtração do papel dos sindicatos, construção ideológica da

individualidade e sobreposição das culturas regionais para culturas massificadas e direcionadas pelo capitalismo.

Também essas transformações edificaram discursos que subtraíram toda a coletividade para a individualidade, soma-se a esses discursos o papel do Estado, pois o Estado é o agregador social, portanto, o Estado é a coletividade nacional; assim, diante da elaboração discursiva capitalista o Estado representaria a nação e o coletivo, logo, o mesmo poderia representar relativa resistência, já que os cidadãos dos países se referenciariam pela pátria. Assim, o território tornou-se maldito para os discursos neoliberais e a pátria[3] foi transformada em organização mundial, pois sem chão e pátria as pessoas, supostamente, não se indignariam com os problemas de seus países. Forjaram uma identidade global, imediatamente deflagrada pela mídia e até mesmo pelo ensino.

O processo econômico e político neoliberal evocaram aspectos sociais e destes a cultura teve impacto significativo no cotidiano dos trabalhadores, desde o dia-a-dia no trabalho até relações sociais. Essas transformações que ocorreram no trabalho estão vinculadas as mudanças tecnológicas e a dependência destas para a produção, comércio e circulação.

Das tensões nacionais para internacionais os trabalhadores brasileiros, principalmente no setor industrial, tiveram mudanças significativas nas suas relações cotidianas, pois os problemas nacionais estavam vinculados à lógica neoliberal processada em quase todo o ocidente capitalista. As tensões não foram internacionalizadas, como se os problemas simplesmente sumissem da escala nacional, pois as tensões nacionais vincularam-se as questões internacionais de transformação e organização do modo de produção capitalista. Conforme Ianni (1994, p. 148):

> [...] O conhecimento acumulado sobre a sociedade nacional não é suficiente para esclarecer as configurações e os movimentos de uma realidade que já é

[3] Não objetivamos neste trabalho discutir pátria, apenas apresentamos como argumentação de nossa tese.

> sempre internacional, multinacional, transnacional, mundial ou propriamente global. É óbvio que a sociedade nacional continua a ter vigência, com seu território, população, mercado, moeda, hino, bandeira, governo, constituição, cultura, religião, história, formas de organização social e técnica do trabalho, façanhas, heróis, santos, monumentos, ruínas. Ela constitui o cenário no qual os seus membros movimentam-se, vivem, trabalham, lutam, pensam, fabulam, morrem.

A partir de Ianni (1994) associamos as experiências dos trabalhadores brasileiros à configuração do capitalismo neoliberal, isto significa que a experiências dos trabalhadores brasileiros ainda partem da cultura brasileira, mas não significa que permanece no nacional, pois as relações dos trabalhadores brasileiros são organizadas pela dependência do mercado internacional. As experiências dos trabalhadores partem das acomodações cotidianas nacionais, mas não permanecem no acomodamento, são movimentadas pelas relações escalares oriundas do mercado.

Essas vivências diárias no "cenário" nacional apontam para a subtração das "normalidades" constitutivas da relação trabalhador-trabalho, pois as imposições neoliberais coordenadas pelas grandes empresas capitalistas remontam outras exigências e, portanto, experiências vinculadas à internacionalização do cotidiano do trabalhador.

Articular escalas, portanto, é parte do cotidiano do trabalhador brasileiro, visto que o mesmo não mais encontra-se apenas sob a batuta do ordenamento das elites nacionais, pesa sobre os mesmos a força do capitalismo internacional. Se as exigências do capital nacional já eram muitas para o trabalhador, agora com a internacionalização da economia nacional em fluxo constante e intenso as exigências são ainda maiores. A concorrência do trabalho pelos trabalhadores aumento consideravelmente, não apenas no Brasil, mas em grande parte do ocidente.

A partir desta conjuntura a compreensão do mundo precisa partir das relações de produção, pois a produção interfere diretamente nas vivências dos trabalhadores e nos seus modos cotidianos de lidarem com as tensões. Neste sentido, o deslocamento da

classe trabalhadora nacional para internacional, também deslocou problemas oriundos de outras realidades, de outros espaços geográficos e outras histórias. A espacialização das histórias nacionais foram projetadas para além dos territórios e impulsionadas para fronteiras distantes, isso significou para os trabalhadores brasileiros provarem de outras experiências sem vivenciá-las plenamente, pois falta-lhes as vivências territoriais, o cenário destes países e a ontologia cultural.

A fabricação das experiências extraterritoriais (significa que os trabalhadores brasileiros ligam-se ao mercado internacional) pelos trabalhadores brasileiros somente foi possível com as transformações na produção, circulação e consumo pelo neoliberalismo. Os trabalhadores foram obrigados a construírem novas experiências vinculadas às exigências internacionais, portanto, os trabalhadores tiveram experiências a partir das exigências do mercado internacional; assim, a obrigação em apreenderem novas tecnologias e trabalharem com as mesmas, flexibilização da jornada de trabalho, tratamento diferenciado e individual dentro da empresa, subtração da ideia de nação, subtração do papel do Estado, neocolonialismo via tecnologias, dependência do mercado externo, enfim, são muitas as experiências que passam de exotismo para o cotidiano do trabalhador.

Essas experiências multiescalares vivenciadas no Brasil neoliberal de 1990 a 2010 configuram-se como práticas operativas das exigências do capitalismo resultando na constituição de uma nova espacialidade. As relações trabalhistas e sociais são verificadas na materialização do cotidiano nas configurações e conjunturas espacializadas. Somente ocorrem as experiências multiescalares com a confirmação da dependência dos trabalhadores na relação com o trabalho e esse vinculado as normativas do mercado neoliberal. Essa dependência é confirmada pelas ações cotidianas destes trabalhadores, seja negligenciar a luta trabalhista ou recusar-se a fazer parte de organizações de resistências contra a precarização da relação trabalhadores-trabalhos.

Humphrey (1994) a partir de Jones[4] traça o perfil de algumas indústrias brasileiras no começo da década de 1990 e salienta o desejo de várias empresas em adotarem a gestão da mão de obra a partir dos princípios do enxugamento de pessoal associado ao que entendemos como o compromisso mais intenso por parte dos trabalhadores quanto ao emprego; assim, a empresa teria o menor número possível de empregados com melhores qualificações e disponibilidade integral para o trabalho. Esse mapeamento de algumas indústrias realizado por Humphrey (1994) era ainda algo em processamento, não estava pronto, era apenas um cenário em transformação, segundo o próprio autor dependia muito da capacidade da empresa em assumir princípios de qualidade. Apontou que um dos maiores problemas, neste período, era da baixa escolaridade dos trabalhadores das indústrias, o que dificultava o desenvolvimento e a competitividade destas indústrias no cenário internacional.

> Em 1983, 76,2% dos empregados na indústria na Coréia tinham pelo menos a educação secundária (Amsden, 1989:222). Na região industrial mais avançada do Brasil, o estado de São Paulo, o número equivalente para 1987 era de 14,3% (E. Leite, 1990:22). A maioria dos empregados jovens na indústria continua não tendo a educação primária completa (Fleury & Humphrey, 1992:66). Em resposta a isto, algumas companhias oferecem cursos de alfabetização, matemática e estatística elementar (Gitahy & Rabelo, 1991:21). Algumas companhias da amostra do IPEA preparavam-se para atividades de controle de qualidade provendo cursos com títulos a exemplo de Como participar de uma discussão. Além disso, algumas firmas oferecem educação para adultos conduzindo à conclusão do primeiro grau (8 anos) ou segundo grau (11 anos). Estes programas, vistos mais extensivamente nas Firmas T e V, foram projetados para compensar as deficiências dos seus funcionários quanto a leitura, redação, raciocínio e habilidade de comunicação.Estes pontos são essenciais se se pretende que os trabalhadores se beneficiem com o treinamento. (HUMPHREY, 1994, p. 128).

Assim, os trabalhadores brasileiros nas décadas de 1990 foram forçados a novas qualificações, todavia, anterior a qualquer qualificação foram exigidos que os mesmos concluíssem seus estudos, ou seja, as experiências dos trabalhadores brasileiros no cotidiano

[4] JONES, D. Beyond the Toyota production system: the era of lean production. **5ª Conferência International de Gerenciamento de Operações**, Warwick, 1990.

da fábrica não mais bastava para a produção, eram necessárias novas experiências vinculadas a qualificação escolar. Neste sentido, parece-nos "natural" a exigência da qualificação escolar, mas isso impulsionou o Estado a também exigir essa qualificação. Entendemos que o mercado internacional materializado nas indústrias espacializadas no Brasil forjou o Estado a tomar uma atitude: formar trabalhadores. Isso é confirmado até mesmo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Formar trabalhadores via cursos técnicos, tecnológicos e ensino médio profissionalizante por meio do Estado brasileiro (sozinho ou em parcerias com o setor privado) foi uma das exigências do capital internacional para que o mesmo investisse diretamente no Brasil, todavia essas formações e qualificações não melhoram significantemente os rendimentos dos trabalhadores brasileiros.

> **Seu Carlos:** Porque antigamente o estudo nosso era menos né. Hoje cê pega um rapaz de 18, 19 anos ele já tá no 2º grau. Vai entrar lá como ajudante pra ganhar 800 reais, 900 reais. Ele trabalha na segunda, vê aquele aflite, aquela barulho e fala: Ah, pai não vai dar não. Na terça-feira ele... agora na minha época não...Tinha casado a pouco tempo precisava tratar isso e aquilo, e sujeitando, mais cê vai passando com tempo, vai melhorando sua vida e vai melhorando o aspecto lá dentro e você passa a gostar. Aquilo ali pra mim é igual eu falei pro Danilo, eu digo assim, eu vou ter que preparar, porque até passar tem mais de 26 anos que eu tem com ele, cê só ligava a ele e pronto, (inaudível) então é aquele velho ditado né, mais hoje não, ocê pega um chão da fábrica, tudo cimentadinho, bonito, claridade, limpeza, as máquina lá coisa de 1º mundo e antigamente a gente nem via a maquina, via só escuridão e poeira subindo pelo chão né e hoje a meninada tá estudada, menino com 19, 20 ano já tem curso do SENAI, disso, daquilo, é... e não (ele) pode continuar o estudo dele, porque talvez ele pode trabalhar três horário, compreendeu... ele fala eu não vou perder, não vou perder minha vida por causa de 800 reais. Então no 1º, 2º dia ele vai embora. Mas a gente passou, trabalhou, a minha vida bem dizer... eu tô com 61 anos e 27 lá dentro. Igual o Danilo entrou 2 anos depois né!? Mas a gente passa a gostar. Agora na hora que ele entrar lá dentro é que ele vai gostar mais porque agora é aquele trem limpinho, não é como a gente pegava, comprendeu...maquina, cê tem que ver cadas maquina lá dentro lá que cê liga aquilo lá e fica olhando assim, é gente pra lá e pra cá e te entrega a matriz pronta, então a diferença foi muita mais... é pra quem gosta mesmo....(risos)

Como apontou o sindicalista Carlos os novos trabalhadores são formados pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional)[5], não tem experiência formativa no cotidiano do trabalho, portanto, essa formação é profissional e não vivencial, isso significa que a identificação com o trabalho não é permanente. Ser metalúrgico, portanto, nos dias atuais não tem os mesmos significados das décadas de 1970 e 1980, pois os jovens trabalhadores formados pelo SENAI não compreendem o emprego como definitivo de definidor de suas vidas, eles sabem que podem mudar e o momento econômico brasileiro permite essa compreensão destes jovens trabalhadores, desta maneira, a escolarização mais elevada e o ensino técnico proporciona para a indústria ganhos consideráveis, mesmo os jovens não ficando muito tempo no emprego, pois esses ao pedirem demissão ou forem demitidos são substituídos por outros jovens com formações escolares próximas e técnicas.

As exigências do capital internacional para que o Estado qualificasse sua mão de obra era exigência necessária para que não ocorresse subtração da quantidade de trabalhadores; assim, a indústria siderúrgica, metalúrgica e automobilística no Brasil terá por décadas mão de obra jovem e com custo extremamente baixo. Nesta mesma entrevista o sindicalista Carlos apresentou os salários pagos aos trabalhadores brasileiros da Thyssenkrupp como um dos mais baixos do mundo. Neste sentido, aumentar a qualificação para o máximo possível de jovens deve ser entendido como o aumento da quantidade de jovens que serão submetidos, mesmo por um tempo não longo, as condições de emprego com remuneração inadequada para a sobrevivência.

Marx (s.d 2) na "Crítica ao Programa de Gotha" alertou que o Estado não poderia educar o povo, mas esqueceu que os intermediários fariam isso não apenas pelo Estado, mas principalmente para as classes dominantes. Apresentou uma solução para a

[5] Segundo o próprio sítio institucional do SENAI: "Criado em 1942, por iniciativa do empresariado do setor industrial, o SENAI é o maior complexo de educação profissional e tecnológica da América Latina, qualificando mais de 2,3 milhões de trabalhadores brasileiros a cada ano. Também apoia empresas em 28 áreas industriais, por meio da formação de recursos humanos e da prestação de serviços técnicos e tecnológicos, como consultoria e assistência ao setor produtivo, laboratoriais, pesquisa aplicada e informação tecnológica". Fonte: http://www.senai.br/portal/br/institucional/snai_oq.aspx

subtração da força do Estado no cotidiano escolar: "[...] o que deve ser feito é subtrair a escola a toda influência por parte do governo e da igreja". (p. 223). Essa influência não foi possível de afastar nem nos Estados capitalistas e nem nos Estados socialistas. Quem organiza a educação no Brasil é o Estado e este objetivado por classes dominantes nacionais e internacionais.

Marx (s.d 3, p. 210) na oitava tese nas suas "Teses sobre Feuerbach":

"A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que desviam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão desta prática".

A prática cotidiana dos trabalhadores é formada pelas ações estabelecidas espacialmente e construídas historicamente, portanto, é impossível que os trabalhadores fujam da relação processual entre o espaço e o tempo e entre as condições materiais e imateriais.

O significado destas afirmações parte da obrigatoriedade em compreendermos as condições e os modos de vida dos trabalhadores frente às imposições e exigências do capitalismo em escala nacional e/ou internacional, ou seja, as condições sociais e econômicas destes trabalhadores, pois somente podemos pensar em processo geográfico-histórico se não abandonarmos o presente. As exigências produzem histórias individuais consorciadas às condições de classe destes trabalhadores, portanto, o presente edifica esse processo.

As relações processadas pela tecnologia, pela economia de mercado, pela financeirização das relações de produção são aportes para o capitalismo vigente em tempos de globalização, mas não revelam o fato dos trabalhadores não se indignarem de forma mais intensa coletivamente. Os sujeitos enquanto trabalhadores são (ou tentam) homogeneizados pelas condições materiais e pela imposição de valores edificados cotidianamente pelas grandes mídias pode ser revolucionário, ou seja, as conexões das condições materiais e dos

modos de vidas dos trabalhadores podem arranjá-los coletivamente para pensarem suas condições, mas o arranjar não é uma mística, trata-se do fazer-se, do constituir-se, do rebelar-se contra o *status quo*.

Engels (s.d 3) compreendeu a ideologia capitalista como um processo ininterrupto, que supostamente avançaria e produziria uma legislação própria que atuaria no cotidiano dos sujeitos. Entendemos que essa "lei" existirá na relação do sujeito para com o mundo com a permissão e compreensão do primeiro. Por isso que as memórias pelas experiências são fundamentais para a sistematização do agora revolucionário, já que as memórias são evidenciadas pelas experiências na constituição de classe através das condições materiais.

> Os homens, em cujo cérebro esse processo ideológico se desenrola, ignoram forçosamente que as condições materiais da vida humana são as que determinam, em última instância, a marcha desse processo, pois, se não o ignorassem, ter-se-ia acabado toda ideologia. (ENGELS, s.d 3, p. 203).

A ideologia é ignorada para aqueles que ignoram as condições diárias da vida nos seus aspectos materiais, já que a vida material revela sua condição de classe. Sabemos que essas condições materiais não querem dizer muito para o sujeito ideologizado, visto que o mesmo pode pensar pertencer a outra classe social e não a que o mesmo pertence. Ignora as condições materiais de sua vida e prefere constituir-se para além de sua classe por meio do consumo, como se o consumo, a obtenção de coisas, resolvessem seus problemas reais nas suas condições de classe.

Thompson (1987, p. 10) afirmou: "[...] Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe". A determinação da experiência para Thompson (1981 e 1987) parte de sua contradição às críticas estabelecidas contra Althusser, ou seja, toda operação metodológica da história de Thompson na Miséria

(1981) nega as determinações e busca uma fragilidade inexistente na obra de Althusser quanto a um projeto marxista.

Badiou (2010) indica que o marxismo tem uma força extraordinária a partir de seus vocabulários, de suas ideias antirrepressivas, de seus conceitos e símbolos, assim, Althusser (1978) evidencia essa força com seus argumentos ao destacar as estruturas amarradas nos aparelhos do Estado e, portanto, efetivados nas experiências dos trabalhadores e essa inevitavelmente tomará também direcionamento da consciência de classe, isto é, para que a consciência de classe possa ser efetivada em oposição ao capitalismo ou mesmo como resistência é importante refletir de forma contrária.

Badiou (2010, posição 529 kindle) salienta: “Devemos poder dizer ainda “povo”, “operário”, “fim da propriedade privada” etc., sem sermos considerados antiquados aos nossos próprios olhos". Isso significa que as experiências são fundamentais para a constituição da classe operária, das classes de trabalhadores em geral, porém estas experiências necessitam de articulações políticas e de reflexões a partir da própria realidade circunstanciadas por um projeto político.

Diante disso, buscamos compreender o problema da *mimeses* (LEFEBVRE, 1967) para evidenciarmos a relação entre o tempo e o espaço como elementos indissociáveis do agora: o sujeito ao identificar-se com outra classe com a qual não faz parte integralmente e deseja produzir situações que o levem sempre a essa proximidade, seja comprar roupas com certos padrões e preços, seja frequentar um restaurante com condições que o leve a se fazer naquela classe, enfim, o sujeito produz agora(s) que o leve sempre para condições de proximidade ou congruência à classe desejosa em pertencer. Recusa sua condição não mediante protestos, sobretudo, recusa constituindo-se como parte da outra classe que lhe exerce fascínio. As situações que vivenciará serão próximas aos desejos de constituir-se da outra classe, pois a classe desejosa de pertencimento em si promove o distanciamento de sua

real condição material. Ignorar as próprias condições materiais e dos outros revela o comportamento ideologizado do sujeito. Frisamos que o processo ideológico não é voluntário, também não é inocente, trata-se da consciência existencial objetivada nas condições de conforto social e econômico. Mimeticamente o sujeito encontra-se naquilo que opera e vive como sua classe, mesmo não pertencendo historicamente à mesma, isso reforça as classes dominantes e engessa os movimentos classistas de oposição aos dominadores. Neste sentido, processa o sujeito uma espacialidade que não lhe "pertence" e uma história contada por suas interpretações de mundo; assim, cada agora é redefinido para enquadrar-se no desejo e óbvio que o resultado é a mimeses contida e vivida no(s) agora(s). É o poder da classe dominante sobre o sujeito, mas um poder aparentemente livre, sem represarias para que o sujeito "traia" [6] sua classe.

Raffestin (1993) compreende as relações de poder pela movimentação, limites, fronteiras, população, revolução, atores, estratégias, território e espaço. Raffestin (1993) estuda o poder, estudá-lo necessita de entendimento de como o mesmo é realizado historicamente e materializado espacialmente. A partir das ideias de Raffestin (1993) em consórcio com Lefebvre (1967) compreendemos o mimetismo como poder, como construção de ideias as quais aparentemente não podem (e não devem) serem superadas. Nas palavras de Raffestin (1993, p. 176): "[...] O mimetismo é a não-diferenciação, a perda das diferenças".

As exigências em tempos de globalização aos trabalhadores são significativas: qualificação para exercer a função na qual está empregado, flexibilidade para o aprendizado e execução de novas tarefas para serem executadas no emprego, pro atividade, inteligência emocional, demonstração constante de capacidade em aperfeiçoar as ferramentas de trabalho, atualização constante quanto ao desenvolvimento tecnológico; enfim, aos trabalhadores restam as exigências e estas são compreendidas como necessárias e irrefutáveis,

[6] Não fazemos juízo de valor. O verbo trair nada mais é que uma figura de linguagem com a qual apresentamos a opção do sujeito em preferir ser identificado como parte da classe dominante.

pois são as partes da constituição mimética. Tudo deve ser congruente às exigências do capital, logo a cultura, a escolaridade, a diversão, o amor, o prazer estão voltados para a submissão deste mimetismo globalizado.

Quando o sujeito deseja pertencer à outra classe social e econômica, ele não cumpre voluntariamente este desejo, pois é tomado por influências extremamente persuasivas ao mesmo tempo em que compreende sua vida por outro ângulo e muito menos penosa se pertencesse à classe dominante. Essas exigências produzem nos sujeitos uma cumplicidade mediada pela penas cotidianas da classe as quais pertencem.

O trabalhador não escolhe a sua classe, ela a vive, mas pode negá-la para viver de forma mais adequada segundo suas necessidades e as exigências do mundo capitalista.

Suas experiências ligam-se diretamente a constituição das exigências capitalistas tanto nos aspectos ideológicos como na produção das condições materiais. Marx nos Grundrisse apresentou os elementos que compunham o cotidiano dos trabalhadores e como esses foram arregimentados pela produção capitalista, pela sociedade burguesa, portanto, compreender a sociedade ocidental capitalista é primordial para adentrar definitivamente nos processos e na estrutura capitalista; assim, Marx nos Grundrisse tem as evidências reais para constituirmos o agora dos trabalhadores pelos elementos massificadores do capitalismo.

Portanto, o cotidiano dos trabalhadores, suas experiências e memórias estarão sempre vinculadas aos postulados definidores do modo de produção, mas isso não implica em definição perpétua, como apontou Thompson (1981, p. 58): “[...] Qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice da direção de seu fluxo futuro”.

O agora não é um instante segmentado, fragmentado e desconectado de todo o processo histórico e geográfico, o agora é o imediato e o ponto que leva o sujeito para o depois. O agora é o tempo histórico no sujeito mediado por suas experiências as quais passa a reconhecer-se como afinidade e, portanto, continuidade dos processos históricos na sua própria ontologia ou poder não ter afinidade e formular um reconhecimento descontínuo de si mesmo e essa relação depende parte significativa da formação de uma unidade de classe.

A importância deste fundamenta-se pela compreensão das ações cotidianas realizadas pelo modo de produção capitalista e como o mesmo entrelaça os sujeitos e os propõem novas ações pela concepção de mundo por suas memórias e experiências. Em outros termos: o agora processa a história nos sujeitos e permite aos sujeitos compreenderem-se como proponentes das suas próprias histórias. Assim, a história do tempo presente não está revelada apenas nos anos ou meses, mas principalmente no dia-a-dia dos trabalhadores e esse cotidiano é o "responsável" por dizer-nos o que está ocorrendo no mundo.

A carta de Engels a Schmidt enumerara apontamentos importantes para pensarmos a constituição da relação dialética na materialidade do tempo presente com qual a realidade pode ser pensada conceitualmente, mas não definitiva como conceitual, a realidade é maior que os conceitos e seus possíveis engessamentos. Assim, a partir de Engels (s.d 3), compreendemos que a materialidade interfere na constituição ôntica do sujeito. Assim, a partir de Marx (1983) confirmamos Engels e entendemos como a produção do capital construiu o processo global de sua produção, portanto, a materialidade do tempo presente revela redes imbricadas às exigências do capital mundial direcionados pelo mercado financeiro as quais alcançam indiscutivelmente os trabalhadores pelos processos e práticas neoliberais.

Desta feita, não podemos ignorar como a globalização "faz" os trabalhadores, ou seja, como as relações de produção e a organização do capitalismo no

século XXI trazem traumas e soluções prontas. Simplificam as necessidades e resistências dos trabalhadores. Esse "fazer" os trabalhadores pela globalização nada mais é que a reorganização do capital variável produtor de mais-valia, mas não apenas na produção, em todas as esferas da vida como assinalaram Marx e Engels já no Manifesto Comunista. O mercado, portanto, compreendido nestes tempos como definidor e delimitador das ações individuais e sociais apresenta a composição do cotidiano pelos seus direcionamentos impositivos voltados sempre para o lucro e é justamente esse caminho que se torna importante para pensarmos a composição dos processos históricos evidenciados pelos trabalhadores. A economia é sim uma instância de mediação, não se trata de uma forja sobre os trabalhadores, mas as condições das organizações da materialidade sobrepõem aos mesmos as maneiras de se comportarem e agirem socialmente.

Zizek (2012, posição 43 AED) compreende: "[...] a instância sobredeterminante da "economia" também é uma causa distante, nunca uma causa direta, isto é, ela intervém nas lacunas da causalidade social direta".

O ritmo, a intensidade e a causalidade do processo histórico, nesse tempo de neoliberalismo, tem como centralidade a economia. Zizek (2012) insiste na formulação teórica da economia não como última instância, mas como uma consequência do próprio processo histórico. A economia, para Zizek (2012), é parte constitutiva da sociedade, portanto, dos trabalhadores e a mesma intervêm de sobremaneira nas condições de vida dos sujeitos. O processo de Zizek (2012) é a economia como ação, mas não isolada, outros fatores a compõe também, concordamos com isso, porém avançamos no sentido de tê-la como centralidade e, portanto, intervêm diretamente; assim, a causalidade, como efeito de um processo histórico, faz-se, primeiramente pela organização das condições materiais mediadas pela economia.

> Daí se evidencia a ideia fundamental de que a contradição capital-trabalho jamais é simples, mas que é sempre especificada pelas formas e pelas

> circunstâncias históricas concretas nas quais se exerce. Especificada pelas formas da superestrutura (o Estado, a ideologia dominante, a religião, os movimentos políticos organizados, etc.); especificada pela situação histórica interna e externa, que a determina, em função do próprio passado nacional de uma parte [...] e do contexto mundial existente por outro lado [...] muitos desses fenômenos podem depender da lei do desenvolvimento desigual, no sentido lenista.(ALTHUSSER, 1979, p. 91-92).

O desenvolvimento desigual e combinado, como condição histórica do processo capitalista, permanentemente. O desenvolvimento desigual e combinado é um processo histórico que tem na sociedade nas suas múltiplas relações de poder e força contradições permanentes, as quais são sempre direcionadas por uma classe dominante na tentativa de superação das contradições para efetuar uma sociedade de certezas e se existem certezas as dúvidas são recolhidas para a nulidade e, deste modo, os sujeitos passam a dominar as contradições da sociedade capitalista, obviamente num direcionamento ideológico. Assim, as forças produtivas são determinantes na história e todo avanço desses processos produzem distintas formas históricas vinculadas aos ritmos, intensidades e causalidades dos modos de produção, com isso existem condições próprias de crescimento e desenvolvimento de cada sociedade resultando em especificidades das formas históricas veiculadas nos processos e como aquelas que evidenciam a própria estrutura. O encaminhamento das transformações permanentes nos fenômenos sociais, econômicos, políticos e tecnológicos são conectados as condições anteriores da produção às condições presentes, deste modo, as características anteriores do desenvolvimento social são dialetizador na etapa seguinte. Deste modo, os processos evidenciam nova estrutura e essa não abandona a anterior, ao contrário, coexistem e por isso são contraditórias em alguns momentos ou durante todo o processo. Nessa etapa da globalização o neoliberalismo não abandonou a estrutura de poder político do Estado desenvolvimentista, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimentismo precisa, para o bem do neoliberalismo, desaparecer por completo, aí o movimento contraditório do próprio processo numa reestruturação da produção. Neste

sentido, o Estado passou a ser o principal articulador do fortalecimento das estruturas de poder vinculadas ao mercado mundial e esse como condição única, no sentido ideológico, para promover o amplo desenvolvimento do capitalismo nas novas bases de acumulação.

"O mercado é, na verdade, um âmbito de lutas impiedosas – a esfera do egoísmo universal [...] no qual há ganhadores que são fortemente recompensados e perdedores que são correspondentemente castigados". (BORON, 2001, p. 181).

Partir do mercado significa compreender as ações de classe que julgam as operações dos trabalhadores e delimita suas tensões, isso quer dizer que o agora dos trabalhadores é compactuado pelas inexistências de resistências formais, mais efetivas e visíveis para outros trabalhadores e a sociedade em geral.

Os problemas do agora são constituídos por impossibilidades discursivas opostas a organização de um sentido unitário de vida, ou seja, os "ganhadores" organizam as feições do cotidiano para que as operações de lucros sejam cada vez melhores e os trabalhadores, os perdedores, se comprometam com ações que efetivem os projetos das classes dominantes. Nos últimos anos com o discurso midiático voltado para a crise econômica mundial os trabalhadores foram reduzidos a "peças" do jogo capitalista, já que o maior dilema era (é) o desemprego via demissão.

Thompson (1981) apresenta o caminho da história pela inevitabilidade da relação causa-efeito, o ontem não se desfaz, mas perpetua-se nos fatos representados agora. De outra forma, compreendemos o caminho histórico como acúmulos de tempos, nas condições do desenvolvimento desigual e combinado, são, portanto, os acúmulos de tempo no próprio tempo e no espaço os quais são responsáveis por gerarem (e serem gerados dialeticamente) as complexidades e contradições às quais são materializadas.

Nestes tempos neoliberais o fato histórico a ser analisado são as novas formas de acumulação do capitalismo representada pelas contradições da relação capital-

trabalho as quais repercutem diretamente sobre os trabalhadores; assim, essa é uma questão importantíssima para pensarmos o processo histórico e nos situarmos diante deste, pois o que a globalização apresenta-nos como fato histórico pode ser compreendido pela vinculação do sujeito ao espaço e o tempo como unificador destes. Neste momento da história do Tempo Presente o espaço é o componente fundamental para a constatação de que as relações de produção organizam o cotidiano dos trabalhadores e constroem operações de sedimentação da resiliência ou efetuam, por meio da indignação, resistências. Somente se faz História pela resistência quando a mesma manifesta-se no espaço e este articulado escalarmente, ou seja, um ponto de resistência no espaço é apresentado em outros pontos e essa articulação forma uma rede de atuação da resistência.

Compreender a globalização e sua atuação nos cotidianos dos trabalhadores significa entender o movimento dialético da produção capitalista e como a mesma interfere na seleção do que é o fato histórico para esses trabalhadores, já que o grande perigo, ou a eminência deste, é justamente a subtração do processo histórica para a compreensão do agora para estes trabalhadores; assim, o problema do agora na compreensão da globalização pelas experiências e memórias dos trabalhadores passa, antes de tudo, pela questão: como essas memórias serão organizadas pelas experiências e quais os procedimentos de análises para que essas sejam evidenciadas como oriundas do processo globalizante?

A composição da lógica do mercado impõe uma lógica ao trabalhador, separar essas neste momento histórico é impossível, já que tal composição assume um direcionamento eivado de ponderações à resistência, isso ocorre pelo temor em não mais fazer parte do mercado, pelo medo em perder o emprego e não ter condições de cumprir as dignidades materiais e imateriais que foram (que somos) programados. A programação do cotidiano é verificável pelos horários de serviços, pela agenda do trabalho, pelas compras de

datas comemorativas; enfim, o mundo real é programado e a realização deste é o cumprimento da História, conforme Boron (2001), dos vencedores.

Diante disso, entendemos que o mundo real, vivido, sentido, tomado, traumatizado, é o mundo, com o qual e pelo qual nos distinguimos dos outros, sem apartar-nos das condições sociais e culturais fornecidas, supostamente, pela história (ou pelo menos lida como história pelas classes dominantes).

Se o real é o fornecido, somente existiria o mundo se o fornecimento de acontecimentos, fatos, mudanças fosse constante, portanto, o real é o vivido, mas não um vivido neutro, não pelo cotidiano revelado como deveria ser conforme orienta as classes dominantes, mas o real é o possível. A realidade é manifestação ontológica, mas não manifestada isoladamente, depende, sobretudo, das articulações escalares entre o mundo e o sujeito. Essa ontologia é instaurada a partir do dado. O dado é a demonstração de que o mundo é, mas não demonstra o que foi e nem permite o avanço ao porvir. O dado não é história, o dado é o momento, porém disperso cotidianamente acaba por convencer-nos da sua organização histórica. O agora é o possível, mas também o engessado. O agora construirá o processo histórico pela ruptura, o fazer-se histórico é a materialização de novas condições que serão analisadas posteriormente como positivas ou negativas, porém nunca indiferentes.

> A lei fundamental da revolução, confirmada por todas as revoluções e, em particular, por todas as três revoluções russas do século XX, consiste no seguinte: para a revolução não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de viver como dantes e exijam mudanças. Só quando os "de baixo" não querem o que é velho e os de "cima" não podem como dantes, só então a revolução pode vencer. Esta verdade exprime-se de outro modo, com as palavras: a revolução é impossível sem uma crise nacional (tanto dos explorados como dos exploradores). Por conseguinte, para a revolução é necessário, em primeiro lugar, que a maioria dos operários (ou pelo menos a maioria dos operários conscientes, pensantes politicamente activos) compreenda plenamente a necessidade da revolução e esteja disposto a dar a vida por ela; em segundo lugar, é preciso que as classes dirigentes atravessem uma crise governamental que arraste para a política mesmo as massas mais atrasadas (o sintoma de toda a revolução autêntica é a rápida decuplicação ou

> centuplicação da quantidade de representantes dos trabalhadores e da massa oprimida, antes apática, aptos para a luta política), que enfraqueça o governo e torne possível aos revolucionários o seu rápido derrubamento. (LÊNIN, 2004, p. 325).

Neste sentido, as formulações dos processos históricos pelo marxismo não podem abandonar a verificação dos processos econômicos e políticos associados ao comportamento dos trabalhadores. Lênin (2004) em 1920 alertava a necessidade do fazer história a partir das classes trabalhadoras, isso significa que por mais que os trabalhadores são fundamentais para a compreensão da situação histórica os mesmos somente farão história, como colocou posteriormente Althusser (1978), quando compreenderem os próprios processos históricos. Desta maneira, os de baixo como assinala Lênin são aqueles que vendem sua mão de obra no sistema capitalista e são definidos socialmente a partir da divisão social do trabalho.

Lênin (2004) propõe um trabalho de reflexão para os trabalhadores e esses precisam pensar o próprio processo histórico, com isso Lênin compreende a importância da academia e do cotidiano quanto ao papel crítico de organização de novos processos que poderão vir a serem revolucionários e mais ainda numa perspectiva de leitura da história. Deste modo, não se trata apenas de evidenciar como os trabalhadores se comportam e assim produzem seus cotidianos, mas como esses trabalhadores leem suas próprias histórias sem desarticula-las às condições de classe na divisão social do trabalho e na constante contradição capital versus trabalho.

Hoggart (1973, p. 27) não busca evidenciar o trabalhador na estrutura produtiva, mas no seu cotidiano com suas diferenças próprias com seus modos de vidas tendo, conforme Zizek (2012), a economia interfere na causalidade social, deste modo, não se tem como pensar os trabalhadores, mesmo numa visão generalista como a de Hoggart (1973), mas não simplista.

O exercício de Hoggart (1973) como de Thompson na "A Formação" trouxeram elementos importantes para refletirmos as condições da classe trabalhadora a partir dos seus modos de vida, porém o distanciamento das questões estruturais e dos processos envolvidos na divisão social do trabalho e as contradições do capital versus trabalho não foram conduzidos de forma a pensar nos laços das classes subalternas como condições de classes para além das imposições da superestrutura do momento histórico. Tais imposições eram como o próprio Thompson (1998) sinalizou condições morais oriundas de uma economia paternalista, no sentido ideológico, assim, as lutas são figuradas numa resistência revolucionário da classe distante da própria produção e mais ainda sem orientação de uma coletividade programada, em outros termos, os sujeitos revolucionários eram espontâneos. Desta forma, não podemos pegar simplesmente a espontaneidade dos sujeitos do século XVIII na Inglaterra e transferirmos para todos os estudos e pesquisas históricas, pois o processo histórico precisa sempre ser compreendido no dinamismo do modo de produção articulado com o desenvolvimento desigual e combinado.

A espontaneidade dos sujeitos revelada por Thompson (1998) é história, faz parte de uma narrativa composta pelo mesmo e destacada como economia moral da multidão, já que os sujeitos estariam naquele século e naquele país ligados as condições de obrigatoriedade morais e o rompimento desses promoveu as revoltas. Essa narrativa histórica de Thompson, em termos marxistas vinculados permanentemente as lutas de classes nesse tempo neoliberal, pode ser trabalhada por historiadores de forma a valorizar a espontaneidade das lutas e retirar das discussões o papel político como processo histórico. Por isso, a narrativa histórica, numa concepção materialista marxista, precisa evidenciar as contradições do processo e o local dessas na estrutura capitalista.

A narrativa histórica precisa ser desenvolvida a partir das relações processuais nas diferentes escalas, desde o movimento de ascensão do capitalismo financeiro

até os trabalhadores que viveram esses processos e sofreram com tudo isso. Aos trabalhadores no processo histórico, se não agentes diretos, são fontes importantes para refletirmos a determinação e a sobredeterminação econômica e política do capitalismo, pois segundo Althusser (1979), para Marx é a vida material que explica a história dos homens.

"O que importa a Marx não é, com efeito, nem essa descrição (abstrata) dos comportamentos econômicos, nem a sua fundação do *homo oeconomicus*, mas a anatomia desse mundo, e a dialética das mutações dessa anatomia". (ALTHUSSER, 1979, p. 96).

A lacuna apresentada por Zizek (2012) é a coluna que sustentamos na argumentação de uma narrativa histórica, isto é, as descrições dos processos econômicos de Marx não revelam a totalidade do capitalismo, assim, discordamos de Althusser (1979) quando esse separa o jovem Marx do Marx maduro, entendemos que é um processo de formação e todas as suas obras, numa leitura ampla e conjunta, nos permite compreender os processos históricos constituídos historicamente nessa estrutura, ou anatomia conforme Althusser.

Thompson (1998) anatomiza os processos na espontaneidade e reifica a multidão num grande sentimentalismo, numa grande vontade de retorno a economia paternalista e registra as reivindicações sem nada reivindicar, ou seja, seu papel de historiador é de apresentar a história sem destacar as dimensões coletivas nos seus aspectos políticos dentro das possibilidades para serem realizadas hoje e esse hoje transformado num novo processo histórico, isto é, a história constitui-se como princípio reflexivo da crítica as constituições das memórias as quais estabelecem diferenças entre passado e presente, entre o agir agora e o ontem. (FERRERAS, 1999).

As narrativas históricas constituídas por documentos, entrevistas, estatísticas, são no marxismo, usadas politicamente, portanto, a memória dos trabalhadores também tem uso político. Assim, narrar a história numa compreensão materialista marxista

parte necessariamente das contradições, dos processos e da estrutura econômica e política. Narramos, portanto, da academia e formamos com isso nossas escritas e ministramos aulas que formarão outros professores e esses outros alunos e professores, deste modo, o controle do conhecimento histórico pode existir, isto é, pode ser usado pelo acadêmicos numa anulação da condução narrativa crítica da história ou as próprias classes dominantes simularem outras histórias por meio de outras memórias.

Quando Vesentini (1997) apresenta o "Trinta" permite a compreensão de como as articulações da memória histórica são múltiplas e o sujeito "assiste" o ontem a partir do movimento dialético de sua própria condição constituída, agora, como verdade. É fundamental que as relações processuais de "produção" da História sejam compreendidas. Neste sentido, a rarefação da crítica deve-se a compreensão da História como resultado de feitos e, portanto, formadora de fatos que surgiram independentes. A crítica precisa partir da relação entre o que foi e o que é pela concepção organicista de sociedade, em outras palavras, a tematização positivista do cotidiano impede que os fatos sejam trabalhados numa perspectiva que não ignore as tensões do mundo: a pobreza, as desigualdades, a opressão, etc. A sociedade e sua História foram naturalizadas, como se as tensões fossem realmente naturais.

Diante disso, a interpretação do problema é que: os feitos são fatos e os fatos são composições cimentadas de um processo; assim, a solidificação do fato torna-se praticamente impensada sem o apoio do processo, mas não se trata do processo enquanto delimitador, o mesmo é retificador e as similitudes temporais acusam o fato e o justificam por intermédio dos significados culturais e das expressões da linguagem, portanto, a História "faz-se" sob as condições dadas e sua constituição narrativa, a velha e boa transmissão da História, é realizada também sob os auspícios do *status quo*. A História como é narrada produz uma

memória involuntária, memória dos vencedores sobre os derrotados apontada por Boron (2001).

As questões próprias da história são autênticas ou partilham simplesmente do dado? O agora é concisão dos fatos que nos foram narrados pela sistematização de uma linguagem e essa vinculada diretamente à cultura. A autenticidade liga-se a fecundação dos fatos, como os mesmos são gerados e como nascem; assim, os questionamentos dos fatos não bastam é preciso reformular as questões a partir da dúvida das próprias formulações históricas. A normalidade dos fatos é a condição inquestionável da ordem estabelecida e essa normalidade nunca permite a estranheza dos sujeitos em relação ao mundo, pois os mesmos estão e são fundamentados por uma memória conduzida, que preferimos nomear como memória involuntária.

Alcançar a dúvida das condições materiais e imateriais estabelecidas pelos fatos é tarefa primordial para a história, mas as dúvidas surgem a partir do que foi estabelecido, não conseguimos duvidar daquilo que não conhecemos, já alertou Marx. Estabelecemos as dúvidas da história pela própria história e projetamos o agora para o passado. O redimensionar liga-se às articulações escalares e essas manifestam a memória e suas considerações sobre o mundo. Considerações vinculadas à memória cabem nesta direção, para o apontamento da responsabilidade do projeto histórico do sujeito. Todavia, o projeto histórico do sujeito é inibido pelas constituições dadas do modo de produção capitalista, da cultura e da linguagem. Assim, a inibição do sujeito como sujeito histórico aprofunda o involuntário como peso inexorável para a memória. Não existe o caos, ideologicamente sistematizam a ordem positivista dos fatos e a História é concluída sempre, como uma peça de teatro com começo, meio e fim.

A história é programável quando as classes dominantes controlam o conhecimento histórico, isso está claro na Ideologia Alemã e podem até mesmo fazer

elementos da história desaparecerem. A História, de fato, existe, discordo de White (2006), porém deveriam existir de forma real os sujeitos históricos, ou seja, aqueles que fazem a história para além das condições impostas, para aqueles que conseguem constituírem-se parte de um narrativa histórica que leva até a política.

Ginzburg (2007) apresenta a verdade e a realidade como problemas ligados a tradição da transmissão narrativa da História, aponta a tentativa dos historiadores em comunicarem a verdade e seus significados por uma espécie de "efeito" e o mesmo liga-se as formulações argumentativas da retórica, mas os ingredientes da História não se sustentam apenas com a retórica, já que a verdade será revelada, cedo ou tarde, pelas próprias relações dos sujeitos com o espaço e tempo. Também enumera a fragmentação da História pela incerteza do passado, mas essas incertezas compreenderam como irreal já que ideologicamente pulsam as condições para repensar o passado, ou seja, da fragmentação para o todo positivista, para a naturalização das relações escalares do sujeito com o mundo (e vice-versa).

A relação retórica e História parece inicialmente confirmar as certezas de White (2006), mas Ginzburg (2007) apresenta as lacunas desta relação e recoloca a História no seu lugar: possibilitar o sujeito compreender-se como sujeito histórico e daí realizar sua História, mas uma História que permita a subtração das negatividades impostas pelos meios de produção capitalista.

O problema do agora na constituição da História liga-se aos modos dos fatos, como foram selecionados, e como os mesmos foram narrados e, consequentemente, suas ações para o momento e para o futuro. Ginzburg (2001, p. 195) aponta parte desta problemática: "As metáforas ligadas à distância e à perspectiva desempenharam, e ainda desempenham, uma função importante na nossa tradição intelectual".

Ginzburg (2001) lembra-nos as metáforas associadas à distância como fundamento da tradição e essas se fundamentam em tudo que consideramos óbvio, pois o óbvio é constituinte da memória involuntária. Neste ponto somos obrigamos a refletir sobre a memória voluntária, pois a involuntária é o constrangimento do sujeito às condições impostas.

A memória voluntária é a reflexão sobre a condição do sujeito; assim, as metáforas construídas socialmente são interpretadas pela dúvida; assim, o voluntarismo do pensar está justamente na acusação que fazemos a História. Devemos acusar a tradição. Para realizarmos tal empreitada a negação do enredo histórico é fundamental, mas não negar a História. É importante a negação das concepções metafóricas de mundo e como tais repercutem na programação das experiências dos trabalhadores.Daí, a urgência em destruir essas simplificações e potencializar a crítica a tradição, destruir o que se convencionou chamar de verdade.

Desde a retórica aristotélica quanto à construção da verdade a partir da prova tem a História sido influenciada consideravelmente. As críticas de Popper (1974b)[7] - ao que chamou de historicismo - ignoram o processo histórico e compreende a História como nulidade científica, já que a prova (as evidências) precisam corresponder as relações objetivas nas suas especificidades sem uma lei geral.

A verdade conforme a tradição aristotélica é o mensurável, o provável, aquilo que podemos comparar. A História, segundo Popper (1974b), é apresentada como enunciação das particularidades em dados momentos da cronologia humana. As interpretações gerais de Popper (1974a e 1974b) induzem ao relativismo na História, como se a mesma fosse pensada sem levar em considerações as transformações reais que nos

[7] É que na história [...] os factos à nossa disposição são muitas vezes severamente limitados e não podem ser repetidos ou implementados à nossa vontade. E foram coligidos de acordo com um ponto de vista preconcebido; as chamadas “fontes da história” apenas registram os factos que pareceu suficientemente interessante registrar, de modo que as fontes,em regra, só contém factos que se adaptem a uma teoria preconcebida. E como não se dispõe de mais factos, não será, via de regra, possível pôr à prova esta ou outra teoria subsequente. [...] Chamarei a essas teorias históricas, em contraposição às teorias científicas, “interpretações gerais”. (POPPER, 1974b, p. 274).

influenciam cotidianamente. Thompson (1981) teceu críticas ao racionalismo popperiano, pois sua ortodoxia científica poderia resultar numa interpretação "circular" de História e, posteriormente, a História ser relativizada. Mas Thompson (1981) também não remete nenhuma crítica aos postulados aristotélicos, pelo contrário, apoia-se nos mesmos para fundamentar suas críticas tanto a Popper como a Althusser. Em outras palavras: não fundamenta suas críticas na ruptura das normas e procedimentos cotidianos, mas afirma-os negligenciando qualquer processo de destruição, faz críticas a Popper e seu cinismo[8], porém esquece que as bestas maiores, numa paródia popperiana, são os inimigos da maioria e agora isso significa a estruturação material e imaterial do capitalismo. Se a verdade para Popper (1974a e 1974b) é a prova do todo a partir da sua universalização, em Thompson (1981)[9] a verdade é a própria História e sua universalização como sentido aos sujeitos, sejam pelas experiências individuais ou coletivas. A verdade é a universalização do que se conhece.

A narração da História, portanto, tem grande importância e Popper (1974a e 1974b) busca alcançar a verdade pela oposição que faz a todo pensamento totalitário que objetive organizar o futuro, neste sentido, entendemos que a narração histórica para ele precisa abarcar os conhecimentos universais para chegar até a verdade, mas a verdade é interrompida no agora e, para Popper, o futuro não pode ser planejado para um fim comum, pois considera a liberdade como fundamento. Todavia, esquece que a liberdade agora se associa à capacidade de comprar. Os universais popperianos induzem à ideia da História feita por indivíduos dentro das condições democráticas.

O projeto popperiano de sociedade afasta-se da coletividade enquanto movimento para o futuro. Somente, para Popper (1974b), é possível mudar o futuro dentro das instituições democráticas.

[8] "Não há volta possível a um estado harmonioso da natureza. Se voltarmos, então deveremos refazer o caminho integral – devemos retornar às bestas". (POPPER, 1974a, p. 274).
[9] Conferir Thompson (1981) o capítulo "A Lógica Histórica".

> Em vez de nos estadearmos como profetas, devemos tornar-nos os autores de nosso destino. Devemos aprender a fazer as coisas o melhor que pudermos e a encarar nossos enganos. E quando tivermos abandonado a idéia de que a história do poder será a nossa julgadora, quando tivermos desistido de nos afligir por indagar se a história nos justificará ou não, então talvez um dia possamos ter êxito em colocar o poder sob nosso domínio. Desse modo, poderemos mesmo, por nossa vez, justificar a história. Ela necessita desesperadamente dessa justificação. (POPPER, 1974B, p. 289).

Popper (1974b) é um "místico", crê que a ordem será estabelecida pelos sujeitos, mas debocha do projeto coletivo acusando-o de totalitário; assim, acusa o marxismo e tudo que ele representa enquanto projeto. O futuro, para Popper, pertence aos sujeitos, como se os mesmos fossem capazes de "domarem" o poder. Como se o futuro fosse o impensado socialmente e a verdade somente poderia ser revelada via livre-arbítrio, sem qualquer interferência de um projeto (no sentido futuro de projetar, ir além do agora) para além do sujeito.

Koselleck (2006) apresenta o domínio do futuro durante a Idade Média vinculada as premissas da Igreja Católica, posteriormente, o domínio do futuro pertenceu ao Estado e no agora entendemos que a economia de mercado tem esse domínio. Dominar o futuro significa dominar a verdade.

O trabalhador pelas suas experiências e memórias projeta-se ao mundo, mas jamais um "salto" sem mira, sem ponto de chegada. As experiências dos trabalhadores não pairam sobre a crosta terrestre. As experiências e suas vinculações com a memória são inauguradas pela capacidade em edificar os nexos entre o agora e suas relações com o futuro.

Adorno (1995) lembra-nos muito bem da necessidade de pensarmos a realidade, em compreendermos o agora a partir das implicações das relações estruturais e das formas manifestas dos sujeitos no mundo. Para Adorno (1995) o sujeito pensa em relação à realidade e esse direcionamento produz o conteúdo que caracteriza esse sujeito, portanto, a formação intelectual e cognitiva do mesmo depende da imbricação imorredoura das

experiências deste sujeito. A projeção para o mundo será sempre compartilhada pelo "eu" e pelo mundo, esse projetar-se experiência o sujeito e o capacita a produzir novas experiências. As experiências são as pontes espaços-temporais.

Esse projetar-se não é solitário, sempre estará vinculado ao passado, pois o agora é a ponte, mas uma ponte decisiva que impulsiona o trabalhador, mas não como solitário, sua projeção depende das condições dadas, porém tais condições serão destruídas se não existir um projeto coletivo. Todavia, a projeção da coletividade, enquanto organização do futuro, não tem nenhuma garantia de sucesso e paira sobre o projeto a possibilidade de falha e, portanto, de inoperatividade futura. Os projetos falhos são considerados impróprios para serem reconstituídos, como apontou Koselleck (2006, p. 32): "Um prognóstico falho [...] não pode ser repetido nem mesmo como erro, pois permanece preso a seus pressupostos iniciais".

A falha impera e a verdade passa ser "medida" a partir deste imperativo. Assim, a Revolução Russa ou Cubana é compreendida pelas suas falhas e ideologicamente, a sociedade ocidental capitalista, construíram expectativas de futuros desvinculados ao projeto marxista. Como se os erros da revolução fossem imperdoáveis e injustificados. Exatamente como Popper (1974b) e Thompson (1981) escreveram. Então, o "imperdoável" fornece o conservadorismo e esse a manutenção da ordem para os ricos e a desordem para os pobres. Aqui não existem histórias relativas.

A superação da condição profética do futuro pela organização do Estado não deve perpetuá-la. Existem outros modos em organizar a sociedade, sobretudo, a partir de uma oposição violenta a sociedade de classes. A violência precisa existir para a superação do que aí está, portanto, a fundamentação da violência é a superação. Entendemos a violência como a ruptura do agora, como o desconforto do tempo presente chegando àqueles que desconhecem a dor dos famélicos, mas não pregamos a violência, mostramos que o caminho do conforto é a ignorância das dores e que a violência é a superação deste estado, mas não falamos de

violência como “porradas” e mortes – estamos longe disso. A violência é o estado emancipatório do sujeito. Ao nos anteciparmos deste mundo “quadradinho” empenhamos em nós mesmos as dores da partida. E essas dores são-nos experiências fundamentais. A violência leva ao caos.

Nossa memória involuntária esquadrinha o mundo, torna-o “quadradinho”, pronto, exato e inquebrável, pois olhamos por lentes que nos fazem compreender o mundo a partir de sua óptica. A memória involuntária é a que nos promove a condição de cidadãos, pois através da mesma operamos o cotidiano pelas condições dadas, sem maiores questionamentos. A memória é o alerta constante do que somos, em outras palavras, somente somos a partir da memória, pois é-nos impossível sermos amnésicos.

A memória involuntária conduz-nos a mimese. A revelação ao mundo do que somos, somente é possível com a projeção daquilo que deveríamos ser socialmente. Ser aceito socialmente é corresponder à ontologia do ser à mimese do mundo, sem qualquer resistência, sem qualquer questionamento.

A memória involuntária é parte da ação ideológica, já que o todo ideológico liga-se as ações e aos pensamentos dos sujeitos. A ideologia é a construção do que é, mas não um é verdadeiro, tal como o agora que me parece imbricado de outros tempos, mas é agora, sem fantasias, sem adornos, sem repetições, enfim, o agora “é-me”, ao mesmo tempo em que nada posso ser caso torne-me amnésico.

A verdade é o conhecimento. Conhecer significa alcançar a verdade, mas não um conhecimento neutro, encapsulado. A relação entre memória e História passa pela compreensão do que seja a verdade. Para evidenciarmos as tensões da memória involuntária e o caminho necessário para o caos, precisamos compreender o processo e esse, nestes tempos de globalização, é o próprio capitalismo.

Assim, afirmamos que o capitalismo existe e ninguém pode negá-lo. A memória involuntária forma-se pelas relações processuais da produção e da significação existencial pelas experiências, não precisamos de provas conceituais atreladas a teorias universais unificadoras para compreendermos que nossos desejos, sonhos e sentimentos vinculam-se a uma lógica de produção, consumo e circulação. O problema do agora nestes tempos de globalização pelas experiências e memórias dos trabalhadores passa por esses elementos da produção capitalista das espacialidades, problema que entendemos que somente terá sua compreensão em escala ampla pelo marxismo.

A produção interage perpetuamente com o consumo e esse depende da circulação, a produção de mercadorias e seu comércio fazem-se a partir do sujeito e esse, de certa forma, também direciona a produção dentro de suas limitações e construções culturais, não estamos partindo de um enrijecimento diretivo, mas da necessidade em construir uma crítica ao negligenciamento referente ao sujeito trabalhador, pois suas memórias e experiências ou são aglutinadas pelo mecanicismo da superestrutura ou são utilizadas empiricamente por um discurso pseudo-marxista que aprova o indivíduo pelo indivíduo no campo das resistências.

As experiências dos trabalhadores vão além do cotidiano imediato, das relações produzidas nas instancias sociais, culturais, econômicas e políticas, pois as experiências destes estão vinculadas diretamente as transformações produtivas do mundo globalizado. A tônica do neoliberalismo funde-se com os processos ideológicos e com a produção das condições materiais para que o projeto do capitalismo pós-1990 tenha frutificações. O capitalismo, neste sentido, forjou experiências comuns aos trabalhadores, dentre tais: o medo do desemprego, jornadas abusivas de trabalho, subtração da remuneração, corte de horas extras remuneradas para bancos de horas; enfim, o processo de transformação capitalista pós-1990 produziu em escala geográfica mundial o condicionamento das

experiências dos trabalhadores. Não afirmamos que os trabalhadores do sul ou do norte tenham as mesmas experiências, pois entendemos que os mesmos compartilham dos mesmos problemas e os quais permitem a existência de congruências de suas experiências quanto ao trabalho cotidiano. As experiências comuns oriundas do trabalho inserido no mercado globalizado constituem as memórias destes, já que sobre isso o trabalhador não pode nem pensar, as relações de poder e a hierarquia no modo de produção impedem que os mesmos pensem diferentes; assim, quanto à ameaça do desemprego os trabalhadores reivindicam o emprego, não ufanam outra estrutura ou organização social e econômica.

A globalização econômica na sua etapa neoliberal também promoveu a unificação das leis de mercado quanto ao trabalho. O trabalho como mercadoria, nestes tempos de neoliberalismo, está inserido na mesma lógica e os trabalhadores são obrigados a acompanharem as mudanças técnicas e tecnológicas de seus empregos, consequentemente, tais mudanças atingiram o cotidiano destes trabalhadores, uma vez que os mesmos terão que mudar muitos elementos de suas vidas para acompanharem as exigências do capitalismo, não de trata de determinismo, porém, caso estes trabalhadores não façam as mudanças necessárias para a produção capitalista certamente terão suas remunerações reduzidas ou mesmo perderão os empregos.

Obviamente que a produção capitalista influencia o mundo ocidental; assim, seríamos ingênuos ou agiríamos de má-fé (no sentido sartreano) se desconsiderássemos toda a influência da materialidade capitalista sobre os trabalhadores, isso não é mecanicismo ou determinismo, essa constatação é a realidade. Negar essas evidências compromete a compreensão da totalidade emergida a partir dos trabalhadores.

A globalização na sua etapa neoliberal produziu experiências pactuadas com a homogeneização das condições materiais, técnicas e tecnológicas que imersas ao cotidiano dos trabalhadores freou toda reivindicação mais acentuada, já que os elementos constitutivos

do capitalismo globalizado são impeditivos legais, políticos e morais para que não ocorra a superação das condições indignantes dos trabalhadores.

Desde a queda do muro de Berlim as transformações no modo de produção capitalista atingiram níveis impensados, seja pelo avanço tecnológico, pela subtração do keynesianismo e pelo neoliberalismo como postura econômica e política de Estados ou mesmo pelas emitentes crises; assim, a classe trabalhadora tem diante de si a contemplação de um mundo, instável e integrado pela economia que por muito tempo buscou o distanciamento do Estado, todavia esse distanciamento, de fato, nunca existiu.

Não se pode acreditar num modelo ou mesmo no fator determinante de uma lógica hegemônica perpetuada, a dinâmica do ser humano é maior, porém nesses tempos neoliberais a eficácia da política subordinada à economia tem consequências e forças marcantes, pois essa dinâmica não está isolada e a hegemonia que parece ser menor que o dinamismo humano tem grande influência sobre todos; assim, o dinamismo leva à resistência e essa permite a construção da crítica ao modo de vida baseada na produção capitalista.

A dinâmica histórica materializada no espaço tem tendências variadas, depende das relações processuais entre a produção, o consumo, a circulação, a legislação, a política, a cultura. A questão da hegemonia polemizada por Williams (2005) ainda prevalece mesmo sabendo que a força da dinâmica humana ultrapassa muitas imposições, basta lembrarmos-nos das muitas revoluções que ocorreram. A hegemonia é também dinâmica, os valores e o direcionamento social e econômico também sofrem transformações e esses impõem condições dinâmicas aos seres humanos relacionadas aos seus interesses maiores. A hegemonia não é engessada, mas ela exerce influencia sobre as pessoas, negá-la seria ingenuidade ou má-fé (no sentido sartreano). O espaço evidencia cotidianamente a dinâmica hegemônica pelos investimentos diretos, investimentos indiretos, pela supressão econômica, pela construção nas cidades, pelos investimentos no campo, pelo aumento das favelas, pelo

aumento dos condomínios fechados, dentre outros exemplos. O espaço por suas múltiplas relações escalares geográficas e temporais evidencia as transformações oriundas dos processos de produção. O espaço contém os sujeitos ao mesmo tempo em que esses produzem espacialidades, a dinâmica hegemônica é evidenciada nas relações sociais ocorridas espacialmente.

A globalização é um processo marcante na configuração espacial, não estamos afirmando que a globalização por si e em si constitui força instrumentalizadora para aplicar todas as transformações ao cotidiano dos trabalhadores. A globalização é o processo que evidencia as combinações econômicas, políticas, culturais e tecnológicas, essas combinações não são em sentido único, as mesmas entrecruzam-se dialeticamente e esse movimento espacializado constitui diferentes condições para os trabalhadores.

A globalização conforme Tomlinson (2003, p. 269) trouxe uma reviravolta cultural por sua força:

> To begin, let me sketch the implicit (for it is usually implicit) reasoning behind the assumption that globalization destroys identities. Once upon a time, before the era of globalization, there existed local, autonomous, distinct and well-defined, robust and culturally sustaining connections between geographical place and cultural experience. These connections constituted one's – and one's community's – 'cultural identity'. This identity was something people simply 'had' as an undisturbed existential possession, an inheritance, a benefit of traditional long dwelling, of continuity with the past. Identity, then, like language, was not just a description of cultural belonging; it was a sort of collective treasure of local communities

Tomlinson (2003) não nega a força da globalização, mas não compreende a mesma como diretiva, já que o enfrentamento a mesma para garantir a identidade regional, local ou nacional reforçam as identidades espaciais e, desta maneira, entendemos que são produzidas experiências de resistência e consequentemente memórias voluntárias de lutas. Tomlinson (2003) compreende as resistências à globalização motivadas por ela mesma, isto é, a globalização totalitária fomenta em certos grupos e/ou regiões o embate à mesma, pelo não

pacto de suas particularidades com a homogeneização globalizante, para esses a globalização surge como subtração de seus modos de vida; assim, enfrentá-la significa existir e resistir a essa onda global é promover valores ímpares intensificadores de culturas distintas das imposições globalizantes.

Essa resistência somente pode ocorrer pela relação sócio-espacial, as resistências dos sujeitos partem dos incômodos causados pela infiltração direta de valores incongruentes aos seus modos de vida nos seus bairros, cidades, regiões e/ou país. Tais incômodos são revertidos em ações de resistências e essas são localizadas espacialmente, por isso a relação do fazer-se da classe e o espaço são fundamentais, pois o espaço não é somente o lócus da ação, ele é também a ação. Compreender o espaço como palco das ações é negligenciar o próprio movimento da sociedade. O fazer-se da classe opera inicialmente pelas relações sócio-espaciais, fundamentam as ações e as propriedades definidoras de seus modos de vida; assim, as agressões vindas da produção capitalista globalizante são interpretadas como equivocadas para o cotidiano destes trabalhadores. O não pacto produz a proliferação de memórias construídas pela luta. A questão onde, portanto, é importante para a compreensão do movimento dialético do fazer-se trabalhador com identificação com a classe.

A compreensão da classe pelos trabalhadores também pode ser formada pela submissão as imposições hegemônicas, em outras palavras, a classe existe pelas condições materiais e pela capacidade em compreender as experiências dos outros trabalhadores e quando alguns desistem da luta tendo outros a se identificarem com os mesmos, temos, sem dúvida, uma classe de trabalhadores que não lutam, consequentemente, o discurso e as práticas globais do capitalismo os atingem diretamente e esses se comprometem a seguirem aquilo que foi/é ditado. Isso não quer dizer que não possam resistir e lutar, são momentos organizados e espacializados, portanto, a classe não é eterna e muito menos os comportamentos dos trabalhadores que a compõe. Esses trabalhadores também resistem

contra as suas próprias condições de trabalhadores, já que obviamente sabem que são explorados, todavia, tem a resiliência como resistência para as suas condições e seus modos de vida.

Fitar essas questões marxistamente obriga-nos à compreensão das lutas de classes como movimentos dialéticos espacializados na história do tempo presente. As diferenças espacializadas das lutas de classes coadunam as representações sociais dos trabalhadores, já que as similitudes das lutas revelam pela reflexão as condições semelhantes dos trabalhadores. As condições do capital impõem um modo operante e prático aos trabalhadores e essa prática cotidiana em todo o mundo ocidental é muito próxima, pois segundo Marx (s.d 1, p. 69): "[...] O capital não é, portanto, somente, uma soma de produtos materiais, é também uma soma de mercadorias, de valores de trocas, de grandezas sociais".

Desta forma, a luta de classe forma a classe, esse dinamismo efetua-se na oposição e na compreensão do papel do capitalismo como constituinte de uma formação também de valores. Lutar no processo histórico neoliberal implica em realizar enfrentamentos contra-hegemônicos as imposições de um Estado comprometido com as alianças e acordos direcionados pelo mercado financeiro mundial e pelas empresas transnacionais e multinacionais. Isso se realiza nas greves, nas paralisações, nas lutas por melhores condições de vida, enfim, as lutas dos trabalhadores no neoliberalismo no Brasil não foram interrompidas, foram realizadas agora com outros enfrentamentos, pois o ápice do capitalismo financeiro mundial também interfere na produção, com isso a volatilidade das empresas permite a supressão da produção numa localização geográfica para outra, sem ter a menor preocupação com os trabalhadores ou mesmo com o Estado.

Falamos, portanto, dos trabalhadores brasileiros de 1990 a 2010 e como esses são influenciados pelas novas formas de acumulação do capitalismo financeiro mundial e como isso atinge diretamente a produção/circulação e consumo.

Ser trabalhador nesses processos imbricados na relação processual permanente do neoliberalismo com a contradição capital e trabalho tem implicações na formulação da ideia de trabalho e trabalhadores, assim, o trabalho aqui apresentado é o trabalho capitalista, produtor de mais-valia e os trabalhadores são aqueles que produzem e vivem do trabalho na própria produção de mais-valia.

Deste modo, a consciência de classe parte destas grandezas sociais, das relações processadas espacialmente e marcadas subjetivamente. A consciência de classe depende da constituição ontológica, do movimento dialético do sujeito-mundo e do mundo-sujeito, somam-se à produção das condições materiais e imateriais. Ser membro da classe a partir da consciência de classe, como relação ontológica, requer a compreensão das relações mediadas por suas experiências, em outros termos, somente pela identificação com as experiências oriundas do trabalho realizado é que poderá tornar-se classe, somado ao entendimento da exploração capitalista e da produção de mais-valia. A consciência de classe depende da compreensão das relações de produção, relações que não se limitam ao produzir, já que as mesmas perpassam por todas as áreas da sociedade e confirmam grandezas sociais que se tornam moralidades. As edificações destas grandezas sociais aparecem nos cotidianos dos trabalhadores e os mesmos são envolvidos por esses valores que provisoriamente não evidenciam críticas. A consciência da classe depende da compreensão destas críticas e do direcionamento que o mesmo resultará.

A sociedade capitalista edifica os sujeitos por valores ligados ao consumo e a produção, portanto, o fazer-se da classe tem como barreira principal a própria identificação dos trabalhadores com os seus iguais, pois a negação nada mais é que o conjunto das grandezas sociais compreendidas pela ética aquisitiva e reforçadas pela mimese capitalista. A reprodução das operações materiais interfere diretamente nas condições psicológicas dos trabalhadores. Marx apresentou essa problemática:

"A elevação do salário desperta no trabalhador a obsessão do enriquecimento [típica] do capitalista que, contudo, ele apenas pode satisfazer mediante o sacrifício do seu espírito (*Geist*) e de seu corpo" (2008, p. 27).

A grandeza social tipificada pela mimese capitalista e pela ética do consumo opera nos sujeitos pela lógica do trabalho, isso significa que os trabalhadores são explorados pelos patrões e também por eles mesmos, já que a auto-exploração é definida ideologicamente como o esforço para a superação de suas condições. O discurso capitalista legitima a exploração e organizou o Estado de tal maneira que as reivindicações dos trabalhadores são intermediadas por instâncias burocráticas com significados práticos para o cotidiano (MARX, 2008, p. 30).

Marx (2008) preocupou-se inicialmente com a economia nacional, posteriormente, no Capital apresentou as articulações entre as esferas nacionais e globais da economia, em outras palavras, as grandezas sociais articuladas com outras esferas potencializaram a reorganização mundial da produção capitalista desde o século XIX com grande aceleração pós-Segunda Guerra Mundial. Preocupação negligenciada por Thompson na "Formação", já que as articulações extraterritoriais permitiram que novas organizações de trabalhadores se estruturassem, preocupou-se, como Marx (2008) e Smith (1983), com a economia nacional.

A construção ideológica capitalista construiu em consórcio com os trabalhadores uma ética, a qual compreendemos como herdeira da moralidade oriunda da religião, das relações sociais, da política, da economia e da cultura em geral. Essa ética prevalece como parte da grandeza social e interfere diretamente no cotidiano dos trabalhadores, já que os mesmos "são" essa ética. E é exatamente esta ética que promove a aceitação da divisão da vida dos trabalhadores em compartimentos separados, isto é, a esfera econômica e da exploração não é destacada; assim, como apontou Marx (2008) a vida dos

trabalhadores passa a ter esferas específicas para serem lidadas e o problema maior, o capitalismo, não é tocado. Não que os trabalhadores desconheçam suas dificuldades dentro do capitalismo, mas a especificidade para sobreviver na organização do Estado capitalista requer esforços diários que sobrecarregam as forças destes trabalhadores para se movimentarem em oposição mais árdua contra todo o sistema, suas resistências ocorrem como Marx (2008) apontou: nas esferas específicas de cada um dos problemas.

A consciência de classe principia na especificidade das relações culturais, sociais, políticas, econômicas e espaciais, todavia não permanecem nestes, já que as relações extraterritoriais motivadas pelas mudanças globais do capitalismo interferem neste fazer-se. As relações escalares espaciais articulam o espaço de vida dos trabalhadores e espaços que os mesmos não vivem, porém sofrem interferências diretas por meio da tecnologia e da economia. Todavia, essas articulações escalares não desmontam as especificidades do capitalismo e muito menos garantem a ampliação dos trabalhadores em nível global, ao contrário, as especificidades espaciais sublinham as urgências do capitalismo na questão produtiva e impõem aos trabalhadores outros modos de vidas que chocam com suas tradições e culturas, ao mesmo tempo em que colocam como concorrentes trabalhadores de todo o mundo. Assim, entendemos que a globalização forjou as especificidades do capitalismo em escala global e retirou dos trabalhadores a resistência mais ampla, já que as empresas são fluídas e deslocam-se para qualquer outro país que tenham melhores condições econômicas e/ou operações que permitam a ampliação dos lucros.

Ser trabalhador no Brasil de 1990 a 2010 precisa ser compreendido pela dimensão histórica e espacial, isto é, as singularidades territoriais e as relações complexas de poder e organização das esferas culturais, econômicas e políticas produzem particularidades dentro dos processos homogeneizadores. Essas particularidades não são em si e por si resistências, poderão ser interpretadas pelos trabalhadores dos seus respectivos territórios

como tais como também essas especificidades, pelos trabalhadores, poderão ser compreendidas como retrógradas e o processo homogeneizador globalizante empreenderá a modernidade necessária. Assim, as diferenças substanciais com o mundo globalizado neoliberal são interpretadas pelos trabalhadores como necessidade de preservação das suas tradições ou como atrasos que merecem a superação, sendo essas visões compatíveis com dois caminhos: a resistência e a aceitação. Caminhos que levam a práticas e posicionamentos políticos diferenciados.

Deste modo, a classe não está apartada das leis do capitalismo, ou seja, o trabalhador no modo de produção capitalista é também uma mercadoria, vende-se a si mesmo pedaço a pedaço (MARX s.d 1). Compreendemos os papéis de resistências dos trabalhadores, mas sabemos dos seus limites, das imposições organizativas do trabalho e seus modos de vida vinculados à necessidade de sobrevivência. Não podemos simplesmente afirmar que a consciência de classe subsidiará a resistência, nem que a resistência permitirá a construção da consciência de classe, mas historicamente as lutas ocorreram pela indignação dos trabalhadores e as revoluções pela exploração extrema sentida cotidianamente pelos trabalhadores. As lutas de classes dependem da consciência social, da operacionalidade crítica, mas isso não basta, já que a práxis é ponto fulcral.

A práxis crítica nestes tempos de globalização neoliberal materializa-se nas lutas de classes espacializadas, isto é, são nas cidades e/ou nos campos que as lutas são empreendidas por meio de ocupação de casas abandonadas, lotes vazios, terras não utilizadas para a produção; enfim, a práxis da resistência é construída espacialmente e neste sentido edificam memórias de lutas as quais terão sentido quando fitadas pela conscientização do poder de resistência dos trabalhadores, quando a consciência social for além das obrigações diante do trabalho, todavia as obrigações trabalhistas consomem os trabalhadores que são dependentes, sobretudo, de salários para sobreviverem.

> O salário é determinado mediante o confronto hostil entre o capitalista e trabalhador. A necessidade da vitória do capitalista. O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que este sem aquele. [A] aliança entre os capitalistas é habitual e produz efeito; [a] dos trabalhadores é proibida e de péssimas consequências para eles. Além disso, o proprietário fundiário e o capitalista podem acrescentar vantagens industriais aos seus rendimentos, [ao passo que] o trabalhador [não pode acrescentar] nem renda fundiária, nem juro do capital (Capital interesse) ao seu ordenado industrial. Por isso [é] tão grande a concorrência entre os trabalhadores. Portanto, somente para o trabalhador a separação de capital, propriedade da terra e trabalho é uma separação necessária, essencial e perniciosa. (MARX, 2010, p. 23).

Definir o capitalismo como luta constante a partir de Marx não é exagero. O ocidente capitalista forjou o cotidiano dos trabalhadores pela produção de mercadorias, tendo os mesmos também como mercadorias. Os salários são o que mantém diariamente os trabalhadores em pé para a lida e o que mantém, em certo sentido, os mesmos como reféns. Também o salário pode constituir movimentos de resistências, principalmente pelas reivindicações de melhores condições salariais, os quais os trabalhadores mobilizam-se para o enfrentamento legalizado. Esse enfrentamento pela base legal não subtraíra as penalidades e arbitrariedades sofridas cotidianamente pelos trabalhadores, apenas lhes dará condições de sobreviverem com menos "apertos". Ainda continuarão trabalhadores e produziram mercadorias e se produzirão também como mercadorias.

Diante disso, o fazer-se da classe não é tão simples, o "brotar" da consciência não ocorre de maneira tão tranquila. Thompson na "Formação..." não explicita a necessidade da consciência de classe avolumar-se pela formalidade partidária, mas apresenta inúmeros exemplos de como a experiência promoveu a compreensão de si mesma, ou seja, as experiências dos trabalhadores mediaram a constituição da memória, todavia, existem problemas oriundos da interpretação das experiências, pois como afirmamos anteriormente todos nós podemos interpretar o agora por equívocos e não formular uma lógica histórica coerente com a verdade.

Destoando dos engessamentos deterministas e da pluralidade pós-moderna advogamos pela formação da classe pelas evidências históricas da oposição sistemática entre trabalhadores e patrões, em termos marxianos, o proletariado versus a burguesia. Essa oposição histórica direciona a interpretação das relações escalares espaciais e temporais para a afirmação das evidências históricas quanto à verdade.

O trabalhador depende das relações de produção para sobreviver, e lembramos novamente que se vende pedaço a pedaço (MARX, s.d 1), venda realizada diariamente. Dispõe-se ao trabalho em troca de salário, isso é a verdade no ocidente. O triunfo do capitalismo não significa que os trabalhadores gozam das mesmas benesses dos capitalistas e as crises agravam ainda mais a situação da classe trabalhadora ocidental, ou seja, no capitalismo os trabalhadores sempre são o elo mais fraco quando não organizados politicamente como resistência as explorações do modo de produção. Essa é a verdade e não existe relativismo, não existem diferenças culturais ou modos de vidas diante da exploração capitalista, a homogeneização da opressão é demonstrada pelos salários pouco suficientes para a vida digna, oprimidos como entendeu Marx (2010) pela organização social, econômica e política na relação produção-Estado. Obviamente, que não negamos as diferentes culturas, apenas almejamos apresentar a pobreza e a opressão capitalista existentes independentes dos hábitos alimentares, das vestimentas, da religião, enfim, dos modos de vida, neste sentido, frisamos que o capitalismo também age nos modos de vida.

Thompson na "Formação..." apresentou especificidades dos modos de vida dos ingleses, articulou a cultura com a produção, destacou os feitos para a sobrevivência dos trabalhadores e como os mesmos passaram a se organizar, em suma, traçou um caminho sinuoso até a formação da classe operária, mas em todos os momentos a opressão generalizada prevaleceu e é esse o ponto nevrálgico para pensarmos a classe em tempos de globalização neoliberal, ou seja, a opressão capitalista foi transformada, mas é ainda opressão

e isso é impossível negar, aqueles que negam ou são os opressores ou são traidores da classe trabalhadora.

As experiências dos trabalhadores sempre são pautadas pela opressão generalizada, mesmo que alguns trabalhadores não compreendam isso, talvez possam entender quando as suas situações proletárias forem reveladas por meio da subtração dos rendimentos mensais, pela demissão, pela não promoção na empresa, pela não atenção dos patrões com as péssimas condições de trabalho como ferramentas e ambientes inadequados, também a opressão poderá ser revelada até mesmo por uma palavra ríspida ou agressiva da chefia imediata. Também essa opressão poderá ser introspectiva e o próprio trabalhador se culpar das suas mazelas, essa ideologia é propagada na atualidade por livros de auto-ajuda, religiões, mídia em geral e esportes que mergulham os trabalhadores na apatia política voltando-os para a individualidade.

O cotidiano dos trabalhadores revela os limites e os desafios para o fazer-se na/da classe, pois os elementos culturais, econômicos e políticos são os pontos centrais deste fazer.

O agora apresenta aos trabalhadores desafios para que eles se mantenham nos empregos, assim, temos toda uma geração temerosa com a manutenção de seus empregos e todo temor justifica-se pelas inúmeras crises que atingiram o capitalismo nas últimas duas décadas. Foi, portanto, construída uma cultura do medo.

O medo é um dos problemas do agora para a formação da classe. A tradição de lutas e resistências dos trabalhadores no Brasil tem essa barreira, não afirmamos que a mesma não possa ser transposta, todavia, reafirmamos é uma barreira. As possíveis demissões nas empresas sempre levam os trabalhadores a ter duas atitudes: revoltas e acordos, como é o caso da empresa automobilística GM em São José dos Campos (SP) que anunciou no mês de agosto de 2012 a possível demissão de mais de 1.500 trabalhadores. Após o

anúncio muitos trabalhadores se revoltaram, protestaram e promoveram uma quebra da ordem cotidiana, apresentaram elementos de resistência contra as demissões; posteriormente, o sindicato e a empresa acordaram que as demissões não ocorrerão até o dia 30 de novembro de 2012.[10] Os trabalhadores da GM terão seus empregos até a data mencionada, depois serão desempregados até encontrarem outro emprego. A data final passa a ser considerada pelos trabalhadores como marco de desespero, já que os mesmos vendem-se diariamente para a conquista do pão. Esse é um problema significativo para o agora dos trabalhadores, pois o futuro não lhes pertence e a data com suas consequências carrega a evidência da contínua opressão aos trabalhadores. Esse é um grande problema para pensar a coletividade dos trabalhadores, para refletirmos quanto ao fazer-se da classe.

Em oposição às resistências dos trabalhadores os capitalistas organizam-se mundialmente para frear qualquer possibilidade de avanço da classe trabalhadora; assim, as memórias possíveis para as lutas são direcionadas ideologicamente para as imposições das necessidades de lucros dos capitalistas. Partimos da seguinte tese: as resistências dos trabalhadores progridem aritmeticamente, enquanto a estrutura capitalista organiza-se geometricamente e sua espacialização impede o avanço sistemático das resistências dos trabalhadores. O desdobramento deste cenário é a subtração das memórias de lutas e o minar das resistências dos trabalhadores.

Diante disso, as formações das resistências dos trabalhadores necessitam de materialidade auto-explicativa, isto é, as contradições do capitalismo precisam de análises críticas e isso somente será possível pelas experiências e/ou aprendizado, deste modo, a materialidade auto-explicativa será realizada pela mediação da formação ontológica do sujeito. O mundo não se revela ao sujeito, ele é compreendido por suas experiências, mas as

[10] Disponível em: http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2012/08/funcionarios-do-segundo-turno-da-gm-aprovam-acordo-em-sao-jose.html

experiências isoladas sem reflexões são nulas diante das imposições doutrinária ideológicas do capitalismo.

A empresa automobilística GM em São José dos Campos (SP) que anunciou no mês de agosto de 2012 as possíveis demissões foi "didática", pois apresentou a dependência dos trabalhadores ao mesmo tempo em que "ensinou-os" que fora da GM não existe "salvação". Deste modo, a GM forneceu elementos doutrinários ideológicos impeditivos para a formação de memórias de lutas e de resistências por parte dos trabalhadores. Também culpou o Estado e os consumidores pelo suposto fracasso da empresa, pois esperava mais do Estado (leia do dinheiro) e mais vendas; assim, os trabalhadores não sofreram pressões da empresa, já que o pouco recurso do Estado e a incapacidade de compra dos consumidores levaram a empresa ao fechamento. Essa construção ideológica pode levar alguns a acreditarem que a culpa do fracasso é do Estado e dos consumidores, porém a empresa teve lucros consideráveis nos últimos meses, todavia a empresa GM anunciou que teve perdas de mais de 40%, quando os lucros alcançaram US$ 1,49 bilhão no segundo trimestre de 2012. O lucro continuou gigante, mesmo não alcançando os US$ 2,5 bilhões no mesmo[11] período em 2011. Ideologicamente o anúncio de perdas corresponde aos prejuízos, porém não ocorreram prejuízos e as perdas não levaram a empresa para um patamar crítico, ao contrário os lucros ainda são consideráveis. E as demissões em São José dos Campos (SP) serão justificadas por essas perdas e mais ainda pela "ausência" de investimentos do Estado e a subtração dos números de automóveis vendidos.

A conjuntura do agora (agosto de 2012) remete-nos ao ordenamento do modo de produção vinculado as transformações oriundas do centro econômico e financeiro. A globalização não promoveu a homogeneização econômica e muito menos produtiva, ao

[11] "A General Motors anunciou nesta quinta-feira ter registrado lucro líquido atribuído aos acionistas de US$ 1,49 bilhão no segundo trimestre de 2012, 41% menor do que o ganho de US$ 2,52 bilhões obtido em igual período de 2011. Excluindo itens extraordinários, o lucro por ação ficou em US$ 0,90, acima da expectativa dos analistas, de US$ 0,74/ação. A receita recuou para US$ 37,6 bilhões". Disponível em: http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/industria/noticias/lucro-da-gm-recua-41-no-2o-tri-e-fica-em-us-1-49-bi

contrário reforçou as especificidades produtivas em diferentes regiões do mundo e essas especificidades foram forjadas na relação direta com a cultura, a História e a Geografia dos povos explorados. As diferenças espaciais foram trabalhadas para garantir maior eficiência do lucro para as grandes empresas transnacionais e multinacionais. Assim, os investimentos diretos do centro para a periferia acontecem pela necessidade da expansão da produção capitalista, como apontou Marx (1984b) no "Processo Global da Produção Capitalista".

A periferia da produção capitalista torna-se de forma fictícia o centro, em outras palavras, a periferia serve ao sistema capitalista como território para a produção e essa espacialização agrega tudo que compõe a produção. As especificações produtivas interferem no cotidiano dos sujeitos nos diferentes espaços; assim, as relações de produção dependem da estrutura geográfica e da dialética entre a produção, a organização produtiva, a estrutura espacial e os modos de vida dos sujeitos. A resistência as imposições capitalistas nos diferentes espaços é realizada pelo embate direto, porém as condições do agora ilustram outros cenários, isto é, os trabalhadores lutam, como já afirmou Marx (2010), pelo trabalho.

A classe é constituída destas inversões, isto é, os trabalhadores lutam entre si para terem emprego. A classe é forjada, algumas vezes, sob a influência totalizante do capitalismo. Mais do que os trabalhadores os espaços são forjados pelo modo de produção e as diferentes cidades, regiões e países lutam por fazerem parte do circuito produtivo de algum produto, disputam pedaço a pedaço quem vai ter seu lugar[12] dominado por alguma empresa nacional, multinacional ou transnacional. Se os "espaços" disputam as empresas e as "guerras" fiscais são empreendidas em muitos territórios os trabalhadores também lutam por fazerem parte destas empresas e da espacialização realizada por elas.

Diante disso, lutam pela sobrevivência tanto os trabalhadores como as cidades, regiões e/ou países. Nas últimas quatro décadas os países centrais (ou desenvolvidos,

[12] Lugar deve ser compreendido como instância da subjetividade, da relação entre o sujeito e a espacialidade tendo como resultado os sentimentos e a identificação.

mas preferimos exploradores) buscam a constituição da espacialidade em países periféricos (ou emergentes, mas preferimos explorados) nos quais possam obter consideráveis lucros, para isso levam em consideração: os baixos salários, o pouco desenvolvimento tecnológico, a logística, o poder e interferência direta nos Governos Municipais, Estaduais e Nacionais, as condições ambientais (a frouxidão da legislação voltada para essa temática) e possibilidade da mão-de-obra converter-se em mercado consumidor.

Neste sentido, os desafios para o fazer-se da classe são gigantes e a construção da crítica pelos trabalhadores precisa ir além das indignações, pois as mesmas são apenas indignações. Não estamos dotando os trabalhadores de um papel que muitos não almejam, mas identificamos os desafios como estratégia unificadora dos trabalhadores; assim, os movimentos sociais e as lutas por meio de greves são os princípios fundamentais para a edificação de memórias de resistências.

As disputas pelas empresas, por parte dos Estados e dos trabalhadores, e a intensificação da fluidez da produção capitalista nestes tempos de globalização trouxe desafios ainda maiores para a classe trabalhadora, pois as disputas entre trabalhadores foram para além das fronteiras territoriais, logo trabalhadores da ThyssenKrupp no Brasil são concorrentes de trabalhadores na Índia e na Itália.

A globalização neoliberal promoveu a aceleração da concorrência dos trabalhadores, pois a expansão da produção e do mercado consumidor somado à exploração de novos espaços pelas empresas multinacionais e transnacionais tiveram como consequência a movimentação sócio-espacial de trabalhadores em números cada vez maiores.

Ainda frisamos que as empresas de origens européias e estadosunidenses exigem qualificações maiores para a execução de trabalhos que lidam com tecnologias de pontas e, de forma geral, a movimentação destas empresas para novos espaços também obriga as mesmas a levarem parte de sua mão-de-obra qualificada.

A movimentação sócio-espacial destes trabalhadores vem acompanhada obrigatoriamente da concorrência entre os próprios da mesma localização geográfica, pois disputam a vaga para se deslocarem geograficamente e terem o emprego, e, posteriormente, a disputa por emprego ocorrerá em outras localidades geográficas.

2.1. UM PARÊNTESE (GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E AS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS PARA ALÉM DE 2010).

O número de estrangeiros no Brasil nos últimos anos tem aumentado consideravelmente, pois a economia brasileira tem atraído investimentos diretos das multinacionais e transnacionais, somado ao fracasso das economias da Europa e dos Estados Unidos. (BRASIL, 2012). Esses trabalhadores estrangeiros são concorrentes diretos dos trabalhadores brasileiros, ao mesmo tempo em que os trabalhadores brasileiros melhores qualificados (quando pensamos em países explorados) ou nada qualificados (quando pensamos em países exploradores) também são concorrentes de outros trabalhadores.

Ano	Nº Total de trabalhadores estrangeiros no Brasil	Nº de trabalhadores temporários	Nº de trabalhadores permanentes
2010	56.006	53. 441	2.565
2011	70.524	66.690	3.834
TOTAL	126.530	120.131	6.399

Tab.1 - Adaptado de MTE-CGIg (2012).

Ao analisarmos os números do biênio 2010-2011 temos quantidades consideráveis de trabalhadores estrangeiros no Brasil. Os trabalhadores brasileiros, portanto, tem concorrências não apenas com os trabalhadores legalizados estrangeiros, mas, sobretudo, com os muitos ilegais que não fazem parte dos dados oficiais. Essa concorrência entre trabalhadores é valiosa para a estruturação capitalista, já que o trabalho vivo, minimizado nas últimas décadas pelo avanço tecnológico, ainda tem sobrevida para concorrer entre si.

A mobilidade do trabalho e a projeção ideológica da concorrência entre trabalhadores fomentam nos sujeitos pensamentos xenófobos e esses não alcançam a crítica necessária ao próprio capitalismo, pois são engessados na relação de direta de culpa dos seus pares. A constituição ideológica é também organizada pelos Estados e esses por meio de barreiras migratórias impedem trabalhadores de outros países adentrarem nos seus territórios, principalmente nos momentos de crise econômica, como a Zona do Euro e os Estados Unidos.

Essas políticas de proibição ou de tratamentos diferenciados para os trabalhadores estrangeiros promovem, em tempos de crises econômicas, a aversão aos imigrantes pelos trabalhadores natos dos países exploradores. O Estado retira do foco os problemas reais da economia capitalista e direciona a crítica aos supostos problemas: os trabalhadores estrangeiros.

No Brasil essa propaganda do Estado ainda não foi iniciada, pois o número de trabalhadores estrangeiros, apesar de considerável, vem, em grande parte, segundo o MTE-CGIg (2012), para executar tarefas específicas, muitas vezes de alta complexidade, ou seja, o Estado brasileiro depende destes trabalhadores, já que "nossos" trabalhadores ainda não tem a qualificação necessária para certos trabalhos. Esse é o Estado brasileiro agindo em benefício das empresas multinacionais e transnacionais.

Também no Brasil existem muitos trabalhadores estrangeiros em condições degradantes, principalmente trabalhadores oriundos do continente africano e dos países mais pobres da América Latina. Esses trabalhadores ganham menos que um salário mínimo mensal e são obrigados a trabalharem além das horas previstas em lei no Brasil. Esses trabalhadores não são apresentados pelo Estado e a mídia em geral divulga-os como oprimidos, explorados e vitimizados, consequentemente, os trabalhadores brasileiros não os fitam, por enquanto, como concorrentes.

Já na Europa pela crise econômica mais acentuada a partir de 2008 os Estados por meio do Parlamento Europeu (PE) providenciaram políticas e legislações que impedem trabalhadores dos países historicamente explorados de entrarem na Zona do Euro, bem como providenciar a expulsão dos imigrantes considerados inoportunos para os Estados europeus; assim, dentre as medidas destacamos a "Diretiva do Retorno" aprovada pelo Parlamento Europeu (PE) em 18 de junho de 2008. Essa Diretiva tem como objetivo:

> O PE aprovou hoje o compromisso negociado entre o seu relator e o Conselho sobre a directiva do retorno de imigrantes ilegais. Esta directiva, que constitui uma primeira etapa no sentido de uma política de imigração europeia, visa promover o regresso voluntário de imigrantes ilegais e estabelecer normas mínimas no que diz respeito ao período de detenção e à interdição de entrada na UE, bem como garantias processuais. Os Estados-Membros poderão continuar a aplicar normas mais favoráveis. (PARLAMENTO EUROPEU, 2008, s/p).

Os objetivos principais desta Diretiva centram-se na expulsão dos imigrantes indesejados, ao mesmo tempo em que os Estados membros da União Européia (UE) criaram mecanismos de proibição para a entrada de trabalhadores exógenos a Zona do Euro. Essas proibições e os mecanismos legais de expulsão repercutem no cotidiano dos trabalhadores europeus, pois as crises econômicas desestimularam a economia e seus empregos foram ameaçados, logo esses trabalhadores europeus compreenderam os não europeus como concorrentes de seus empregos.

A imagem que a União Européia projetou dos imigrantes é a imagem da decadência, da pobreza, da ilegalidade, do banditismo, da máfia, do crime, enfim, produziu um discurso ideológico que naquele momento (ainda agora) faz muito sentido para os trabalhadores europeus vitimizados pelas especulações e reestruturações do modo de produção.

O discurso da União Européia (UE) também promove o racismo, pois o racismo, de certo modo, facilita as explicações necessárias para as expulsões dos imigrantes da Europa. Observemos a figura 01:



Fig.01 – Legenda original da imagem divulgada pela UE na apresentação da Diretiva do Retorno: "Retorno de imigrantes ilegais: o regresso voluntário deve ser privilegiado".[13]

A figura 01 é a única imagem em toda a página do sítio do Parlamento Europeu que anunciou em 2008 a Diretiva do Retorno. A imagem trás um negro como se ele estivesse preso, as grades estão em primeiro plano e o rosto do sujeito apresenta grande apreensão e seriedade. Essa imagem não é despretensiosa, foi postada propositalmente na página do Parlamento Europeu que anunciou medidas sérias para a contenção da imigração não européia e para a expulsão dos que ali estavam e estão. O negro "preso" é a imagem do imigrante construído por aqueles que dominam o modo de produção capitalista; assim, os trabalhadores europeus tem um padrão para odiarem, em outras palavras, a concorrência dos seus trabalhos tem rostos. A culpa do desemprego é da própria dinâmica do capitalismo e o fracasso econômico é resultado das crises promovidas pelos próprios capitalistas, os trabalhadores nunca criam as crises, pois os mesmos vivem em crises.

[13] Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+IM-PRESS+20080616IPR31785+0+DOC+XML+V0//PT

Criminalizar os imigrantes pelo fracasso econômico é uma tentativa de subtrair a culpa do capitalismo. Culpar os trabalhadores fragilizados por sua condição de imigrante é o estandarte da moralidade capitalista. No Brasil a moralidade capitalista obriga os trabalhadores a terem suas condições econômicas e sociais subtraídas em nome do bem comum para as empresas, por exemplo, na coletivização dos supostos prejuízos com o acordado para a diminuição dos vencimentos mensais.

Se no Brasil os problemas com imigrantes não fazem parte das estratégias do capitalismo para justificar os fracassos econômicos, internamente se tem problemas oriundos das lutas de classes transvertidos em preconceitos regionais, raciais, sociais, culturais e sexuais. A constituição exploratória do capitalismo passa pela minimização das lutas de classes por meio das explicações promovidas ideologicamente com as quais se justifica a pobreza de milhares de pessoas. Criam memórias vinculadas às justificativas capitalistas dentre tais a responsabilidade individual do trabalhador pelo seu destino dentro do modo de produção capitalista; assim, a pobreza do norte de Minas Gerais e/ou do Nordeste brasileiro é explicada ideologicamente como incapacidade destas populações mobilizarem-se para terem uma vida melhor, como evidencia disto basta lembrarmos das inúmeras campanhas para findar a fome dos pobres, ou seja, o capitalismo leva os sujeitos a pensarem em solidariedade para com o próximo, desviando a atenção para que esses sujeitos não pensem as reais causas da pobreza.Neste sentido, a afirmação de Wood (2003, p.229) é extremamente importante: “[...] o capitalismo é capaz de aproveitar em benefício próprio toda opressão extra-econômica que esteja histórica e culturalmente disponível. [...]”.

Tudo que possa ser aproveitado para impedir a compreensão dos trabalhadores da real composição dos problemas cotidianos é empreendido pelos capitalistas. As lutas de classes, portanto, são mitigadas pelo enredo ideológico que promove uma cultura centrada na ética aquisitiva e reforçada por elementos individualistas que distanciam as ações

coletivas. As resistências dos trabalhadores são operadas em escalas cada vez menores e com impactos poucos significativos na estrutura e organização capitalista, isso ocorre pela própria organização produtiva e, consequentemente, cultural dos trabalhadores.

Ao colocarem frente a frente em conflitos os trabalhadores os capitalistas utilizam as mais árduas artinhas para a promoção do aniquilamento da crítica cotidiana.

As lutas de classes existem e são representadas pelas resistências cotidianas dos trabalhadores, todavia os limites da compreensão da totalidade pelos trabalhadores direcionam os mesmos para o entendimento fragmentário e parcial da realidade; assim, suas diferenças culturais e sociais são direcionadas como componentes onipresentes em todas as análises que possam fazer para compreenderem o mundo, deste modo, os trabalhadores de certa região ou etnia são covardemente culpados pelo fracasso do número de empregos em certos países e/ou regiões e se imigrantes ou migrantes são vistos como concorrentes diretos dos trabalhadores naturais destes locais.

Nos últimos anos os casos de racismo, preconceitos e violências contra estrangeiros na Europa tiveram aumento considerável; assim, latinos americanos, asiáticos e africanos foram atingidos praticamente da mesma forma pela Diretiva do Retorno e pela forte legislação nacionalista e de direita empregada por vários Estados europeus.

Em 2012 o projeto "*Combating Racism and Xenophobia*" organizado por várias instituições de direitos humanos fundaram um portal eletrônico que informa os países e seus respectivos problemas ligados ao racismo, preconceito e tudo aquilo que não respeitou e não respeita os direitos humanos. O portal eletrônico *RED Network*[14] - *Rights, Equality and Diversity* – tem como objetivo apresentar os problemas relacionados ao descumprimento dos deveres dos Estados para com os Direitos Humanos, como a proteção aos seres humanos contra qualquer forma de agressão e opressão. A partir dos mapas e dos dados

[14] Disponível em: http://www.red-network.eu/?i=red-network.en.items

disponibilizados pela *RED Network* interpretamos que o aumento da violência xenófoba relaciona-se a crise econômica, ou seja, nos períodos de maior fracasso econômico e maior índice de desemprego é que ocorrem manifestações racistas e preconceituosas na Europa.

Segundo o portal *RED Network* ocorreram casos de agressão contra imigrantes de 17 de fevereiro de 2012 a 17 de agosto do mesmo nos seguintes países: França, Inglaterra[15], Alemanha, Espanha, Hungria, Romênia e Grécia. O maior número de casos de racismo, preconceito e violência física e/ou verbal ocorreram neste período na Grécia, justamente o país com piores condições econômicas e com grande número de desempregados. O discurso da extrema direita daquele país parece ter sentido para parte da população que discrimina e violenta os estrangeiros considerados concorrentes no mercado de trabalho somado as políticas ineficientes do governo grego para proteger a população imigrante.

Segundo dados da organização não-governamental Médicos Sem Fronteiras só em 2011 foram vitimizados mais de trezentos imigrantes na Grécia com tentativas de mortes e ferimentos. Segundo Human Rights Watch (2012) os dados do governo grego para o ano de 2011 são de apenas nove ataques contra imigrantes. Esses elementos constituem evidencias que direcionam o objetivo central desta discussão: as lutas de classes são ideologizadas por meio da construção de preconceitos, racismos e outras formas de intolerâncias. As manifestações e os ataques a imigrantes revelam a face mais perversa do ser humano, pois os mesmos desobrigam-se da solidariedade e tem como centralidade a individualidade dos seus iguais, neste primeiro momento, posteriormente, talvez, esses iguais também possam concorrer ao mercado de trabalho e também se agredirem por outros motivos.

[15] Exemplo ocorrido em 2009 na Inglaterra: "Operários britânicos suspendem protesto contra trabalhadores estrangeiros. [...] Em plena crise económica os funcionários acusam o governo de não proteger os trabalhadores britânicos e de optar por mão-de-obra estrangeira, mais barata. Entre os 400 trabalhadores estrangeiros contratados em Lindsey, como operários da construção civil, encontravam-se 32 portugueses que tiveram de regressar a casa por temer represálias". (EURONEWS, 05/02/2009) Disponível em: http://pt.euronews.com/2009/02/05/uk-oil-workers-end-strike-over-foreign-labour/. Acessado em 12/12/2011.

Apresentamos esses fatos para validar nossas afirmações anteriores, isto é, o capitalismo organiza-se não como agente exógeno, pois as suas atuações partem dos processos culturais e sociais endógenos, ou seja, o capitalismo se adapta, inicialmente, às exigências dos povos e, posteriormente, mescla a cultura local às suas necessidades, por fim, torna-se quase que totalmente soberano.

A globalização por meio dos seus efeitos práticos na economia promoveu em todos os países dinamismos sociais, políticos e culturais que atingiram diretamente os trabalhadores. Não afirmamos que exista uma homogeneização cultural, porém entendemos que a essência capitalista da exploração tornou-se hegemônica em todo o Ocidente, justamente por aproveitar as tipicidades de cada espaço geográfico explorado.

O ódio aos imigrantes na Europa também podem ser visto nos Estados Unidos ou mesmo no Brasil, em menor escala[16]. Esse ódio é resultado da incompreensão das condições materiais, do racismo, dos preconceitos, enfim, da incapacidade de compreender o mundo pela totalidade. São seres humanos que odeiam seres humanos. Esse ódio pode ser usado instrumentalmente pelos capitalistas, dividindo a classe trabalhadora em muitos grupos distintos e impedindo a efetivação de diálogos críticos, radicais e revolucionários. Impedem, deste modo, a classe fazer-se classe.

A consciência da classe agora é extremamente complicado. Nestes tempos de globalização neoliberal ideologicamente (pelo menos propagado pela mídia) os trabalhadores voltam-se para a maquinaria e fazem dela sua grande aliada e temem pelos seus empregos.

[16] Frisamos que os casos de racismos, preconceitos e intolerâncias no Brasil são muitos. Apenas não temos registrado volume considerável destes crimes contra estrangeiros, porém essas violências ocorrem cotidianamente em todo território nacional.

2.2. REFLEXÕES QUANTO AO PROCESSO CAPITALISTA NO NEOLIBERALISMO

A globalização neoliberal é uma etapa diferente no processo produtivo capitalista, mas é simplesmente outra roupa deste modo de produção, obviamente que esse novo traje trouxe novas consequencias e desafios, ou como afirmou Batista Jr. (1997, p. 86): "[...] a 'globalização' é uma falsa novidade".

Desafios que precisam de verificações e essas auxiliarão na compreensão da História do Tempo Presente. Compreensão fundamental para que os empecilhos do capitalismo ideologizados sejam revelados pelo contra-discurso marxista às ações e organizações do Estado capitalista.

As fronteiras nacionais são os delimitadores mais visíveis deste poder, pois as mesmas configuram uma espacialidade chamada de país e esse por si é, aparentemente, um território. Nestes tempos de globalização neoliberal entendemos que as fronteiras não se evadiram e a mobilidade tornou-se facultativa, já que as fronteiras são mantidas instransponíveis e apenas transpostas quando convêm ao mercado financeiro e as elites nacionais. O fim das fronteiras anunciado simultaneamente com o fim da História foi uma farsa que auxiliou na edificação do projeto neoliberal a partir de 1989. As fronteiras e a História continuam a existir.

O projeto neoliberal de humanidade almeja as descrenças nas mobilizações sociais reivindicatórias, grevistas ou mesmo revolucionárias, uma vez que o fim das fronteiras passa a ideia equivocada de mobilidade, ou seja, se não estiver bem aí onde está venha para cá ou vá para lá, afinal, você é livre. A ideologia das inexistências das fronteiras é parte deste projeto, somado a constituição homogenizadora dos discursos anuladores das relações de poder centro-periferia articuladas escalarmente.

Os territórios e seus respectivos poderes são articulados pela formação de pactos contratuais entre as elites nacionais e o capital internacional, esses pactos impedem a generalização do poder e sua articulação canaliza-o para o centro das necessidades do modo de produção capitalista. As evidências deste processo estão no cotidiano, pois os domínios nas relações de produção e sua posterior circulação concentram as exigências do lucro sobre os trabalhadores e são por meio destes que buscamos analisar os processos globalizantes do capitalismo, isto é, os trabalhadores são, invariavelmente, processados diariamente pelas exigências da produção, da circulação e do consumo. E os trabalhadores não são os agentes construtores desta ordem.

Ao afirmarem o fim da História (FUKUYAMA, 1992) e o fim da Geografia (O'BRIEN, 1992) tentaram "apagar" o mundo, como se um novo surgisse do nada, como se toda a humanidade começasse sua existência com a queda do muro de Berlim e o capitalismo financeiro fosse inquestionável quanto as suas benesses. Sabemos que o projeto neoliberal falhou e as crises sucessivas desde a década de 1990 demonstraram essa conclusão. Aos trabalhadores as consequências diretas das crises.

Diante disso, entendemos que a construção de memórias de lutas são fundamentais para as resistências dos trabalhadores, também entendemos que a espacialização das relações de produção disseminam valores e ações incongruentes as necessidades dos trabalhadores. As resistências dos trabalhadores precisam ser espacializadas, pois ao contrário não temos resistências, temos enfrentamentos isolados que não promovem a construção de espíritos de lutas. A globalização é a espacialização do projeto neoliberal, ou seja, os trabalhadores tem no seu cotidiano as amarrações oriundas desta espacialização e o pior é que o movimento neoliberal espacializado forjou muito o ocidente capitalista.

Pesa toda a lógica da produção capitalista nesses tempos neoliberais sobre os trabalhadores brasileiros, aqueles que afirmam o oposto ou mesmo enxergam a nulidade do

capitalismo diante das experiências dos trabalhadores é um ingênuo ou pessimamente intencionado.

Buscamos entender a relação produtiva e seus efeitos para os trabalhadores não passa pelas experiências destes como solidificadoras de um caminho. Trabalhadores brasileiros e italianos tem as mais vastas experiências em todos os campos da vida, mas isso nada significa se os processos de compreensão de suas próprias experiências forem negligenciados. Como já afirmamos as experiências não resolvem, pois os trabalhadores podem acumular experiências de fracassos, por exemplo, alguns trabalhadores foram demitidos após uma greve, ou outros foram mortos em confrontos com a polícia e alguns destes trabalhadores podem nunca mais almejarem resistir; enfim, as experiências de lutas somente são válidas quando se espacializam em consórcio com a consciência crítica. As experiências não são milagres. Assim, condenamos a inatividade crítica diante do território e como a espacialização das relações capitalistas pelo modo de produção interferem no cotidiano dos trabalhadores e consequentemente nas suas experiências.

Os elementos impeditivos de ações mais centradas pelos trabalhadores passam, inegavelmente, pelas relações estruturais e superestruturais, mas aqui não afirmamos que essas relações sejam perpétuas, ao contrário são passíveis à anulação. Neste sentido, o presente ponto do capítulo objetiva apresentar os elementos impeditivos das ações mais amplas dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que anunciamos elementos de resistências à exploração capitalista.

Esse comportamento econômico espacializado nos territórios precisa ser compreendido a partir de dois marcos da economia capitalista: pós-1929 e pós-1989. Ficamos apenas com o segundo marco para compreendermos a história do tempo presente no Brasil. Esses marcos são reivindicatórios para a reflexão centro-periferia pelo comportamento cíclico

do capitalismo, isto é, a História do capitalismo no século XX e XXI são diretamente influenciadas sobre as decisões concordadas e postas em práticas a partir destes marcos.

Sabemos que os marcos não fazem a História, porém sobre os mesmos as mais diversas justificativas e discursos foram processados e praticados interferindo diretamente no cotidiano dos trabalhadores de todo o ocidente capitalista. Somamos a esses marcos as flutuações cíclicas do modo de produção capitalista e a relação geopolítica e geoeconômica pela disposição escalar centro-periferia. Assim, entendemos que esses elementos pelo marxismo compõem a História do Tempo Presente e seria superficial negar esses elementos.

A constituição social, política e econômica do Brasil são fundamentais para entendermos a História do Tempo Presente, pois são países que se comportaram distintamente ao longo das últimas décadas, são países que inseridos no capitalismo respondem e são respondidos em conformidade aos interesses do capitalismo globalizado neoliberal.

Deste modo, partimos da afirmação que o capitalismo é totalitário no Brasil, mas camufla-se nas instituições democráticas (SAES, 2013); assim, cultura, modos de vida, organizações políticas, movimentos sociais e tudo que se move no ocidente tem influência considerável da estruturação capitalista, ou seja, as relações de produção, circulação e consumo "tocam" o cotidiano de todos ocidentais em graus e escalas diferentes. Negar a superestrutura é uma concepção ideologizada pelas forças antagônicas produtoras de resiliências, isto é, o capitalismo, não como entidade mágica ou metafísica, é apoderado e se apodera das concepções mínimas de vida; assim, o desejo máximo dos sujeitos ocidentais é sempre orientado para a ponta da produção, ou seja, o consumo. Ser consumidor, portanto, é o direcionador máximo para a sociedade ocidental capitalista.

Indiscutível a presença da tríade produção-circulação-consumo na produção das riquezas e na edificação de valores, símbolos e signos que justificam o cotidiano de todo o

ocidente capitalista; assim, as crises, as pobrezas, as desigualdades, as opressões e as imposições produtivas são oriundas desta tríade e por ela justificada ideologicamente. É imprescindível o entendimento da espacialização desta tríade e sua dialética pela articulação de domínio e subordinação a essa lógica. Neste sentido, a relação centro-periferia e os ciclos econômicos produzem informações que merecem interpretações a partir da espacialização da tríade. Essa espacialização comunga a força e o direcionamento da produção capitalista e sua organização socioespacial e político-econômica. O direcionamento da espacialização da tríade depende da "saúde" da economia e essa se vincula sempre aos interesses da elite capitalista, em outras palavras, a elite capitalista arranja e articula a tríade espacializada, obviamente, não de forma harmônica, não num sentido único e menos ainda consorciado com os trabalhadores.

A caracterização deste caminho estruturado pela produção de mercadorias e pela transformação destas em capital produz uma lógica baseada na taxa de lucro pela capacidade organizativa da produção e essa característica é materializada nas relações cotidianas intermediadas pela tríade e ofertadas no espaço. A taxa de lucro é fundamento estruturante que motiva a organização social, econômica, política e tecnológica; assim, arrolados por essa taxa a elite econômica organiza a apropriação da tríade e espacializa os lucros e direcionam os prejuízos. Essa espacialização da taxa de lucro é reforçada pela taxa de juros que produzem mais-valia territorial. Não se trata agora, nestes tempos de globalização, do sujeito que trabalha e produz mais-valia no imediato da fábrica e nem como o mesmo contrai dívidas e é obrigado a pagar juros, mas como esses trabalhadores são massificados por essas experiências e tais produzem a dependência coletiva de parte considerável da classe trabalhadora dos países centrais e periféricos.

A disputa do capital financeiro e do capital industrial, nestes tempos, foi induzida pela hegemonia da massificação das experiências de classe pela produção da mais-valia do trabalho e pelo endividamento por meio do apaziguamento da disputa capitalista, ou

seja, os trabalhadores foram forçados ao trabalho com remunerações suficientes para sobreviverem e para serem inseridos no circuito do consumo foram – e são – obrigados a se endividarem por meio de empréstimos e financiamentos. Neste sentido, a classe trabalhadora é onerada e também se onera pelas próprias pressões sociais referentes as necessidades de consumir; assim, o crédito é a solução para os problemas oriundos do consumo para as empresas e também pode ser sua desgraça.

As crises e a expansão do capitalismo inserem-se diretamente na lógica da taxa de lucro pelo capital variável e capital constante – pela produção de mais-valia -, ou seja, a subtração ou a expansão desta taxa viabilizam cenários positivos ou negativos para a economia nacional ou mesmo mundial. A expansão ou crise precisam de verificações para que as mesmas possam ser compreendidas e, desta maneira, compreende-se os cenários internos nos países e suas derivações as quais afetam diretamente o cotidiano dos trabalhadores.

Os ciclos do capital e do capitalismo operam em linha reta, ou seja, não existem surpresas inovadoras nos ciclos, eles são cíclicos, ora outra a repetição acontece, as variações também são cíclicas e os dados são mudados apenas em números e escalas. A reta, como metáfora, é o guia dos ciclos, pois as operações e estágios dos ciclos sempre ocorrem a partir da taxa de lucro, taxa de juro, capital constante, capital variável, valor de troca, valor de uso, circulação, mercadoria, dinheiro, mais-valia, investimentos diretos e indiretos, produção e desenvolvimento de novos produtos, desenvolvimento tecnológico, expansão das áreas de investimentos, acordos políticos, enfim, todos esses elementos são ciclicamente compostos e decompostos, porém a base destes é o Estado burguês, a garantia da propriedade privada e os meios de produção privados. A reta do capitalismo garante que os ciclos não se desestabilizem nunca, já que a apropriação destes elementos é impeditiva para a derrubada do capitalismo.

Neste sentido, entendemos que as relações dos Estados cumprem ajustamentos programados por escalas de poder configuradas pelo capital financeiro e industrial, ou seja, os Estados tem uma hierarquia constitutiva de seus papéis e suas "encenações" atingirão maciçamente os "seus" trabalhadores. Os ciclos revelam a "reta".

Os ciclos do capital e do capitalismo são ferramentas importantes para a desmistificação do dogmatismo economicista e do determinismo vulgar, pois esses ciclos permitem o entendimento do movimento dialético do capital e do capitalismo não presos ao engessamento da produção simplificada, já que a compreensão parte da espacialização das taxas de lucros, das taxas de juros, dos créditos, da mais-valia absoluta e relativa, do capital constante, do capital variável e do valor de troca, ou seja, as categorias analisadas espacializam-se. Essas categorias ao serem analisadas promovem a compreensão das articulações capitalistas com o desenvolvimento tecnológico, a produção, a circulação, o papel do Estado e das classes dominantes com o trabalho de forma geral. Tais ciclos econômicos apresentam diferentes comportamentos pela relação com o momento histórico e geográfico; assim, as tentativas em processá-los organicamente são infundadas, mas os elementos da "reta" do capitalismo sempre estão presentes e isso é o próprio capitalismo. O elemento "surpresa" dos ciclos são os interesses organizados pelos pactos formalizados pelas elites nacionais (em si), pelas elites internacionais (em si) e pela relação da primeira para com a segunda e vice-versa.

O movimento cíclico do capital e do capitalismo por meio das curvas cristas e curvas vales (expansão e retração – ou crise propriamente - da economia) averbam o comportamento do mercado financeiro e do capital industrial ao mesmo tempo em que o comportamento destes refletiu no cotidiano dos trabalhadores. Os ciclos compostos organicamente pela propriedade privada, pelos meios de produção privados e pelo Estado burguês variam nas ocasiões em que o desregulamento da economia não cumpre o papel de organizador dos espaços da produção, consumo e circulação. O Estado é o ponto nevrálgico, mas o Estado não é entidade fantasmagórica é formado por classes e essas se interessam, invariavelmente, por si mesmas.

Diante disso, faz-se urgente a concepção dialética pelo movimento político-econômico, visto que são inseparáveis; assim, entendemos que o ciclo e a reta do capital constroem condições políticas para a efetivação econômica e, posteriormente, as condições econômicas engessam as condições políticas. Neste sentido, é impensável o crédito organizativo da espacialidade apenas a um dos fatores construtores do capitalismo; assim, quando mencionamos política e econômica na lógica da produção, circulação e consumo pelos ciclos e pela reta objetivamos esclarecer a "normalidade". A excepcionalidade no capitalismo não seriam as crises, nem os momentos de euforia

ascensionistas, na verdade, a excepcionalidade no capitalismo não existe. A normalidade, portanto, é o constante movimento de sofisticação e aprimoramento para a efetivação das ações do capitalismo via política, economia, cultura e tecnologia.

A construção da memória dos trabalhadores sempre esteve atrelada a dois pontos: necessidade de venda de mão de obra e desemprego. Esse mecanismo é a normalidade instituída na memória dos trabalhadores e pode ser escrito o que for sobre os trabalhadores, esse mecanismo na sociedade capitalista é permanente; assim, os ciclos e a reta instauram-se como dispositivos ideológicos com força permanente e real nos sujeitos. A classe forja-se no cotidiano da classe, como explicou Thompson, mas essa forja não se difere nunca desse mecanismo cruel e aparentemente perpétuo para os trabalhadores. A normalidade efetiva-se no direcionamento dos "mantras" capitalistas que atingem os trabalhadores pelo temor do desemprego. Diante disso, frisamos que as conclusões de Dejours (2003) quanto ao desemprego são fundamentais para pensarmos o mecanismo de coerção cotidiano aos trabalhadores, já que tal mecanismo forja uma identidade de inoperatividade diante da estrutura capitalista e aos trabalhadores, ideologicamente, resta apenas vender sua mão de obra dia após dia.

O mecanismo de dominação dos trabalhadores inscreve-se na construção de valores que não desencadeiem reações de resistências e oposições à estrutura dada. Tal mecanismo parte sempre das condições econômicas como justificadoras das opressões sobre os trabalhadores, deste modo, os ciclos sempre são utilizados como dinâmicos regulatórios.

Diante disso, basta lembrarmos de alguns momentos da história brasileira como na década de 1990 na qual o discurso predominante no Brasil, neste aspecto, era a abertura econômica e a inserção do país no circuito produtivo mundial como fornecedor de commodities ao mesmo tempo em que necessitava da importação de tecnologias, somado a isso temos o processo neoliberal que ganhou feições próprias e submeteu o espaço brasileiro a uma territorialidade internacional forjada pelas grandes empresas transnacionais.

Desde 2008 os capitalistas constroem um discurso baseado no seguinte vocabulário: câmbio flutuante, meta de inflação e austeridade fiscal. A tríade econômica tem repercussões diretas no cotidiano dos trabalhadores de todo o mundo ocidental, visto que a austeridade

atingiu diretamente aos trabalhadores do setor público em diversos países e no Brasil o reflexo desses discursos e práticas econômicas foram revelados nas dificuldades em dar ganhos salariais reais aos trabalhadores do setor público, ao mesmo tempo em que os trabalhadores da iniciativa privada foram "assustados" pelo discurso do desemprego e pela decisão em terem subtraídos parte dos seus salários.

Desta maneira, os trabalhadores de várias empresas no Brasil aceitaram subtrair salários quando a crise econômica foi anunciada por tais empresas para os mesmos; assim, trabalhadores em assembleias resolveram subtrair seus próprios salários em nome do bem comum: da empresa e de seus empregos. Nestes períodos de crise econômica a ascensão da dominação sobre os trabalhadores torna-se mais efetiva e evidente, pois as empresas por meio da constituição ideológica apuram os trabalhadores para o discurso da inevitabilidade, logo os mesmos apavoram-se com os cenários de crises pessoais por não terem, caso sejam demitidos, condições de pagarem suas dívidas, financiamentos, enfim, se manterem num padrão mínimo de consumo. Vários trabalhadores de várias empresas aceitaram a subtração salarial entre os anos de 2008 e 2012, dentre tais os trabalhadores da ABR[17] - empresa de autopeças de São Bernardo do Campo –, MWM Motores, fabricante de motores diesel de São Paulo capital, a empresa Marcopolo[18] - fabricante de carrocerias para ônibus – em Caxias do Sul, em São Paulo os trabalhadores da empresa de autopeças Sabó dentre outras como informou a Confederação Nacional dos Metalúrgicos[19] em 2009 ao anunciar que: "3.600 metalúrgicos de SP aceitam reduzir salário".

> Metalúrgicos de mais duas empresas na capital fecharam ontem acordo que vai reduzir a jornada de trabalho e o salário. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, filiado à Força Sindical, os 2.000 trabalhadores da MWM, que fabrica motores a diesel, na zona sul, trabalharão um dia a menos na semana e terão salários 17,5% mais baixos por 90 dias, a partir de domingo. Eles terão estabilidade no emprego por mais 45 dias.
> A empresa confirmou.
> Os cerca de 1.600 trabalhadores da fábrica de autopeças Sabó, na zona oeste, também aceitaram acordo de redução de um dia de trabalho e de 12% nos salários. A medida valerá por até 90 dias, a partir do dia 2, e a estabilidade será proporcional a esse período.

17 http://www.dgabc.com.br/News/5728475/trabalhadores-da-abr-aceitam-reduzir-salario-por-estabilidade.aspx
18 http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u501725.shtml
19 http://www.cntm.org.br/portal/materia.asp?id_con=1856

> Para garantir a manutenção dos empregos, 721 metalúrgicos de São Bernardo do Campo (ABC) aceitaram acordo que prevê redução de 14% nos salários, equivalente a um dia de trabalho por semana.
> Os funcionários das empresas de autopeças Fiamm (com 168 funcionários), Sogef (com 286) e Proxyon Tecnoperfil Taurus (com 267) trabalharão, em vez de cinco, quatro dias por semana. Por conta disso, terão o desconto no salário.
> Porém, para compensar, de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, filiado à CUT (Central Única de Trabalhadores), todos os trabalhadores receberão vale-compras por três ou quatro meses, além de estabilidade no emprego por 90 dias (até março).
> Os funcionários da Fiamm receberão quatro vale-compras no valor de R$ 150, e os das outras, três de R$ 200. Esses acordos foram feitos há cerca de duas semanas. (CNTM, 2009, s/p).

Mesmo diante desses acordos não foi possível manter o número de empregos, pois as empresas argumentaram que a concorrência com as empresas estrangeiras e os produtos importados das mesmas não permitiu a manutenção dos empregos. Assim, entendemos que mesmo os empregados realizando acordos prejudiciais aos mesmos não é e nunca será garantida a estabilidade dos seus empregos, no caso das demissões ocorridas a justificativa está agora na mesma macroescala, isto é, o mercado internacional, porém agora esse mercado influencia não apenas pela crise, mas pela sua própria expansão. No caso das empresas brasileiras que demitiram os funcionários depois dos acordos realizados durante o auge da crise seus argumentos partem do aumento dos produtos importados que substituíram, em parte, os produtos nacionais com isso afirmam que a concorrência com as empresas estrangeiras é inoperante. Assim, a responsabilidade do desemprego sai da esfera privada para uma esfera "mística", já que a culpa está na relação exportação-importação os quais são elementos determinantes para a balança comercial brasileira e consequentemente para a classe trabalhadora.

Desde 1994 a relação exportação-importação tem variado de forma pouco considerável, essa variação do Brasil liga-se a sua dependência, sobretudo, das exportações das commodities, pois as mesmas promovem um maior equilíbrio na balança comercial. Os números apresentam um país dependente do capital externo tanto para investimentos diretos como indiretos, além da grande dependência a exportação de commodities.

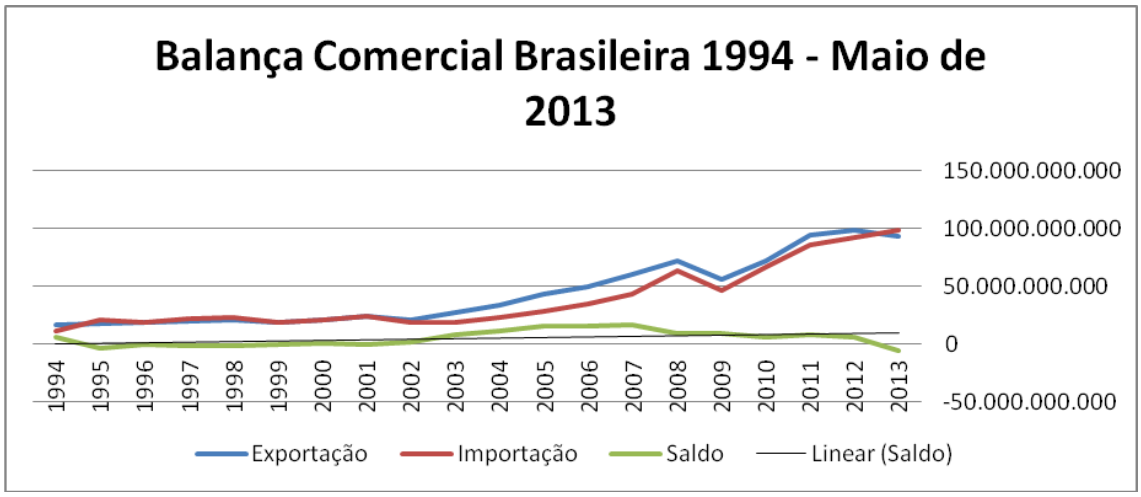


Figura 2. Balança Comercial Brasileira 1994-2013 em bilhões de US$. Fonte: Min. do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2013. – Adaptado pelo autor.

Aos trabalhadores, diante dessa conjuntura, restam-lhes, ideologicamente falando, os acordos com as empresas e com o Estado, uma vez que as justificativas são opressoras. Tais dados são camufladores de uma realidade que onera as condições de vida e o cotidiano dos trabalhadores. Ao analisarmos os dados econômicos da balança comercial de 1994 a maio de 2013 revelam que não ocorreram mudanças bruscas quanto às exportações, na verdade ela se manteve ao longo desse período com momentos de ascensão durante a década 2000.

As exportações quando analisadas neste período evidenciam aumento gradativo, porém substancial quando comparado 1994 e início de 2013, respectivamente, US$ 16.372.769.818 e US$ 93.290.090.907, todavia as importações também evoluíram na mesma proporção, em 1994 o volume importado foi de US$ 10.824.547.393 e no ano de 2012 foi de US$ 91.599.755.189 como demonstramos com a tabela 02.

ano	Exportação	Importação	Saldo

1994	6.372.769.818	0.824.547.393	5.548.222.425
1995	7.329.280.050	0.778.386.827	-3.449.106.777
1996	9.062.858.258	9.073.954.863	-11.096.605
1997	9.933.975.333	1.745.064.400	-1.811.089.067
1998	1.095.285.887	3.116.803.222	-2.021.517.335
1999	8.138.652.237	8.653.792.720	-515.140.483
2000	1.301.284.598	0.762.803.741	538.480.857
2001	3.909.385.467	4.246.741.648	-337.356.181
2002	1.000.619.377	9.067.455.800	1.933.163.577
2003	7.168.098.936	9.089.335.410	8.078.763.526
2004	4.053.142.442	2.793.906.812	11.259.235.630
2005	3.555.795.790	7.855.998.901	15.699.796.889
2006	9.593.654.734	4.158.657.049	15.434.997.685
2007	0.095.782.336	3.334.047.957	16.761.734.379
2008	2.051.372.353	3.485.767.576	8.565.604.777
2009	5.483.753.570	6.181.414.371	9.302.339.199
2010	2.093.514.978	6.480.327.512	5.613.187.466
2011	4.614.434.111	6.090.649.946	8.523.784.165
2012	7.860.855.011	1.599.755.189	6.261.099.822
2013 -maio	3.290.090.907	8.682.139.843	-5.392.048.936

Tabela 2. Balança Comercial Brasileira 1994-2013 em bilhões de US$. Fonte: Min. do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2013. – Adaptado pelo autor.

Diante disso, entendemos que as variações na balança comercial brasileira ocorrem em conformidade ao ingresso e ao papel da economia brasileira no cenário internacional, portanto, os períodos de saldo positivo permite-nos compreender como a economia globalizada permite e necessita da produção brasileira, isto é, a permissão ocorre a partir das necessidades oriundas do mercado internacional dirigido pelas empresas transnacionais. Neste sentido, entendemos que as resistências dos Estados à especulação econômica internacional não é possível pelo conjunto de pactos e acordos negociados pelas elites dos próprios Estados e das empresas. No caso brasileiro os acordos internacionais comerciais nunca privilegiaram os trabalhadores, ao contrário sempre procuraram vantagens competitivas e essas, muitas vezes, "precisam" ignorar os trabalhadores para que se possa efetivar uma competição em escala global.

Assim, os trabalhadores sempre são interpretados como meros instrumentos para a produção, logo os acordos são selados entre as empresas e os mesmos somente quando esses são indispensáveis, todavia, a produção capitalista por meio do desenvolvimento tecnológico promove a dispensabilidade permanente dos trabalhadores, portanto, os trabalhadores ao pressionarem as empresas por melhores condições de trabalho e melhores remunerações seja por meio de paralisações ou greves motivam as empresas a buscarem constantemente formas e mecanismos de defesas contra os trabalhadores.

Nos momentos de crise econômica os trabalhadores se submetem a reorganização contábil das empresas com a qual eles compactuam com a redução de salários, esse primeiro momento é uma tentativa em preservar as condições normais nos seus modos e padrões de vidas, já que os desempregos causariam pânicos e desconfortos para suas famílias. Assim, a curva da crise operacionaliza a curva da ascensão da submissão dos trabalhadores, visto que o temor é o principal ponto de anulação das resistências dos trabalhadores neste primeiro momento. A crise permanece e essa permanência incide violentamente contra os trabalhadores nos seus cotidianos, nos seus modos de vidas e nos seus padrões de consumo; assim, a insistência da crise sobre os mesmos os levam a reflexões críticas associadas com ações como forma de resistências as imposições, isto é, a partir da

persistência das situações cotidianas de crise os trabalhadores passam a questionar de forma mais direta e visível a própria situação da classe, consequentemente iniciam movimentos reivindicatórios, paralisações e até mesmo greves.

Os movimentos econômicos e políticos da crise são compostos por pontos endógenos e exógenos, os quais, respectivamente, dependem de ajustes internos e de acordos multilaterais fundamentados nos ciclos econômicos e financeiros globais os quais são orientados por uma elite que é ao mesmo tempo econômica e política. Os trabalhadores ao realizarem os acordos que subtraem seus ganhos em nome do bem de todos o fazem na escala local, a persistência da crise opera em escala global, o que motiva, posteriormente, os trabalhadores a se organizarem para construção efetiva da resistência, já que compreenderam que os acordos efetivados são apenas um dentre vários pontos para garantirem seus empregos.

A dependência histórica do Brasil ao capital internacional e a especulação financeira tem fragilizado ainda mais a relação dos trabalhadores com as empresas transnacionais, visto que as mesmas tomam decisões para além da realidade brasileira e inserem os trabalhadores na lógica macroescalar, ou seja, o processo globalizante da produção tem reflexos diretos no cotidiano dos trabalhadores. As amplitudes das crises e suas espacializações dependem dos objetivos e do ritmo empreendido pelo capital internacional, visto que o Brasil está inserido no circuito globalizado da produção caracterizado como dependente das importações, dos investimentos diretos e dos investimentos no mercado financeiro. O papel do Brasil no cenário internacional revela não somente a fragilidade econômica, mas também política e tecnológica, fundamentando a pressão das transnacionais sobre o Estado brasileiro, pois tais pressões obrigaram o governo brasileiro a financiar as mesmas, bem como isentá-las de impostos e perdoar suas dívidas.

Essa conjuntura tem levado os trabalhadores a uma grande fragilidade, posto que as pressões sobre os mesmos partam não apenas da esfera produtiva local, mas, sobretudo, das redes de produção, circulação e consumo em nível global. Essa fragilidade é quebrada a partir do momento que os trabalhadores efetivem ações desestabilizadoras desta lógica produtiva.

A dependência do capital e dos investidores internacionais tem levado o Brasil a regular sua economia a partir da esfera internacional pelas necessidades dos Estados dominantes e de

suas respectivas empresas as quais entendemos ser transnacionais, porém com capital e lucro territorializado. A regulação da economia incide diretamente sobre os trabalhadores, a especialização primária da produção e comércio exterior tem levado historicamente a dependência brasileira a lutar contra o saldo negativo na balança comercial. Tal luta tem viabilizada a ideologia justificadora sobre a classe trabalhadora, como se em nome desta e por ela não fosse possível mudar a situação de penúria que vive historicamente a classe trabalhadora. A justificativa da opressão tem fixado o trabalho na esfera da dependência às externalidades econômicas; assim, os Estados sempre se justificam a partir dos fatores externos, mesmo os países dominantes, pois essa justificativa inopera aos trabalhadores a resistência, uma vez que os fatores são muito independentes destes.

A construção ideológica a partir das externalidades tendo como foco central o mercado é um dos elementos responsáveis pela disciplinarização dos trabalhadores em escala global. Mesmo os países mais ricos adotaram tal discurso como forma de "doutrinação" para a construção da disciplina para o trabalhador. Assim, no Brasil somamos o discurso de dependência ao mercado internacional pela prevalência da produção e comércio especializados em produtos primários, esse conjunto operacionaliza a disciplina colocada em prática pelos trabalhadores, principalmente nos momentos que os mesmos cedem às pressões das empresas.

O processo atual de doutrinação e disciplina não parte mais apenas do controle do tempo, pois esse já foi assimilado por muitas gerações e nós tomamos isso como uma verdade inquestionável, aliás, questionamos pouco o nosso cotidiano e nossos valores que foram forjados pela disciplinarização dos sujeitos. O processo atual parte de questões econômicas mais complexas e pouco palpáveis para os trabalhadores, pois as afirmações econômicas são gerais e ampliadas em escalas planetárias, vulgarizadas, portanto, como componentes obrigatórios da globalização; assim, emprego e desemprego dependem de esferas superiores e os empresários, os latifundiários e os Estados nada podem fazer para o bem máximo de sua população, pois, afirmam, de forma ideológica, que existem exigências e obrigatoriedades que fogem do controle dos mesmos.

Assim, entendemos que o capitalismo tem se organizado não como agente externo aos Estados e seus povos, mas, sobretudo, como agente capaz de infiltrar elementos adaptáveis ao cotidiano dos trabalhadores e a partir deste ponto formalizar discursos que coincidam a pressão

econômica internacional com as necessidades das elites endógenas. A globalização, portanto, promoveu efeitos práticos nas especificidades dos Estados fomentando uma disciplinarização hegemônica na essência, mas sem subtrair as especificidades de cada país, pois são essas particularidades que são operadas pelas empresas, em transnacionais e oportunizam a exploração do espaço geográfico.

Diante disso, discordamos em parte de Forrester (2001, p. 19), pois a mesma afirmou que:

> [...] pretendeu-se exportar um sistema econômico sem levar em conta cada população, e unicamente em função do lucro. Daí a implantação brutal, em regiões incompatíveis e segundo moldes colonizadores, de mercados ávidos por custo de trabalho a preço de esmola, da ausência de toda garantia de trabalho e de toda forma de proteção social, agora julgada "arcaica". São mercados ávidos por essa "liberdade" tão pregada pelos adeptos do liberalismo; uma "liberdade" que permite a supressão da liberdade dos outros e dá, a alguns, todo o direito sobre a maioria

Discordamos justamente na afirmação que a fase mais recente da economia capitalista exporta o sistema econômico sem levar em consideração a especificidade de cada parte do globo, uma vez que são essas particularidades que fundamentam a exploração em diferentes espacialidades, com dessemelhanças nos investimentos diretos e indiretos, com distinções na produção, circulação e consumo; enfim, as heterogeneidades históricas, geográficas e sociais têm motivado as empresas transnacionais a se portarem em consórcio com características específicas, já que tais especificidades são fitadas como positividades para cada investimento dos capitalistas. Tais investimentos, numa necessidade interpretativa marxiana, são compreendidos como exploração e cabe a essas empresas o entendimento dos locais a serem explorados para que nos mesmos não ocorram qualquer forma de impeditivos como problemas administrativos com o Estado ou mesmo a mobilização de trabalhadores para paralisações ou greves. As especificidades dos investimentos dos capitalistas garantem as explorações pontuais, localizadas e comportadas em conformidade as suas próprias exigências.

As exigências das transnacionais incidem sempre sobre o lucro máximo, essa busca constante atrela às espacialidades as operações de produção dos países explorados pelo viés da dependência tecnológica, comercial e financeira; assim, a liberdade (entre aspas) de Forrester (2001) é evidenciada na relação de submissão a organização do modo de produção capitalista. Os países explorados, assim o são, por comporem internamente acordos e esses promovem cotidianamente os arranjos e rearranjos econômicos, políticos e sociais voltados para os interesses das transnacionais; assim, a partir de Rangel (1962 e 1981), entendemos os pactos de poder por meio do atrelamento das elites nacionais com os capitalistas internacionais. Deste modo, quando afirmamos que um país é explorado não estamos simplesmente e unicamente acusando o capitalismo internacional, mas também os capitalistas nacionais, no caso brasileiro.

O país é explorado pelos acordos, sempre bilaterais, entre uma elite nacional e a dominação do capital internacional. O Estado brasileiro, gerido pelas elites dominantes, apresenta-se sempre como tutor dos acordos, como responsável direto pela aprovação dos interesses desses pactos de poder que oneram significantemente o povo pobre do Brasil.

Já em 1962 Rangel nomeou a organização do mercado de capitais como centralidade do processo de transformação nos pactos de poder por meio da formação de uma nova dualidade. Neste sentido, é importante compreendermos a dualidade, conforme Rangel, como um pacto de poder articulado escalarmente e, portanto, espacializado pelas relações de poder internas ao país e também externas, tais relações conceituou com polos e esses têm suas vitalidades associadas aos interesses das classes dominantes. O ponto importante desta tese de Rangel está justamente na diferenciação espacial e histórica, pois a seleção regulada e mantida pelos capitalistas vinculam seus interesses às especificidades dos países com particularidades de suas respectivas regiões.

Assim, frisamos que a História do Tempo Presente é a História das seleções espaciais para a exploração capitalista com o consentimento dos Estados e esses administrados pelas classes dominantes, também destacamos que o movimento de apropriação espacial dos capitalistas vai além da materialidade pela ampliação do poder econômico e ideológico vinculado pelo mercado de ações. Portanto, é importante creditarmos críticas ao papel hegemônico "dado" à globalização, pois essa "palavrinha" oriunda dos mecanismos disciplinadores do Consenso de Washington influenciou decisivamente a política e a economia dos países explorados.

A hegemonia capitalista das últimas décadas levou os Estados a uma reta, a um direcionamento inquestionável dentro da lógica ideológica do mercado produtivo e financeiro internacionalizado, tal reta na verdade é parte do ciclo econômico, em outras palavras, mesmo nas crises os capitalistas fundamentam-se em teorias e práticas que os levem ao acúmulo maior de riquezas e poder.

Diante disso, os movimentos dos capitalistas via empresas e Estado regem o cotidiano dos trabalhadores, pois as alternâncias pactuais de poder levam a transformação da espacialidade e essa dialeticamente produz nos sujeitos as mudanças não apenas nas suas relações materiais, mas, sobretudo, imateriais. As mudanças dos polos internos e externos têm significados direitos para os trabalhadores, já que os deslocamentos da produção com seus objetivos comerciais afetam bruscamente a classe trabalhadora. As dualidades de Rangel mostram a relação proposital do atraso e do progresso econômico e social, visto que tal relação é a base desse dinamismo pactual que tange sempre os interesses das elites nacionais e internacionais. É fundamental compreendermos que esse dinamismo tem levado historicamente no Brasil as classes trabalhadoras a serem duas vezes reféns: do Estado e do mercado. E a dependência tecnológica, comercial, econômica e financeira tem respaldo nesse pacto. Rangel, óbvio que sabemos, tem uma visão desenvolvimentista sem desperdiçar toda a

herança marxista; assim, a sua tese da dualidade contribui decisivamente para entendermos o cotidiano da classe trabalhadora pela relação dependente.

Frisamos que essa dependência precisa ser constantemente e veemente criticada. A dependência não está apenas no consentimento do Estado via classe dominante, pois a dependência maior está da classe trabalhadora em relação à classe dominante. Os pactos de poder entre as classes que dominam o Estado brasileiro organizam a espacialidade e por meio dessa terão consequências diretas no processo histórico. A espacialização das relações de produção incluem os trabalhadores numa inevitabilidade cíclica, já que as materializações no cotidiano dos mesmos pelas exigências normativas do capitalismo impõem-lhes um roteiro de vida, mesmo que existam especificidades nos seus modos de vidas esse roteiro direciona-os para tais exigências.

Deste modo, os pactos de poder incidem sobre o cotidiano dos trabalhadores, já que tais pactos são multiescalares e produzem resultados ora imediatos ora em médio prazo nas relações de trabalho. Neste caso, de forma ilustrativa, compreendemos as pressões do modo de produção como uma reta diretiva que impede o avanço sistemático de resistências mais abruptas por parte dos trabalhadores; assim, os modos de vida desses são conectados às pressões impositivas, todavia, tais pressões variam em conformidade às necessidades de organização do próprio capitalismo. Esse roteiro de vida para os trabalhadores parte dos pactos internos e externos ligados ao papel do Brasil na economia internacional.

Diante disso, entendemos que não podemos simplificar o papel do trabalhador apresentando-o como vítima, mas também como apresentá-lo como protagonista nessa reta e nos ciclos?

O movimento de organização social, espacial, cultural e econômico parte do processo dialético das relações de produção e tudo que a envolve. Os trabalhadores compõem

esse movimento, ao mesmo tempo em que fazem parte como aqueles que decidem em qual empresa trabalharão também são obrigados ao trabalho como sobrevivência. A liberdade para os trabalhadores está apenas na escolha da empresa que trabalhará e essa realidade histórica não promove-os como protagonistas na conjuntura atual.

Refletirmos as condições históricas do tempo presente no Brasil de 1990 a 2010 é importante para compreendermos como os processos econômicos e políticos constituídos estruturalmente influenciam na esfera produtiva, no Estado e nos trabalhadores.

Capítulo 3

PARA PENSARMOS A GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL DE 1990 A 2010

O bom das filas é nos convencerem de que afinal esta pobre vida não é tão curta como dizem.
Mário Quintana

A palavra globalização traz inúmeras perspectivas e expectativas para as pessoas em geral, pois a mesma é apresentada na mídia, na escola e no cotidiano das pessoas com amplos significados, todavia, o mais destacado é o dos fins das fronteiras e o aumento do movimento totalitário do mercado subtraindo consideravelmente a capacidade de respostas dos Estados nacionais e esses sob os auspícios das agências de classificação de riscos quanto aos investimentos estrangeiros possíveis pela classificação de investimentos:

A classificação "grau de investimento" dada a um país, uma determinada entidade ou produto equivale a uma recomendação de investimento, e reflete a percepção dos analistas de que são mínimos os riscos de interrupção do pagamento da dívida ou de uma moratória do devedor. Ao serem assim avaliado, países ou empresas em geral passam a ter acesso a linhas de crédito mais atraentes no mercado internacional, podendo obter melhores condições e juros mais baixos em seus empréstimos. A mesma classificação dada a um produto ou a um ativo o torna imediatamente atraente para os investidores, pela percepção de segurança. Aproximar-se dessa categoria significa ter acesso mais fácil a crédito no mercado internacional. Afastar-se dela, sofrendo um rebaixamento na classificação, tem o efeito contrário: fecham-se as portas e o crédito se torna mais escasso e, portanto, mais caro.

Neste sentido, pensar a globalização de 1990 a 2010 é importante por entender que a mesma é estruturada numa concepção hegemônica econômica e política e permite, deste modo, compreendermos as mudanças que ocorreram nesse período destacado anteriormente, principalmente para os trabalhadores brasileiros.

Salientamos que a globalização é ainda, seja como conceito ou como prática política e econômica, ainda repleta de questões que nos levam a indagações sobre sua

validade, neste sentido, corremos o texto na busca por construir nossa concepção de globalização em debate com outros autores e fundamentar nossas dúvidas quanto à validade da utilização dessa palavra. Globalização, portanto, precisa ser pensada como uma palavra que em poucos anos ganha a dimensão de conceito e quase ao mesmo tempo faz parte das agendas dos Estados via discursos políticos e econômicos sinalizados, posteriormente, por práticas que efetivaram o processo neoliberal, em outros termos, tornou-se impossível dissociar globalização e neoliberalismo.

As agendas práticas dos Estados foram fomentadas, portanto, por esse direcionamento pautado no processo de expansão e interdependência dos processos produtivos e de circulação de mercadorias, somados a exacerbação em importância do capital fictício e as manobras orquestradas pelas empresas privadas com a chancela dos Estados em garantir que esse capital fosse negociável, assim, as bolsas de valores e as agências de classificação de riscos tomaram a dianteira da organização econômica mundial e isso impactou significantemente o cotidiano dos trabalhadores.

Globalização e neoliberalismo associados com a internacionalização e os fluxos de capitais reais e fictícios efetuam condições sociais, políticas, econômicas e culturais efetivadas pela regulação do mercado internacional sob os auspícios da organização dos Estados. Deste modo, pensar a temporalidade e a espacialidade do capital urge como congruência aos questionamentos da própria validação estrutural impositiva desse mecanismo.

A globalização resulta de um processo histórico e geográfico, portanto, a causa seria as próprias transformações do capitalismo e suas novas exigências para acumulação e aumento das taxas de lucros; assim, tratamos nesse trabalho as consequências desse processo.

Ser trabalhador na etapa atual do processo da globalização (1990-2010) num modelo produtivo neoliberal sob os auspícios do capitalismo financeiro tem implicações que serão evidenciadas nos próximos capítulos, mas aqui precisamos apresentar as evidências de uma construção política e econômica que transforma as estruturas e a superestrutura atingindo diretamente aos trabalhadores, portanto, pensar a globalização circunscrita ao neoliberalismo é ponto essencial para os desdobramentos dos impactos sobre os trabalhadores.

Ginzburg (2009) entende a globalização como um processo histórico de longo período, portanto, um período histórico de longa duração iniciado com os portugueses no século XV com a busca por rotas comerciais e domínio dessas. A globalização, portanto, é compreendida como processo e isso significa que existe uma constatação da gênesis histórica, mas ainda no século XXI a mesma não alcançou seu término, caso isso seja possível um dia. Portelli (2008) também compreende a globalização como processo, sinaliza isso ao demonstrar que uma empresa multinacional tem amplos poderes sobre a vida dos seus trabalhadores, isto é, os trabalhadores correm permanentemente riscos diante da organização produtiva capitalista como as transformações estudas pelo autor na cidade de Terni na Itália. Toda uma cidade foi afetada diretamente pela reorganização da divisão internacional do território pela batuta das políticas econômicas como podemos entender a partir da leitura de Portelli (2008).

A globalização, portanto, é um processo de definição de áreas de exploração, isto é, a globalização enquanto constituinte do modo de produção capitalista é a tentativa permanente em expandir e anexar espaços do globo terrestre que se tornam (ou ainda tornarão) espaços de produção de taxas de lucros voltadas para agentes específicos com maiores capacidades organizativas à esfera da circulação de produtos e dinheiro.

Diante disso é importante compreendermos esse processo histórico conceituado aqui como globalização, assim nesse primeiro capítulo salientamos o que

consideramos importante para evidenciar esse processo e, posteriormente, como o mesmo movimenta-se no trabalho e nos trabalhadores.

É fundamental, portanto, frisarmos que o capital financeiro prevalece nesses idos do século XXI. A efetivação de uma política econômica mundial capitaneada pelos Estados Unidos e União Europeia de forma diretiva por suas empresas auspiciadas pela regulação do mercado mundial sob a peça de multinacionais e transnacionais. Assim, no período de 1990 a 2010 ocorreram intensificações significativas de influências recíprocas de instituições financeiras pela direção das inter-relações das empresas multinacionais e transnacionais traçadas no sistema produtivo globalizado propagado por meio da aceleração contínua de transferências de capitais em múltiplas escalas, porém conferidas pela influência das transferências financeiras na escala global. A produção da circularidade do capital real e fictício também movimentou a própria recomposição do capitalismo nos seus meandros e isso impactou não apenas os Estados, como corresponsáveis, mas também os trabalhadores, não como responsáveis, mas em termos marxistas como resultado desse processo.

É fundamental para pensarmos a globalização como processo compreendermos o movimento do capitalismo e sua organização nos fatores iniciados com mais ênfase na década de 1990 com as políticas de desregulamentação cambial e financeira empreendidas pelas políticas neoliberais direcionadas pelos Estados Unidos (TAVARES, 1999). Neste sentido, o processo que culminou com a globalização, nos moldes que temos hoje, passou, segundo Tavares (1999), pela ampliação do regime flutuante com a composição das taxas de lucros vinculadas as movimentações do capital financeiro atrelado à capacidade de alocar recursos sob a flutuação também dos juros. A flutuação do câmbio e dos juros foi o ponto máximo do Consenso de Washington com o qual se ampliou a importância do capital financeiro e possibilitou a movimentação de volumosos recursos que poderiam ser ampliados

nas negociações das bolsas de valores e mesmo tomados como empréstimos por países endividados com juros extremamente elevados.

Fiori (1997, p. 11-12) sinalizou as condições prévias do que Tavares (1999) frisou como desregulamentação do câmbio e dos juros:

> Entre os dias quatorze e dezesseis de janeiro de 1993, o Institute for International Economics, destacado *think tank* de Washington, tendo à frente Fred Bergsten, reuniu cerca de cem especialistas em torno do documento escrito por John Williamson em, Search of a Manual for Technopols, num seminário internacional Política Econômica da Reforma cujo tema foi: "The Political Economy of Policy Reform". Durante dois dias de debates, executivos de governo, dos bancos multilaterais e de empresas privadas, junto com alguns acadêmicos, discutiram com representantes de onze países da Ásia, África e América Latina "as circunstâncias mais favoráveis e as regras de ação que poderiam ajudar um 'technopol' a obter o apoio político que lhe permitisse levar a cabo com sucesso" o programa de estabilização e reforma econômica, que o próprio Williamson, alguns anos antes, havia chamado de "Washington Consensus". Um plano único de ajustamento das economias periféricas, chancelado, hoje, pelo FMI e pelo Bird em mais de sessenta países de todo mundo. Estratégia de homogeneização das políticas econômicas nacionais [...] Um programa ou estratégia sequencial em três fases: a primeira consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário envolvendo invariavelmente a revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda, dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de "reformas estruturais": liberalização financeira e comercial, desregulação dos mercados, e privatização das empresas estatais; e a terceira etapa, definida como a da retomada dos investimentos e do crescimento econômico.

Tavares (1999) compreende esse processo como resultado da hegemonização capitalista dos Estados Unidos, como salientou em trabalho apresentado em 1985 no qual destaca já na década mencionada a busca pela ampliação dos Estados Unidos não apenas na produção de tecnologia, mas, sobretudo, no capital fictício e, posteriormente, no capital financeiro empreendido nas bolsas de valores.

Assim, o papel dos Estados Unidos deve ser compreendido como impositivo, como imperialista por meio de políticas econômicas direcionadas para a

reestruturação do próprio Estado, no caso brasileiro, como reorganizador da economia institucional.

A implantação de uma política internacional de desregulamentação de câmbio e juros beneficiou consideravelmente os Estados Unidos e suas empresas, as quais se destacaram no mercado internacional pela excelência da tecnologia e pelo apoio do próprio Estados Unidos, enquanto Estado, em financiar as mesmas para que ampliassem suas áreas de influências comerciais e, posteriormente, financeiras. Todavia, essa desregulamentação foi ficção, visto que em nome das crises econômicas, conforme Tavares (1999) e Fiori (1997) houve a regulação de um plano único para os países periféricos do sistema capitalista, ou seja, a desregulação promoveu uma nova regulação obrigatória para os países periféricos com dívidas consideráveis com o Fundo Monetário Internacional, deste modo, o processo de ampliação da hegemonia dos mercados de capitais freou o dinamismo das economias periféricas ao subordiná-las às exigências das instituições internacionais sinalizadas por Fiori (1997).

Roberts (2008) promove um discurso que coopera com o Consenso de Washington ao tratar o fim da Guerra Fria como o momento de multipolaridades, como um processo de subtração da centralidade hegemônica do poder dos Estados Unidos. Roberts (2008) conceitua o "novo" momento econômico e político como geometria variável e aponta a insurgência de blocos opositores à hegemonia dos Estados Unidos. Interessante é que ele inicia seu trabalho com o pronunciamento do ex-presidente dos Estados Unidos George H. W. Bussh ao Congresso do seu país em 1992: "Um mundo outrora dividido em dois campos armados agora reconhece um único e preeminente poder, os EUA". No decorrer do seu trabalho busca redimensionar esse pronunciamento e apresenta os novos blocos e os novos atores que segundo o autor tem domínio hegemônico junto com outros países. Roberts (2008) contrariamente a Fiori (1997) e Tavares (1985 e 1999) frisa essa nova geometria do poder, o

que para Tavares (1985) os Estados Unidos prepararam-se para efetivar sua liderança mundial, como podemos evidenciar no próprio pronunciamento do presidente dos Estados Unidos e todas as reformas e reestruturações concebidas pelas exigências econômicas e políticas do próprio.

O domínio dos Estados Unidos na economia mundial desde o fim da União Soviética trouxe cadência ventriculada apenas reorganizada na efetivação da zona do Euro comandada pela Alemanha, somado as transformações oriundas da Ásia com a significativa inserção da China no mercado mundial. Mesmo assim a liderança econômica, política e tecnológica ainda é dos Estados Unidos - mesmo com a subtração econômica considerável nas crises de 2001 e 2008, conforme Saquis (2011) - isso tem impacto significativo na estruturação dos Estados nacionais e seus vínculos com a lógica do mercado mundial.

O Consenso de Washington, portanto, teve como resultados imediatos as transformações econômicas e uma nova reconfiguração espacial; assim, o mercado mundial reproduziu as condições de reprodução da lógica dominante e isso espacializou-se de formas diferentes em todo globo terrestre, ou seja, cada país assumiu para si, junto com suas organizações específicas da burguesia, uma nova determinação na divisão internacional territorial auspiciada pela divisão internacional do trabalho. Todavia, essa reconfiguração das relações políticas e econômicas espacializadas tiveram pouco sucesso para o avanço do Brasil nas relações comerciais internacionais, isto é, apesar do volume ter aumentado significantemente nos últimos anos no comércio internacional, para o Brasil o resultado não foi impactante, conforme Sarquis (2011).

Neste sentido, a globalização como processo evidenciou novas reconfigurações espacializadas em consórcio às exigências das burguesias nacionais, isso implicou diretamente na transformação dos espaços nacionais vinculados às expectativas do mercado internacional. O Brasil, portanto, comportou-se (como ainda hoje) como fornecedor

de matéria-prima e de produtos primários para países com inserção de domínio no mercado mundial, portanto, como salienta Sarquis (2011) mesmo com o Brasil ampliando sua abertura comercial não houve considerável mudança nos números, porém é preciso frisar que a opção brasileira desde o governo Fernando Collor Mello pelas políticas neoliberais fomentaram mudanças expressas na reorganização interna da produção industrial voltada, sobretudo, para o comércio internacional.

Sarquis (2011) sinaliza a importância em compreendermos o processo de abertura econômica e a inserção dos países no mercado internacional para verificarmos a efetivação desses no mercado, em outras palavras, torna-se importante compreender essa abertura econômica e política como resultado do processo iniciado com o neoliberalismo. Essa metodologia da economia, Coeficiente de Abertura (SARQUIS, 2011) tem significado importante para compreendermos o processo globalizante neoliberal, por justamente tratar-se de uma ferramenta efetivada nos moldes do neoliberalismo. As evidências de Sarquis (2011) são, portanto, importantes para compreendermos o mecanismo de inserção do Brasil nessa ordem mundial imperativa. Assim, o Coeficiente de Abertura:

> A abertura de uma economia é usualmente medida pelo coeficiente de abertura (CA). Trata-se, em verdade, de uma medida da conexão comercial da economia com o resto do mundo. É definida pela razão entre a corrente comércio (CC) e o PIB (Y), resultando a primeira da soma das exportações, X, e das importações, M [...] (SARQUIS, 2011, p. 62).

Esse coeficiente precisa ser pensado em termos históricos e geográficos, isto é, essa metodologia explicita a preocupação dos economistas neoliberais ao mesmo tempo em que evidencia o vínculo desses com as organizações econômicas e políticas mundiais. Anteriormente, apoiados em Sarquis (2011), afirmamos que o Brasil não teve avanço considerável a partir dessa metodologia, justamente por suas vinculações no mercado internacional não serem diferentes das últimas décadas:

> O caso do Brasil desperta indagações. Trata-se de país cuja conectividade comercial pouco avançou, de 1960 a 2008. Seu coeficiente de abertura se

> elevou de 18% a 21,5% nesse período. O Brasil registra um salto inferior aos do Japão e dos EUA, de 19% a 30,5% e de 7% a 23%, respectivamente. No G20, o Reino Unido e a África do Sul tiveram, como o Brasil, um incremento muito marginal de sua abertura. Todavia, já contavam com coeficientes elevados, respectivamente de 33% e 59%, em 1960. O desempenho do Brasil contrasta, pois, não só com os de vários países em desenvolvimento da Ásia, mas também com casos de países que já haviam experimentado um processo anterior de abertura e/ou desenvolvimento. (SARQUIS, 2011, p. 64).

Na década de 1960[20] o Brasil tinha considerável papel no comércio internacional de commodity, ainda continua com esse tipo de exportação, todavia, outros países também ampliaram sua produção e se inseriram como concorrentes do Brasil no mercado internacional. Esse processo econômico de abertura e liberalização econômica tem gestado o Brasil, portanto, a partir de uma interminável insistência em manter-se no comércio internacional a partir da eficiência comercial. Essa insistência não é aleatória ou mesmo tratar-se de vocação especializada, pois conforme Marini (2011) a integração ao mercado mundial orientou-se pela troca desigual na produção direta de uma mais-valia extraordinária organizada espacialmente. Deste modo, a ampliação do mercado mundial, conforme Marini (2011) contribui sempre para que não exista uma possibilidade de ruptura da ordem mundial, ou seja, a ampliação das relações comerciais e de produção em escala global sinalizadas já por Marx e Engels no "Manifesto Comunista" garantem a efetividade de uma forma exploratória de uma classe sobre outra seja em espaços nacionais e/ou internacionais.

[20]"No início da demanda de 1960, a disputa pela hegemonia política mundial criou novos canais de manifestação da disputa pelo controle financeiro da acumulação e de capital. O financiamento internacional foi reorganizado, e abriu espaço para uma crescente participação de capitais privados. Nessas novas bases, na década de 1960 houve uma quantiosa oferta internacional de dinheiro barato, orientada para prioridades a serem estabelecidas pelos governos segundo padrões internacionais de eficiência. A organização de critérios e unificação dos mercados financeiros, que centralizaram o financiamento de infraestrutura, e ampliaram as oportunidades de expansão das grandes empresas. Essa lógica da organização financeira sobrepôs-se na América Latina, a pressões sociais acumuladas, desde o período colonial, com estruturas fundiárias altamente concentradas e com padrões de distribuição de renda fortemente desiguais. A objetividade da lógica econômica do sistema financeiro contrapôs- se a pressões sociais realimentadas por alianças políticas internacionais, como a Aliança para o Progresso e as alianças continentais da democracia cristã, que legitimaram as políticas nacionais de endividamento. Essa aparente contradição revelou-se, entretanto, em suas consequências. No final da década de 1960 desvanecera-se a oferta de dinheiro barato e a economia mundial passara a operar com elevadas margens de endividamento. No saldo operacional dos empréstimos internacionais, aumentaram o total das transações privadas e sua proporção sobre as transações entre governos. Na nova ordem, tornaram-se hegemônicas as operações conduzidas por grandes bancos e por consórcios de bancos privados, verificando-se que as anteriores metas de infraestrutura social e econômica eram, na prática, inalcançáveis". PEDRÃO (1994, p. 195).

Sarquis (2011) por meio de uma metodologia do mercado inserido na lógica neoliberal analisa a abertura e a liberalização dos países como ponto importante para o lócus desses no dinamismo do mercado e ao constatar a inércia do Brasil surpreende com o fato dos números não mostrarem nenhuma evolução considerável desde a década de 1960. Ao voltarmo-nos para Marini (2011) essas considerações neoliberais que tentam justificar e organizar o processo produtivo capitalista é inserido na lógica da necessidade de um tipo específico de produção e de circulação que somente são possíveis com a conformidade das condições geográficas e históricas.

Pedrão (1994) resume essas condições de uma lógica da necessidade ao tratar o movimento contemporâneo das combinações dos interesses e privilégios próprios desse tempo destacando o controle de capital ativo, o controle do patrimônio e político da produção. Neste sentido, o controle econômico sobre o político estrutura os países envolvidos nesse processo a partir de suas combinações produtivas e de dependência ao circuito mundial. Pedrão (1994) frisa que a economia enquanto organização é inseparável da cultura e política, ou seja, a economia por si não sustenta o capitalismo, pois precisa de condições jurídicas e morais para sua manutenção ou ampliação. Esse conjunto sinalizado por Pedrão (1994) é a estrutura vigente que interfere diretamente na concepção de como o Estado se alinhará as ideias e práticas mundiais, mas sabemos que o Estado não é uma força mística como debateu Marx com a filosofia do direito de Hegel (MARX, 2010), pois o Estado não pode se organizar, quem o organiza e o compõe são elites econômicas imbricadas às instâncias políticas e culturais. Assim, esse conjunto não pode ser pensado, de forma nenhuma, longe das lutas de classes.

A globalização de 1990 a 2010 evidencia um momento da história do Brasil no qual ocorreram transformações, reorganizações e reestruturações econômicas, políticas, culturais e tecnológicas as quais foram materializadas na espacialização da produção,

comércio e circulação. Período de prevalência das ideias neoliberais com práticas realizadas pelo Estado com um "misto" de keynesianismo (desenvolvimentismo) e liberalismo. Assim, a participação brasileira nesse processo precisa ser pensada como a permanência de um Estado que deixou de ser oligárquico, com uma elite regionalizada tanto econômica como política e principalmente pela centralização do poder executivo que precisa dialogar e negociar com as elites regionais via instituição legislativa.

A composição das forças políticas e econômicas nacionais no período de 1990 a 2010 foi alterada, passamos de um Estado não democrático para uma democracia que precisa ser aperfeiçoada. Esses mecanismos políticos compõem as relações econômicas numa relação de dependência das instâncias nacionais produtivas ao mercado internacional, assim, as consequências econômicas priorizam as agendas políticas, mas não se trata apenas de economicismo nesta análise, já que conforme destacamos anteriormente o econômico não pode jamais compor-se por si e em si.

Assim, a partir de Saes (1993) entendemos essa relação econômica e política como uma relação de causalidade, pois a estrutura econômica "exige" para existir conteúdos que realizem o direcionamento do modo de produção. A reciprocidade economia e política exigem especificidades para realizarem aquilo que é obrigatório no estágio atual da globalização.

Os Estados também se organizam numa estrutura de poder hierarquizada com validades econômicas, políticas e culturais, assim, essa organização somente pode ser validada se os Estados, por meio de suas elites, concordarem entre si e aplicarem regras, normas e regulações para funcionamento da produção, circulação e comercialização. Essas exigências de reciprocidade entre os Estados entenderam se tratar de um tipo de contrato chancelado por inúmeros acordos de colaboração nos níveis regionais, com a criação de blocos políticos e/ou econômicos, e os inúmeros acordos bilaterais firmados entre inúmeros

países, todavia esses acordos têm objetivos comuns e direcionamentos muitos próximos, ou seja, esses contratos territorializam economias e políticas a partir de uma necessidade de desenvolvimento aplicado a constante ampliação da taxa de lucro.

Harvey (2005) destaca Marx quanto a constante necessidade, definida por ele, de expansão do capitalismo para que essa venha promover continuamente o aumento da taxa de lucro por meio de renovações permanentes nas formas de explorar os países centrais e os periféricos. Essa definição do tipo ou forma de exploração nas especificidades territoriais é definida por ações políticas visando práticas econômicas, portanto, os países envolvidos na etapa atual da globalização precisaram organizarem-se numa singularidade própria para as questões e os problemas desse tempo; assim, o neoliberalismo passou a ser divulgado e praticado a partir dessas exigências como sinalizou teoricamente Saes (1993) ao apresentar a reciprocidade dessas exigências.

O neoliberalismo, como teoria e prática dos contratos territoriais, foi (É) o direcionamento desse momento histórico da globalização. O período de 1990 a 2010 tem como centralidade o avanço das políticas econômicas neoliberais e a organização do Estado por essa concepção e prática. A partir de Saes (1993) compreendemos que os desenvolvimentos das forças produtivas inserem-se não apenas como fator econômico, mas, sobretudo, instâncias políticas e culturais; assim, o neoliberalismo não é a última instância de determinação nas relações de produção, sim uma premissa que torna-se efetiva numa prática diretiva e impositiva à medida que as forças produtivas dinamizam-se nessa lógica. O neoliberalismo como parte do processo histórico desse momento da globalização parte da viabilidade econômica do avanço considerável das condições de produção e reprodução do capitalismo.

O neoliberalismo, portanto, compõe parte do contrato territorial dos Estados e nesse sentido as diretrizes e as primícias do mesmo não são e nunca serão dadas ao acaso,

visto que o direcionamento tem uma liderança, ou seja, o neoliberalismo não é resultado natural do capitalismo, mas resultado de configurações e reconfigurações no modo de produção atrelada sempre ao aumento progressivo da taxa de lucro.

Neste sentido, Porter (1993) após longa pesquisa concluiu que não eram os países ricos que detinham poder e força operacional no mercado internacional, mas, sobretudo esses países eram ricos e fortes por terem empresas com essas características. Essa afirmação de Porter (1993) evidencia as alianças estratégicas do poder econômico e político e sua institucionalização do papel das empresas privadas no gerenciamento do Estado.

A produção capitalista é "gerenciada" pelas grandes empresas seja pelo domínio dos meios de produção e/ou as manipulações via bolsas de valores e mercados futuros. As lideranças são as grandes empresas transvestidas em Estado pela própria dinâmica do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e dos grandes bancos. Assim, os Estados são subordinados a lógica capitalista de produção, circulação e comércio, ou seja, as relações do Estado com as empresas privadas, principalmente com as transnacionais e multinacionais, fazem-se presentes na concepção de produção e essa se organiza nas espacialidades nacionais em diversidades ligadas diretamente às ações e objetivos das grandes empresas, isto é, o que se convencionou chamar de território nacional é perpassado pelas redes de poder, as redes territoriais e suas organizações incidem sobre os pactos de poder nacional e sua relação com empresas estrangeiras e outros Estados. Tais pactos internos são decididos em escalas maiores por meio do que entendemos ser realizado por meio de contrato territorial.

> O contrato territorial é a relação dos Estados com uma lógica dominante e opressora, cuja liderança econômica mundial é quem dita as regras do contrato, ao mesmo tempo em que esta liderança também é vitimada por esta lógica econômica, isso é explicado pela própria dinâmica do capitalismo, ou seja, os ciclos econômicos típicos do capitalismo determinam as ações dos Estados e suas políticas econômicas vinculadas ao mercado internacional. (BARBOSA, 2010, p. 62).

A partir de Saes (1998) compreendemos o Estado vinculado permanentemente às relações de produção, desta forma, os tipos possíveis de Estado serão organizados pelos tipos possíveis de produção, com isso o neoliberalismo "exigiu" um tipo específico de Estado para avançar sobre os espaços nacionais, reorganizar as fronteiras, readaptar a produção, fortalecer o capital fictício e primar pelo redimensionamento do capital financeiro. Por isso, salientamos a necessidade de pensarmos o Estado e suas "responsabilidades" na globalização como processo e indicarmos os caminhos desse no neoliberalismo. Efetiva-se, então, o entendimento quanto a negação do Estado na discussão histórica como evidencia da oportunidade liberal pela notoriedade ideológica e esse passa a ser propagada como verdade, tão bem atribuída pelas considerações do próprio Hegel, as quais discordamos (1997, p. 217):

> O Estado, como realidade em ato da vontade substancial, realidade que esta adquire na consciência particular de si universalizada, é o racional em si e para si: esta unidade substancial é um fim próprio absoluto, imóvel, nele a liberdade obtém o seu valor supremo, e assim este último fim possui um direito soberano perante os indivíduos que em serem membros do Estado têm o seu mais elevado dever.

Em oposição a esse pensamento Marx (2010) traça a trama do Estado pela visão equivocada de Hegel em divinizar o Estado, quando na verdade o Estado é a operação máxima da elite justificada imorredouramente. Marx (2010) apresenta o Estado como um conjunto de regras, burocracias e até mesmo moralidades em funcionamento ininterrupto para a permanência do *status do quo*.

Ao ampliarmos a escala e pensarmos no processo de globalização e o papel dos Estados verificamos que os mesmos são ausentados de maiores responsabilidades nos momentos de ascensão da produção e das taxas de lucros e são responsabilizados diretamente nos períodos de crise. A própria classe dominante separa o Estado intervencionista do liberal em conformidade às necessidades dos mesmos.

Com a globalização os Estados perderam seus poderes à medida que as empresas dominaram suas organizações e buscaram minimizar o papel deste. A minimização forjada operacionalizou-se pela necessidade em subtrair os movimentos democráticos que se fizeram nas décadas de 1970 e 1980 em boa parte do mundo ocidental ao mesmo tempo em que legitimava o discurso econômico como soberano. No Brasil os anos 1990 não foram diferentes e a intervenção direta no país pelas grandes empresas estrangeiras ficou mais evidente a partir do governo Collor, logo a dependência brasileira ficou mais clara para toda população e o discurso oficial promovido pelas elites brasileiras atrelou desenvolvimento à dependência do circuito mundial da produção capitalista.

> O papel do Estado na economia atual é ao mesmo tempo fundamental e secundário. Fundamental, pois o capitalismo se fortalece a partir das organizações econômicas e políticas nacionais, ou seja, a classe dominante organiza o país regionalmente e paisagisticamente para que a lógica do contrato territorial sobressaia à nação e permita que tal classe seja cada vez mais dominante. O papel do Estado pode ser considerado também secundário, pois as forças de produção e regulação têm o mesmo como suporte físico (meios de produção, natureza e sociedade) da expansão contínua e progressiva do capitalismo líder no contrato territorial. (BARBOSA, 2010, p. 61).

Assim, entendemos o contrato territorial como componente macroescalar dos pactos de poder realizados nacionalmente. Composto o contrato territorial as empresas transnacionais operam suas atividades sem maiores controles externos e sem, aparentemente, surpresas. Todavia, as empresas para terem a liderança mundial precisam também ter seus Estados nessa liderança ou pelo menos próximo do que isso represente para poderem negociar com mais sucesso, nas palavras de Lênin (1986) a luta entre os mesmos promoveria vencedores que pactuariam acordos para sobressaírem pelo capital monopolista. Lênin (1986) já em 1917 alertou o perigo destas relações:

> O capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta

> por um punhado de países “avançados”. A partilha desse “saque” efetua-se entre duas ou três potencias rapaces, armadas até os dentes (América, Inglaterra, Japão) que dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a sua guerra pela partilha do seu saque. (LENIN, 1986, p. 582).

As táticas e estratégias do capitalismo via Estado monopolista até a década de 1980 não teve camuflagens, pois havia necessidade de expandir espacialmente suas influências, após a queda do muro de Berlim houve necessidade de atenuar as agressões entre os Estados e as lutas passaram a ser travadas no âmbito econômico e político entre os líderes, diferente do que continuou acontecendo em todo o mundo com inúmeras guerras e conflitos civis.

Nos últimos cem anos a liderança mundial esteve majoritariamente com a Inglaterra e Estados Unidos, respectivamente, suas empresas também alcançaram patamares consideráveis na liderança mundial e ditaram o ritmo da produção, circulação e consumo. Outro país que também se destacou no século XX foi o Japão, pois desenvolveu ampla tecnologia e contribuiu para a inovação de produtos e possibilitou a aceleração da economia capitalista, todavia, o mesmo nunca exerceu liderança econômica, política, cultural ou militar, ao contrário dos dois países citados anteriormente.

Ao contrário da pregação neoliberal os Estados mantiveram-se sempre ativos e as empresas transnacionais acordaram com o mesmo, visto que a relação de poderes não se limita ao econômico, trata-se do cultural, do político e do militar.

Após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos, no ocidente capitalista, assume a liderança mundial nos aspectos econômicos, políticos, tecnológicos, culturais e militares ampliando a atuação das empresas com oriundas desse país seja por meio de empréstimos ou mesmo a atuação direta nas negociações internacionais para a abertura dos mercados fechados e a fixação de suas empresas em outros países, bem como outras negociações.

Deste modo, o discurso liberal e neoliberal ideologizou o fim do Estado como que as empresas fossem soberanas e independentes (HIRST & THOMPSON, 1998). Nesta direção Bobbio, Matteucci e Pasquino (1986) sublinharam o enfraquecimento do Estado e deixaram bem claro seus posicionamentos políticos e econômicos ao creditarem as empresas papel soberano e independente do Estado:

> [...] existem ainda outros espaços não mais controlados pelo Estado soberano. O mercado mundial possibilitou a formação de empresas multinacionais, detentoras de um poder de decisão que não está sujeito a ninguém e está livre de toda a forma de controle; embora não sejam soberanas, uma vez que não possuem uma população de um território onde exercer de maneira exclusiva os tradicionais poderes soberanos, estas empresas podem ser assim consideradas, no sentido de que - dentro de certos limites - não têm superior algum. (p. 1187).

A ideologia da liberdade comercial, política, econômica, cultural, social e tecnológica promoveu em todo o mundo mudanças radicais quanto a concepção da relação Estado-empresas e Estado-elites nacionais/internacionais, pois a palavra de ordem passou a ser a plena liberdade, mas as políticas práticas sempre tiveram a necessidade de regulação do Estado, uma vez que o mesmo insere-se na ordem da objetivação das próprias elites.

Nos anos 1990 ocorreu a culminação dos objetivos empreendidos vinte anos antes e os recursos do Estado tiveram como prioridade não mais a população em geral, mas as instituições financeiras e as grandes empresas, visto que a crise iniciada em 1973 fez com que as prioridades das elites fossem voltadas para si mesmas.

Se antes as políticas minimizadoras dos impactos capitalistas nos países ricos eram aplicadas para a população em geral sob o medo do convencimento da superioridade do comunismo soviético, agora a justificativa da subtração dos investimentos e subsídios para a população tem como centralidade a liberdade, isto é: todos podem, todas são capazes. O discurso neoliberal condicionado pelo Estado e pela mídia em geral alcançou todas as esferas da vida social e; assim, por si em si justificou todas as reorganizações do capitalismo pós-1973.

Neste sentido, não se trata de um processo produtivo sistematizado pela sustentação econômica, mas, sobretudo, pelas relações políticas e que se impuseram como verdade, por meio dos países dominantes, para todo o ocidente.

O processo prático das políticas neoliberais reorganizaram o cotidiano dos trabalhadores, por começar acusaram sindicatos e trabalhadores de serem os responsáveis diretos pelo fracasso do capitalismo no início da década de 1970 até o final da mesma, como se os trabalhadores estivessem "tirando" mais do que fosse necessário para suas sobrevivências e os sindicatos atrapalhassem todo progresso do sistema. Na verdade as políticas neoliberais foram sistematizadas para enfraquecer o movimento mundial de trabalhadores, pois em todo ocidente inúmeros sindicatos promoveram pressões gigantescas para as grandes empresas, esse poderio dos trabalhadores não poderia ser ampliado, por isso reorganizaram a produção e a circulação agindo diretamente sobre os países já explorados (ideologicamente conceituados como subdesenvolvidos) e financiando-lhes internamente adaptações espaciais para agruparem nos mesmos as condições apropriadas para que o projeto neoliberal das grandes empresas e dos países dominantes fosse efetivado com sucesso. Para isso as empresas transnacionais influenciaram vários países diretamente ou indiretamente pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. A soberania dos países dominados e/ou explorados foi negativada diante da necessidade da expansão do processo produtivo organizado e conhecido como globalização.

Os pressupostos liberais nas suas novas roupagens auferiram a prática da imposição dos dominantes via empresas transnacionais para com os países que compunham materialmente e politicamente o mundo "subdesenvolvido"..

As políticas neoliberais alcançaram o Brasil com as implementações de mudanças realizadas inicialmente no governo Collor, não que anteriormente não tivessem ocorridos algumas transformações nas políticas econômicas, efetivamente as mudanças foram

processadas a partir de Collor e as exigências dos fundos internacionais pressionados pelos ultimatos das empresas transnacionais.

A estruturação do capitalismo pós-1973 levou os países ditos subdesenvolvidos a se comportarem de forma mais dependente ainda, pois as pressões externas aos mesmos e os pactos de poder internos estabelecidos fundamentaram todas as atrocidades realizadas pelo neoliberalismo para com os trabalhadores. As justificativas foram conceituadas como flexibilização da produção, reestruturação produtiva e, por fim, totalizando tais conceitos: globalização, ou seja, os conceitos empreendidos resultaram em si e por si em justificativas, porém escondiam a perversidade desta lógica produtiva.

As palavras de ordem, portanto, na economia "globalizada" era abertura dos mercados, livre iniciativa, concorrência internacional, Estado mínimo, flexibilização do mercado, flexibilização da produção, flexibilização das legislações nacionais, subtração de cobranças de impostos das empresas transnacionais e disponibilidade dos recursos naturais para a produção; assim, outras palavras foram inseridas como superávit na balança comercial, aumento das exportações e commodities. Esses conjuntos de palavras tiveram o "poder" para justificar os projetos do capitalismo pós-1973 e, portanto, efetivaram mudanças radicais na produção e principalmente no cotidiano dos trabalhadores no Brasil com mais ênfase a partir de 1990.

A dependência econômica e tecnológica dos países pobres, dentre eles o Brasil, foi ampliada pela dependência política, ou seja, as ações políticas internas estavam subordinadas as necessidades das empresas transnacionais e suas vinculações diretas aos seus países sedes. Frisamos, neste sentido, que pós-1973 a estrutura do capitalismo voltou à urgência das competições comerciais, tecnológicas e políticas, visto que anteriormente havia a subordinação consentida aos ditames políticos dos Estados Unidos, com a crise do petróleo as classes dominantes dos países ricos ficaram desnorteadas, pois compreenderam a fragilidade

das políticas energéticas e, principalmente, das políticas econômicas. Se antes de 1973 os Estados Unidos era "benevolente" com seus aliados, após a crise o mesmo assumiu uma nova postura, isso forçou também os outros países aliados e ricos a repensarem suas políticas econômicas por meio da criação de blocos econômicos.

> [...] no campo econômico, os EUA enfrentaram uma pressão crescente sobre seu balanço de pagamento e sobre o dólar e decidiram abandonar – em 1973 – o sistema monetário internacional que haviam criado, em Bretton Woods, baseado na paridade fixa da sua moeda em ouro e na regulamentação dos sistemas financeiros nacionais. Isso provocou uma crise que se somou à alta dos preços do petróleo e desembocou na primeira grande recessão da economia mundial, depois da Segunda Guerra. Foi uma crise dura e profunda e, por isso, se falou, na época, de uma "crise da hegemonia americana (FIORI, 1997).
>
> No entanto, a crise dos anos 1970 foi também – e ao mesmo tempo – o momento e a oportunidade em que os Estados Unidos mudaram sua estratégia geopolítica e sua política econômica internacional. E essa nova estratégia americana – que se consolidou na década de 1980 – promoveu, por sua vez, uma reversão da crise e uma reviravolta no sistema mundial. Como consequência, o mundo deixou rapidamente para trás o modelo "regulado" de "governança global", liderado pela "hegemonia benevolente" dos Estados Unidos, do pós-guerra, e foi se movendo na direção de uma nova ordem mundial com características mais imperiais que hegemônicas. (FIORI, 2011, p. 11).

As imposições dos Estados Unidos feriram indiretamente as soberanias de seus aliados, o que provocou a necessidade dos mesmos em expandirem suas áreas de influências em todo o mundo. Os Estados Unidos expandiu comercialmente e militarmente, os países aliados tiveram apenas a opção econômica precedida pela tecnológica.

No Brasil, até 1973, ocorreu a firmação da substituição de importações via intervencionismo estatal, essa política econômica continuou, com modificações pontuais voltadas para taxas e impostos sobre importações e incentivos as empresas transnacionais, até o governo Sarney em 1989, visto que os pactos de poder estabelecidos internamente não permitiam acordos mais ampliados com as elites de outros países, tendo uma elite

conservadora o Brasil foi um dos últimos países da América Latina a adentrar na lógica explicitamente neoliberal (FILGUEIRAS, 2006).

Desta forma, a partir de Brito e Mendes (s.d) e Figueiras (2006), os ajustes neoliberais somente foram incorporados ao Estado brasileiro pela unificação dos projetos das elites nacionais, visto que o desenvolvimento brasileiro ficou atrelado às exigências do mercado internacional; assim, as imposições econômicas externas e o fracasso econômico interno motivaram empresários, latifundiários e especuladores a terem no Estado ainda o ponto fulcral da regulação econômica, porém agora essa regulação direcionava o mesmo para constituir-se como mínimo diante das intervenções e exigências do mercado internacional (FILGUEIRAS, 2006). Adoção dos ajustes neoliberais, portanto, foi planejada e pactuada entre a elite brasileira e as elites internacionais, ou seja, as elites brasileiras poderiam ampliar seus capitais de forma significativa com sua dependência consentida ao mercado externo e foi exatamente isso que aconteceu.

A dependência ao capital internacional levou a economia brasileira a ter no Estado a continuidade das alianças, visto que o mesmo reorganizou o país com investimentos precisos para beneficiar as empresas transnacionais instaladas ou não no país e, acima de tudo, as elites nacionais que compõe ao mesmo tempo a dominação econômica, social, cultural e política. (BRITO & MENDES, s.d, FIORI, 2011).

Diante disso, surge já nos anos 1990 uma nova dominação mundial que atrelam os países ao velho conceito de vocação espacial. Fiori (2011) tece inúmeras críticas a essa imposição imperialista, ou seja, a dominação das empresas transnacionais sobre a produção dos países ditos subdesenvolvidos. Passam, portanto, os países dominantes a terem "vocações" de liderança econômica, desenvolvimentos tecnológicos e científicos, ao contrário os países dominados, ou ditos subdesenvolvidos, tem vocação para o agronegócio, produtos primários e mineração. Essa vocação imposta foi aceita pelos países periferizados no sistema

capitalista, ou melhor, as elites sabedoras dos ganhos que teriam aceitaram. Essa aceitação da vocação é facilitada pela construção de uma memória de inferiorização propagada pelas obras de artes, pela mídia em geral e até mesmo pela escola por meio de livros didáticos e orientações curriculares nacionais e estaduais. Torna-se obrigatório pensar nesse circuito produtivo e acatar as orientações das instituições internacionais e das empresas transnacionais.

Ao mesmo essas vocações trazem consequências diretas para as classes trabalhadoras dos países dominantes, pois essa ampliação das áreas de produção levou a uma sistematização maior das taxas de mais-valia dos trabalhadores. Não se trata, portanto, de dominação para todos dos países que dominam, mas apenas para sua elite. Marini (2011, p. 115) direcionou essa discussão:

> A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribui a criar e que alcança seu auge na segunda metade do século XIX será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de sobrevivência. O efeito dessa oferta (ampliado pela depressão dos preços primários no mercado mundial) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo que o incremento da produtividade se traduza ali em cotas de mais-valia cada vez mais elevadas.

Tanto Fiori (2011) como Valencia (2009) concordam quanto ao novo papel do imperialismo ao sublinharem a hegemonia como ponto central; assim, entendemos, por meio de Marini (2000, p. 109) que: “ [...] as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Em outras palavras a criação de uma necessidade hegemônica é o motor da dependência; assim, a produção interna de um país estará sempre atrelada às imposições daqueles que fomentam sua dependência, o mesmo ocorre com as classes trabalhadoras tanto de países dominados como dominantes.

É muito pior ser trabalhador dos países dominados, visto que a taxa de mais-valia subtraída dos mesmos é muito mais intensa, pois não se tem uma série de garantias

econômicas conquistadas pelos trabalhadores dos países dominantes, pois segundo Marini (2000), o mercado consumidor interno foi decisivo para o aceleramento das economias centrais e a ampliação das áreas de exploração para a periferia do capitalismo trouxe o barateamento de diversos produtos e com isso foi possível impactar negativamente a inflação e garantir uma estabilidade do consumo sem necessariamente ampliar os ganhos dos trabalhadores. Neste sentido, entende que:

> [...] A reorientação para o interior da demanda gerada pela mais-valia não acumulada implicava já num mecanismo específico de criação do mercado interno radicalmente distinto do que havia atuado na economia clássica e que teria graves repercussões na forma que assumiria a economia industrial dependente. (MARINI, 2000, p. 137).

Após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos assumiu, no ocidente capitalista, a liderança econômica, militar, financeira, política e até mesmo cultural. Deste modo, a ampliação da produção fez com que o mesmo obtivesse considerável vantagem produtiva tendo como consequência a capacidade em demandar exigências para os outros países. Desta forma, a criação e a ampliação dos poderes dos Estados Unidos foram constituídos para terem mais legitimidade por meio de instituições internacionais, sendo a primeira a ONU – outubro de 1945 -, seguida pelo Bird e FMI – dezembro de 1945. O poderio e a influencia dos Estados Unidos somado ao "perigo" soviético impulsionaram ainda mais a abrangência de dominação desse país com suas empresas transnacionais; assim, a influencia direta nos países periferizados pelo sistema capitalista garantiu de forma razoável exportações para esses países.

Filgueiras (2006) disserta quanto ao caminho econômico e político da doutrinação neoliberal para a efetivação de um programa político precedido pelo neodesenvolvimentismo e seu fracasso para acumulação de capitais para as elites nacionais, sendo esse considerado a "isca" para o direcionamento das políticas econômicas nacionais serem vinculadas ao capital internacional auspiciada pelo caminho neoliberal.

Filgueiras (2006) analisa esse momento de dominação política e econômica neoliberal como a prevalência de uma classe hegemônica e a consolidação de uma elite nacional vinculada a grandes grupos econômicos produtivos e financeiros; assim, o capital financeiro internacional, os grandes grupos nacionais e o capital multinacional oriundo da produção tiveram aumento significativo nas decisões políticas e econômicas no Brasil. Esse caminho macroeconômico tem influencia decisiva para os trabalhadores, visto que as decisões na escala macro atingem diretamente o cotidiano dos trabalhadores, como demonstrou o próprio Filgueiras (2002) junto com Pinto e Silva ao associarem políticas públicas de empregos aos arranjos macroeconômicos, ou seja, o caminho econômico nacional pelos pactos de poder incidem sempre sobre os trabalhadores, já que tais acordos frutificam ou não investimentos e podem ou não trazerem oportunidades reais para os trabalhadores por meio da relação e seu papel de dependência diante dos capitais internacionais organizados por seus fluxos financeiros.

Assim, pensar o momento atual em que se encontra a economia brasileira significa compreender o comportamento do próprio capitalismo nestes tempos de ampla concorrência e também entender a situação da classe trabalhadora brasileira. Não se trata de uma interpretação economicista da História, pois acreditamos que a ampliação das relações de poder estabelecidos tem permitido a identificação de elementos perpetuadores de uma lógica perversa conforme salientou Saes (1998).

Marx (2008) anotou as perversidades do capitalismo pela lógica do poder e esse determinado pela acumulação capitalista, logo tal acumulação operacionaliza o cotidiano dos trabalhadores e não se tem como fugir dessa lógica para compreender a História do Tempo Presente.

> Com {a} divisão do trabalho […] e o acúmulo de capitais […] o trabalhador torna-se sempre mais puramente dependente do trabalho, e de um trabalho determinado, muito unilateral, máquina. Assim como é, portanto, corpórea e espiritualmente reduzido a máquina – e de um homem [é reduzido] a uma

> atividade abstrata e uma barriga -, assim também se torna cada vez mais dependente de todas as flutuações do preço de mercado, do emprego dos capitais e do capricho do rico. De igual modo, o crescimento da classe de homens que apenas trabalha aumenta a concorrência dos trabalhadores, portanto o seu preço baixa. Na essência do sistema fabril, esta posição do trabalhador atinge o seu ponto culminante. (MARX, 2008, p. 26)

Prossegue Marx (2008, p. 45) ao afirmar que o capitalista ganha duplamente:

"[…] primeiro, com a divisão do trabalho; segundo, geralmente com o progresso que o trabalho humano imprime sobre o produto natural. Quanto maior a participação humana numa mercadoria, tanto maior o ganho do capital morto".

Diante disso, não é possível buscarmos o entendimento do Tempo Presente sem levar em consideração o estágio atual da economia e suas articulações políticas, sociais e culturais que definem parte considerável da vida do trabalhador.

Frisamos, pela concepção de Marini (2000), a exigência de uma relação de dependência – historicamente unilateral em alguns momentos – entre os Estados, o capitalismo financeiro e industrial, o desenvolvimento tecnológico e suas consequências eivadas pelos investimentos diretos e indiretos, financiamentos e empréstimos nos espaços nacionais eleitos para a dependência.

Se em momentos de ascensão da economia capitalista esse cenário de dependência terá um significado mais positivo ainda para os países, nesta lógica, centrais, nos momentos de queda das taxas de lucro esses mesmos países procurarão novas atividades e/ou novos espaços. Trata-se de um movimento que engloba necessariamente o poder hegemônico dos países centrais; assim, poderíamos, de forma simplificada, afirmarmos a existência de um ciclo hegemonizador, mas isso não responderia e nem justificaria os momentos de quebra das hegemonias pelas necessidades das elites dos países centrais e/ou periféricos. Marini (1990-1991) no seu texto "Brasil: da ditadura à democracia, 1964-1990" reexamina essa questão e esclarece a ruptura relativa do Brasil com a hegemonia produtiva mundial pós-1973, mas o

Brasil não consegue se libertar da hegemonia financeira, ou seja, o Estado brasileiro buscou o rompimento, o qual foi impossível pela fragilidade estrutural nacional inserida no circuito produtivo e financeiro mundial. A dependência permanece com novas roupagens, porém permanece.

Assim, a partir de Marini (2000) e Saes (2001) compreendemos que a relação globalização e neoliberalismo tem incidência direta sobre as ações do Estado brasileiro e esse motivado pelas mudanças econômicas e políticas voltam-se para um tipo específico de estruturação espacial e organização do país com predominância de garantias institucionalizadas de ganhos consideráveis dos investimentos externos e do capital financeiro. Ao mesmo tempo em que as empresas nacionais deveriam ter a garantia de não sucumbirem a essa nova reorganização, para isso o governo federal continuou e até mesmo ampliou empréstimos, já iniciados no primeiro governo Vargas, para as empresas nacionais com condições econômicas que resultassem em retorno satisfatório para os mesmos. A ampliação de linhas de crédito e liberalização da economia nacional trouxe a abertura econômica como ferramenta de concorrência entre mercado, mercadorias e capitais; assim, esse dinamismo neoliberal iniciado com mais ênfase na década de 1990 refundou práticas políticas e econômicas no Brasil voltadas para o conservadorismo do capitalismo referente a sua necessidade de constante ampliação da taxa de lucro.

3.1. A GLOBALIZAÇÃO E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL (1990-2010).

As transformações políticas, econômicas, tecnológicas e culturais empreendidas no Brasil na década de 1990 foram significativas, pois o Brasil teve sua estrutura interna de produção e consumo voltado, em parte, para os interesses dos investidores internacionais, ao mesmo tempo em que os industriais e latifundiários movimentaram-se politicamente para garantir os mesmos "direitos" e não sucumbirem diante da concorrência mundial, para isso o Estado brasileiro fez uma abertura econômica relativa garantindo os interesses da burguesia nacional. Com Saes (2001) a correspondência das estruturas econômicas e políticas são inseparáveis e quando buscamos compreende-las em ação no Brasil percebemos que "nosso" neoliberalismo teve especificidades que garantissem à burguesia nacional uma continuidade dos seus projetos e atuações no espaço nacional, voltadas, também, para novas relações comerciais internacionais.

> A análise da política governamental implementada nas sociedades capitalistas atuais não pode se limitar a aferir o nível de proximidade existente entre os princípios doutrinários do liberalismo econômico e o conteúdo da política estatal e, a seguir, deduzir dessa aferição que uma política governamental qualquer tem, ou não, um caráter neoliberal, conforme se detecte uma total identidade entre princípios econômicos liberais e política governamental ou, inversamente, algum desvio da segunda com relação aos primeiros. (SAES, 2001, p. 81).

A correspondência das estruturas econômicas e políticas no processo de constituição do neoliberalismo no Brasil dá ao mesmo uma dimensão singular, pois apesar de todas as transformações o Estado continua ativo nos investimentos estruturais e no financiamento da produção interna. Tal financiamento garantiu a dependência nacional na divisão internacional do território no seu lócus do comércio mundial, ao mesmo tempo que promoveu mudanças na organização do Estado para também garantir aos investidores

internacionais condições de lucrarem com o espaço nacional. Diante disso, Saes (2001, p. 83) compreendeu que "[...] os Estados capitalistas atuais praticam o 'neoliberalismo possível' nas condições socioeconômicas e políticas vigentes".

O neoliberalismo possível para o Brasil não substituiu uma elite por outra, mas reorganizou a mesma para que atuasse de forma diferente num Estado que também estava se diferenciando do que foi até o final da década de 1980. As centralidades das políticas econômicas neoliberais ativadas na década de 1990 evidenciam, conforme Saes (2001), pela política de privatização das atividades estatais, política de desregulamentação e política de abertura da economia ao capital internacional uma reorganização dos sentidos políticos e econômicos nacionais.

O Estado brasileiro para garantir, na década de 1990, a ampliação das suas condições de produção e comércio mundial (como nos discursos oficiais fazer parte da globalização) somado ao financiamento internacional precisou suprir de suas práticas econômicas o "papel de produtor" (Estado keynesiano), para tentar converter-se no Estado "administrador" (Estado mínimo), isso é, o Brasil para ampliar sua participação no mercado internacional e garantir a captação de recursos e financiamentos foi operacionalizado para garantir a maximização da taxa de lucro dos investidores internacionais, pois isso garantiria (garante) um bom conceito nas agências de classificação de riscos e fomentaria (fomenta) ainda mais investimentos e especulações.

O Estado brasileiro também precisou se "modernizar" diante das exigências do capitalismo mundial e principalmente das instituições internacionais de crédito, para isso as três políticas citadas anteriormente destacadas por Saes (2001) foram fundamentais para essa reorganizam. Anterior a efetivação dessas políticas é necessário frisarmos as relações estabelecidas entre o Brasil e os Estados Unidos, principalmente, bem como o Fundo

Monetário Internacional e o Banco Mundial, já que por meio dessas relações e acordos o Estado passou a considerar válido as transformações neoliberais.

Em 1989 Nicholas Brady, secretário do Tesouro dos Estados Unidos, fez um pronunciamento que seria o direcionador das transformações econômicas e políticas na década vindoura (1990) para os países periféricos como o Brasil. Apresentou novas metodologias para negociar ou renegociar as dívidas externas dos países periféricos, voltadas, sobretudo, para que o controle dos Estados Unidos se mantivesse forte no controle da economia mundial. (BAER, 1989).

A dificuldade encontrada pelo Brasil, bem como outros países da América Latina, teve em organizar suas contas para pagamento da dívida externa motivou os Estados Unidos, num determinismo imperialista, a agendarem seus pagamentos por meio da intervenção de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Baer (1989) não tinha certeza da eficiência do plano, porém 25 anos depois ao fazermos o balanço das transformações ocorridas pelo plano Brady afirmamos que o mesmo impactou consideravelmente a reorganização do Estado brasileiro fazendo sua atenção e prioridade a partir da necessidade do pagamento dos juros da dívida externa o que levou a uma ingerência dos organismos internacionais nas contas do Estado brasileiro.

Assim, o plano Brady direcionou a economia brasileira, com mais força a partir do governo Collor, tendo como centralidade o movimento do Estado brasileiro na efetivação de práticas econômicas e políticas que garantissem uma maior liberdade ao capitalismo na forma de circulação de mercadorias, dinheiro e capital financeiro. Com isso as multinacionais e as transnacionais orquestram suas redes de domínio de produção, circulação e comércio garantindo consideravelmente maior acumulação de capitais e, principalmente, maior dominação de espaços, ou seja, essas empresas formaram uma espacialidade mundial

voltada para seus interesses, isto é, foi possível constituírem novas espacialidades organizadas e dinamizadas para a acumulação.

O plano Brady, portanto, no governo Fernando Henrique Cardoso foi que de fato tomou forma e programou todas as políticas necessárias para seu sucesso, desta maneira, o plano Real e como o mesmo foi programado e articulado pode ser entendido o mesmo foi uma etapa importante para o avanço das práticas neoliberais num movimento cada vez mais globalizante.

Neste sentido, consideramos válida a afirmação de Althusser (1985) ao considerar, numa leitura marxiana, a economia como última instância, isto é, o Estado, no modo de produção capitalista, é responsável pela determinação superestrutural a partir das imposições econômicas tendo a determinação em última instância pelos processos econômicos, pela própria economia. Essas considerações partem da própria análise do papel do Estado realizado por Marx (2010) ao tecer a soberania e a supremacia do mesmo nas efetivações de práticas para a sua própria manutenção e, portanto, manutenção da classe que o efetiva como é.

Marx (2010) sinaliza a simplificação de Hegel ao tratar a propriedade privada como soberana, ou seja, a organização do Estado hegeliano parte da propriedade e esse vinculada às exigências da monarquia, enfim, todo o aparato teórico hegeliano faz com que o Estado assuma a supremacia por questões hereditárias e não pelo processo histórico da luta contínua pela garantia de uma ordem para que o mesmo, com as mesmas classes no poder, continuem a efetivação da dominação. Marx (2010) relaciona o Estado pela propriedade privada como garantidor da ordem, pela manutenção de uma legislação que permite a continuidade dessa unidade mínima, a propriedade privada, que é ao mesmo tempo a propriedade máxima (como mercadoria), isto é, em termos althusserianos uma causalidade estrutural/materialista que apresenta a economia como a determinação em última instância.

O plano Brady, portanto, em forma de uma "legislação mundial" somado ao Consenso de Washington fez com que a reorganização da economia mundial atropelasse as recentes democracias na América Latina e impusesse às mesmas um tipo de imperialismo ao contrário, isso é, se o imperialismo é a força concentrada de um Estado, nesse processo conhecido como neoliberalismo as forças são "pulverizadas" como se não existisse uma centralidade de poder, quando na verdade o centro do poder é o próprio movimento do capitalismo direcionado pelas grandes empresas internacionais na forma de produção, circulação, comércio e capital financeiro.

O neoliberalismo, portanto, precisa ser compreendido como uma transformação da economia, da política e da economia política que foi pensado e organizado para promover ainda mais a concentração de poder e riquezas fortalecendo não mais o Estado como última instância do poder, mas, sobretudo, fazendo com que as empresas figurassem como importância ímpar nesse processo.

Anderson (1995) sinaliza as políticas econômicas neoliberais pela desregulamentação da economia com a prevalência da especulação sobre a produção. Esse cenário econômico fez com que as empresas transnacionais e multinacionais ampliassem seus capitais ao negociarem seus ativos nas bolsas de valores sem necessariamente ampliarem a produção.

A reconfiguração do capitalismo mundial na década de 1990 fez com que o Brasil também tivesse transformações significativas e o interessante é observarmos o processo de redemocratização a partir da Constituição Federal de 1988 somado a eleição direta e democrática para presidente da República em 1989, ou seja, a vitória de Fernando Collor de Mello teve um impacto significativo no direcionamento das políticas econômicas nacionais e suas relações com o capitalismo mundial. A relação redemocratização e neoliberalismo pode ser interpretada como caminho único, num discurso ideológico, para a consolidação dos

valores próprios da democracia ocidental capitalista. Deste modo, o governo Collor (1990-1992) inseriu-se em macroescala no movimento de reorganização produtiva e financeira do capitalismo mundial acordando um caminho neoliberal.

É importante destacarmos que antes de Collor houve uma ditadura civil-militar que teve como característica econômica principal o protecionismo para aqueles que protegiam o regime ditatorial, em outras palavras, o fechamento da economia brasileira foi resultado das pressões da própria elite econômica nacional que pressionava o Estado brasileiro para continuar obtendo os lucros necessários. Collor estimulou a abertura econômica nacional e o livre comércio, nas suas devidas proporções, como forma de resposta a relação dicotômica empreendida durante toda a campanha: esquerda versus direita.

Esse cenário político e econômico, fim da União Soviética e queda do muro de Berlim, fez com que no Brasil parte da população compreendesse a esquerda nacional, nesse caso o Partido dos Trabalhadores (PT), como perigo iminente de um possível governo comunista, esse medo pode ser comprovado com a vitória do candidato da direita liberal Fernando Collor de Mello - político originado da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) partido fundado pelos golpistas de 1964 que se tornou representante político dessa classe dominante.

Collor, portanto, foi o porta-voz das novas exigências do capitalismo mundial sob os auspícios das classes dominantes nacionais, assim, seu governo foi marcado pela adesão as políticas neoliberais com novas relações com as instituições financeiras e os organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional. A vitória de Collor foi a vitória de um projeto de país que deveria continuar à direita nas questões econômicas e políticas, voltado, sobretudo, para os interesses das classes dominantes.

A relação democracia e neoliberalismo (que pode ser lido como o “fracasso” do socialismo soviético) aparece de forma nítida no discurso de posse de Fernando Collor de

Mello, ou seja, para a democracia o único caminho é o capitalismo, mas também não se trata de qualquer capitalismo, pois o capitalismo em evidência é o capitalismo das forças do mercado, da subtração do papel do Estado e da livre concorrência entre as empresas e até mesmo entre os trabalhadores. No seu discurso Fernando Collor de Mello (1990, p. 11) anunciou:

> Meu primeiro compromisso inalterável é com a democracia. Ao restaurá-la no Brasil, reatamos com o melhor da nossa tradição de direito, liberdade e justiça. Mas procurando, a partir de agora, não só mantê-la como aprimorá-la, não só honrá-la como enriquecê-la, estaremos colocando o Brasil na vanguarda de um processo histórico de escala inédita. Pois o que estamos vivendo, neste fim do século XX, é uma era de democratização. Um a um, vão ruindo os autoritarismos; em toda parte, vão assomando as liberdades. O Brasil, uma das maiores democracias do mundo, não pode senão figurar à frente desse movimento universal de libertação da humanidade e de generalização da inestimável prática do autogoverno, do estado de direito e da estrita observância dos direitos humanos.

E prosseguiu:

> Nada repugna mais ao espírito de cidadania que a corrupção, a prevaricação e o empreguismo. Bem sabem Vossas Excelências que fiz da luta pela moralidade do serviço público um dos estandartes de minha campanha. E assim fiz porque senti, desde o primeiro momento, quando ainda governador, a profunda, a justa revolta do povo brasileiro, de Norte a Sul, nas cidades e nos campos, em todas as classes sociais, contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo mandonismo ou absenteísmo, o proveito próprio, o nepotismo, ou simplesmente a ociosidade remunerada, com o dinheiro do contribuinte, por conta de funções supérfluas, fruto da infatigável imaginação fisiológica dos que insistem em conceber o Estado como instrumento de ganho pessoal ou familiar. Farei realizar rigoroso levantamento e racionalização do setor público, como prova do meu respeito e homenagem aos verdadeiros servidores, aos que se dedicam zelosa e meritoriamente às tarefas do Estado, e que não devem jamais ser confundidos com os que se locupletam de cargos miríficos e salários mirabolantes, sem nenhuma contrapartida social. Conduzirei um **Governo que fará da austeridade**, ao lado da eficiência, a marca constante da atuação do Estado e um motivo de orgulho do funcionalismo federal. (p. 13 <grifo nosso>).

Assim, Collor anuncia a austeridade como marca de seu governo, como marca de um novo Brasil que terá como direcionamento um novo Estado preocupado em

subtrair os gastos desnecessários, ampliar os direitos individuais e garantir a democracia plena. Esses valores são substancializados pela prática das políticas neoliberais, isto é, as afirmações do ex-presidente Collor na sua posse configuraram, de fato, todo seu governo com a ampliação das práticas neoliberais. O seu discurso de posse foi revelador no sentido de apresentar de imediato suas reais intenções e suas vinculações teóricas quanto à efetivação da sua liderança executiva comprometida com as transformações do mercado mundial. Assim, pronunciou:

> Não poderemos edificar a estabilização financeira sem sanear, antes de tudo, as finanças do Estado. É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita. Mas isso não basta. É preciso, sobretudo, acabar com a concessão de benefícios, com a definição de privilégios que, independentemente de seu mérito, são incompatíveis com a receita do Estado. No momento em que lograrmos esse equilíbrio - o que ocorrerá com certeza - teremos dado um passo gigantesco na luta contra a inflação, dispensando o frenesi das emissões e controlando o lançamento de títulos da dívida pública. (p. 14-15).

Acabar com a concessão de benefícios para "enxugar" a máquina do Estado tem um peso considerável nas suas ações para a reestruturação do mesmo, pois por meio da austeridade anunciada pelos neoliberais como necessidade, o governo Collor efetivou práticas que, de fato, subtraíram o tamanho do Estado com práticas avassaladoras para os trabalhadores brasileiros como a demissão de inúmeros trabalhadores das empresas estatais com o fechamento das mesmas ora por privatizações ora por apenas considerá-las improdutivas. (SCHNEIDER, 1992).

Schneider (1992) sublinhou que na primeira semana de governo o presidente Collor extinguiu 11 empresas públicas demitindo 14.500 funcionários, também extinguiu 13 agências públicas com um balanço total de março de 1990 a dezembro desse mesmo ano Collor demitiu 100.000 funcionários públicos de 1,7 milhão. A política de Collor

de 1990 a 1992 privatizou as seguintes empresas estatais e federais, segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

1. ACESITA Companhia (Aços Especiais Itabira);
2. ENERGÉTICA (Acesita Energética S.A);
3. FASA (Forjas Acesita S.A);
4. GOIASFÉRTIL (Goiás Fertilizantes S.A);
5. FOSFÉRTIL (Fertilizantes Fosfatados S.A);
6. CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão);
7. CNA (Companhia Nacional de Álcalis);
8. ALCANORTE (Álcalis do Rio Grande do Norte);
9. COPESUL (Companhia Petroquímica do Sul);
10. PETROFLEX (Petroflex Indústria e Comércio S.A);
11. AFP (Aços Finos Piratini S.A);
12. SNBP (Serviço de Navegação da Bacia do Prata);
13. COSINOR (Companhia Siderúrgica do Nordeste);
14. COSINOR DIST. (Cosinor Distribuidora S.A);
15. MAFERSA S.A;
16. CELMA (Companhia Eletromecânica);
17. USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A);
18. USUMEC (Usiminas Mecânica S.A).

A privatização é um processo de subtração de poder econômico produtivo do Estado, ou seja, o Estado nega o papel de concorrente no mercado mundial à medida que suas empresa são direcionadas para a administração privada. As empresas privatizadas por Collor eram importantes para a realização de um Estado que almeje o seu papel de produtor na economia mundial, deste modo, Collor introduziu o país num caminho seguido pelos

demais presidentes os quais não interromperam as políticas econômicas neoliberais somadas ao avanço das parcerias das empresas público-privadas.

Collor, portanto, desde o seu discurso de posse sinalizou esse caminho de efetivação de práticas políticas e econômicas neoliberais:

> A palavra de ordem do meu Governo, no plano internacional, é só uma: o Brasil não aceita ficar a reboque do processo de transformação mundial. O único caminho apontado pelo interesse nacional é a integração gradual, mas constante e segura, à plenitude do processo econômico. Essa é a realidade dos países mais desenvolvidos do planeta. Essa é a real vocação do Brasil. (MELLO, 1990, p. 27).

As privatizações operacionalizadas por Collor efetivaram decisivamente o direcionamento da política econômica e o papel do Brasil no mercado mundial. Essa inserção do país a integração econômica mundial fez com que o país permanecesse no mesmo patamar de dependência constituído historicamente. Essa dependência, numa leitura a partir de Marini (2011), "colocou" o Brasil no seu "lugar" na produção mundial, isso significa que o país, por meio de suas classes dominantes, acordou internacionalmente como o Estado brasileiro agiria no mercado internacional. Essa ação do Estado precisou ter um projeto de novo Estado desvinculado do desenvolvimentismo e do protecionismo as indústrias de base nacional para que o Brasil tivesse sua inserção na globalização pelo neoliberalismo como país produtor de commodities e essas negociadas em bolsas de valores de todo o mundo.

Collor sinalizou a "real vocação" do Brasil como país produtor de commodities, todavia para aperfeiçoar a produção e se inserir no mercado mundial havia, como ainda há, necessidade de modernizar suas práticas políticas e econômicas. Devemos ler modernizar como um processo de inserção do país as necessidades de aumento da taxa de lucro das empresas transnacionais e multinacionais. No discurso de posse Collor já sinalizou quanto a necessidade de modernizar o Brasil: " [...] ao esforço brasileiro de sanear as finanças públicas, de modernizar a economia, corresponderá necessariamente uma atitude positiva da comunidade financeira internacional." (p. 27).

A preocupação do primeiro presidente eleito pós-Constituição de 1988 desde o primeiro dia foi com a inserção do Brasil na economia mundial, no processo de globalização intermediado pelas práticas neoliberais. Collor frisa a necessidade de uma avaliação positiva da comunidade financeira internacional, desta forma, compreendemos que suas práticas políticas e econômicas tinham como endereço certo a aprovação do mercado financeiro internacional; assim, as reformas políticas e econômicas no Estado brasileiro foram importantes para a consolidação de uma imagem positiva diante dos principais atores dessa etapa do processo globalizante: as instituições financeiras internacionais. Deste modo, nos orientamos pela constituição de uma burguesia mundial, a partir do Manifesto Comunista, que também direciona as organizações internas dos Estados para que suas condições favoreçam o permanente aumento da taxa de lucro.

Fernando Collor de Mello (1990) apresenta a necessidade da austeridade pública como sinônimo de modernização, como se o enxugamento da máquina pública, por si e em si, trouxesse benefícios para todo o povo brasileiro. As reformas de Collor são por nós entendidas como a tentativa de modernizar as relações de produção e especializá-las para além das questões delimitadoras das fronteiras reforçando ações de Estado dependente ao mercado mundial e principalmente das instituições financeiras.

Collor também garantiu que a classe dominante agrária e também conservadora mantivesse seu domínio econômico e político, ou seja, mesmo ele discursando em vários momentos, na campanha eleitoral e na posse, como o presidente da modernização suas práticas foram de reorganização da máquina do Estado e do território nacional para que as coisas sempre fossem mantidas de tal ordem que as classes dominantes permanecessem as mesmas com novas roupagens na reorganização da produção nacional inseridas no comércio mundial.

O Estado brasileiro a partir de Collor efetiva-se em práticas neoliberais num processo que faz o mesmo ser reorganizado para a consolidação das políticas iniciadas no Consenso de Washington e no Plano Brady. Desta forma, o Estado, conforme Almeida (2010), é a centralidade do discurso político de Fernando Collor e também, posteriormente, de Fernando Henrique Cardoso, ou seja, o Estado precisaria, como o fez, ser estruturado de tal forma que as condições e exigências do mercado internacional e das instituições financeiras fossem realizadas.

Assim, é importante destacarmos o Estado no governo Collor (1990-1992), uma vez que a partir do mesmo as transformações políticas e econômicas se intensificaram para que o país "fosse capaz" de acompanhar o processo globalizante pelo direcionamento neoliberal.

O Estado a partir de Collor é ampliado quanto a sua capacidade de intervir diretamente sobre as práticas econômicas e políticas, pois a sua subtração da máquina do Estado apenas foi uma ampliação do poder do Estado para negar, posteriormente, práticas coordenadas pelas instituições privadas. A ampliação do Estado se dá como última instância econômica, isto é, numa leitura althusseriana, ocorre a ampliação dos poderes de intervenção direta do Estado para garantir a intervenção direta dos agentes econômicos do modo de produção capitalista, ou seja, a subtração do Estado como produtor de mercadorias e de concorrente no mercado mundial necessita de um Estado autoritário para direcionar-se em conformidade aos caminhos traçados pela burguesia internacional como podemos constatar pelo Consenso de Washington e o Plano Brady.

O discurso do livre mercado e da iniciativa privada como mais eficiente para gerenciar os problemas nacionais por meio das empresas estatais privatizadas já era evidente desde 1960 como destacou Pedrão (1994). Com a constituinte para a elaboração da Constituição Federal de 1988 os discursos referentes ao papel do Estado foram acirrados entre

a direita conservadora, centro direita, centro esquerda e a esquerda radical. O tamanho e a função do Estado, portanto, foi primordial para a definição constitucional de qual e como seria o Estado brasileiro.

O neoliberalismo, portanto, configura o Estado no sentido de fazê-lo minimizar-se, como o Estado não é sujeito são as classes dominantes que o orienta. A afirmação de Althusser (1979, p. 17) - "Uma organização política e uma verdadeira cultura teórica não podem ser criadas de um dia para outro ou por meio de um simples decreto" - nos coloca numa questão levantada por Przeworski (1993) quanto à constituição ideológica do neoliberalismo, pois o mesmo afirma que foi uma construção que teve origem nos centros acadêmicos dos Estados Unidos por meio de apoio e divulgação dada por instituições financeiras internacionais as mesmas que deram forma aos ditames econômicos e políticos.

> A ideologia neoliberal, gerada nos Estados Unidos e em várias agências multinacionais, sustenta que a escolha é óbvia: há somente uma via para o desenvolvimento, e ela deve ser seguida. Os proponentes dessa ideologia argumentam como se possuíssem uma visão do mundo da perspectiva do Juízo Final, um modelo geral da dinâmica política e econômica que lhes dá acesso às conseqüências últimas de todas as etapas parciais. (PRZEWORSKI, 1993, s/p).

Assim, Collor não foi pego de surpresa por uma doutrina, entendemos que Przeworski (1993) desejou apresentar a artificialidade do neoliberalismo, mas também precisamos frisar que essa condição somente foi possível pelo próprio movimento do processo de globalização. Collor desde o seu discurso de posse apresentou os sentidos do empreendimento neoliberal no Brasil e sua efetivação foi colocada em marcha nos seus dois anos de governo; assim, o Estado, como instrumento de reprodução das relações de produção, assegurou às agencias e as instituições internacionais seu papel constituinte como organizador para a efetivação desse projeto sinalizado por Przeworski (1993).

O neoliberalismo pelo Estado brasileiro a partir de Collor foi colocado em prática pelo que o próprio presidente denominou de Plano Brasil Novo. Esse plano teve como

centralidade a subtração da inflação nacional para garantir investimentos precisos em dados locais do território nacional para a abertura econômica. Lima (1988) alertou em artigo publicado na Gazeta Mercantil como as ideias neoliberais sinalizadas por ele como livre mercado seriam perigosas para o desenvolvimento nacional, em outras, palavras Lima (1988) antecipou o sentido do processo globalizante na sua etapa neoliberal no Brasil. O Plano Collor surgiu, portanto, pela prática, antecedido pelo discurso, quanto ao avanço do livre mercado e como esse promoveria o avanço da economia nacional. Em 1988 Lima tratou o problema e destacou como a prevalência do privado sobre o público por meio do livre mercado é uma falácia econômica, política e social, tal como Przeworski (1993) também frisou.

Lima (1988) afirmou que a atuação do Estado desde 1973 foi de extrema importância para subtrair todos os efeitos das crises econômicas, tal como também entendemos que o mesmo ocorreu nas crises da década de 1990 até 2010, uma vez que o Estado organizou a economia para que essa tivesse um funcionamento eficaz para não subtrair a produção e o consumo os quais afetariam diretamente as classes dominantes. O setor privado sempre foi privilegiado na economia nacional e isso fez com que a concentração de riquezas fosse não apenas permitida e sim "gerenciada' pelo Estado, nos momentos de crise a atuação do Estado ficou e fica mais evidente:

> A segunda crise do petróleo de 1979, juntamente com a crise do mercado financeiro de 1982, viria progressivamente inviabilizar a utilização do endividamento externo como força de financiamento do setor público no Brasil. Assim, a extinção das fontes externas de financiamento, dada a incompressibilidade em termos absolutos do gasto estatal, forçou como única saída o recurso ao endividamento interno, com a elevação do patamar das taxas de juro. Seria enganoso, porém, pensar que tal endividamento se destinou a financiar apenas o gasto público; na verdade, foi a fórmula que permitiu, principalmente, uma brutal transferência de recursos do setor público ao setor privado a partir dos anos 80, mediante o que se convencionou chamar de "perdão fiscal", isto é, uma redução da carga tributária líquida (receita tributária bruta menos subsídios, incentivos e juros exclusive a correção monetária). (LIMA, 1988, s/p).

O financiamento do setor privado por meio do setor público somado a ampliação da capacidade produtiva do Brasil no governo Geisel foi subtraído pela nova política econômica do governo Collor, em outros termos, a incapacidade do governo brasileiro na década de 1990 de se investir para o avanço econômico foi resultado da desoneração das empresas privadas e o repasse de recursos para as mesmas, como resposta Collor colocou o Brasil na "rota" do livre mercado.

O Plano Collor foi resultado desse processo. O Plano Collor teve como centralidade o bloqueio da liquidez dos ativos financeiros, ou seja, a conversão dos ativos em dinheiro foi dificultada pelo governo federal, deste modo, esperava controlar a inflação que chegou ao acumulado de 1989 em quase 2000%.

Carvalho (2003) anotou os objetivos antiinflacionários do Plano Collor como fracassados, visto que em menos de 90 dias a inflação controlada inicialmente voltou e passou a figurar em 20% ao mês. Assim, a regulamentação legal do Plano deu-se pela Medida Provisória 168, 15/3/1990, depois Lei nº 8.024, 12/4/1990, com isso Collor conseguiu fazer com que o Plano fosse realizado sem maiores problemas.

> O predomínio do caráter de bloqueio da liquidez é o que dá unidade às medidas adotadas e permite compreender os seus objetivos. O Plano Collor queria derrubar a inflação de imediato, mas para tanto bastaria um congelamento de preços. Com o bloqueio se pretendia assegurar que as pressões inflacionárias não fossem repostas logo em seguida, como ocorrera de forma cada vez mais rápida e intensa nos três choques heterodoxos dos anos anteriores. (CARVALHO, 2003, p. 289).

A inflação voltou e a estagnação da economia também, assim, não bastou trocar o nome da moeda, novamente Cruzeiro, bloquear os ativos financeiros, promover ajuste fiscal em nível federal e permitir a taxa de câmbio flutuante. A economia brasileira não estava preparada para esse caminho, muito menos o povo brasileiro e em poucos meses o país estava economicamente sem perspectivas com o retorno da inflação, aumento do número real de desemprego e endividamento da população brasileira. Esse cenário é importante para

compreendermos como o processo globalizante evidenciado pelo neoliberalismo afetou diretamente os trabalhadores brasileiros, visto que o confisco da poupança, a subtração de crédito, a permanência da inflação e o aumento de desempregos apenas piorou a situação dos trabalhadores, em outras palavras, o caminho do e para o neoliberalismo no Brasil teve como sacrifício único a classe trabalhadora (ALMEIDA, 2010).

O Plano Collor, portanto, é o ponto inicial do qual partimos para efetuarmos a compreensão do processo de globalização evidenciado pelo neoliberalismo. As privatizações é a tese principal desse processo, pois tudo colaborou para o enfraquecimento das empresas públicas e privadas nacionais. A "soberania" econômica foi atacada internamente e isso foi traduzido na prevalência de uma industrialização insignificante quando comparada a indústria dos países centrais. Neste sentido, é fundamental sublinharmos que o Plano também subtraiu consideravelmente subsídios para as empresas nacionais e praticamente anulou todos os incentivos fiscais, na contramão os impostos sobre produtos importados caíram de 40% no governo Sarney para 20% no governo Collor (CARVALHO, 2003, ALMEIDA, 2010).

Os produtos importados começaram a encher as prateleiras dos supermercados, a indústria nacional enfraqueceu e a inflação disparou. A condição salarial dos trabalhadores também foi extremamente complicada, uma vez que os reajustes eram realizados trimestralmente e não compensava a subtração do poder de compra com os índices baseados apenas na inflação média, pois não levava em consideração o ágio de alguns produtos, prática desonesta realizada desde o Plano Cruzado no governo Sarney por comerciantes que hiperinflacionavam ainda mais os preços. A tentativa de estabilização da economia trouxe apenas perdas significativas para os trabalhadores e suas condições de vida, referente à capacidade de compra e aquisição de bens. Assim, o Plano Collor elaborado pelo presidente Collor, pela ministra da economia Zélia Cardoso de Mello e pelo presidente do

Banco Central Ibrahim Éris apenas colaborou para o direcionamento do país às práticas neoliberais com enfraquecimento significativo da classe trabalhadora. Segundo Pochmann (2005, p. 6):

"Entre os anos de 1986 e 1993, por exemplo, o ciclo do salário mínimo foi de baixa, com o seu poder aquisitivo reduzido em 36,2%. Nesse mesmo período de tempo, o rendimento médio real de todos os ocupados com renda, também registrou queda de 30,6%.".

A queda da renda dos trabalhadores brasileiros acentou-se mais ainda no governo Collor, mas os mesmos já estavam desde o governo Sarney em condições precárias de sobrevivência, como afirma Toni (1990, p. 88):

> Para os trabalhadores assalariados, por sua vez, os custos impostos em prol da estabilização levam o nome de "desemprego" e "perdas salariais" embutidas no Plano. Estas últimas iniciam pelo provável expurgo dos 84,32% da inflação de março na política salarial prevista pelo Plano, situação que nos faz olhar com certa complacência para as perdas amargadas pelos assalariados em planos anteriores, tais como os 26,06% da inflação engolidos em junho de 1987 pelo Plano Bresser, ou os quase 30% do Plano Verão, em fevereiro de 1989.

Toni (1990) salienta os problemas de planos econômicos anteriores para os trabalhadores e o interessante é que a mesma produz esse trabalho no processo de constituição efetiva do Plano Collor, isto é, verificou a implantação e os primeiros meses de evolução do mesmo e também trouxe questionamentos importantes para pensarmos a estrutura econômica e social do Brasil nos governos Sarney e Collor até 1990. O questionamento de Toni (1990) quanto às incertezas para os trabalhadores tiveram sua resposta quando a mesma procurou evidenciar as condições de permanente crise e precariedade que vive a classe trabalhadora brasileira.

> No Brasil, a precariedade dos mecanismos oficiais de amparo ao desemprego, aliada ao excedente estrutural de mão-de-obra, dificulta sobremaneira a situação do trabalhador desempregado, Impelindo-o, juntamente com os novos ingressantes no mercado de trabalho, a retornar ao mercado, mesmo que em condições de trabalho precárias e aviltadas — em

> sua maior parte, nas atividades do chamado setor informal da economia, que se vê, assim, fortemente expandido. (TONI, 1990, p. 89).

A condição de trabalhador desempregado para Toni (1990) se efetiva nos trabalhos informais e na precariedade dos mesmos, na ineficiência do Estado garantir minimamente a sobrevivência do trabalhador. Se por um lado os trabalhadores tiveram quedas consideráveis nos seus rendimentos mensais por outro lado as classes dominantes nacionais acordadas com a burguesia internacional obtiveram um novo caminho para o aumento dos lucros.

Esse caminho do processo globalizante pela via neoliberal intensificou no Brasil discursos e práticas que almejaram desde o final da década de 1980 novos paradigmas econômicos tendo as relações internacionais e a prevalência do mercado internacional como direção. As mudanças empreendidas por Collor não foram surpresas nem para as classes dominantes brasileiras e nem pelo mercado internacional, em termos práticos, segundo Rego (2000), ocorreu o esgotamento do modelo de substituição de importações em consórcio com a desregulamentação do protecionismo dos mercados internacionais, entendemos que isso se processou em termos de Marini (2011) a partir de um consentimento estrutural estatal vinculado às exigências do mercado internacional na dependência consentida.

Toni (1990) em plena efervescência do plano priorizou compreende-lo como um momento de ruptura entre as condições estabelecidas pela economia de industrialização precária, porém em atividade e com mercado interno garantido, para uma nova etapa voltada para importações e, portanto, com agravo no desemprego nacional. Segundo Quadros (2003) esse aumento do número de desempregados foi resultado direto desse processo, todavia, sinaliza como o Estado argumentou esse aumento de desempregados de 4,95% em 1990 para 7,21% em 1992, no fim do governo Collor, isto é, o Estado nas suas explicações por meio de seus institutos, tal como o IBGE, compreendeu esse aumento de desemprego como algo “passageiro”, como um fenômeno normal do processo de

reestruturação da economia nacional, ou em outras palavras, a modernização nacional teve o desemprego como necessidade até que tudo fosse acomodado dentro da normalidade. O desemprego continuou em expansão durante toda a década de 1990.

Quadros (2003) distingue no seu trabalho as diferentes classes sociais por ocupação no mercado de trabalho, assim, a metodologia empreendida nos faz compreender a situação da classe trabalhadora de forma geral, não que concordemos com essa classificação, mas essa colabora também para que nós possamos compreender os disparates do neoliberalismo:

> Para tornar operacional o conceito de classes sociais, tomamos como referência o tratamento proposto por W. Mills (1969), que consiste em analisar a sociedade a partir de sua estrutura ocupacional. Inspirando-se na forma como este autor define e constrói a estrutura ocupacional de uma economia capitalista moderna, procuramos desenvolver uma estrutura equivalente para o Brasil, levando em conta as possibilidades oferecidas pelos inquéritos domiciliares do IBGE (PNADs e Censos Demográficos). As distintas ocupações (profissões declaradas ao entrevistador) foram agregadas em grupos afins. Cruzando com a situação na ocupação (assalariado, empresário, autônomo, etc.) definiu-se uma série de "grupos ocupacionais" que, quando hierarquizados, compõem a estrutura ocupacional. (QUADROS, 2003, p. 111).

Esses grupos, entendidos a partir de Mills, como classes sociais, foram definidos por Quadros (2003) para sinalizar o aumento do desemprego e a fragilidade das classes sociais, na sua definição, mais pobres diante do processo de reestruturação da economia brasileira. Quadros (2003) classifica, portanto, em quatro camadas: camada superior composta por de famílias de empresários e pelas famílias da alta classe média; a camada intermediária famílias que vivem de pequenos comércios e serviços, a camada baixa formada por uma classe média assalariada e demais trabalhadores e a última camada trabalhadores rurais oriundos da agricultura familiar, assalariados ou não assalariados.

Deste modo, Quadros (2003) nos permite construir o debate para ampliar a compreensão quanto aos primeiros anos da década de 1990, isto é, sua classificação funcional

de classe, sem levar em consideração a própria luta de classes, nos permite fitar de forma geral a condição do desemprego nesse período e essa classificação funcional de classe também possibilita-nos entender o dinamismo econômico. Quadros (2003) sinaliza o agravamento ainda maior do desemprego na segunda metade da década de 1990, justamente por ser o período de maior atuação de políticas econômicas neoliberais realizadas nos dois governos de Fernando Henrique. Assim, conforme Quadros (2003), foram os trabalhadores com remuneração mais baixa que foram os mais afetados, depois os pequenos comerciantes e prestadores de serviços e no mesmo patamar a classe média empregada, isso significa que ocorreu uma reestruturação da produção e da organização afetando diretamente a capacidade de compra, o crédito, a organização dos trabalhadores, a subtração da qualidade de vida, enfim, essas consequências agravaram-se ainda mais com o Plano Collor 2 e os primeiros anos do Plano Real.

Cardoso (2013) entende que os fracassos dos Planos Collor estão ligados diretamente a incompatibilidade entre uma parte da elite conservadora que não enxergava a abertura econômica como algo positivo, desta forma, os mesmos detentores do poder econômico e político não acordaram de imediato quanto ao caminho do país, posteriormente, no governo Fernando Henrique a maioria dos latifundiários e industriais entraram em acordo por compreenderem a possibilidade de maior inserção no mercado internacional e a possibilidade de maior regulação e manipulação dos trabalhadores, pois os mesmos teriam sua escala de concorrência de mão-de-obra uma macroescala que possibilitaria a mudança das indústrias para outras regiões ou diferentes países, com isso se tem um momento delicado para os sindicatos e associações de trabalhadores.

> O mês de maio de 1991 marca uma mudança de método na condução da política econômica: em vez de choques, a previsibilidade.68 Flexibilizaram-se os preços congelados pelo segundo plano, corrigiu-se o câmbio e logrou-se um acordo com o FMI. A partir daí, houve acelerada acumulação de reservas internacionais que constituiria um suporte fundamental para o Plano Real. Durante o período, liberaram-se gradualmente os ativos financeiros

> congelados em março de 1990, o que exigiu a prática de elevadíssimas taxas reais de juros. Em fevereiro de 1992, instalou-se a Comissão Executiva para a Reforma Fiscal, que apresentou, em julho do mesmo ano, ampla proposta de reforma tributária que preconizava a racionalização da estrutura existente. O encaminhamento da proposta esbarrou nas denúncias de corrupção que culminaram no afastamento de Collor em outubro. (CARDOSO, 2013, p. 195).

As reservas internacionais acumuladas fizeram com que o país fosse reconhecido internacionalmente como se posicionando para honrar todos os seus compromissos com as instituições internacionais, principalmente o Fundo Monetário Internacional, desta forma, os acordos firmados para o pagamento da dívida externa e da dívida interna fez com que o Estado brasileiro no governo Itamar Franco iniciasse ainda mais medidas de austeridade. Deste modo, o afastamento de Collor foi positivo para uma parte da classe dominante que pode renegociar suas pretensões e vislumbrar um cenário futuro no qual poderiam se beneficiar efetivamente da abertura econômica. É interessante frisarmos como as empresas nacionais foram afetadas diretamente, mas com os avanços tecnológicos, a subtração do número de empregados e o permanente apoio do Estado com financiamentos realizados com cobrança em longo prazo e juros baixos essas empresas conseguiram reestruturarem-se de tal forma que se mantiveram no mercado em grande medida seja com a mesma razão social, seja negociando nas bolsas de valores ou fagocitadas pelas multinacionais ou transnacionais atuantes no Brasil.

Quanto aos trabalhadores a internacionalização da economia a partir dos mercados financeiros e do processo de privatização somada à austeridade para a classe trabalhadora levaram os mesmos em direção aos enormes desafios para garantirem seus direitos adquiridos com muita luta e bem como sua própria sobrevivência, com isso os trabalhadores passaram a sentir o perigo ainda mais próximo do desemprego, já que o avanço do capital internacional pelo direcionamento dos investimentos diretos externos foram decisivos para a reestruturação do modo de produção.

Confirmando Marx e Engels no Manifesto Comunista o Estado atual motiva-se pela defesa incondicional dos interesses da classe dominante, deste modo, a chegada de Collor ao poder e seu programa de ajustes não foram aleatórios e é justamente esse momento da História que nos remete à estruturação do capitalismo também pelo condicionante superestrutural, ou seja, as transformações econômicas impulsionaram as transformações sociais e isso significa a prevalência da prática e do discurso neoliberal pelo processo globalizante indutor amplo das condições sociais, políticas e culturais dos trabalhadores.

A importância do Plano Collor para o neoliberalismo esteve ligado a substituição de uma economia quase que oligopolizada, ou pelo menos em grande medida, para uma economia aberta ao capitalismo mundial. Bresser-Pereira e Nakano (1991) sinalizaram essa abertura como relativa, pois apesar de adotar uma taxa de câmbio flutuante as práticas oligopolizantes permaneceram, isso significa que Collor almejou fazer uma abertura para fortalecer o movimento de capital pelo setor financeiro e com pouca preocupação em melhorar ou ampliar a produção nacional, bem como não teve qualquer preocupação com a classe trabalhadora, visto que o mesmo subtraiu a inflação nos primeiros meses e posteriormente a mesma manteve-se elevadíssima até a elaboração do Plano Real, o qual será discutido ainda nesse trabalho.

Bresser-Pereira (1991) ainda acrescenta que o Plano Collor foi a solução possível para o momento econômico e político que vivíamos, assim também faz uma afirmação importante ao mencionar a preocupação dos países latino-americanos por meio de sua elite econômica em sempre pagar as dívidas com os credores internacionais. Deste modo, a partir de Bresser-Pereira e Nakano (1991) e Bresser-Pereira (1991) podemos compreender que a abertura relativa do Plano Collor teve como preocupação central a afirmação das condições positivas para o mercado financeiro global gerenciado pelos países centrais e

motivados em ampliar seus poderes econômicos e políticos pelo processo globalizante no estágio neoliberal.

Bresser-Pereira e Nakano (1991) evidenciaram as questões econômicas do fracasso, a palavra austeridade não é evidenciada no texto, porém suas críticas estão justamente na austeridade pública que poderia ser maior e na liberação do mercado. Os autores tem palavras cuidadosas para descrever o momento histórico e analisa-lo, pois o momento ainda estava acontecendo e não poderia radicalizar as palavras, bem como os mesmos tem uma postura crítica voltada para as questões econômicas, o que revela a preocupação também do governo Collor por essas análises dos autores. O texto de Bresser-Pereira e Nakano (1991) tem como último parágrafo o seguinte:

> Um novo plano de estabilização terá que ser iniciado nos próximos meses. A luta contra a inflação será demorada e difícil. Para ser bem sucedido, o novo plano terá que ser cuidadosamente preparado, terá que ser precedido por um pacto social e irá necessariamente combinar uma política de rendas com políticas convencionais nas áreas fiscal e monetária. (BRESSER-PEREIRA & NAKANO, 1991, p. 112).

Isso significa que os autores compreendem que os ajustes econômicos e políticos empreendidos precisam de forma ampla de apoio popular, por meio de um pacto social. Esse desfecho do trabalho aparentemente inocente revela toda a audácia e artimanha dos presidentes a partir de Collor, uma vez que os mesmos buscaram a todo custo uma aliança contínua entre o mercado financeiro internacional, os latifundiários, industriais e trabalhadores, enfim, esse pacto social frisado por Bresser-Pereira e Nakano (1991) tem muito a nos esclarecer quanto às políticas sociais negativas no governo Collor.

A subtração das funções do Estado pela privatização teve um impacto significativo para os trabalhadores, uma vez que o Estado de bem-estar social na Europa foi subtraído e nos países periféricos, como o Brasil, o discurso e a prática do Estado também encaminharam nesse sentido, assim, o processo de reestruturação produtiva no sentido de flexibilização do trabalho de forma mais intensa e o processo de terceirização já na década de

1990 levaram os trabalhadores, nesse momento, a intensificarem as lutas e segundo Noronha (2009) o número médio de greves no governo Collor foi de 1.126 por ano.

Ainda segundo Noronha (2009) de 1985 a 1989 no Governo Sarney compreendendo o período de transição política com elevada inflação a média anual de greves foi 1.102. No governo Itamar Franco (1993-1994) até o Plano Real a média anual foi de 842 greves. No governo Fernando Henrique (1995-1998) até a consolidação do Plano Real somado as mudanças na organização sindical a média de greves anuais foi de 865, já nos anos de 1999 a 2002 as greves diminuíram justamente por compreender um período passando para uma média de 440 por ano e no governo Lula de 2003 a 2007 foi 332 em média. Segundo Costa et al. (2013) o número de média de greves de 560 por ano. Neste sentido, pensar as greves no Brasil no início do governo Collor nos leva a considerar questões importantes para pensarmos a luta de classes e o inconformismo com a situação vigente, pois os trabalhadores atuaram em inúmeros movimentos de greves e reivindicatórios por almejarem outro país ou pelo menos condições melhores de vida.

O fracasso do plano Collor 1 não impediu que fosse o mesmo reformulado e colocado em prática o que ficou conhecido como plano Collor 2. Mesmo diante das tentativas de reformulações dos equívocos apresentados os trabalhadores continuaram em todo país movimentos de greve. A insatisfação com o governo Collor se deu por dois motivos principais: inflação ainda elevada e confisco da poupança dos trabalhadores. Somado a isso as reformulações neoliberais implementadas por Collor não agradaram também setores conservadores da burguesia nacional, em outras palavras, Collor conspirou contra si mesmo ao afastar os trabalhadores de sua influência e não continuar com os pactos de poder estabelecidos desde a ditadura civil e militar de 1964.

> O golpe de 1964 correspondeu [...] à redefinição do pacto do poder no país. Sua articulação originou-se numa primorosa composição entre dois segmentos básicos – **os militares e o empresariado industrial** – manifestada institucionalmente no "complexo" Escola Superior de Guerra

> (ESG) – Instituto de Pesquisa Econômico – Social (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Aliando os princípios da doutrina da segurança nacional à sólida campanha de mobilização da opinião pública contra o "comunismo", a ação destes organismos logrou produzir o clima propício ao 31 de março, bem como capitalizar o apoio e a legitimidade de outros setores sociais alheios ao pacto (como as classes médias, por exemplo)." (MENDONÇA,1986, p.88-89) <grifo nosso>

Esse "espírito" de 1964 permaneceu forte no país até a chegada de Fernando Henrique ao governo federal, pois o processo globalizante implementado pelo neoliberalismo ecoou com mais significado para FHC e com seus novos pactos de poder. Fiori (1998) argumenta que a adesão do Brasil e de outros países periféricos às ideias neoliberais se deu pelo constrangimento por suas dívidas externas e pela necessidade de cumprir os acordos de pagamentos, assim, foram obrigados, também segundo Boito (1999) a seguirem a se reestruturarem burocraticamente e administrativamente com consequências diretas para a política e economia, portanto, foram obrigados a sobrevalorizarem o câmbio com o impacto direto no mercado financeiro global fazendo com que as empresas nacionais ficassem mais submissas ao movimento do capitalismo internacional, bem como o país foi obrigado a elevar as taxas de juros e realizar a abertura comercial.

Collor procedeu uma reorganização e reestruturação do Estado com consequências diretas para a classe trabalhadora compondo um enredo de subtração das forças coletivas dos trabalhadores e forçando-lhes uma nova organização e compreensão de sua própria realidade. Bordieu (1998, s.p)[21] um militante contra o neoliberalismo definiu bem esse projeto: um programa de destruição metódica das coletividades, enfim, um projeto de superação do indivíduo para com o coletivo.

As transformações propositais realizadas na economia nacional anunciadas já na posse do presidente Collor e, posteriormente, em cadeia nacional de rádio e televisão

[21] This project aims to create the conditions under which the "theory" can be realised and can function: a programme of the methodical destruction of collectives

pela Ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello foram o início do programa neoliberal de sustentação para a permanente ampliação da taxa de lucro do capitalismo e as consequências para os trabalhadores foram as novas formulações de contratação e da ampliação da concorrência no mercado mundial, ou seja, os trabalhadores brasileiros passaram a concorrer também em novas relações escalares, a concorrência entre os trabalhadores brasileiros também passou a ser globalizada. A globalização pelo neoliberalismo no Brasil efetivou novas práticas concorrenciais até mesmo entre os trabalhadores.

As mudanças econômicas e políticas com a reformulação do próprio sistema financeiro com o plano Collor 2 fizeram mais ainda a concentração de renda aumentar e as diferenças permaneceram num primeiro momento e posteriormente foram ampliadas. Essa ampliação da pobreza e a concentração de renda, somado ao elevado índice de desempregos motivou os trabalhadores em todo país a realizarem inúmeras greves. O plano Collor 2 veio ainda somar problemas consideráveis para os trabalhadores, dentre tais:

> As principais medidas do Plano Collor II foram as seguintes: i) um tarifaço com aumento substancial dos preços do trigo, da energia elétrica, dos combustíveis, dos serviços de telecomunicações, etc; ii) congelamento dos preços; iii) conversão dos salários e aluguéis; iv) uso da tablita para deflacionar os valores nominais em obrigações contratuais; v) desindexação, com a proibição de cláusula de correção monetária em contrato com prazos inferiores a um ano, extinção da BTN fiscal e criação da taxa de juros referencial; vi) extinção das aplicações overnight para pessoas físicas e para pessoas jurídicas não-financeiras, criação do Fundo de Aplicações Financeiras (FAF). (BARBOSA, 1991, p. 94).

Essas implementações foram significativas para a ampliação da influência externa para com o Brasil, graças a esse direcionamento da nossa economia política tivemos a possibilidade de emergirmos da condição de país agroexportador para a condição de país agroexportador, ou seja, não mudou nada na estruturação da produção e o papel do Brasil na divisão internacional dos territórios vinculados a divisão internacional da produção mundial. A suspensão dos investimentos realizados via overnight para as pessoas não jurídicas foi uma

jogada para implementar ainda mais o fortalecimento do mercado financeiro na captação de recursos via sistema bancário. As medidas dessa nova etapa do plano fortaleceram o Estado como "cobrador" de impostos, assegurou condições mínimas para as privatizações dos setores elétricos de comunicação garantidos pelo aumento do lucro e o enxugamento dessas estatais e, principalmente, garantiu ao sistema financeiro mundial as condições para substancializar-se como agente também político no Brasil.

Fiori (1998, p. 221) salienta o novo papel do Estado brasileiro:

> [...] há que se compreender que se transforma numa consequência direta e quase inapelável desta opção o fato de que nossos governos nacionais tenham aberto a mão de qualquer possibilidade de exercício de uma política macroeconômica, monetária ou fiscal, mais ativa.

Assim, Barbosa (1991) e Fiori (1998) apresentam o papel do Estado brasileiro e todo seu comprometimento com os mercados financeiros e suas respectivas empresas e essa preocupação ausenta o trabalhador da centralidade do Estado. Até mesmo o sindicalismo vai sendo transformado com a ampliação dos sindicatos vinculados ao discurso globalizado e neoliberal como a Força Sindical inicialmente e a CUT mais atualmente desde o primeiro governo Lula.

O Estado brasileiro centra suas forças na consolidação de um modelo econômico que precisa subtrair pouco a pouco as conquistas históricas dos trabalhadores. Para isso foi decisivo a reformulação das lutas sindicais ao discurso neoliberal como a fundação do sindicalismo de resultado evidenciado pela Força Sindical. O governo Collor teve uma força avassaladora na reorganização do Estado brasileiro ao ter o apoio de instituições financeiras internacionais, principalmente por reestruturar o Estado voltando o mesmo para as exigências dos pagamentos das dívidas em conformidade ao Fundo Monetário Internacional. Assim, o apoio de Collor a ampliação da Força Sindical foi decisivo para conseguir configurar uma situação de delineamento dos valores e práticas neoliberais voltados para a ampliação permanente de influência das empresas multinacionais e transnacionais no país. A década de

1980 e parte de 1990 foram marcadas por greves amplas com vários setores e categorias de trabalhos com imensa mobilização dos trabalhadores no sentido de reivindicar a solução de problemas oriundos da exploração capitalista, já com a ampliação da influência da Força Sindical começa no governo Collor um direcionamento dos trabalhadores para apoiarem as mudanças globalizantes via neoliberalismo (GIANNOTTI, 2002; MARTINS & RODRIGUES, 1999).

As transformações sociais e econômicas decorrentes do novo posicionamento do Estado brasileiro frente ao mercado internacional e aos organismos internacionais de regulação econômica impactaram significantemente o cotidiano dos trabalhadores, desta forma, era necessário, anteriormente, constituir uma cultura sindical vinculada obrigatoriamente às imposições do mercado mundial e a nova etapa de reestruturação do capitalismo.

Collor nos seus planos enfatizou a urgência de transformações da sociedade brasileira para uma era de modernidade.[22] O interessante que o discurso de Collor desde a posse era que a deveríamos superar nossa condição de atraso e substituirmos nossa cultura produtiva nacional por uma espelhada nos interesses do mercado internacional, porém dias antes de seu impeachment fez um discurso inflamado pedindo aos brasileiros que vestissem roupas com as cores da bandeira nacional. O discurso de Collor no dia 13 de Agosto de 1992 trouxe elementos significativos para compreendermos o momento econômico e político brasileiro, pois sinalizou que as cores do país deveriam ser estampadas e que o povo brasileiro era filiado a nação brasileira e essas eram as cores que deveriam representar sua vida. Disse: "a maioria atrapalha, a maioria trabalha" e em seguida sinaliza a necessidade das reformas de modernização para toda sociedade brasileira, porém essa modernização tinha como meta,

[22] Como símbolo desse discurso Collor elegeu os automóveis brasileiros ao considerá-los carroças e fez com que essa imagem fosse propagada em toda mídia. A associação de carroças como atraso e o símbolo do automóvel moderno vindo de outros países fez com que as pessoas começassem a discutir a efetividade do próprio Estado e desconfiarem das empresas nacionais ou estrangeiras instaladas em solo brasileiro.

como teve, a desestruturação das relações de produção e sua vinculação às exigências do mercado internacional. Acusou no seu discurso de uma minoria filiada ao sindicato do golpe, esse ponto é importante por compreendermos a resistência de um grupo de trabalhadores contra as implementações das políticas neoliberais e esses mesmos representados, em grande medida, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT); assim, esse discurso e a filiação do sindicato à maldade, conforme palavras de Collor, apenas evidencia um momento ímpar na história nacional por trazer o sindicato como central de luta de um grupo significativo de trabalhadores, bem como a partir de Noronha (2009) entendemos que ocorreram nesses anos do governo Collor o maior número médio de greves até 2014. A mobilização e a movimentação de trabalhadores já evidenciava para o governo Collor a força dos trabalhadores, tanto é que no seu discurso ele chama a CUT de "central única dos conspiradores" e o acusa a CUT de desordem ao afirmar que "sua crença é na ordem e no progresso".

O desenho do impeachment de Collor foi dado ao trazer reformas econômicas que não beneficiaram de imediato parte da burguesia nacional "acostumada" com as regalias do desenvolvimentismo iniciado desde o governo Vargas e ampliado nos governos JK até o governo Figueiredo. O governo Sarney preocupou-se mais em formar uma base para a nova economia mundial orquestrada pelo neoliberalismo. Já no governo Collor setores da burguesia industrial e do comércio viram seus lucros e influência sobre o Estado subtraírem consideravelmente, assim, a retirada de Collor seria inevitável, somado as evidências de corrupção que foram irrefutáveis.

No dia 14 de agosto de 1992 o Jornal Folha de S. Paulo noticiou: "Aos Berros, Collor Pede Que O Brasil Use Verde-Amarelo" e fez um balanço do discurso:

> O presidente Collor pediu a "todo o Brasil" que vá às ruas, no domingo, vestido com as cores da bandeira, para mostrar que os defensores do impeachment são minoria. Aos gritos, o presidente afirmou que este grupo "atrapalha", enquanto "a maioria trabalha". Collor classificou o "esquadrão

> da morte", criado pelo Planalto para defender o governo, de "bancada da resistência democrática àqueles que querem conspirar contra as instituições". O discurso ocorreu durante a liberação de incentivos para taxistas. A cada frase, o presidente era interrompido por gritos como "dá-lhe Collor" e "fora Lula". Alguns motoristas disseram que a Caixa Econômica federal pagou suas despesas. (FOLHA DE S. PAULO, 1992, s.p).

Esse cenário político repercutiu na imprensa sendo alardeado mais ainda pelos sindicatos vinculados a CUT e com isso mobilizou trabalhadores e estudantes para organizarem-se em manifestações pela país, posteriormente, essas manifestações foram sendo delimitadas e delineadas por uma classe média que a mídia tratou de destacar como os cara-pintada. Grande parte dos manifestantes compunha-se de estudantes universitários e secundaristas, apesar da mobilização sindical e de movimentos sociais somado pela influência de alguns partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores, a maioria era de estudantes. O movimento Fora Collor conhecido por Caras Pintadas foi apoiado pela mídia e isso repercutiu politicamente e no mesmo ano Collor sofreu o processo de cassação dos seus direitos políticos por meio do impeachment. É importante frisarmos a partir de Martuscelli (2005) que a crise do governo Collor não foi a crise do modelo neoliberal, apenas os agentes da classe dominante brasileira não acordaram diretamente com as transformações e reestruturações do Estado brasileiro por meio dos planos econômicos e políticos. Uma coisa estava certa: o fim de qualquer possibilidade de construir uma social democracia moldada pelo Estado de Bem-Estar Social.

Cysne (1991) em texto de avaliação do Plano Collor II escreve algumas questões que podem elucidar a problemática do governo referente a negativa das classes dominantes brasileiras, uma vez que as mesmas almejavam entrar no capitalismo globalizado, porém com a máxima segurança dada pelo Estado, em outras palavras, esses empresários/latifundiários desejavam a inserção no mercado globalizado sem perder o "Estado de Bem-Estar Empresarial". Cysne (1991) salienta, com uma visão conservadora e de

direita, uma cultura de oposição aos empresários e que Collor não reavalia a mesma e a apresenta de uma outra maneira que favoreça efetivamente os mesmos, também destaca a "perseguição" do governo Collor aos poupadores.

Cysne (1991) compreende alguns esforços de Collor, mas não entende a ausência de uma apanhado mais amplo de questões tecnocráticas para a efetivação das reformas necessárias para o bom andamento da economia. Afirma enfaticamente: "Citamos novamente aqui as palavras de ordem: estabilidade e credibilidade". (p. 192). Anteriormente (p. 190), afirmou a necessidade dessas "palavrinhas" para assegurar as perspectivas de lucros e salienta a necessidade do governo não atrapalhar o desdobramento da estabilidade e da credibilidade. Enfim, Cysne (1991) tem considerações ortodoxas quanto ao neoliberalismo e entende que Collor promoveu mudanças importantes, mas não as efetivou, e aí nossa compreensão, de tal forma que agradasse todos os setores econômicos nacionais e os movimentou para a competição mundial de produtos e produtores sem que os mesmos estivessem e fossem capazes de fazê-lo.

Neste sentido, compreendemos que parte da classe dominante nacional esperava e aguardava a abertura econômica sob os auspícios ainda da proteção do Estado, o que evidentemente foi negado por Collor ao assumir a ortodoxia do discurso e da prática neoliberal. Collor nas suas ações privilegiou o mercado de capitais e assegurou aos investidores especulativos das bolsas de valores maior solidez para suas negociações e futuros lucros. Cysne (1991), um neoliberal convicto, apresenta a necessidade de regras para os investimentos estrangeiros e internos garantindo a flexibilidade econômica ao mercado financeiro global no governo Collor:

> Até o pipoqueiro da esquina sabe que o que tem impedido os investimentos no Brasil são exatamente estas mudanças de regra do jogo como as que caracterizaram a instituição do fundão e o lançamento dos planos Collor I e II. [...] Se não há investimentos, é porque a confusão institucional instalada no país de 1986 fez com que um bem de capital em operação apresente um valor quase duas vezes inferior ao seu custo de reposição. Quem investirá

> dois cruzeiros para montar uma fábrica se as expectativas sobre o futuro são tão caóticas que se pode comprá-la por um cruzeiro na Bolsa de Valores? (p. 189-190).

A ironia com o pipoqueiro evidencia uma despreocupação com as classes trabalhadoras, visto que em todos os dois planos Collor nenhum deles mencionou a situação dos trabalhadores brasileiros, pois a centralidade do problema era a economia para fazer o país avançar no desenvolvimento globalizado.

Martuscelli (2005) sinaliza a pauperização das classes trabalhadoras e a eficiência dos projetos neoliberais como subtração das condições de vida com qualidade dos próprios trabalhadores, também frisa que o neoliberalismo é uma política antipopular as quais atingem diretamente as lutas históricas das classes trabalhadoras. Cysne (1991) implora por ordem e clareza quanto às regras do jogo neoliberal no Brasil, para que as multinacionais e transnacionais pudessem e ainda possam "faturar" cada vez mais, enquanto a classe trabalhadora, os pipoqueiros que são hábeis economistas quando o assunto é sobrevivência são lançados de um lado para o outro quanto aos ditames das políticas econômicas, porém as classes trabalhadoras nesse movimento lançam-se também, alguns grupos, no combate as diretrizes neoliberais. Martuscelli (2005) cita a CUT, o movimento dos sem-terra e outros movimentos de reivindicação, somamos os movimentos de greve e os próprios caras pintadas como resposta de parte dos brasileiros ao governo Collor e as políticas neoliberais.

O governo Collor, portanto, foi o primeiro no Brasil a enfatizar a liberdade econômica e produzir um discurso, segundo Saes (2001), populista para formular um grupode apoio entre os trabalhadores mais pobres e também a classe média, isso ficou evidente desde o início da sua campanha que vinculava o Estado brasileiro a um projeto de falência corrompido por pessoas que recebiam elevados salários e nada contribuíam para a sociedade brasileira. Collor os chamou de marajás.



Figura : Collor "o caçador de marajás". (VEJA, 1989).

A revista Veja (1989) foi a primeira a lançar a candidatura de Collor como oposição ao candidato Lula e, desta forma, providenciar diante da classe média uma alternativa que pudesse fazer frente ao projeto trabalhista do Partido dos Trabalhadores naquele momento. A palavra marajá forjou no imaginário das pessoas uma condição necessária para efetivar a superação do atraso lembrado já no discurso de posse de Collor. A palavra marajá revelou uma condição de corrupção do Estado brasileiro e essa propaganda vencedora nas eleições presidenciais forjaram uma imagem de corrupção de todas as esferas do Estado, portanto, as empresas estatais também seriam corruptas e o único caminho para a superação da corrupção seria a privatização. A superioridade discursiva produzida ideologicamente do público sobre o privado motivou parte da população brasileira ao apoio às privatizações iniciadas desde o governo Collor até o presidente Lula. O privado é parte de um discurso liberal anunciado numa roupagem globalizada formalizada nas práticas neoliberais,

portanto, os marajás eram as desgraças do Estado e esse ineficiente para formular soluções para os problemas complexos os quais poderiam ser resolvidos somente pela iniciativa privada. Essa "verdade" foi propagada pela mídia, pelo Estado, pelos sindicatos e pelas empresas; assim, a superação dos defeitos da administração pública seriam facilmente solucionados pelas empresas privadas.

Saes (2001) frisa a ausência de defesa do setor público e a formulação de um discurso voltado para a eficácia do empresariado, do empreendedor, enfim, das empresas privadas. O marajá no discurso de Collor foi uma construção ideológica operante na constituição cultural dos sujeitos com força capaz de mobilizar a vitória do mesmo e o apoio popular nos primeiros meses de governo. Saes (2001, p. 131):

> Amplos setores da classe média e das classes trabalhadoras se identificaram com o programa neoliberal pelo fato de o verem como arma mais eficaz na luta pela liquidação do Estado parasitário (praticante do cartorialismo, do clientelismo, e das formas mais variadas de corrupção). Contudo, esses mesmos setores rejeitam a política neoliberal, quando esta significa a liquidação de direitos trabalhistas que os beneficiam.

O apoio ao governo Collor da classe média foi desfeito quanto o mesmo realizou o confisco das poupanças, somado ao programa de demissão dos funcionários públicos federais e a privatização das empresas com prejuízos dos empregos. O discurso midiático de Collor, apoiado pela grande mídia nacional, foi no sentido de substituir um Estado brasileiro coronelista e cartorário por um Estado mínimo, porém eficiente, seus ataques foram contra as instituições atrasadas do país como os sindicatos de origem trabalhista como a CUT e a figura do funcionário público sem qualquer serventia para o povo brasileiro conhecido por marajá. As notícias de corrupção envolvendo seu governo, denunciadas pelo seu próprio irmão, fez também o apoio da classe média ser dissolvido, a prova é que essa mesma classe média que o apoiou fez o enfrentamento nas manifestações dos caras pintadas. O interessante é que o próprio discurso do ex-presidente Collor o colocou como prova, ou seja, o discurso contra o Estado inchado, falido e repleto de corruptos foi

atestado pelas provas de corrupção no seu governo o que reforçou a ineficiência do Estado num discurso neoliberal na lógica capitalista globalizada.

"Collor corrupto" foi o atestado que o Estado brasileiro era ineficiente e precisaria de reformas com maior participação do setor privado por meio das privatizações e a participação de entidades de classe como a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) que almejava, como alcançou, maior interferência das ações no Banco Central. A ineficiência do Estado, atesta por Collor (de forma irônica e real), marcaram os discursos dos futuros presidentes no direcionamento permanente da subtração do papel máximo do Estado para uma atuação que fosse perpassada pelos interesses da iniciativa privada vinculada ao capitalismo internacional. Enquanto isso, os trabalhadores brasileiros tinham seus salários incompatíveis com suas necessidades, com inflação elevadíssima e índices de desemprego e subemprego alarmantes, bem como o número de empregos tercerizados, enfim, nessa conjuntura os trabalhadores brasileiros, como sempre, foram ainda mais penalizados.

Mas os trabalhadores vinham de uma forte tradição de resistência aos disparates do capitalismo e do Estado, segundo Giannotti (2007), essa tradição fez com que fossem criados os movimentos de lutas pela terra, principalmente o MST, um partido político o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos trabalhadores, ainda Giannotti (2007) destaca as muitas organizações diversas dos trabalhadores ocorridas na década de 1980 e alcançando até a década de 1990, dentre tais CIPAs e comissões de fábricas. Essa tradição de lutas enfrentou novos desafios a partir da implementação dos programas neoliberais nas décadas seguintes. Neste sentido, ser trabalhador na etapa atual do processo da globalização (1990-2010) tem especificidades que precisam ser evidenciadas para comporem as explicações do significado das lutas de classes nesse tempo; assim, o entendimento dos processos políticos e econômicos nos trazem condições para pensarmos a História desse período.

O governo Collor, portanto, segundo Giannotti (2007) atrelou-se aos interesses da economia política neoliberal ao direcionar o país para os interesses do capitalismo financeiro direcionado pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio; assim, esses organismos internacionais regulam o capitalismo mundial sob a influência das grandes empresas multinacionais e transnacionais aparelhadas politicamente pelos seus respectivos Estados, principalmente Estados Unidos, Alemanha, França, Itália e Japão. Essa reestruturação do capitalismo em escala global fez com que uma nova etapa da dominação imperialista iniciasse com novas roupagens, deste modo, o governo Collor é o primeiro da Nova República a instaurar um compromisso internacional pautado na desistência parcial da soberania nacional, principalmente quanto às questões políticas diretivas para a economia.

O papel do Banco Central, neste sentido, passou a ser de vital importância para a realização e o cumprimento das demandas do capitalismo internacional em diretivos obrigatórios e, portanto, impositivos numa lógica, de fato, imperial. O Banco Central do Brasil passou a ser um enclave do capital internacional em pleno território nacional, deste modo, a regulação mundial do neoliberalismo teve efeito imperialista na condução do modelo de acumulação.

Dois mecanismos de controle são efetivados em maior proporção nesse novo modelo de acumulação capitalista: bolsa de valores e o Banco Central. Esses mecanismos têm funções vitais na constituição de aparelho repressor e diretivo das políticas nacionais.

O governo Collor fez com que o Banco Central brasileiro operasse no primeiro plano Collor I sob a presidência de Ibrahim Éris e esse fez com que as operações financeiras tivessem mais autonomia e liberdade somadas ao papel dos bancos na compra de títulos de ativos e seus inúmeros ganhos com a inflação ainda elevada. Esse movimento de

transformação econômica precisou ser antecedido pelas transformações políticas, para que o econômico prevalecesse como última instância.

Belluzo (1995) trabalha com a ideia de transformações econômicas, neste período, vinculadas a instabilidade financeira e a descentralização do sistema monetário internacional, ou seja, essa ideia de desregulação, descentralização, securitização e flexibilização motivou a constituição conceitual dessas práticas ficando conhecida como globalização. Não sendo diferente no Brasil o governo Collor pelo encaminhamento das diretrizes econômicas nacionais com o apoio de um Banco Central vinculado exclusivamente aos interesses das políticas econômicas neoliberais fez com que o avanço desse conjunto de práticas fosse implementados e todas as instâncias nacionais públicas tivessem o mote do ordenamento neoliberal.

O poder do Banco Central está justamente na regulação das flutuações de câmbio, nos acordos financeiros substanciados pelas taxas de juros e, portanto, como catalisadores de práticas diretivas pelas classes dominantes nacionais e internacionais. Assim, quando falamos de trabalhadores não podemos nos furtar dessa conjuntura, desses elementos que operam, de forma visível e invisível, no cotidiano dos mesmos, portanto, o Banco Central a partir da década de 1990 passa a ter ainda mais papel decisivo nas decisões políticas até o movimento político internacional, de forma imperialista os Estados Unidos forçam inúmeros países do mundo a tornarem seus Bancos Centrais independentes do Estado e, portanto, tentam retirar a política do Estado das questões econômicas. No Brasil o Banco Central não tem total autonomia, mas desde o governo Collor sua autonomia e suas ações foram ampliadas, principalmente a interferência na variação cambial e nas taxas de juros, segundo Boito (2007, p. 60):

"[...] no período neoliberal, iniciado no governo Collor e que se estende até o presente, a hegemonia do grande capital financeiro internacional, junto ao qual os grandes bancos brasileiros funcionam como burguesia compradora.".

Essa regulação do mercado de ativos para os bancos foi sendo direcionada para uma situação de subsunção do setor produtivo aos interesses do capitalismo mundial, com ampliação permanente da seguridade para os clientes dos títulos públicos colocados a venda pelo Estado no mercado interno e a partir do governo Collor com a internacionalização cada vez maior dos títulos nacionais e um aumento progressivo da dependência dos valores negociados dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos somado à valorização do dólar e a desvalorização das moedas europeias. Tudo isso implicou consideravelmente na atuação das instituições públicas brasileiras e sua relação com os fundos internacionais de investimentos visíveis na regulação da segurança de seus investimentos; assim, os fundos de investimentos, as seguradoras e os bancos compõe os principais compradores dos títulos públicos nacionais naquele momento, posteriormente, os investidores internacionais com as garantias estabelecidas pelo Estado brasileiro e sua relação de reciprocidade aos novos mecanismos de acumulação do capital fizeram com que a economia e a política nacional fossem direcionadas para e no sentido de dependência cada vez mais ampliada do capitalismo internacional e suas práticas econômicas no mercado financeiro internacional.

Os bancos, portanto, atuam como intermediários nas negociações dos ativos e, assim, tem influência considerável sobre o Banco Central brasileiro, mais ainda as agências de custódia e regulação com ampla influência sobre, de forma indireta, as ações do Estado brasileiro. A abertura econômica via política no governo Collor foi o alicerce necessário para que nos próximos governos houvesse a consolidação das práticas econômicas neoliberais.

> Uma das principais medidas adotadas para promover a abertura financeira foi a Resolução do Conselho Monetário Nacional no 1.832, de 31 de maio de 1991, que regulamentou os investimentos estrangeiros em títulos e valores mobiliários nas companhias abertas brasileiras, aumentando

> consideravelmente o ingresso de recursos externos. O governo manteve, entretanto, a proibição de depósitos em moeda estrangeira no sistema bancário doméstico, ao contrário do que ocorreu em grande parte dos países da América Latina (Rocha, 2002). Nesse período observa-se um aumento significativo na oferta de crédito, o que foi resultado, principalmente: a) da queda da receita dos bancos nas operações com títulos, após a forte redução da dívida pública em mercado promovida, em março de 1990, pelo Plano Collor; b) do fim das aplicações em overnight após o Plano Collor II, de janeiro de 1991; c) do cenário econômico mais favorável, possibilitado pela volta dos recursos externos em 1992 e pela retomada do crescimento econômico; e d) da necessidade de os bancos se anteciparem frente à perspectiva de queda da inflação. (CAMARGO, 2009, p. 37).

Os bancos efetivam acordos também internacionais e as agências de custódia e regulação passam a ter influência junto a possibilidade de créditos nacional, já que o balcão de negociação dos títulos públicos e da dívida pública nacional passou a ser "gerenciada" por essas agências. É interessante e importante frisarmos que a regulação do mercado financeiro não faz jus as exigências das políticas culturalmente apresentadas pela economia neoliberal, isto é, a regulação deveria também ser abolida, mas se isso ocorresse os agentes financeiros globalizados correriam sérios riscos ao não terem suas prerrogativas realizadas pelos países do mundo todo.

Esse movimento iniciado com mais evidência no governo Collor - o neoliberalismo - obrigou o novo aparelhamento do Estado voltado para as exigências internacionais. Assim, a ascensão e queda do governo Collor teve como centralidade a substituição de antigos pactos de poder entre a burguesia nacional e internacional por novos pactos sem alterar drasticamente os papeis desempenhados por cada grupo da elite nacional com destaque para o setor industrial e o latifúndio rural, o qual no discurso e na prática neoliberal vai ser transformado de latifúndio em agronegócio. Collor fez movimentos imprecisos nesse jogo de xadrez e fez uma opção evidente pela abertura mais ampla e pela pouca negociação com os pactos de poder anteriores. Esse novo pacto de poder entre o Estado, o mercado internacional, os intermediários das negociações, os bancos nacionais e

internacionais, as agências de custódia e regulação e o sistema financeiro internacional sob os auspícios do novo imperialismo dos Estados Unidos foram demais para as oligarquias nacionais que também tinham interesses nesse processo de inclusão na globalização neoliberal.

Os banqueiros brasileiros também mostraram-se insatisfeitos inicialmente com os Planos Collor e sua atuação econômica e política, principalmente pela queda dos lucros com o afastamentos de investidores e poupadores, porém, segundo Moreira (1990), os bancos precisaram de uma reorganização para não terem seus lucros subtraídos e com isso reorganizaram seus trabalhadores demitindo-os ou transferindo de funções, pois no sistema bancário novas funções precisaram ser criadas para se adequarem também ao avanço tecnológico empreendido como forma de longo prazo de subtrair despesas, neste sentido, os bancos, conforme Moreira (1990), tiveram aumento significativo de seus lucros, foram poucos bancos no Brasil que tiveram "empate" no primeiro trimestre de 1990 e apenas dois tiveram prejuízos, com a "reengenharia da produção" bancária (ou em outras palavras a automação do setor) os mesmos tiveram lucros de até 100% ao mesmo tempo em que o número de desempregados aumentou consideravelmente.

As bases de apoio de Collor sempre foram frágeis e os índices de inflação elevada somado ao crescente desemprego foram importantes para seu enfraquecimento entre os seus próprios eleitores.

> O Governo Collor nasceu e cresceu sem uma base de sustentação organizada, quer nos partidos políticos, quer no Congresso Nacional, quer nos setores articulados da sociedade civil. O empresariado que, mesmo com desconfiança, apoiou a candidatura Fernando Collor nunca foi tratado por esse Governo como uma classe que pudesse servir de suporte, e sequer houve a preocupação por parte do mesmo de articulá-lo como aliado político permanente. (PACHECO FILHO, 1993, p. 42-43).

As reformas necessárias realizadas por Collor foram significantes para o enquadramento de um projeto mais amplo, todavia esse projeto deveria ter maior apoio

político para que o mesmo fosse realizado em todo território nacional contando também com apoio dos trabalhadores. Esse cenário de insatisfação social por causa das questões políticas e econômicas foi pouco a pouco sendo subtraído pela operação de contenção da inflação por mais um plano econômico realizado no governo Itamar Franco.

O impeachment de Fernando Collor de Mello culminou em 29 de setembro de 1992 vindo assumir a presidência o até então vice-presidente Itamar Franco. Collor foi acusado de inúmeros casos de corrupção e essas acusações fugiram de seu controle político e passaram a ser divulgada diariamente pela grande mídia brasileira, essa mesma que o elegeu, assim, só podemos considerar o movimento de insatisfação da mídia como resultado de um distanciamento dos objetivos acordados pelo até então candidato Collor. (ALMEIDA, 2010).

Veículos de mídia como o jornal Folha de S. Paulo que ajudaram eleger Collor mostraram-se descontentes e partiram para o ataque contra o já presidente. E conseguiram desta forma mobilizar parte considerável dos brasileiros que foram para as ruas e isso ecoou no seu impeachment. Collor não conseguiu, ou não desejou, equilibrar as forças econômicas internas com as externas, preferindo muito mais construir um caminho neoliberal radical e teve como resultado o descontrole econômico e a quase falência da classe trabalhadora.

Itamar Franco (1992-1994) não foi diferente quanto às políticas neoliberais, sua contribuição esteve ligada a ampliação do neoliberalismo, porém construiu o caminho por meio de medidas mais populares ou poderíamos dizer populistas. Itamar Franco foi decisivo para a estabilidade política nacional exigida pelos mercados internacionais e pela burguesia nacional, enfim, Itamar Franco herdou uma condição de país e fez com que essa condição permanecesse em novas atitudes muito mais próximas do populismo e esse apoiado pela mídia.

O imperialismo dos Estados Unidos nesta etapa da globalização aprofundou as crises dos países periféricos e os direcionou para um socorro planejado pelos caminhos neoliberais. Itamar Franco de 1992 a 1994 fez com que as políticas neoliberais avançassem, porém junto com Fernando Henrique Cardoso elaboram um plano mais amplo de estabilidade da moeda nacional com fim da inflação e aumento das linhas de créditos para empresas e consumidores, enfim, o oposto da política econômica de Collor quanto ao desenvolvimento interno, mesmo Collor acusando todos os seus opositores de retrógrados ao deixar o cargo. Segundo o jornal Estado de S. Paulo de 29/9/1992 (s/p): "Collor alegou ter sido perseguido por forças políticas contrárias à modernização do país.".

Essa última frase da reportagem da Estado de S. Paulo de 29/9/1992 é interessante por dois aspectos contraditórios: primeiro a vanguarda política e econômica tentou se valer no país atenta às exigências do mercado internacional direcionado pelos imperativos dos Estados Unidos; e segundo aspecto o moderno econômico não foi capaz de realizar o moderno político. O moderno ou modernidade nas palavras de Collor, desde seu discurso de posse, esteve invariavelmente ligado ao projeto neoliberal, assim ao acusar seus perseguidores faz uma declaração de que o país retorna ao atraso.

Em 2006 Collor foi eleito Senador por Alagoas e no seu discurso inaugural fez um balanço do seu processo, que segundo o mesmo foi injusto, já que teve que lutar contra um Estado ainda herdado da tradição do regime anterior com forças ainda conservadoras. (COLLOR, 2013). Itamar Franco também assume a presidência com essas "forças", todavia o mesmo soube compor seus acordos e ao mesmo tempo em que promovia a contínua abertura econômica, subtraía a soberania nacional e privatizava o patrimônio nacional, promoveu a indústria nacional com mais empréstimos e ampliação de crédito para a classe média, da mesma forma sempre se mostrou, por meio da mídia, como um homem do povo, enfim, Itamar ao contrário de Collor teve sua imagem vinculada a serenidade e respeito

com isso seu governo teve a tranquilidade para implementar as mudanças no Estado brasileiro. A partir de 1998 Itamar Franco inicia uma série de ataques ao presidente Fernando Henrique Cardoso e uma das justificativas de tais é o programa de FHC para a privatização de empresas estatais; assim, a contradição de Itamar Franco reside nas suas declarações contra a privatização, pois foi no seu governo que o setor metalúrgico nacional foi privatizado. (ALMEIDA, 2010, LUCENA, 2004).

O Programa Nacional de Desestatização foi continuado no governo Itamar Franco com 17 empresas privatizadas, com destaque para a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), por se tratar, a partir de Lucena (2004), justamente de um símbolo do Estado que se constituiu enquanto agente de regulação e transformação econômica espacializada no território nacional. A partir dessas privatizações, a CSN em destaque, o Estado passa a desmontar todo o patrimônio construído com o sacrifício de muitos trabalhadores brasileiros e passa a dar mais evidência aos projetos direcionados pelos setores privados. Esse direcionamento de Collor a Dilma teve como prelúdio as necessidades do imperialismo econômico e político dos Estados Unidos por meio de suas agências intermediárias de negociações, com destaque para os bancos e principalmente pelo aparato institucionalizado pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Lucena (2004) destacou o papel do Banco Mundial na reorganização da economia mundial e no seu papel de reestruturar as relações entre os países periféricos e centrais.

O setor metalúrgico, desde o início da industrialização na Inglaterra, foi, como é, de vital importância para o capitalismo, tem função estruturante quanto aos grandes projetos industriais e também quanto aos grandes projetos e obras destinadas a organização dos países em micro ou macroescala. Privatizar o setor metalúrgico foi um passo importante para desestruturar toda a cadeia produtiva viabiliza pelas empresas ligadas direta ou indiretamente a esse setor pela via do Estado. Fazer com que o Estado reduza sua capacidade

produtiva tem como objetivo que o mesmo não venha a superar as condições dos países centrais como produtor. A privatização nos países centrais não tirou as empresas estatais do controle dos países centrais, ao contrário, mantiveram o controle e a centralidade do domínio econômico e político, o que não ocorreu nos países periféricos como o Brasil, ou seja, as privatizações brasileiras permitiram que os controles políticos e econômicos fossem também negociados em termos geopolíticos.

As privatizações nacionais fizeram com que os poderes econômicos e políticos das empresas antes estatais passassem para o controle hegemônico do capitalismo internacional com destaque para o papel de controle mundial da economia por meio dos Estados Unidos.

Itamar Franco, portanto, permite que o controle das empresas nacionais e da produção estratégica nacional passe a depender dos investimentos realizados pelos capitalistas internacionais. E mesmo Itamar Franco assumindo criticas apresentadas por todo imprensa, ele não fez nada de extrema importância para barrar o processo de privatização.

O setor metalúrgico tem ampla importância em todo o mundo, assim, as empresas da União e dos Estados Federativos que foram privatizadas do setor metalúrgico resultaram num fracasso imediato da capacidade produtiva do Estado brasileiro transferido para o setor privado e permitindo, deste modo, que a monopolização do Estado passasse para o controle das empresas privadas internacionais. O Estado brasileiro não apenas privatiza como também permite o controle máximo da produção, circulação e comércio, neste sentido, a privatização trouxe a monopolização privada e esse processo permitiu o avanço do capitalismo financeiro dinamizado pelos Estados Unidos.

A privatização no neoliberalismo trouxe outros compromissos nessa etapa da globalização para o Estado brasileiro, isso significou a continuidade de políticas econômicas desde 1990 até os dias atuais no segundo governo Dilma. As privatizações de

setores estratégicos da economia nacional foram ações deliberadas pelas exigências do mercado internacional auspiciado pelos Estados Unidos.

Oliva (2002) realizou um trabalho de administração de empresas preocupado com os recursos humanos das empresas pós-privatização, assim, o referido trabalho permitiu compreender os caminhos da privatização no interior das empreasas a partir de sua estruturação e reestruturação interna antes, durante e depois das privatizações. Esse trabalho (OLIVA, 2002) tem uma visão administrativa voltada para a preocupação com o que chamou de recursos humanos e nós compreendemos como trabalhadores tal preocupação discute a movimentação de trabalhadores internamente nas empresas privatizadas e seus impactos sobre os mesmos. O estudo selecionou seis empresas e a sua justificativa de escolha está não apenas na importância interna da produção, mas também como o setor metalúrgico é um setor estratégico para a economia mundial:

> [...] constituía de seis empresas privatizadas na década de 90; no entanto quatro delas, representando cada Estado da região sudeste do Brasil, se dispuseram a participar da pesquisa, disponibilizando informações sobre o processo de mudança e os reflexos na área de recursos humanos. As empresas em estudo são: a Usina Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS), primeira empresa do setor privatizada em outubro de 1991, com localização no Estado de Minas Gerais; a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), privatizada em julho de 1992, com localização no Estado do Espírito Santo; a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), privatizada em abril de 1993, com localização no Estado do Rio de Janeiro; e a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), privatizada em agosto de 1993, com localização no Estado de São Paulo. O setor siderúrgico foi o escolhido com base em algumas premissas como as seguintes. . A importância econômica e política que o setor representa para o conjunto da economia brasileira. Com base na lista das vinte maiores empresas do setor de siderurgia e metalurgia da revista Exame, pudemos verificar que elas venderam, em 1996, US$16 bilhões e possuíam 85.639 empregados. Se considerarmos apenas as nove empresas privatizadas na década de 90, constataremos, para o mesmo período, que elas venderam US$8,7 bilhões e empregavam 41.900 pessoas. Segundo dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (1998), as empresas privatizadas na época do leilão de privatização, conseguiram levantar R$5,5 bilhões, o que demonstra a importância do setor para a economia brasileira. (OLIVA, 2002, p. 152)

O volume de negócios e o número de trabalhadores nas empresas destacadas apontam o impacto das privatizações e como o Estado brasileiro abdicou de organizar a sua própria produção e, portanto, estabelecer-se no cenário mundial como além de simples produtor de commodities.

Esse movimento de privatização trouxe consequências diretas para os trabalhadores, principalmente pela abdicação do Estado brasileiro em não produzir mais alguns produtos e até mesmo ofertar alguns serviços, pois os trabalhadores ficaram ainda mais vulneráveis à concorrência mundial de sua própria mão de obra seja concorrendo diretamente ou mesmo com as constantes mudanças de locais da produção para outros em diversos países. Essa movimentação não trouxe nenhum horizonte aberto para os trabalhadores e nem uma possibilidade de constituir outras histórias, uma vez que a estruturação capitalista foi reestruturada de tal forma que o empenho dos capitalistas foi torná-lo aparentemente "refém" até mesmo dele, ou melhor, tornar o capitalismo e os capitalistas "reféns" do mercado internacional e das bolsas de valores, isto é, a constituição de uma ideologia forçou a realidade.

Thompson (1981) tentou desqualificar "O Capital" de Marx e exaltou as cartas de Engels, como se o mesmo realizasse um pedido de desculpas, mas "O Capital" figura ainda em suma importância, principalmente por apresentar a estrutura e o movimento do capitalismo, de como a mercadoria, física ou não, tem substancialmente a vitalidade. Thompson (1981) no afã de desqualificar Althusser esqueceu a vitalidade da totalidade do capitalismo, na sua permanente mudança e nas suas considerações diretivas. As privatizações no neoliberalismo brasileiro evidenciaram mudanças estruturais e, por consequência, superestruturais que podem ser evidenciadas no próprio movimento de luta dos trabalhadores ao terem um sindicato, a Força Sindical, aliado aos desejos neoliberais e, portanto, apoiadores do governo Collor e, posteriormente, de Itamar Franco.

As privatizações nacionais reestruturam a produção nacional e constituíram um cenário complicado para os trabalhadores brasileiros, somado a elevada inflação com perdas salariais diárias e sem muitas perspectivas no melhoramento de suas condições de vida. Essas privatizações ainda fizeram com que o monopólio de mercado não permitisse o avanço de novas empresas nacionais e com isso interpretamos as privatizações como um momento de inserção do capitalismo mundial nos termos de Florestan Fernandes (2009): capitalismo selvagem. A selvageria inscrita na monopolização dos recursos e da produção direcionados por um imperialismo, que ideologicamente não se afirma como, a partir do poder do mercado:

Lênin em 1917 (1986, p. 595) já salientava que:

> [...] o desenvolvimento do capitalismo chegou a um ponto tal que, ainda que a produção mercantil continue "reinando" como antes, e seja considerada a base de toda a economia, na realidade encontra-se já minada e os lucros principais vão parar aos "gênios" das maquinações financeiras. Estas maquinações e estas trapaças têm a sua base na socialização da produção, mas o imenso progresso da humanidade, que chegou a essa socialização, beneficia...os especuladores.

A selvageria do capitalismo não pode ser evidenciada, não se pode demonstrar a carga dura para os trabalhadores, para isso é preciso contornar as situação numa constituição ideológica, assim, as privatizações tiveram esse efeito, por demonstrarem pela mídia em geral e graças a campanha eleitoral de Collor como as empresas estatais eram "redutos" de marajás. Ao mesmo tempo o discurso da livre concorrência e da meritocracia começou a ecoar entre os trabalhadores como nos congressos da Força Sindical.

O governo Itamar Franco consolida esse projeto e tem ainda uma grande cartada ao conter a inflação e aumentar o poder de compra da classe trabalhadora por meio do Plano Real. O cenário que precisamos pensar é que desde 1990 são realizadas aberturas econômicas com subtração da soberania nacional com privatizações que levaram a inúmeros monopólios como setor metalúrgico, telefonia, energia elétrica, água, mineração e outros. O

ponto final desse processo foi o Plano Real, pois a paridade da nova moeda (o Real) com o dólar fez com que as empresas nacionais sucumbissem diante dos concorrentes internacionais e muitas delas faliram ou foram compradas por empresas estrangeiras, somado a isso o desemprego continuou elevado e isso teve um impacto significativo na organização dos trabalhadores com a subtração de greves em todo país. (FILGUEIRAS, 2006, NORONNHA, 2009).

O Plano Real permitiu que a dominação e violência dos monopólios já assinalados por Lênin (1986) fossem ecoados com mais propriedade e, desta forma, as negociações entre a produção e o mercado poderiam ter com mais domínio o mercado financeiro. Os grandes conglomerados industriais passaram no Brasil a terem domínio de considerável parte do mercado e, portanto, da produção e distribuição, anterior a isso domínio sobre os empregos dos trabalhadores.

Quando Thompson (1981) afirma que o "O Capital" é uma gigantesca incoerência e tenta buscar uma narração histórica em fatos para além do econômico cai na sua própria armadilha e não consegue compreender a totalidade do capitalismo como agente diretivo na economia, na política e em inúmeros aspectos sociais. O Plano Real é a prova desse movimento na nossa História do tempo presente, pois um movimento de persuasão iniciado na abertura política não foi confrontado, ao contrário o sinônimo de democracia passou a ser também o livre-mercado ou a livre-concorrência. A incoerência de Thompson está em negligenciar o papel da economia como última instância nesse momento de nossa História, pois o Plano Real trouxe novas considerações estruturais e superestruturais, ou seja, o Plano Real articulou mudanças nas esferas econômicas e políticas as quais atingiram diretamente os trabalhadores pelas mudanças empreendidas pelo Estado, pela mídia, pelas empresas e suas organizações internas, pela escola e até mesmo pelas igrejas (com o avanço das igrejas seguidoras da Teologia da Prosperidade). Portanto, o Plano Real foi importante

por trazer uma nova cultura de consumo, e desta maneira, uma nova forma de pensar também socialmente. Em outras palavras, o Plano Real permitiu que o processo de globalização pelo neoliberalismo ficasse evidente como condição operada por um Estado enxuto e capaz de dar ao mercado o que fosse preciso para que o mesmo pudesse investir no Brasil. A contradição está justamente na esperança do Estado brasileiro em ter investimentos estrangeiros quando o mesmo vendeu suas empresas às quais foram ao longo de décadas compostas por muitos investimentos nacionais.

Itamar Franco junto com Fernando Henrique Cardoso e um grupo de economistas resolveram criar um novo plano econômico de estabilização da economia que fosse possível conciliar com a flexibilização da produção e a reestruturação do capitalismo como um todo no Brasil. Itamar Franco foi eleito vice-presidente da República pelo mesmo partido de Collor, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), anteriormente pertenceu ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e foi um dos fundadores do PL (Partido Liberal).

A história política de Itamar Franco pode ser interpretada como um liberal que não dedicou apenas ao mercado, mas tentou realizar reformas na estrutura do Estado para garantir o mínimo de sobrevivência para os mais pobres, em outras palavras, buscou um liberalismo também social e essa crença o fez construir o Plano Real o qual tinha como missão central a subtração dos índices de inflação, mas sem mudar em nada substancialmente a vida dos trabalhadores. Esse liberalismo social fez com que a Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida liderada por Hebert de Souza, o Betinho, fosse transformada em política de Estado por meio do Plano de Combate a Fome e a Miséria (MATTEI, WRIGHT & CASTELLO BRANCO, 1997).

Interessante notarmos que o Banco Mundial é um dos incentivadores para que a política de combate à fome de Itamar Franco fosse realizada com sucesso. Segundo

Mattei, Wright e Castello Branco (1997, p. 81): “Historicamente, o Banco Mundial tem tido uma influência na elaboração de políticas públicas no Brasil”. Isso explica o compromisso de Itamar Franco com Betinho e sua campanha pelo fim da fome, ao mesmo tempo em que os autores demonstram como as Organizações Não Governamentais (ONGs) tiveram maior visibilidade e importância no cenário político nacional, isso não é aleatório, visto que as ONGs representam a sociedade civil independente do Estado e o discurso neoliberal de diminuição do Estado ficou próprio para a efetivação de práticas distantes do Estado por entidades independentes ou pelo menos independentes no sentido, mas muitas vezes apoiadas por empresas privadas e mesmo públicas.

Esse liberalismo social de Itamar Franco efetivou-se nas práticas de minimização da fome, sem afetar de fato a mola propulsora da mesma, ou seja, suas ações foram direcionadas por uma função destinada a subtrair a possibilidade de revolta da classe trabalhadora, visto que a inflação pelo Plano Real foi combatida, mas a fome ainda persistia e o desemprego também. A criação de ações e, posteriormente, bolsas, somente em 2001 como a bolsa escola no governo Fernando Henrique Cardoso, tiveram como objetivos apaziguar o ânimo crescente da população brasileira em situação de miséria.

No discurso de posse de Itamar Franco em 30 de dezembro de 1992 o mesmo teceu duras críticas ao governo Collor e mesmo com esse discurso duro e áspero não houve mudanças que impactassem as políticas neoliberais apresentadas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional:

> Não resolveremos a questão social no Brasil enquanto não formos capazes, todos nós, de olhar nos olhos de todos os brasileiros, crianças e velhos, das cidades e dos campos, e vê-los como vemos os nossos próprios filhos, os nossos próprios pais, os nossos próprios irmãos. Não podemos ver os mais pobres com a comiseração que se endereça aos miseráveis, mas com o sentimento de que estamos diante de pessoas humanas iguais a nós, companheiras de nosso destino dentro destas mesmas paisagens, sob este mesmo céu, e nesta mesma história. **A nossa sobrevivência como Nação depende da união de todos e do trabalho comum**. Falou-se muito em modernidade nestes meses, como se alguém, em sã consciência, pretendesse

> retornar ao passado, ou manter o País no atraso**. Nos quase três anos em que se proclamou a falsa modernidade como programa de Governo, o resultado representou alguns passos atrás na economia do País.** As previsões estatísticas anunciam que o Produto Interno Bruto do Brasil será, amanhã, dia 31 de dezembro de 1992, três vírgula sete por cento menor do que o PlB que registrávamos em 31 de dezembro de 1989. Como nestes três anos a população aumentou, a redução per capita registrada é de quase dez por cento. Em suma: **o lema da modernidade, tão proclamada, empobreceu** o País dez por cento em apenas trinta meses. **Todos nós queremos modernizar o País e o modernizaremos, sem empobrecer a classe média e sem agravar o sacrifício dos trabalhadores.** (BRASIL, 2008, p. 11 <grifo nosso>).

Itamar Franco não abandona o sentido da modernidade inaugurada por Collor, mas tenta apresentar outra modernidade que vai fazer os trabalhadores continuarem como tais nas mesmas condições. Salienta que a classe média não pode ser empobrecida, justamente essa que foi tão decisiva no impeachment de Collor ao ir para as ruas e exigirem a deposição do presidente. Tenta dizer que a não será maior e melhor com o apoio de todos, mas depois salienta que existem condições diferentes para cada classe social, assim, a classe média deve ser afastada do empobrecimento e os trabalhadores serão sacrificados sem assumirem novos sacrifícios, o que foi inconsistente e pouco real essa afirmação.

O Plano Real já surgiu de forma latente no discurso de 30 de dezembro de 1992:

> **A política de modernidade e de combate à inflação não pode ser fundada na manutenção de juros altos**. A taxa real de juros, paga para refinanciar a dívida pública mobiliária federal, ou seja, para rolar os títulos em poder da rede bancária, era, até recentemente, de dois vírgula dois por cento ao mês, ou de quase trinta por cento ao ano. Como é possível investir em atividades produtivas, quando o próprio Governo paga tão alto pelo dinheiro? **E de onde poderá tirar o Governo recursos para remunerar com tais taxas os seus credores?** Trata-se, senhores, de uma ilusão, de um pesadelo, do qual devemos despertar, mas dele não despertaremos com choques. A experiência passada demonstra que as chamadas medidas de impacto podem mascarar a situação por algumas semanas ou meses, mas não tocam na estrutura da crise. Nos meses de interinidade, vencendo resistências de toda ordem, conseguimos reduzir a taxa real de juros dessa parcela da dívida pública a um vírgula cinqüenta e cinco por cento ao mês, ou seja, a cerca de vinte por cento ao ano. Essa redução é ainda

> insatisfatória. Iremos, **mediante criteriosa política que combine todos os instrumentos de ação governamental, entre eles o ajuste fiscal, trazer as taxas ao campo do bom senso. Entre as providências de ajuste, inclui-se rigorosa seleção dos gastos públicos**. **O Governo investirá obedecendo a critérios sociais e na infra-estrutura.** Ao mesmo tempo, está certo de que a recuperação da confiança da sociedade no Governo possibilitará as condições indispensáveis à retomada do desenvolvimento. (BRASIL, 2008, p. 12 <grifo nosso>).

Os critérios sociais foram subjugados pela subtração dos gastos públicos e por causa da situação imposta pelos organismos internacionais para liberarem mais crédito para o país, assim, o ajuste fiscal foi a base necessária para "acalmar" os nervos dos credores internacionais e daqueles grandes investidores do mercado financeiro. O combate a inflação se deu pela conversão da moeda Cruzeiro em Cruzeiro Real e depois Real - M. P 336/93 e a Circular 2.010/93 (BACEN) - , assim, o papel real e simbólico da moeda Real antecedida pela Unidade Real de Valor (URV) fez com que as pessoas fossem compreendessem a degradação monetária e a substituição de uma moeda "desacreditada" por outra que surgia com força e agregação monetária substantiva. As correções efetuadas por essa ferramenta monetária na correlação Cruzeiro, Cruzeiro Real e URV fizeram com que as pessoas entendessem o esforço feito para subtrair toda uma cultura hiperinflacionária de produção e consumo por meio de uma nova moeda. Essa compreensão de troca de moeda antecedida por correções diárias de correlações entre a moeda real e a unidade ficcional foi algo surpreendente para disseminação no ão de uma cultura e prática derivada dos pressupostos neoliberais, em outras palavras, as macropolíticas neoliberais empreenderam uma dinâmica em microescala na compreensão dos brasileiros, pois a URV passou a impressão de ter a dinâmica parecida com o mercado de ações. Outro ponto importante é a valorização diária da URV por ser calculada a partir da inflação diária pelos índices IPCA-E, FIPE e IGPM,conforme a medida provisória 457/94 a qual dispunha sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional e instituiu a Unidade Real de Valor – URV.

O primeiro valor da URV foi de 1 URV igual a CR$ 637,64 no dia 29/02/1994 e seu último valor foi de CR$ 2750,00 no dia 30/06/1994. Nesses quatro meses de conversão e correção diária os brasileiros se acostumaram a pensar em termos econômicos somados ao papel de comunicação dos meios midiáticos e sua influência na constituição dos valores e, portanto, no poder de compra, na qualidade de vida, na questão salarial e no emprego. A URV não era apenas conversão de moeda, mas, sobretudo, a constituição de uma forma de pensar a economia, a política e a própria sociedade.

Segundo Oliveira (2012) a hiperinflação foi pedagógica no sentido neoliberal de marcar um caminho que não precisaria de volta, para isso as transformações do Estado e do modo de produção no Brasil poderiam ser reorganizadas e reestruturadas de tal forma que inviabilizassem o retorno da inflação. Esse cenário foi possível com as mudanças empreendidas desde o governo Collor e revitalizadas com o Plano Real no governo Itamar Franco e depois no governo FHC. Oliveira (2012, p 26) assim se posicionou:

> [...] a função pedagógica perversa da inflação foi administrada a conta-gotas durante a primeira parte do governo Itamar, precisamente para produzir o terreno fértil no qual se joga a semente neoliberal e ela progride. Acompanhamos as peripécias do governo Itamar até a posse do senador Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, preparando a URV, forma pedagógica de incutir a desesperança nas formas econômicas, sociais e políticas que estavam sendo construídas, que lutaram contra o projeto neoliberal, para uma nova investida neoliberal.

Oliveira na mesma página continua:

"[...] os indicadores apontam para a dura realidade de um cotidiano em que o Estado brasileiro não tem mais nenhuma capacidade de regular nem o jogo do bicho, nem as brigas de galo, nem os créditos do BNDES".

Naquele momento setembro de 1994 no qual Oliveira escreve existia uma falsa expectativa do Estado ausentar-se por completo das decisões econômicas. Isso nunca ocorreu, visto que o Estado brasileiro, desde então, tem intensificado suas condutas com a finalidade de constituir de fato um Estado neoliberal e, portanto, apto para receber

investimentos estrangeiros e apresentar as suas empresas as mais confiáveis possíveis para serem negociadas nas bolsas de valores.

O Plano Real, neste sentido, deu estabilidade econômica para o país ao mesmo tempo em que promoveu a subtração da inflação e a ilusão de que a moeda real fosse equiparada ao dólar. Essa estratégia colocada em prática fez com que, conforme Noronha (2009), foi capaz de diminuir o número de greves quando comparado ao governo Collor, mas as greves, ainda segundo Noronha (2009), tiveram médias menores no governo FHC. Assim, graças a popularidade alcançada pelo Plano Real o ministro FHC se torna presidente eleito no primeiro turno.

Fiori (1998, p. 115) define o presidente eleito em 1995 numa entrevista concedida a revista Veja:

> Fernando Henrique é o que se pode chamar de presidente de novo tipo. Em todos os países que estão tentando uma adesão periférica ao processo de globalização, e fazem isso simultaneamente com planos de estabilização, surgiu um fenômeno: os presidentes ficaram levemente decorativos. Seja ele um gângster, um corrupto ou um intelectual. Não importa: a Rússia tem até um bêbado na Presidência, e ninguém liga. Como o comando econômico obedece a uma estratégia global, resta uma estreita margem para os presidentes e as políticas nacionais.

Fiori (1998) culpa o governo FHC pela subtração da soberania nacional e coloca a responsabilidade disso em suas mãos, concordamos com isso, mas podemos acrescentar que esse governo para isso fez inúmeros acordos com a burguesia nacional, principalmente, o setor bancário nacional e internacional, com destaque para os especuladores financeiros.

Paulani (2006) direciona seus argumentos para evidenciar como o Brasil no governo FHC passou a instrumentalizar todo o Estado para que o mesmo cumprisse o seu papel na nova economia mundial, tal economia exigia da nação sérios sacrifícios os quais levariam o país para o progresso. FHC consolida o discurso neoliberal agora sob a égide da

modernidade sinalizada pela globalização em todos os sentidos, portanto, ser globalizado necessariamente deveria significar uma economia e um Estado flexiblizado.

> Nesse processo, o papel das elites foi de extrema importância. Ainda que na estivessem disso exatamente conscientes, a possibilidade de internacionalizar de vez seu padrão de vida, juntamente com a possibilidade, que ficaria ao alcance da mão, de desterritorializar sua riqueza, fez com que as elites brasileiras, que padecem de crônico sentimento de inferioridade, abraçassem incondicionalmente o discurso neoliberal e o defendessem com unhas e dentes, ainda que, contraditoriamente, acabassem por utilizar os elementos da receita neoliberal, como as privatizações e a necessidade de superávit nas contas públicas, para hierarquizar e 'pessoalizar' as relações de mercado. (PAULANI, 2006, p. 87).

O apoio da elite as reformas empreendidas no governo FHC se deram, justamente por possibilitar que o Brasil inserido com mais ênfase no mercado internacional, poderiam ampliar seus lucros exportando ou mesmo especulando nas bolsas de valores, ou ainda, importando e criando redes varejistas e atacadistas capazes de concorrer deslealmente com os produtos nacionais, posteriormente, as grandes redes varejistas e atacadistas internacionais também buscaram sua concorrência no mercado nacional. A diferença de Collor e FHC é que o primeiro não teve a preocupação em fazer uma abertura gradual e beneficiar ainda mais os setores conservadores da burguesia nacional, já FHC possibilitou que empréstimos fossem tomados por esses setores conservadores e, portanto, fossem capazes de atuarem com mais força contra os concorrentes internacionais e com isso, nessa segunda fase do processo neoliberal, tiveram ampliados o domínio do mercado interno, posteriormente, reforçado nos dois governos Lula.

Costa (2002, p. 27-28) interpretou da seguinte forma a diferença entre Collor e FHC:

> As condições institucionais para a implementação de mudanças estruturais na Administração Pública Federal durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso foram em geral bastante favoráveis. Apoiado no sucesso do Plano Real, FHC pôde montar uma grande coalizão eleitoral e de governo. Isto explica a grande estabilidade da base política do governo no Congresso, fato inédito em nossa história. Além disso, o Executivo contou

> com grande apoio na opinião pública e prestígio internacional. Aproveitando-se do amplo consenso em torno da necessidade de combater a inflação, o presidente teve condições de iniciar uma ampla reforma do Estado. Em parte, essa agenda era a mesma que Collor tentou implementar, no entanto, o novo presidente iniciou seu primeiro período de governo com uma grande vantagem: a inflação, variável crítica do ajuste fiscal, já estava sob controle. Partindo dessa base superior, Fernando Henrique tinha condições institucionais para ampliar seu escopo de ação. A agenda de Collor, baseada no desmonte do Estado, foi substituída por uma agenda de reestruturação do Estado. Para além da concepção da primeira rodada de reformas - como a abertura comercial e a privatização - incluiu-se a criação de um setor regulador para os serviços públicos concedidos à iniciativa privada e um processo de requalificação da administração pública. No entanto, quando Fernando Henrique Cardoso tomou posse, em janeiro de 1995, não havia uma percepção clara do escopo da reforma administrativa. O próprio programa de governo não tratou este tema como prioritário. A meta principal do governo era o ajuste fiscal, visando à manutenção da inflação em níveis baixos. Esse talvez tenha sido o principal obstáculo enfrentado pelas reformas propostas por Bresser. O maior compromisso do governo Fernando Henrique, desde suas origens, sempre foi com a manutenção a qualquer custo do Plano Real.

Costa (2002) ao trazerem o conceito de reestruturação do Estado fizeram com que as diferenças entre Collor e FHC fossem decisivas para a reeleição de FHC e o impeachment de Collor, visto que a formação de agências reguladoras como organismos fiscalizadores do Estado e da sociedade como um todo, passou para a burguesia nacional uma ideia de que as coisas ainda estariam nas suas mãos, ou seja, mesmo com a atuação do capitalismo mundial no mercado nacional e as empresas nacionais negociadas no mercado internacional via bolsa de valores essas agências permitiram que fosse possível pensar numa normalidade estrutural ainda vigente do "tempo" do desenvolvimentismo. As agências reguladoras, portanto, fizeram com que o governo FHC posasse para a posteridade como aquele que reestruturou o Estado e não aquele que simplesmente privatizou e fez ajustes fiscais intermináveis pagos pela classe trabalhadora.

A reestruturação de FHC não passou, segundo Teixeira e Pinto (2012) de uma inserção externa no contexto da dominação financeira o que levou o Brasil a subordinar-

se à economia mundial e com isso tornou-se mais dependente. Costa (2002) trabalham com as análises da representação política de FHC e, deste modo, sublinharam toda as operações realizadas pelo governo para garantir a manutenção do Plano Real, uma vez que a garantia do plano daria condições para que o país continuasse suas reformas sem a mobilização em massa de trabalhadores e esse caminho deu certo e FHC conseguiu a sua reeleição.

A reestruturação de FHC ou as reformas "radicais" de Collor seguido por Itamar Franco tiveram o mesmo significado de inserção do país no mercado mundial subordinado aos ditames da lógica financeira globalizada direcionada pelos Estados Unidos, logo esse movimento de reorganização do Estado teve como pressuposto a legitimação imperialista dos Estados Unidos ideologizado no mercado financeiro.

O papel de dependência aos ditames neoliberais precisa ser compreendido como direção de um posicionamento geopolítico e geoeconômico oriundo dos interesses dos Estados Unidos organizados pelas suas empresas com práticas multinacionais ou transnacionais. FHC permitiu, portanto, efetivar uma série de reformas levadas à última instância econômica antecedida por questões políticas. A política veio antes como forma de organização econômica e como apontaram Teixeira e Pinto (2012) foi justamente no governo FHC que se tentou, como conseguiu, retirar a política do econômico e todas as discussões políticas quanto a economia passaram a serem realizadas de forma técnica. FHC, a partir de Teixeira e Pinto (2012), tentou matar a política no econômico.

Os discursos de FHC, conforme Teixeira e Pinto (2012), direcionaram os ajustes econômicos para as esferas técnicas, deste modo, a política não foi contemplada como ação também do econômico. Somado ao amplo apoio da mídia (OLIVEIRA, 1999) com direcionamento para transferir os problemas econômicos para problemas técnicos, destituindo a última instância da responsabilidade econômica vinculada a política como ação. Desta forma, o econômico passou a figurar entre especialistas e não mais pela vontade política,

pelas ações do Estado, como se ganhasse autonomia o econômico e pairasse sobre todas as outras esferas que interferem no nosso cotidiano.

O governo FHC foi marcado, portanto, por um forte discurso que tentava despolitizar o econômico como pauta importante das práticas neoliberais. Esse movimento de despolitização também foi incorporado ao movimento dos trabalhadores através dos sindicatos vinculados à Força Sindical, assim, mídia, Estado e sindicatos colaboraram para combater a ideia do vínculo indissociável da política e do econômico. Em oposição a esse movimento de despolitização na década de 1990 inúmeros movimentos sociais se organizaram para exigirem mais justiça econômica e social por meio de ações políticas dentre tais as inúmeras greves, bem menos em número do que no governo Collor e Itamar, a intensificação das ocupações dos sem-terra, dos sem-teto e de, certa forma, a CUT como oposição.

Desta maneira, as transformações econômicas empreenderam transformações políticas e essas impactaram nas organizações sociais também, visto que o Plano Real como agente político e econômico neoliberal fez com que os trabalhadores tivessem seu poder de compra estabilizado, ao mesmo tempo em que essa estabilidade permitiu o aumento considerável do consumo, principalmente pela subtração da inflação e o aumento substancial do crédito.

Esse é um ponto importante para pensarmos o processo de globalização na sua fase neoliberal, visto que ao conter a inflação FHC e Itamar Franco promoveram um novo mercado financeiro destinado para a classe trabalhadora e com aumento para a classe média. O crédito, principalmente a partir de FHC, tomou outra dimensão no cotidiano dos trabalhadores, uma vez que os mesmos passaram a contar com a possibilidade de empréstimos para serem pagos a curto ou médio prazo com juros elevados, porém prestações pré-definidas para os trabalhadores. Afirmamos que esse é um ponto importante do processo de

globalização no Brasil por trazer a ampliação da possibilidade de endividamento da população brasileira por meio de créditos vinculados ao mercado de crédito internacional e a financeirização da economia nacional.

> Todo esse conjunto de transformações, que mudou a face do sistema produtivo, busca em última instância conferir ao capital a flexibilidade necessária para que aproveite as oportunidades de acumulação onde quer que elas se encontrem (no setor produtivo, no setor financeiro, nos negócios de Estado). (PAULANI, 2006, p. 81).

A flexibilização da economia nacional teve como centralidade a partir do primeiro governo FHC o setor bancário e todo seu empenho em transformar a economia nacional a partir dos vínculos realizados com o capitalismo internacional. Assim, os bancos nacionais lucraram muito no primeiro ano do Plano Real e isso estimulou a chegada de bancos estrangeiros. O setor de crédito nacional ainda tinha muito para ser explorado, visto que a inflação controlada era recente e com isso outras formas de lucro foram iniciadas pelos bancos e a expansão do crédito foi um desses "novos produtos".

É impossível constituirmos a história do tempo presente sem esses elementos, sem compreendermos a dinâmica da nova produção capitalista atrelada definitivamente à especulação financeira mundial como processo globalizante investido no direcionamento neoliberal.

Os bancos tomam uma dimensão não mais apenas localizada nos seus espaços nacionais, pois suas articulações de negócios dependem do movimento financeiro mundial. Os bancos estaduais públicos foram privatizados desde o governo Collor e no governo FHC ocorreu a ampliação desse processo e vários bancos estrangeiros passaram a atuar com as antigas bandeiras dos bancos estaduais, desta forma, os bancos nacionais tiveram concorrentes internacionais no solo brasileiro e foram obrigados a se adequarem as novas demandas para continuarem lucrando, logo tornou-se importantíssimo os bancos nacionais atrelarem-se ainda mais as exigências do mercado financeiro global.

Esse movimento de expansão das influências diretas do capitalismo financeiro mundial materializado nos empréstimos bancários e outras operações fizeram com que o endividamento da população brasileira também aumentasse, assim, a inflação estabilizada fez com que os empréstimos fossem ampliados e os juros bancários foram, desde então, os maiores vilões, bem como a ampliação do mercado de cartão de crédito, para os trabalhadores.

Brandão (2013) defende que o setor bancário foi um dos principais setores do capitalismo financeiro no processo neoliberal principalmente a partir de FHC. Assim, segundo Brandão, o ajuste neoliberal no Brasil precisou ter como aliado o setor bancário para a própria expansão das exigências do mercado internacional, tal como sinalizou Chesnais (2001) com a acumulação predominantemente financeira sendo exercida pela dominação do mercado financeiro como regulador das finanças com poder para fixação das taxas de juros.

A subordinação dos bancos nacionais a escala internacional é o reflexo das mudanças na nova flexibilização da produção e dos novos mecanismo de acumulação. O governo FHC, segundo Brandão (2013), foi marcado a partir de 1997 com a compra de bancos privados nacionais por bancos estrangeiros, assim, não se tratava apenas de transferência de clientes para bancos estrangeiros, mas a internacionalização também de nossos indexadores da economia, ficando, deste modo, os brasileiros mais ainda reféns do mercado internacional. Todo esse cenário compõe as novas formas de acumulação do capitalismo mundial como permanente processo de expansão global iniciado desde a criação e desenvolvimento do capitalismo.

Brandão (2013) informa que em 1998 quase 30% das instituições financeiras no país eram estrangeiras, isso tem um impacto significativo na composição dos juros ditados pelo Banco Central do Brasil e, sobretudo, pela liberação de créditos subordinando parte considerável da população brasileira a alianças de dependências

estrangeiras por meio do número de empréstimos realizados nesse período. A ampliação dos créditos para os trabalhadores brasileiros e aumento considerável do endividamento desses, fez com que as instituições estrangeiras estimulassem ainda mais seu poder econômico e político no Brasil.

Segundo Brandão (2013) várias empresas estrangeiras, entendemos multinacionais e transnacionais, fizeram investimentos no Brasil incorporando bancos ou comprando-os nos seus negócios, assim, tais investimentos no setor bancário por empresas tradicionais em outros ramos deixa claro que o mercado bancário brasileiro era (é) extremamente lucrativo, somado ao fato do Estado oferecer inúmeras vantagens para o setor privado que se interessasse pelo projeto de privatização. O interesse de inúmeras empresas estrangeiras fez com que o projeto de privatização iniciado no governo Collor tivesse ainda mais êxito no governo FHC.

Chesnais (2001) acentuou a força da organização desse capitalismo se organizando a partir da produção e incorporando o mercado financeiro, mesmo assim ele ressalvou a operação máxima de dominação do mercado e das negociações financeiras por instituições que "pairam" para além dos Estados, mas dependem, sobretudo, das movimentações realizadas pelos próprios Estados para se configurarem com e pelo poder econômico atrelado, muitas vezes indistintamente, ao político.

Brandão (2013) trouxe a relação dos bancos estaduais brasileiros que foram privatizados, bancos com lucros consideráveis e com uma cartela de clientes realmente própria para não serem privatizados, porém o discurso e a prática do Estado mínimo acusando o Estado de usar os bancos para fortalecer projetos políticos que são completamente distintos dos objetivos técnicos da economia.

Chesnais (2001) sinalizou o triunfo do fetichismo financeiro sobre a mercadoria, por ter o capitalismo financeiro avançado nas suas ações econômicas e nos seus

direcionamentos políticos, desta forma, chamou esse movimento de mundialização do capital o qual destacamos a propositividade de uma legalidade permanente na esfera da flexibilidade da produção e essa, no discurso ideológico, como secundária diante dos mercados de ações e dos mercados futuros. A flexibilização da economia refletiu na flexibilização da produção e essa passou a ser apenas produção par ao capital conformando todas as agendas dos Estados vinculados ao projeto neoliberal como agenda única e objetivos específicos para os ganhos do capitalismo especulativo mundial.

> Para tudo que pertence à esfera visível das mercadorias, são os grupos industriais transnacionais (os FMN) que têm a condição de assentar a dominação política e social do capitalismo. Porém, não são eles que comandam o movimento do conjunto da acumulação hoje. Ao término de uma evolução de vinte anos, são as instituições constitutivas de um capital financeiro possuindo fortes características rentáveis que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo do investimento ou o nível e as formas do emprego assalariado. As instituições em questão compreendem os bancos, mas sobretudo as organizações designadas com o nome de investidores institucionais: as companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização (os Fundos de Pensão) e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, administradoras altamente concentradas de ativos para a conta de cliente dispersos (os Mutual Funds), que são quase sempre as filiais fiduciárias dos grandes bancos internacionais ou das companhias de seguro. Os investidores institucionais tornaram-se, por intermédio dos mercados financeiros, os proprietários dos grupos: proprietários-acionários de um modo particular que têm estratégias desconhecidas de exigências da produção industrial e muito agressivas no plano do emprego e dos salários. (CHESNAIS, 2001, p. 8).

As transformações do modo de produção e a vinculação permanente das instituições financeiras ao cotidiano dos Estados tem levado os trabalhadores a uma condição de máxima exploração seja no mercado no qual os mesmos são concorrentes como trabalhadores, na remuneração mensal, nos juros do cheque especial e do cartão de crédito e até mesmo nas suas futuras aposentadorias, uma vez que essas instituições sinalizadas por Chesnais (2001) também apresentaram planos, como fizeram, na busca por privatizarem também parte da previdência pública dos países periféricos, como o Brasil.

O processo neoliberal como etapa atual da globalização reformulou as condições de classe trabalhadora ao influenciar diretamente na organização coletiva, na remuneração e na perspectiva de aposentadoria aumentando consideravelmente o tempo de contribuição. Desta forma, os trabalhadores brasileiros desde 1990 sofreram as consequências diretas do neoliberalismo, com subtração gradativa de seus direitos e com a inserção de novos elementos vinculados a opressão dos mesmos.

O cenário político desde Collor foi sendo apaziguado numa ampla tentativa de superação da oposição de sindicatos e movimentos sociais contra o discurso modernizador da globalização.

As privatizações dos bancos e, posteriormente, da previdência, ainda em processo em 2014, foram sinais evidentes que se tentava como conseguiram constituir outro Estado brasileiro atrelado, sobretudo, aos interesses políticos e econômicos da classe dominante. As lutas internas dentro da própria burguesia nacional ficaram evidentes no impeachment do governo Collor, mas essa continuou e de forma apaziguadora ou conciliadora o governo Itamar Franco conseguiu dominar a situação e no governo FHC ocorreu um tipo de pacto entre a burguesia nacional na esperança de pleno domínio e total subtração do poder emancipatório das classes trabalhadoras.

A força política do governo FHC se deu em duas situações: subtração da inflação e aumento do poder de compra dos trabalhadores. Essa condição fez com que o mesmo ganhasse duas eleições e colocasse em prática suas ações reestruturantes do Estado brasileiro.

A base teórica política e econômica empreendida por FHC foi apresentado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995, elaborado e escrito por Clóvis Carvalho (Presidente dos trabalhos e Ministro Chefe da Casa Civil), Luiz Carlos Bresser- Pereira (Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado), Paulo Paiva

(Ministro do Trabalho), Pedro Malan (Ministro da Fazenda), José Serra (Ministro do Planejamento e Orçamento) e Gen. Benedito Onofre Bezerra Leonel (Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas). A composição deste Plano a partir dos membros participantes já dá o direcionamento das pautas, quando analisamos o que foi proposto como reforma para o Brasil fica mais evidente as sinalizações de Anderson (2012) e Paulani (2006).

As reformas tinham o tom do discurso de Collor voltado para um processo de modernização da instituição administrativa do Estado brasileiro para fortalecer ainda mais a capacidade produtiva e constituir uma revolução burguesa. Segundo Benoit (2007) o governo Fernando Henrique foi amplamente apoiado por amplos setores da burguesia nacional e até mesmo por professor universitários e intelectuais como USP, Unicamp e Puc-RJ. Benoit (2007) destacou o fato desses apoiadores acreditarem no rompimento de um projeto arcaico para um projeto modernizantes de Brasil. “Falavam em “modernizar” o Estado brasileiro e até realizar uma espécie de “revolução burguesa” no Brasil, como chegou a escrever o sociólogo Francisco Welfort”. (p. 32-33).

Francisco Welfort, conforme Benoit (2007), é um caso emblemático já que foi um dos fundadores do PT e, posteriormente, foi ministro da cultura no governo FHC, justamente por acreditar nesse processo de modernização nacional numa sociedade pós-industrial e pós-moderna e, deste modo, negar a luta de classes como uma constante em todo mundo capitalista.

Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995 revelou a condução do novo governo e quais caminhos seguiria, como seguiu, o corpo de trabalho desse plano apresentou bem as intenções e como as reformas seriam, e foram, amplas com objetivos bem definidos para o processo de reorganização do Estado brasileiro atrelado ao processo de reestruturação do modo de produção capitalista com novas formas de acumulação.

> A crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por conseqüência, da inflação. Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais. (CARDOSO, 1995, p. 6).

O documento na sua abertura escrito pelo então presidente FHC, na sua introdução às suas intencionalidades, configura e conceitua o Estado como ineficiente e que foi desviado de suas funções e, segundo PDRAE (1995), o único caminho de recuperação desse papel do Estado são reformas sinalizadas ao longo de todo documento em consórcio ao interesse do processo de globalização norteado pelos países centrais e por suas empresas transnacionais e multinacionais.

> A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. No plano econômico o Estado é essencialmente um instrumento de transferências de renda, que se torna necessário dada a existência de bens públicos e de economias externas, que limitam a capacidade de alocação de recursos do mercado. (PDRAE, 1995, p. 12)

Deste modo, a redefinição do papel do Estado passa em todas as esferas constituintes do mesmo e se desdobra na sociedade seja nas questões econômicas, políticas ou sociais. O Estado, nessa visão, subtrai o seu papel de agente político e passa a ser compreendido como agente administrativo com função de regulação das demandas impostas pelo mercado quando afeta a normalidade das taxas de lucros, assim, a subtração dessas faz com que o mercado considere a interferência do Estado como uma realidade para assegurar seus negócios.

> A reforma do Estado envolve múltiplos aspectos. O ajuste fiscal devolve ao Estado a capacidade de definir e implementar políticas públicas. Através da

> liberalização comercial, o Estado abandona a estratégia protecionista da substituição de importações. O programa de privatizações reflete a conscientização da gravidade da crise fiscal e da correlata limitação da capacidade do Estado de promover poupança forçada através das empresas estatais. Através desse programa transfere-se para o setor privado a tarefa da produção que, em princípio, este realiza de forma mais eficiente. Finalmente, através de um programa de publicização, transfere-se para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle. (PDRAE, 1995, p. 12)

O programa de privatizações e as políticas de parcerias público privadas foram mecanismos de regulação da economia na nova flexibilização da produção e na nova etapa de acumulação. A chamada crise fiscal foi, é ainda, utilizada como argumento para realizar as mais amplas reformas e com isso beneficiar bancos e investidores com amplos prejuízos para os trabalhadores. O corte nos gastos públicos priorizado por esse documento, teve como argumento o ajuste das contas públicas e, portanto, a redefinição do papel do Estado na ação direta com as empresas e com os trabalhadores, assim, é interessante notarmos que necessariamente os trabalhadores sempre perderam e em nome da competitividade internacional, por ter a implementação de políticas nacionais de inserção no mercado globalizado, os trabalhadores foram também impelidos cada vez mais a qualificação profissional para lidarem com as necessidades impostas pelo capitalismo internacional.

O Estado conforme o PDRAE teria que ausentar-se de inúmeras discussões que envolvessem o setor privado e deixando a capacidade produtiva e de negociação das relações comerciais a cargo dos mesmos. O projeto neoliberal, segundo Paulani (2008), pode ser resumido num conjunto de práticas essencialmente política econômica, deste modo, o próprio documento aqui analisado apresenta um conjunto doutrinário de política econômica com a mínima preocupação no amplo desenvolvimento de toda a população. Frisamos que os ministros envolvidos no documento, como o do trabalho e das forças armadas, indicam um caminho de pacto político entre as diversas forças que compõe o Estado, ou seja, esses pactos

de poder orquestrado pelo capitalismo mundial obrigaram as forças políticas organizarem-se de tal forma que desde o governo Collor até o primeiro governo Dilma não foi possível ocorrer transformações desse caminho.

Ao assinarem o documento os ministros destacados anteriormente nos indicam como desde a década de 1990 as forças econômicas e políticas nacionais realizaram as mudanças territoriais necessárias para a implantação de uma forma de exploração vinculada diretamente as necessidades do capitalismo mundial antecedido pelos interesses imperialistas, principalmente dos Estados Unidos e Europa Ocidental (Alemanha e Inglaterra).

O PDRAE tem citado apenas seis vezes a palavra democracia, isto é, o documento tem interesse exclusivo nas questões econômicas e o povo em geral é apenas lembrado quando aparece de forma pouco convincente a defesa da democracia. O documento foi um indicativo do caminho que realmente ocorreu, ao lermos esse documento compreendemos os pactos de poder estabelecido entre a burguesia nacional e internacional. O Estado foi, desde então, preparado para servir aos interesses do mercado globalizado. A globalização efetuou-se neoliberalmente nas ações do Estado na propagação de valores os quais subtraíram a confiança no papel do Estado como condição democrática.

> Esta cultura burocrática não reconhece que o patrimonialismo, embora presente como prática, já não constitui mais valor hoje no Brasil. **Não reconhece que os políticos, em uma democracia, são crescentemente controlados por seus eleitores.** Por isso, ela mantém uma desconfiança fundamental nos políticos, que estariam sempre prontos a subordinar a administração pública a seus interesses eleitorais. Na prática, o resultado é uma desconfiança nos administradores públicos, aos quais não se delega autoridade para decidir com autonomia os problemas relacionados com os recursos humanos, materiais e financeiros. Explica-se daí a rigidez da estabilidade e dos concursos, o formalismo do sistema de licitações, e o detalhismo do orçamento. Esses obstáculos a uma administração pública eficiente só poderão ser superados quando, conjuntamente com a mudança

> institucional-legal ocorra uma mudança cultural no sentido da administração pública gerencial. (PDRAE, 1995, p. 38 <grifo nosso>)

O Estado para os ministros do governo FHC, portanto para o próprio presidente, deveria ter subtraído todo seu patrimonialismo, clientelismo, favorecimentos ilícitos, enfim, com a substituição das instituições arcaicas por um novo modelo de Estado não haveria mais espaço para as dificuldades típicas de um Estado burocrático. A modernização do Brasil, segundo o documento, seria a transformação de um Estado patrimonialista para um Estado gerencial. A privatização, portanto, seria, como foi, para essa concepção a única forma de resolver os déficits fiscais e equilibrar o orçamento e as contas públicas de maneira geral.

O documento sinaliza a mudança institucional-legal acompanhada de uma mudança cultural no sentido da administração do Estado brasileiro, para que fosse realizada, de fato, essa transformação, o governo FHC contou com amplo apoio da mídia (OLIVEIRA, 1999) e com as transformações oriundas nos setores educacionais e culturais, principalmente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que orienta a educação para o mercado de trabalho sem preocupar-se com conhecimentos que ampliem a condição crítica do sujeito.

A democracia sinalizada pelo documento aponta a necessidade dos políticos serem controlados por seus eleitores, o que de fato jamais ocorreu na história do país, uma vez que a política partidária afasta-se dos sujeitos e compõe força com outros setores que não estejam ligados diretamente a política oficial. As reformas empreendidas desde Collor não foram consultadas e nem a população opinou em nenhum momento, esse discurso ideológico tem apenas como fundamento acalmar os ânimos e associar permanentemente capitalismo e democracia, como se não houvesse outro caminho, como se a democracia apenas tivesse a capacidade de ser efetivada no capitalismo. Lênin em 1917 já rebatia essas falácias constitutivas de um discurso e prática hegemônicas do capitalismo:

> A sociedade capitalista, considerada nas suas mais favoráveis condições de desenvolvimento, oferece-nos uma democracia mais ou menos completa na república democrática. Mas, essa democracia é sempre comprimida no quadro estreito da exploração capitalista; no fundo, ela não passa nunca de democracia de uma minoria, das classes possuidoras, dos ricos. (LENIN, 2007, p. 104).

Lênin quase oitenta anos antes do PDRAE já alertava sobre os limites dessa democracia burguesa, mas os discursos desde Collor são no sentido de fortalecer os elementos burgueses dessa democracia, dentre tais o afastamento do povo das esferas de controle do Estado e a ampliação das diretrizes internacionais do capitalismo nas suas formas mais amplas de acumulação. Neste sentido, numa análise a partir de Lênin, entendemos que as articulações políticas e econômicas desse Estado gerencial tem nítida apologia ao mercado com inevitáveis subtrações das condições adequadas de vida para os trabalhadores, enfim, a construção do que chamam de democracia, de fato, ocorreu, mas uma democracia essencialmente e com experiências burguesas.

O documento de 1995 em toda sua extensão menciona uma única vez a palavra sindicato e trabalhador aparece apenas três vezes, isso indica, como de fato ocorreu, um caminho voltado, sobretudo, para as exigências do mercado internacional, dos pactos nacionais e internacionais de poder e o distanciamento de uma agenda de ampliação dos direitos trabalhistas voltados para o melhoramento da qualidade e das condições de vida dos trabalhadores. Deste modo, um Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado assinado também pelo Ministro do Trabalho tem em todo o conjunto menções aos trabalhadores e uma leve consideração sobre o sindicato e seu papel, definitivamente, como ocorreu, a ampliação dos direitos do mercado internacional subtraíram as condições de maior resistência dos trabalhadores em termos sindicais, pois a Força Sindical nasceu para os patrões e a CUT pouco a pouco se distanciou dos objetivos de lutas travadas durante toda a década de 1980 até a metade da década de 1990.

> A transição para uma administração pública gerencial só será possível se, ao mesmo tempo que se aprovam as mudanças legais, vá mudando a cultura administrativa do país. Esta cultura, fortemente marcada pelo patrimonialismo recente, tem ainda um forte caráter burocrático, pois parte de uma desconfiança fundamental na possibilidade de cooperação e de ação coletiva. Os indivíduos são vistos como essencialmente egoístas e a-éticos, de forma que só o controle a priori, passo a passo, dos processos administrativos permitirá a proteção da coisa pública. A mudança para uma cultura gerencial é uma mudança de qualidade. Não se parte para o oposto, para uma confiança ingênua na humanidade. O que se pretende é apenas dar um voto de confiança provisório aos administradores, e controlar a posteriori os resultados. Só esse tipo de cultura permite a parceria e a cooperação. Só através dela será possível viabilizar não apenas as diversas formas de parceria com a sociedade, como também a cooperação no nível vertical entre administradores e funcionários públicos, entre governo e **sindicatos** de funcionários. A verdadeira eficiência é impossível sem essa parceria e essa cooperação. (PDRAE, 1995, p. 54 <grifo nosso>)

Mais uma vez o documento salientou a necessidade de uma cultura para além das imposições dos trabalhadores por meio de pactos que garantissem a ampliação do poder das empresas pela ampliação de suas taxas de lucros com condições desfavoráveis para os trabalhadores. Os sindicatos, portanto, compõem a realidade de um pacto que se firmou, anteriormente, no sindicalismo de resultados auferido pelas práticas da Força Sindical e, posteriormente, pelas mudanças de comportamentos reivindicatórios da CUT. O impacto desse documento foi decisivo para a ampliação das reformas do Estado com consequências diretas para o seu sucessor, tal como o governo FHC o governo Lula também construiu um documento de orientação neoliberal para apaziguar os ânimos antes as eleições de 2002. O Plano de FHC e a Carta de Lula, assinada como Carta ao Povo Brasileiro, são essencialmente congruentes, deste modo, interpretamos as condições do Plano de 1995 e seu direcionamento não apenas no governo FHC, mas com desdobramentos para a sociedade como um todo, incluindo diversos partidos políticos, dentre tais o Partido dos Trabalhadores, e também sindicatos vinculados a CUT.

Tanto FHC como Lula seguiram as diretrizes imperialistas do neoliberalismo e fizeram com que a burguesia nacional tivesse ampla vantagem nessa reestruturação da produção e da flexibilização da economia.

"Após a retirada dos militares [...] todos esses governos incompetentes e sem um real projeto histórico (Sarney, Collor, Itamar Franco e, finalmente, o sociólogo FHC) apesar dos sucessivos fracassos, todos esses governos não sofreram qualquer oposição mais contestadora, qualquer movimentação de massas mais perigosa e consequente". (BENOIT, 2007, p. 33).

Discordamos de Benoit (2007) por entendermos que ocorreu uma plataforma para constituir um projeto histórico nos governos indicados pelo mesmo, pois as plataformas históricas estavam, como estão, vinculadas as necessidades impositivas das políticas de permanente indexação dos mercados nacionais aos internacionais, das ações do mercado financeiro ao desempenho do superávit primário e das condições fiscais do Estado para efetivar o contínuo aumento das taxas de lucro.

Nos dois governos FHC suas práticas foram de maximizar as operações privadas sobre o público e dar maior importância para as empresas privadas com ampliação das linhas de crédito para as grandes empresas brasileiras, ao mesmo tempo em que buscou recursos no Fundo Monetário Internacional colaborando ainda mais para as ingerências do fundo no Brasil.

O Estado gerencial nos dois governos FHC controlou a economia, mesmo com um discurso neoliberal, fortalecendo decisivamente as operações internacionais voltadas para o mercado financeiro internacional e, principalmente, em apoio a burguesia nacional, a constituição do fortalecimento das commodities negociados nos mercados futuros. Enfim, todo governo FHC também teve como compromisso um direcionamento das políticas econômicas sendo sobrepostas as necessidades mais amplas dos trabalhadores.

Segundo Borges (2002) o governo FHC foi responsável pela subtração do número de empregos e também pela deteriorização, principalmente no segundo mandato (1998-2002), dos salários, tanto é que o mesmo ao deixar a presidência contou com grande rejeição dos brasileiros. Borges (2002) sublinhou alguns ordenamentos jurídicos realizados durante o governo FHC que prejudicaram substancialmente os trabalhadores brasileiros:

> - **Portaria 865, de setembro de 1995.** Impediu a autuação das empresas por desrespeito às convenções e acordos trabalhistas. Ao invés de multa, determinou que os fiscais apenas registrem a ocorrência de práticas ilegais;
> - **Decreto 2.100, de dezembro de 1996.** O governo denunciou a Convenção 158 da OIT, retirando do direito brasileiro a norma mundial que limita a demissão imotivada;
> - **MP nº 1.539, convertida na Lei nº 10.101.** Reeditada desde final de 1994, instituiu a Participação nos Lucros e Resultados. A PLR não é incorporada aos salários e benefícios, sendo um meio eficaz de flexibilização da remuneração. Permitiu ainda o trabalho dos comerciários aos domingos;
> - **Lei nº 9.601, de 1998.** Aprovada em dezembro de 1997, criou o "contrato por tempo determinado", o famoso "contrato temporário". Ela também permitiu a jornada semanal superior às 44 horas previstas na Constituição sem o pagamento das horas-extras, criando a abjeta figura do "banco de horas".
> - **MP nº 1.709, renumerada para 1.779 e 2.168.** Vigorando desde 1998, instituiu o contrato parcial de trabalho. Permite a jornada semanal de no máximo 25 horas, com redução proporcional do salário e do tempo das férias – que pode ser de oito dias;
> - **MP nº 1.726, de 1998.** Instituiu a "demissão temporária", com suspensão do contrato de trabalho por cinco meses. Neste período, o "demitido" recebe o seguro-desemprego, custeado pelo FAT, um fundo público oriundo das contribuições dos assalariados. (BORGES, 2002, s.p <grifo do autor>).

Borges (2002) destacou os aspectos jurídicos que fundamentaram os discursos neoliberais com ações práticos sobre o cotidiano dos trabalhadores, assim, nos governos FHC a ilusão inicial da estabilidade da moeda, em pouco tempo deu lugar ao aumento considerável de desempregados com queda no nível de consumo e a economia interna fracassada. Foi assim que FHC justificou ainda mais a dependência nacional as circuitos produtivos mundiais, principalmente nosso papel na divisão territorial do trabalho de produtores de commodities. Continuamos importando tecnologia e vendendo "produtos de

feira", fazendo com que os trabalhadores brasileiros tivessem subtraídos direitos trabalhistas e salários defasados quanto à inflação, mesmo a inflação estabilizada o mínimo de variação dos preços impactou significantemente as condições de vida dos trabalhadores.

As mudanças na legislação trabalhista foram fundamentais para acentuar os projetos neoliberais e os mesmos terem garantidas as suas continuidades nos próximos governos, visto que as mudanças legais acarretam mudanças mais duradouras as quais não podem ser reformuladas sem caminhos burocráticos os quais subtraem a pressa dos mesmos.

A organicidade do neoliberalismo nos dois governos FHC empreendeu todo o Estado brasileiro para um caminho marcado por discursos e práticas os quais subtraíram, como ainda o fazem, as responsabilidades mais amplas das próprias ações dos políticos brasileiros, pois os mesmos vinculam-se permanentemente as defesas de suas bases políticas associados com seus interesses econômicos.

Depois de anos de democracia, finalmente chega ao poder o PT, como sinalizou Paulani (2008), mas esse partido, constituído historicamente como dos trabalhadores afastou-se de suas bases doutrinárias para assegurar a vitória presidencial em 2002. O Partido dos Trabalhadores através do presidenciável, até então, Luis Inácio Lula da Silva, ainda em 2002 sinalizou as mudanças ocorridas já em 1999, segundo Martuscelli (2007), por meio da "Carta ao Povo Brasileiro" lida em 22 de junho de 2002 durante discussão partidária para o programa do presidenciável.

> No 2º. Congresso Nacional, realizado em 1999, os membros do campo majoritário do PT reivindicaram o abandono de qualquer referência ao socialismo, mesmo que essa fosse meramente formal. Nas resoluções do Encontro Nacional, realizado no final de 2001, a ambição de suprimir qualquer referência ao socialismo no programa do partido repercutiu no documento que apresenta as diretrizes do programa de governo do PT. Nessas diretrizes programáticas, não há qualquer menção à palavra socialismo. Curiosamente, em 2007, na realização de seu III Congresso Nacional, o PT aprovou a tese do "socialismo democrático e sustentável", cuja extravagância vocabular denota o seu vazio político enquanto programa anticapitalista. (MARTUSCELLI, 2007, p. 23, nota de rodapé).

A carta de 2002 é uma consequência do congresso de 1999 e a retomada segundo Martuscelli (2007) da palavra socialismo tem um vazio imenso por não fazer mais sentido para esse partido. A "Carta ao Povo Brasileiro" foi um pacto significativo com as elites nacionais e o mercado internacional sinalizando a continuidade do governo FHC.

Paulani (2008, p. 7) exemplificou a chegada do PT com Lula ao poder: "[...] Alcançado o poder maior, o presidente Lula e seu partido adotaram a mais conservadora das políticas econômicas conservadoras já experimentadas pelo Brasil".

Houve uma continuidade das reformas empreendidas desde Collor, tal continuidade foi apaziguada pela opção da aceleração dos investimentos internos voltados para o consumo imediato da classe trabalhadora. Os subsídios oferecidos durante o governo Lula para vários setores produtivos, como a construção civil, tiveram como centralidade aumentar os investimentos privados e promover na mesma proporção a elevação dos níveis de emprego, renda e consumo. Todavia, essa política beneficiou ainda mais os grandes empresários e fomentou a concentração de renda para as grandes empresas. Mais uma vez o Estado via Banco Central libera "quantidade" ampla de crédito para as empresas privadas nacionais e até mesmo financia empresas estrangeiras, somadas às garantias da ampliação dos créditos para os bancos privados e públicos.

O governo Lula trouxe condições novas para o capitalismo brasileiro, já que nesse período ocorreu a internacionalização de algumas empresas nacionais, principalmente na América do Sul e África, deste modo, as políticas econômicas nos seus dois governos fomentaram a ampliação do capitalismo nacional atrelado às exigências do mercado internacional, situação que trouxe certa estabilidade econômica e, portanto, política para o país. A aprovação do governo Lula foi muito superior à aprovação do governo FHC, isso significa que as manobras econômicas de ampliação do crédito foram suficientes para

classificar melhor o governo Lula diante dos trabalhadores, todavia, os problemas próprios da classe trabalhadora no neoliberalismo persistiram, dentre tais, a dependência ao crédito e esse vinculado ao mercado internacional de crédito.

Boito Jr. (2007) numa leitura a partir de Poulantzas compreendeu o governo Lula como responsável pela ascensão da burguesia nacional atrelada à primazia do capitalismo financeiro internacional. Assim, as ações do governo Lula para a própria ampliação do crédito para os trabalhadores brasileiros estiveram vinculado aos interesses desse capitalismo financeiro global. O endividamento da população pelo crédito bancário, pelo cartão de crédito e outras formas de empréstimos deram muita força para a articulação internacional de dependência periférica do Brasil aos ditames do imperialismo globalizado sinalizado predominantemente pelos Estados Unidos.

A dependência brasileira dos investidores externos e dos especuladores financeiros trouxe uma ampliação das condições impostas pelo neoliberalismo. Paulani (2008) compreende bem esse processo e sinaliza o Brasil, no governo Lula, como um país de servidão financeira, por não reverter a dependência financeira iniciada com mais ênfase no governo Collor. As reformas econômicas e políticas realizadas por FHC foram complementadas pelo governo Lula:

> Mas a mudança implementada por FHC foi parcial, restrita aos trabalhadores do setor privado. A tenaz oposição feita pelo Partido dos Trabalhadores à sua extensão também para o funcionalismo público impediu que a reforma no sistema previdenciário brasileiro fosse feita de uma tacada só. Coube ao governo Lula completa-la, estendendo as alterações idealizadas por FHC aos trabalhadores do setor público.
> [...] Concluída essa reforma, o país ficou quase pronto para integrar adequadamente o circuito da valorização financeira. Mais alguns detalhes, como a nova lei de falências (aprovada em fevereiro de 2005), a autonomia do Banco Central [...], o aumento da desvinculação de recursos da união [...] (PAULANI, 2008, p. 99).

Todo esse movimento econômico e político teve como centralidade a ampliação das condições globalizantes do mercado mundial precedidas pelo mercado financeiro. A "arrumação" da casa para os capitais internacionais fez com que pelo menos até o segundo governo Lula o Brasil, segundo Paulani (2008), tivesse um lugar de destaque entre os emergentes e fosse confiável para a especulação e o aumento progressivo da taxa de lucro dessas empresas.

Enquanto tudo isso, nesses vintes anos (1990-2010), os trabalhadores foram sendo constituídos como uma classe vinculada permanentemente ao mercado internacional, a dependência do Estado brasileiro aos ditames do processo globalizante na etapa neoliberal.

3.1.1. UM PARÊNTESE (GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E AS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS PARA ALÉM DE 2010).

Esse parêntese tem significado importante, por trazer elementos que evidenciam as consequências do processo de globalização pós-2010, pois esse período no Brasil foi marcado por uma reestruturação econômica e, portanto, produtiva, após essas transformações a partir de 2010 ocorreram novas situações que merecem destaques para evidenciar a situação da classe trabalhadora brasileira.

Assim, a macropolítica iniciada no governo Collor foi perseguida por meio de novas formas e fórmulas sem perder a essência do projeto neoliberal. Tratamos nesse capítulo quanto às políticas econômicas e como as mesmas estruturaram o cotidiano dos trabalhadores, por meio de inúmeras reformas e novas situações que levaram os mesmos a ainda mais serem condicionados pelas exigências do mercado mundial.

O condicionamento é estruturante no sentido de força e execução de um caminho experenciado antes de tudo pela influência econômica e voltada para o agendamento político na própria configuração das ações do Estado.

> No período do modelo capitalista desenvolvimentista, verificou-se uma expansão, ainda que limitada e não-linear, dos direitos trabalhistas e sociais. O modelo neoliberal de capitalismo inverteu essa tendência. Desse elemento sobejamente conhecido, podem-se tirar conclusões novas. Na medida em que tal elemento contempla os interesses do toda a burguesia brasileira e do capital internacional aqui investido, ele deve ser considerado um elemento que tem assegurado uma unidade política mínima da burguesia em torno do modelo neoliberal. (BOITO JR, 2007, p. 60).

Essa unidade mínima promoveu, como ainda promove, inúmeros acordos os quais afetaram diretamente aos trabalhadores. Ser trabalhador em tempos neoliberais tem significa diferente dos tempos desenvolvimentista, isso implica não apenas a substituição do fordismo pelo toyotismo, mas acordos que deslocam os trabalhadores para a sua permanente crise, para a sua permanente condição de trabalhador, aquele que se vende, nos termos

marxistas, pedaço a pedaço para sobreviver. Vender as forças de trabalho nos países periféricos tem significado diferente quando comparado aos países centrais.

Marini (2000) conceitua as economias dos países periféricos como desfavorecidas, mas preferimos compreendê-las pelas relações de poder balizadas por pactos conscientes e propositivos; assim, concordamos com Marini (2000) quando considera tais nações desequilibradas e incapazes de garantir melhores preços de suas mercadorias exportadas e seus ganhos concentram-se mais e mais na retirada de mais-valia dos trabalhadores. A superexploração dos trabalhadores dos países periféricos é que garante a "estabilidade", na maioria dos balanços anuais, das taxas de lucro, logo o aumento da capacidade produtiva nesses países significa a exploração mais acentuada dos trabalhadores. A inserção do Brasil na economia neoliberal mundial pelo comercial internacional faz-nos compreender a acentuação da exploração dos trabalhadores seja pelas empresas nacionais ou transnacionais em solo brasileiro. A exploração dos trabalhadores financia as exigências do mercado internacional para com o Brasil.

No boletim de divulgação do Fundo Monetário Internacional (FMI) chamado de F&D (Finanças e Desenvolvimento) de março de 2011 a América Latina tem amplo destaque, principalmente a necessidade em aumentar a produtividade. A exaltação ao nosso continente se justifica pelo papel de subordinação e produção de commodities, somado a grande reserva natural, a biodiversidade, a quantidade de água disponível tanto superficial como subterrânea, enfim, a América Latina tem elementos importantíssimos para a manutenção do mercado mundial seja para as trocas desiguais entre nações seja para o equilíbrio para a classe trabalhadora dos países centrais. Em suma, o recado do FMI é que a América Latina precisa produzir cada vez mais, logo tal produção significa mais exploração para os trabalhadores. Dois anos depois o FMI em outro boletim na sua parte de análises

políticas alerta para a necessidade de reformas urgentes para que a América Latina continue produzindo nos mesmos níveis da última década.

O caminho oferecido pelo FMI (2011 e 2013) para a América Latina são as reformas, as mesmas empreendidas na Europa, assim, devemos ler: austeridade. O aperto impulsionador da economia para o Estado principiou na Europa pela subtração de salários, de direitos históricos, demissões em massa, ajuda inescrupulosa aos fundos de investimentos, aos grandes bancos e as empresas transnacionais. O Estado assumiu sem qualquer pudor o papel de gerenciador de crises e benfeitor dos grandes capitalistas.

Neste momento (2008-2010) a economia mundial tem se recuperado em alguns países e em outros não. A economia brasileira pós-2008 tem se comportado de maneira estável, visto que os acordos estabelecidos entre a elite nacional e internacional, o papel do país na divisão internacional do trabalhado e a não estagnação econômica de países que enfrentaram a crise como os Estados Unidos, em recuperação, a China e a Alemanha, motivaram a economia nacional, somado ainda a organização interna do Brasil que privilegiou a economia interna por meio dos estímulos ao consumo e a expansão do crédito.

Aparentemente a economia brasileira era considerada sólida por alguns analistas e agências de classificação de riscos, mas tudo que é sólido se desmancha no ar, pois o crescimento do consumo interno e o aumento de crédito para a população tem um limite, somado a queda da economia chinesa em 2010 e a diminuição da influencia do Brasil no cenário econômico mundial tem levado a subtração da balança comercial desde então. A explicação está na estagnação do comércio mundial e até mesmo na retração de vários países como já mencionado a China e também Espanha, Grécia, Itália e França, com isso ocorreu a retração das exportações brasileiras.

O gráfico “Superávit primário, juros e déficit público” demonstra o equilíbrio entre a tríade no segundo governo de FHC até os dois primeiros anos do segundo

governo Lula. A crise de 2008 foi o operacional das mudanças no governo Lula e intensificou a necessidade de expansão de créditos financiados pelo Estado brasileiro; assim, os bancos públicos Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) tiveram ampliação no financiamento público e também privado, portanto, a economia brasileira é segurada mais uma vez pelos pactos de poder entre a elite nacional e o Estado, nesse caso o Estado brasileiro financiou largamente setores de commodities, mineração e construção civil.

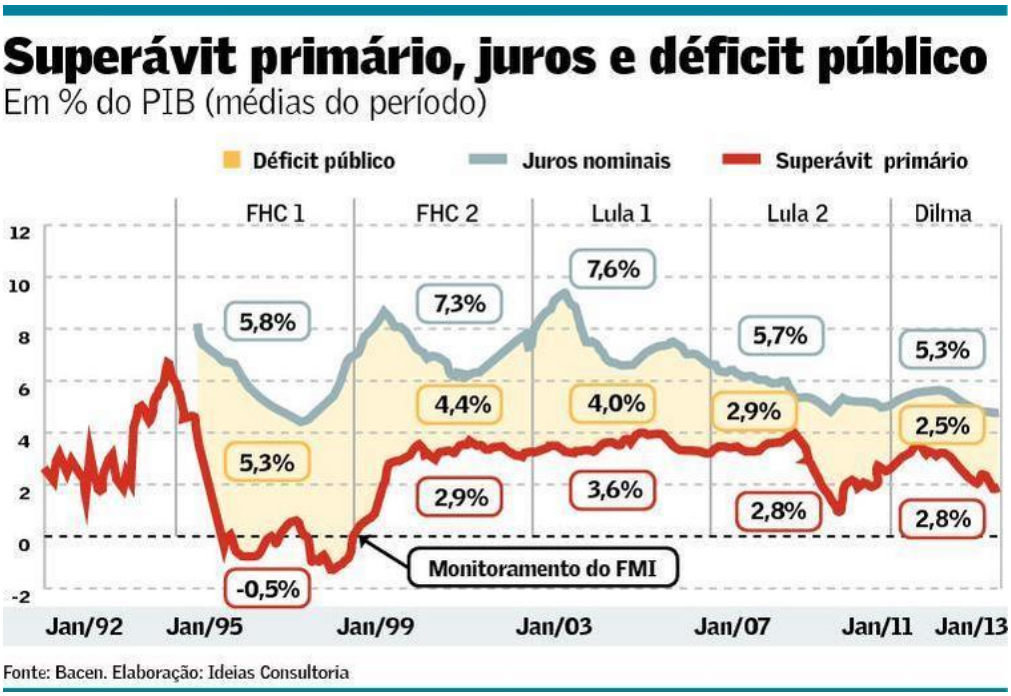


Gráfico: Superávit primário, juros e déficit público, 2013. Fonte: Valor Econômico

Os financiamentos internos e o aumento do crédito no Brasil desde o primeiro governo Lula impulsionou a economia nacional, porém o aumento significativo da dívida pública tem levado, neste ano de 2010, o país a perder credibilidade no mercado internacional, todavia sabemos que essa "credibilidade" é também construída por pactos

firmados pela relação centro-periferia. O aumento da dívida pública brasileira tem acelerado a estagnação econômica, com a credibilidade em jogo no mercado o Brasil encontra-se numa situação organizada por si mesmo, ou seja, os pactos de poder derivados e derivadores da divisão internacional do trabalho ampliou o poder das elites nacionais ligadas aos setores de commodities e permitiu a subsunção da espacialidade brasileira aos interesses do capital internacional.

É importante frisarmos o papel da dívida pública, pois é utilizada como componente da estabilidade econômica, pois o aumento implementado pela atual política fiscal, herdada do governo Lula, compromete consideravelmente o equilíbrio das contas públicas., mas esse discurso de comprometimento do orçamento e até mesmo do próprio PIB tem origem em como essa política é colocada em prática, isto é, por meio da concessão de créditos públicos a investidores privados tendo como pagadores desse processo a classe trabalhadora.

Os pactos de poder tem levado a economia nacional desde 2007 a uma situação de euforia por parte dos empresários, latifundiários e até mesmo a classe trabalhadora comemorou, os problemas oriundos dessa euforia estão sendo encaminhados com maior evidência no ano de 2010. Segundo comunicado do ministro da Fazenda Guido Mantega (2013) a economia brasileira tem apresentado resistência considerável aos embates exógenos, como resultado o não crescimento que vinha tendo nos outros trimestres, pois no primeiro trimestre de 2013 o crescimento foi tímido (0,6%), no segundo trimestre continuou a "timidez" da economia nacional (0,7%).

Na sua apresentação no Fórum Nacional da Indústria Mantega (2013) tentou esboçar confiança aos participantes mostrando como o Brasil está preparado para a crise, um dos seus argumentos é que o Brasil tem na sua matriz macroeconômica a sustentação necessária para a retomada do crescimento aplicando a redução dos custos financeiros, com

taxa de câmbio competitiva, desoneração tributária em setores estratégicos e, destacamos, o volume considerável de investimentos em infraestrutura. Em nenhum momento o discurso de Mantega foi efetivado para a direção dos trabalhadores, isso significa que a economia pensada hoje é a mesma de ontem e os trabalhadores são apenas "peças" nessa grande engrenagem.

A centralização do poder mundial, desde o início da década de 2000, passou na Ásia do Japão para a China e em poucos anos a China tornou-se uma das maiores economias do mundo. O crescimento chinês influenciou de forma significativa o crescimento brasileiro a partir dos anos 2000 e a subtração do ritmo de crescimento chinês também influencia negativamente a economia brasileira.

O não crescimento considerável da China neste a partir de 2010 é um dos fatores para a propagação de um choque na economia nacional, já que a retração chinesa incide diretamente sobre os investimentos direitos e indiretos em outros países, bem como afeta o comércio mundial e com isso ocorre a diminuição do produto mundial. Esse cenário tem levado a classe trabalhadora para o caminho de uma crise mais ampliada que passa pela instabilidade do emprego por causa da estrutura do capitalismo, pelos pactos de poder nacional/nacional e/ou nacional/internacional com vistas ao aumento da taxa de lucro.

A economia chinesa teve desenvolvimento considerável nas últimas duas décadas por permitirem a exploração máxima de seu país pelas empresas transnacionais, exploração que afeta diretamente aos trabalhadores chineses, como relatou Chang (2010), tal exploração foi possível pelos pactos de poder internos e também pelos pactos nacional/internacional; assim, os investimentos externos diretos foram extraordinários nas duas últimas décadas, somado as elevadas taxas de investimento realizada também pelo governo chinês, maior abertura comercial, incentivo às exportações, política fiscal flexível, controle excessivo do câmbio com amplo controle de capitais, preocupação rígida com a taxa de poupança e com o reinvestimento interno em estrutura voltada para as exigências das

empresas transnacionais, destacamos ainda a transformação dos investimentos e da taxa de lucro em capital fixo. Tal desenvolvimento proporcionou a necessidade de importações também, principalmente commodities dos países periféricos como o Brasil, como consequência o aumento de preços das commodities no Brasil e o fortalecimento de elites ligadas a esse setor.

Diante disso, sublinhamos a globalização como processo econômico exploratório, pois significa a ligação permanente, enquanto for útil para as elites mundiais, de países centrais e periféricos. A China precisa ser considerada como central, pois suas influencias trazem consequências diretas para os países periféricos.

A retração de mais de 35% quando comparado com 2012 evidencia o momento atual da economia brasileira, mesmo sendo superavitária no primeiro semestre de 2013, em relação a China, ainda é menor que os outros anos. As projeções do FMI e de alguns bancos e avaliadoras de riscos, como a BNP Paribas, Moody's e Standard & Poor's, colocaram a economia mundial em observação e a economia brasileira, de forma bem especifica, não haverá grande recuperação e pode ocorrer até mesmo retração.

A partir das análises dos indicadores econômicos consolidados do Banco Central do Brasil de outubro de 2013 pelas análises dos balanços de pagamentos e a economia internacional com as projeções que o mesmo realizou para o ano de 2014, consequentemente para os próximos anos também, a economia nacional se retrairá. A balança comercial brasileira também terá queda considerável, segundo Villaverde (2013, s/p):

> O ano vai terminar com um saldo comercial de apenas US$ 2 bilhões. Essa é a previsão mais atualizada do Banco Central (BC) e, se confirmada, vai representar um mergulho de 89,7% em relação ao superávit de US$ 19,4 bilhões em 2012. A queda do saldo entre exportações e importações terá sido a maior, de um ano para o outro, dos últimos 18 anos.

Villaverde (2013, s/p) prossegue nas suas análises:

> O tombo da balança comercial em 2013 será superior àquele verificado entre 1967 e 1968, quando o saldo comercial caiu 87,6%. Naquele período, o Brasil viu a demanda pelas exportações cair fortemente por causa das

> diversas revoltas sociais e revoluções que abalaram os países europeus, a então União Soviética e também os Estados Unidos. O próprio Brasil sofreu com manifestações contra o regime militar, que terminaria o ano com o Ato Institucional número 5 (AI-5).

Num primeiro momento as análises econômicas estão ancoradas nos dados do próprio Banco Central e interpretamos que não existem problemas, tudo indica, seja o Banco Central ou o FMI, a subtração da potência de "emergente" creditada desde o primeiro governo Lula, todavia, ao prosseguir com suas análises presta um grande serviço a elite e ao conservadorismo produtivo e econômico nacional, pois associa o tombo da balança comercial brasileira de 2013 com os dados de 1967 e 1968 e por "coincidência" foi ruim o saldo da balança por causa das revoltas e revoluções, o mesmo ocorreu em 2013 no Brasil com as revoltas de junho tendo a população brasileira protestando em várias cidades do país. De forma não especificada Villaverde (2013) possibilita ao leitor a associação dos problemas econômicos com as revoltas e, de certa forma, o leitor poderá interpretar o fracasso econômico nacional por causa das mesmas. A nota não evidencia problemas oriundos da própria economia, mas destaca problemas originados das manifestações, ou seja, uma análise extremamente superficial, conservadora e de direita.

As manifestações surgem não apenas no Brasil, mas em vários países que foram afetados pela desaceleração da economia mundial. Aqueles que classificam as manifestações como prejudiciais a economia não compreendem o próprio dinamismo das mesmas, já que são oriundas das próprias insatisfações políticas e econômicas.

Quanto a situação do Brasil O mercado interno ainda esteve aquecido, mas não por muito tempo, visto que as linhas de créditos não terão a disponibilidade que tem hoje. Os dados até 2013 mostram-nos uma economia ainda sob os auspícios dos países centrais com suas estruturações econômicas em todo o mundo.

A dependência da economia nacional prossegue sem grandes novidades neste sentido, isso apenas reforça o mecanismo descrito por Marini e a inércia nacional justificada pelos pactos de poder nacional e internacional.

A dependência e os pactos de poder sem subtraí-los da lógica processual do modo de produção capitalista evidenciam como as amarras do produzir-circular-comercializar imbricam-se nos sujeitos pela notoriedade da luta de classes. Não existe luta de classes solta no ar, levada ao vento, sem qualquer consequência, as lutas estão processadas na espacialização por meio de suas formas e conteúdos.

As elites nacionais preferiram acordos de dependência consentida e apoiaram politicamente governos que evidenciavam o compromisso com esses pactos, na História atual temos os governos Collor, Itamar Franco, FHC, Lula e Dilma. Cada um desses inseriu o país numa escala de dependência, em acordos entre as elites nacionais e internacionais, subtração de impostos para as grandes transnacionais e, principalmente, estruturou todo o espaço brasileiro para torna-se "refém" dos investimentos da elite nacional e/ou internacional e, logo toda a população brasileira que não compõe tais elites.

Os pactos de poder sinalizados por Rangel (2005) mostram-nos a constante situação de crise da classe trabalhadora. As suas ideias não foram escutadas e pior ainda ocorreu a ortodoxia neoliberal desde o governo Collor, com mais radicalidade no governo FHC, e uma política heterodoxa dos governos Lula e Dilma (sem perderem o viés neoliberal) quanto aos serviços de utilidade pública nacional, as concessões e subtrações de impostos para as empresas transnacionais, a organização da espacialidade nacional para a produção e circulação, enfim, tais pactos impendem que os trabalhadores saiam de suas condições de crises permanentes.

Rangel (2005) na busca por compreender essa dependência pela organização da economia nacional e suas consequências diretas para os trabalhadores edificou uma teoria

pelas análises históricas com apontamentos políticos, econômicos e sociais, como já havíamos mencionado quanto a dualidade brasileira.

> Meus estudos levaram-me a conclusão de que nossa peculiaridade por excelência é a dualidade, no sentido que atribuo a esse termo, isto é, o fato de que todos os nossos institutos, todas as nossas categorias – o latifúndio, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho e nossa própria economia nacional – são mistos, tem dupla natureza, e se nos afiguram coisas diversas, se vistos do interior ou do exterior, respectivamente. (RANGEL, 2005a, p. 286)

Assim, as suas análises das particularidades da História brasileira permitiu-lhe compreender o dinamismo econômico vinculado perpetuamente ao político, desta forma, contribuiu para entendemos a História do Tempo presente no Brasil como resultado de alianças e também conflitos econômicos, políticos e institucionais. Desde a crise de 2008 as alianças tem se intensificado via Estado, pela ampliação dos financiamentos para os setores privados e públicos via Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os financiamentos realizados pelo BNDES para os setores estratégicos da economia estão vinculados aos pactos de poder e, portanto, a lógica da dualidade brasileira, pois:

> [...] o Estado brasileiro resulta da aliança de apenas duas classes dirigentes, associadas num pacto de poder implícito, que só muda com a dualidade, sejam quais forem os estamentos pelos quais as duas classes dirigentes se façam representar. (RANGEL, 2005b, p.665)

Em 2013 o BNDES empreende seus financiamentos também para empresas estrangeiras, como exemplo a circula nº 05/2013-BNDES edita em de março de 2013 regulamentando o Programa BNDES de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais inclusive para empresas estrangeiras. Também destacamos o aumento significativo dos financiamentos para o setor petrolífero no ano de 2013 em diante:

> De acordo com dados apresentados pelo superintendente da área de insumos básicos do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), Rodrigo Barcellar, os empréstimos do banco para o setor devem atingir R$ 405 bilhões entre 2013 e 2016, 48% a mais do que nos quatro anos anteriores. (LUNA, 2013, s/p).

O setor energético tem, portanto, nesse momento viabilidade econômica e política, ou seja, a dualidade brasileira atual permite que parte considerável das suas reservas fiquem disponibilizadas para esse setor. Devemos lembrar também que os empréstimos são em parte subsidiados com prazos consideráveis e juros extremamente atrativos. Historicamente tais condições de financiamentos é uma "marca" dos pactos de poder no Brasil, pois:

> As condições para a concessão desses financiamentos, parcialmente custeados por empréstimos externos (inclusive do Banco Mundial), eram extremamente favoráveis para os que quisessem valer-se deles, com taxas subsidiadas de juros e de correção monetária [...]. (SZMRECSÁNYI & MOREIRA, 1991, p. 71).

Essa "marca" continua e as relações de poder passam pelo direcionamento institucional dos recursos. O BNDES, segundo Oliveira (2013) tem subsidiado nos últimos dois (2011-2012) anos, via Tesouro Nacional, quase 100 bilhões de reais em financiamentos e empréstimos, grande parte destes recursos voltados para empresas comprometidas com a estruturação nacional voltada para a arrumação da espacialidade para a produtividade vinculadas ao capitalismo internacional. O vínculo que se estabelece com esses subsídios é a formação bruta de capital fixo por meio dos financiamentos e empréstimos do BNDES.

Em 2003 a economia mundial tem relativa recuperação e o Brasil se beneficia desse momento e amplia suas áreas de influencias econômicas e política principalmente dos setores de exportações mais acentuadas como o agronegócio, a mineração e petróleo.

O aumento significativo das exportações, 21% segundo a Fazenda Nacional, proporcionou nos anos seguintes certa regularidade que instrumentalizou o governo brasileiro para ter maior poder de negociações junto aos Estados também periféricos, mas sua relação com os países centrais ainda se mostrou de dependência. Assim, a formação bruta de capital fixo neste momento, 2013, tem sua ampliação assegurada pelo Estado brasileiro; isto é, a formação bruta de capital fixo (equipamentos fixos e duráveis para a produção) indica o desenvolvimento da produção nacional e atrela a economia a um círculo vicioso e dependente.

Tal círculo é vicioso pelo Estado empreender os recursos e depender das ações que as empresas beneficiadas realizarão, de forma grosseira, o Estado provém os recursos, subtraí impostos e subsidia as empresas e espera que as mesmas "oportunizem" alguns empregos para os trabalhadores, os quais, invariavelmente, ganham muito pouco. O Estado brasileiro depende da produção das empresas os quais ele mesmo financiou em grande medida com suas inserções no mercado internacional compondo a divisão internacional do trabalhado.

3.2. GLOBALIZAÇÃO E AÇÕES POLÍTICAS NO BRASIL

A globalização como processo econômico e político empreendeu no Estado brasileiro caminhos assegurados pelo neoliberalismo com efeitos amplos para o desenvolvimento do próprio capitalismo nas suas diversas esferas de ações garantidas por uma elite minimamente comprometida entre si, como salientou Boito Jr. (2007).

No ponto 2.1.1 trabalhamos com a ideia de consequências das ações mais recentes do Estado e seu papel permanente de subordinado à esfera do capitalismo mundial, como exigência de sua própria elite pela constituição de pactos de poder nacionais e internacionais. Ao retomarmos o ponto 2.1.1 referente ao BNDES e os pactos de poder os fatos demonstram que a regularidade do compromisso do Estado brasileiro com as elites nacionais e/ou internacionais sempre ocorreu nos momentos de prosperidade, a burguesia se apropria e espolia ainda mais o Estado.

> Entre 2004 e 2008, a economia brasileira experimentou seu mais recente ciclo de investimentos – o mais longo e intenso desde a década de 1970. Nesse período, o BNDES teve papel relevante na ascensão da taxa agregada de investimento, de modo que a participação de seus desembolsos na formação bruta de capital fixo subiu de 9,2%, em 2004, para 13,3%, em 2008. Após setembro de 2008, no período que se seguiu ao agravamento da crise financeira internacional, o Banco também teve papel fundamental na manutenção do crédito de longo prazo às empresas: no último trimestre do ano, contribuiu com 32% do incremento do crédito total na economia.(COUTINHO, 2009, p. 5).

O direcionamento da espacialidade brasileira para os investimentos privados financiados pelo Estado não asseguram a melhoria significativa de vida da população brasileira em geral, pelo contrário tornam-nos ainda mais refém, mais amarados na estruturação da produção, do consumo e circulação. O Estado financia grandes empresas nacionais e corporações internacionais em vários setores da economia a partir da lógica da dependência e dos pactos de poder.

Diante disso, destacamos os setores estratégicos da economia brasileira e da economia mundial são ligados a produção de energia; assim, a pressão das empresas transnacionais são efetivadas nos setores de peso considerável. As inúmeras privatizações do setor energético brasileiro iniciado no governo FHC continuaram sob nova roupagem nos governos Lula e Dilma, isto é, por meio de bancos oficiais públicos e outros financiamentos públicos houve o direcionamento dos investimentos nacionais pelo setor privado, sem as exigências necessárias sublinhadas por Rangel (2005b).

Os financiamentos empreendidos para as usinas de açúcar e álcool e o direcionamento das políticas petrolíferas brasileiras conduziram e condicionaram o Estado a pensar seu desenvolvimento por esse caminho. Assim, os financiamentos via Estado inoperam o pleno desenvolvimento da sociedade brasileira e condicionam a população a viver nos moldes estabelecidos por esses pactos de poder e dependência. Alguns afirmam que a partir da leitura de E. P. Thompson não se pode aceitar esse quadro que detalhamos até aqui, pois acreditam, de forma ingênua ou de má-fé, que as resistências dos trabalhadores sem coletividade e espacialização é possível. Neste sentido, reafirmamos a relação pactos de poder e dependência e como os trabalhadores são direcionados por essa, mas não partilhamos do determinismo. Pensar essas relações significa compreender o Estado brasileiro e seu dinamismo para as classes trabalhadoras.

Desde a crise de 2008 em escala mundial o Brasil tem conseguido, principalmente até 2011, maior regularidade da sua economia, para isso o governo Lula teve como direcionamento posições de pactos de poder e submissão a ordem mundial estabelecida continuando com a economia organizada pela tríade: superávit primário, metas de inflação e câmbio flexível. Essa continuidade nas políticas econômicas do governo FHC promoveu ainda mais a dependência nacional ao circuito produtivo mundial. Desde FHC o Banco Central brasileiro foi organizado para ser praticamente independente, em outras palavras, foi

reorganizado para beneficiar as políticas cambiais, os investimentos estrangeiros com ampliação das suas taxas de lucros e, sobretudo, garantir mais lucros para os especuladores financeiros. Como sinalizou Sampaio Jr (2003, s/p) referente ao Banco Central (BC):

> Para o leigo, que não tem a menor obrigação de entender os labirintos da macroeconomia, a independência do BC pode parecer uma questão secundária que deveria ser relegada aos especialistas em economia monetária. Não é. O caráter das decisões econômicas sob a competência do BC mostra bem a relevância do que está em jogo. Entre outras atribuições, cabem-lhe as funções de regular a liquidez do sistema financeiro, fiscalizar a saúde econômica dos bancos, definir a taxa de juros básica, estabelecer o regime cambial, controlar os movimentos de capitais, administrar as divisas internacionais, regular o mercado de câmbio, supervisionar os mercados de derivativos, socorrer bancos que atravessam crises temporárias de falta de dinheiro, liquidar instituições financeiras inadimplentes etc.

A instituição Banco Central desde FHC e reforçado no governo Lula passa a ser utilizada como ponto central para que os pactos de poder e a dependência consentida fizessem as exigências dos países centrais com suas respectivas empresas transnacionais. As instituições brasileiras – CEF, BNDES e BC – foram e ainda são de vital importância para a estruturação da espacialidade nacional voltada aos interesses do mercado internacional auspiciadas principalmente pelas empresas transnacionais, os fundos de investimentos internacionais e os conglomerados, quase que monolíticos, organizadores do comércio mundial.

As evidências apresentadas por Marini já na década de 1970 e de Rangel nas décadas de 1950 e 1960 fazem-se presentes ainda nesses idos do século XXI; assim, tais teóricos evidenciaram o papel do Estado na centralização dos interesses dos países centrais e de suas transnacionais.

As instituições nacionais brasileiras passaram desde o governo FHC a serem cobradas pelos interesses internacionais e, portanto, legitimaram pactos internos que garantiram a permanência de uma elite nacional histórica no poder: os latifundiários rurais e os industriais, ambos operacionalizam seus acordos via política, visto que o número de

deputados e senadores representantes dessa elite influencia decisivamente nas questões econômicas brasileiras e, consequentemente, nas demais.

Os pactos internos entre a burguesia nacional condicionam de forma grave as políticas econômicas e os investimentos internos. A gravidade está no posicionamento classista dos mesmos e na defesa incondicional de seus interesses que passam a serem constituídos como direitos. São esses mesmos que organizam as leis e direcionam as mesmas para seus interesses, como exemplo recente as reformas ocorridas no Código Florestal brasileiro. Age também essa elite na constituição das memórias nacionais para isso construíram movimentos de direita que pedem escolas sem discussões políticas, livre mercado, subtração dos gastos com social, retirada das bolsas família e escola, enfim, organizaram-se de tal maneira que suas publicidades influenciam muitas pessoas, para isso no ano de 2013 constatamos várias organizações como escola sem partido, endireita Brasil, partido militar, movimento aliança cidadã, instituto millenium e outros, todos esses contam diretamente com financiamentos de empresários temerosos de qualquer controvérsia encaminhada pelos movimentos sociais, por movimentos reivindicatórios e grevistas.

A preocupação da elite nacional com a formação da memória nacional e a possibilidade de outro Brasil sem ser governado por essas alianças traz tema aparentemente ingênuo para as pautas políticas, mas de ingenuidade não se tem nada, visto que os detalhes podem impulsionar mudanças radicais, vide os vinte centavos das manifestações. O tema aparentemente ingênuo é a não homenagem ao seringueiro Chico Mendes ao plenário na câmara dos deputados federais em Brasília que trata de assuntos relacionados à Amazônia, como informa a reportagem do Jornal O Globo de 15/10/2013:

> A bancada ruralista se incomoda com os mínimos detalhes. Agora, o grupo se recusa a dar o nome de Chico Mendes ao pequeno plenário onde funciona a Comissão da Amazônia na Câmara dos Deputados. Os ruralistas, a partir desta legislatura, dominam e são maioria na comissão. O projeto que batiza aquele espaço de Chico Mendes, da deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), foi aprovado no plenário da Câmara há cinco meses, e, até agora, a

> homenagem não se consumou: não foram instalados placa e foto do líder seringueiro, nem houve qualquer celebração, como é de praxe nesse tipo de evento. (ÉBOLI, 2013,s/p).

A bancada ruralista em Brasília tem se organizado para que seus interesses sejam cumpridos na integra. Essa reportagem demonstra como a articulação de poder pelos pactos influenciam o cotidiano dos trabalhadores. As alianças são realizadas de forma integral para que o domínio das elites permaneça. É interessante observamos e meditarmos quanto ao argumento dos opositores:

> Os deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária que fazem parte da comissão criticam duramente a escolha do nome de Chico Mendes, assassinado em dezembro de 1988 pelos fazendeiros Darly Alves da Silva e Darly Alves Ferreira, em Xapuri, no Acre. Moreira Mendes (PSD-RO), um dos coordenadores do grupo, chama de infeliz escolha.
> - Como conheço bem a história do Chico Mendes, porque sou da região, eu te digo que é uma farsa. Não tem nada a ver essa ideia de dar o nome dele a uma comissão ligada ao desenvolvimento - disse Moreira Mendes. (ÉBOLI, 2013,s/p).

Chico Mendes representa o Brasil do atraso para esses deputados, quando na verdade, eles bem sabem que ele representa o Brasil das transformações, das lutas, da crítica aos pactos de poder e a dependência consentida. Homenagear Chico Mendes significa construir outra memória e, portanto, apresentar a História real do Brasil.

História real que não é escrita e nem pensada no cotidiano midiático, nem articulada politicamente por grande parte dos partidos políticos oficializados. Quando evidenciamos a História do Tempo Presente pelas relações macroescalares e macroestruturais temos a convicção pela explicitação dos entraves e dos revezes dos trabalhadores brasileiros. Essa "ilustração" quanto a uma possível pálida homenagem a Chico Mendes demonstra o embate que existe e precisa existir cada vez mais contra a burguesia rural brasileira.

Essa elite é reforçada cotidianamente pelo próprio Estado, pelos próprios trabalhadores que pagam impostos, tributos e taxas para além de suas forças econômicas. Essa

elite tem o Estado sempre a seu favor seja por meio de financiamentos, de perdão de dívidas de forma direta e também indireta como a lei 11.945/2009 - Art. 8º - de estruturação da espacialidade nacional como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) iniciado no governo Lula em 2007.

Salientamos o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) por considerá-lo parte fundamental das evidências desses pactos de poder recente, por direcionar investimentos para os setores estratégicos da economia os quais priorizam o aumento dos lucros, ao mesmo tempo em que o capital nacional acorda com o internacional via intermediação do Estado. A aceleração do crescimento é apenas para as empresas que compõe as alianças institucionalizadas.

A espacialização das condições de vida capitalisticamente organizadas passam pelo projeto estrutural do Estado e desta forma viabilizam o sentido de país, assim, esses projetos nacionais vinculados aos ideários desenvolvimentistas fomentados pelo Estado aprimoram as relações de dependência consentida do público para o privado. Desta forma, as experiências dos trabalhadores passam por esse conjunto de formas/reformas, estruturação/reestruturação e funções. Não se pode negar o espaço como elemento conjuntural constituinte auspicioso sobre os trabalhadores, desta forma, pensarmos as relações de poder passa pela tentativa de constante manipulação dos trabalhadores.

O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) evidência os objetivos do Estado atual na relação público-privado, nacional-internacional e, principalmente, seu papel na luta de classes. O desenvolvimentismo ainda presente apenas fez o ontem acumular-se ainda mais hoje, logo o Estado brasileiro continua apto para que o conservadorismo econômico e político efetuem a reta nos ciclos sem ter amplas preocupações com as questões que afetem diretamente a classe trabalhadora. Também precisamos compreender as articulações escalares e a dimensão do PAC na esfera econômica mundial, em outras palavras,

o PAC efetuou novamente a dependência brasileira aos interesses estrangeiros liderados por uma elite local que aceita tal situação por ter ganhado consideravelmente. Deste modo, é impossível relativizarmos as condições de trabalho e as experiências dos trabalhadores, visto que entendemos que os mesmos têm particularidades e singularidades, mas por constituírem-se membro, de forma geral, da classe trabalhadora também sofrem as mesmas pressões; assim, o PAC instaura novamente o ideário desenvolvimentista e repete, mais uma vez, os alicerces pré-definidos para a classe trabalhadora. Ser trabalhador nesses tempos parte das obrigações estabelecidas pela relação da produção sob a tutela do Estado, mas um Estado preocupado com aqueles que são donos dos meios de produção. Nada de novo, portanto, para a classe trabalhadora quanto às ideias e práticas desenvolvimentistas.

Segundo Mereb e Zilberman (2013) alguns economistas compreendem o PAC como impacto no processo cíclico do capital, mas refutamos essa ideia por considerá-lo mais um projeto de dependência do Estado brasileiro para com o capitalismo internacional, diante disso, concordamos com Silva (s.d, p. 13):

> Portanto, define-se que o PAC é um plano que aprofunda a dependência e aumenta as formas de extração de riquezas do país em favor dos grandes capitalistas, condenando as possibilidades de desenvolvimento nacional. Isto porque provoca a redução dos gastos do Estado para fins sociais com o objetivo de garantir o mecanismo das dívidas. Mas não apenas. Também aprofunda a dominância do grande capital no processo produtivo da nossa economia, instalando relações comerciais dependentes. Busca consolidar um novo patamar de exploração da classe trabalhadora, onde o grande capital encontrará melhores condições para o exercício da concorrência internacional e extração de lucros.

Desta forma, compreendemos o PAC como um projeto de veiculação das potencialidades nacionais às exigências do mercado internacional, ou nas palavras de Marini a dependência produzida e organizada. Pensarmos as relações de produção no Brasil hoje parte da necessidade em trilharmos um caminho crítico e compreendermos as investidas do capitalismo internacional sobre o espaço nacional vinculado diretamente aos interesses da

elite brasileira associado ao próprio Estado. Deste modo, o Brasil tem seu "papel" na economia internacional e a retomada dos valores e práticas desenvolvimentistas pelo PAC confirmou a dependência consentida já demonstrada por Marini (2011), de outro modo, o "papel" do Brasil – e a América Latina – é de ser "celeiro" de produção e, consequentemente, de exportação para os países dominantes do circuito mundial do comércio, portanto, aos trabalhadores resta-lhes a permanente crise e a reorganização de suas formas para venderem sua mão de obra, uma vez que:

> Na economia exportadora latino-americana, as coisas se dão de outra maneira. Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. (MARINI, 2011, p. 144-145).

A força de trabalho é o "diferencial" dos países da América Latina, visto que a mesma é controlada dentro de leis e normas somadas à organização geral dos Estados para fundamentar e garantir os investimentos do capital nacional e estrangeiro, mas não existe a preocupação real em aumentar os ganhos dos trabalhadores fazendo-os ter salários e condições de vida melhores. Deste modo, o PAC vem para somar aos projetos de dependência circunstanciados pelas políticas ditas globalizantes, quando na verdade são totalizadores de fatos e feitos imperialistas.

O PAC segundo o Governo Federal (BRASIL, 2007) é um Programa de Desenvolvimento que promoveria a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, para isso organizaria a economia nacional pelos seguintes pontos: investimento em infraestrutura, melhoria do ambiente para investimentos, medidas fiscais de longo prazo, desoneração e aperfeiçoamento

do sistema tributário e estímulo ao crédito e ao financiamento. Tudo isso para a iniciativa privada, para os grandes conglomerados econômicos e sem qualquer participação política da sociedade, sem qualquer discussão quanto aos caminhos do país feito junto com a classe trabalhadora, ao contrário efetuou-se o direcionamento do planejamento de forma totalitária sem, ou quando mínima, a participação da população para as decisões do que e para quem é o programa para acelerar o crescimento?

A reordenação das ações do Estado brasileiro principia um retorno ao ontem e assim evidencia a concentração de poder na mão decisória de uma elite e suas relações de dependência necessariamente evidentes nos projetos vinculados às necessidades impositivas do capital internacional. Deste modo, entendemos a partir de Marini (2011), o contínuo vínculo da economia brasileira as exigências do mercado internacional, isto é, o Brasil continua ainda exportador no circuito mundial do comércio e ainda depende das suas exportações de forma considerável para equilibrar suas contas.

> A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção que acentua até o limite as contradições que lhes são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional. (MARINI, 2011, p. 157).

Assim a "opção" para a economia de mercado exportador faz-se necessária sob a óptica da função territorial de cada Estado, ou seja, a velha divisão internacional do trabalho, da produção e do consumo. Para Sader (2012) a contribuição da Marini para pensar as economias dos países periféricos está na sua capacidade de identificar o atraso para competir com o mercado internacional, todavia, entendemos que não se trata apenas de competição, mas, sobretudo, de consentimento como consequência do papel dos países periféricos na economia mundial, isto é, como ocorreu, segundo Marini (2011), um atraso técnico e tecnológico somado aos outros consequentes desses, os países, como o Brasil,

tiveram sua organização interna atrelada aos interesses de uma elite que vislumbrou o poder, mesmo que isso significasse subordinar todo país e sua população aos interesses de uma elite internacional.

O PAC ainda trás essas preocupações oriundas da dependência e desta forma organiza o território nacional para os interesses do capital internacional sem levar em consideração as reformas e as reestruturações internas para promover mudanças significativas para todos os brasileiros.

O PAC, posteriormente, a sua organização e "estréia" foi direcionado pelo governo federal como conjunto de ações com amplas possibilidades para enfrentamento da crise econômica iniciada em 2008. Não temos dúvida que esse conjunto de ações teve papel importante na movimentação de recursos, circulação de mercadorias, aumento do número de empregos, fortalecimento do mercado interno e melhoria considerável das áreas com investimentos federais empreendidos, como atesta o próprio governo federal.[23] Todavia, os números precisam de maiores reflexões, principalmente quando pensamos que tais investimentos, apesar de destacados aspectos positivos, ainda não completam as necessidades da maioria da população brasileira e vincula às necessidades do capital internacional, principalmente.

Os investimentos totais do PAC foram direcionados para a organização estrutural do país, voltados para as diversas cadeias produtivas vinculadas às exigências do mercado internacional. Ocorreram valores significativos transferidos do governo federal para as empresas privadas e, deste modo, colaborou-se para a concentração de riquezas nas mãos dos megaempresários. De forma sucinta, podemos destacar o setor de habitação e as políticas habitacionais as quais transferiram recursos consideráveis para as grandes construtoras e essas vinculadas ao capital internacional por meio de ações e, portanto, decisões diretas sobre as

[23] Dados abertos da obra do PAC. Conferir: http://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento

mesmas, bem como várias empresas estrangeiras já estão atuando no país no setor habitacional.[24] Trata-se de uma reorganização do espaço nacional pelos interesses do capitalismo, nas suas mais variadas formas e atuações. A reorganização das empresas capitalistas faz-se nas mais diferentes escalas, seja micro ou macroescalar. Referente ainda a habitação a interferência privada no espaço urbano foi direcionado pelo Estado e suas relações de interesses vinculadas aos pactos de poder. Assim, Vasconcelos Filho (2013, p. 42) quanto ao papel do Estado na economia capitalista na interferência do espaço urbano entende que:

> Deve-se considerar ainda o papel do Estado na produção do espaço urbano, bem como no processo de organização socioespacial. Inclusive o entendimento das formas e estruturas espaciais, assim como a lógica que o espaço, passa a assumir, tem em última instância, a inserção de ações desta entidade política.

E continua (p. 44):

"[...] se percebem que as forças políticas, econômicas e ideológicas, produzem, transformar, adaptam e reproduzem, novas feições, estruturas e vivências urbanas. Mudando assim o cotidiano das pessoas".

O Estado, portanto, interfere diretamente na organização social, nas formas de produção e reprodução cotidiana, nas vivências e, deste modo, nas ações dos sujeitos. Não se trata de fatalismo, mas precisamos compreender a força do Estado como agente de transformação contínua para a manutenção do *status quo* e suas relações originadas nos pactos de poder entre as elites nacionais e internacionais. Esses pactos forjam o cotidiano dos trabalhadores, por mais que existam práticas ímpares de resistências ao capitalismo global, eles ainda mantêm sua superioridade para com os trabalhadores. Deste modo, os programas de desenvolvimento do governo federal, tanto o PAC 1 como o PAC 2, não trazem novas formas de organização social, política e econômica, ao contrário, reforçam o ontem no hoje e

[24] http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/construtoras-estrangeiras-entram-no-brasil-atraves-da-bahia/?cHash=bc7cb8630898dc472316ea3bc1bc3104

aumentam a dependência dos trabalhadores ao conjunto institucionalizado de regras vinculadas ao capitalismo financeiro mundial. Assim, as vivências dos trabalhadores passam pela estigmatização das condições de classe oriundas de suas condições materiais.

Desta maneira, os projetos de desenvolvimento do Estado estarão sempre vinculados às exigências coordenadas pelos pactos de poder e pela atual situação do capitalismo mundial, tudo isso faz com que os trabalhadores tenham grandes barreiras para suas organizações em movimentos reivindicatórios e menos ainda para qualquer tentativa de produzir movimentos revolucionários. Todavia, nos últimos anos tem mostrado que mesmo diante das barreiras construídas politicamente, economicamente e espacialmente os trabalhadores demonstraram suas insatisfações de várias formas.

A espacialização das condições de vida capitalista tem levado os trabalhadores brasileiros a constate luta, mesmo com as dificuldades impostas pelo Estado, anteriormente influenciado pelas empresas capitalistas. A influência do capitalismo no cotidiano espacializado dos trabalhadores precisa ser refletida não como determinismo, nem como fatalismo, mas como limites que precisam de superação e isso somente serão possíveis pela consciência das experiências comuns da classe trabalhadora. O desafio dessa conscientização coletiva passa pelo que Marx (2008) já salientou no século XIX quanto ao papel da propriedade privada na construção da subjetividade do trabalhador. Essa construção subjetiva é reforçada dia após dia pelo Estado e pelas empresas privadas, reforço que precisa ser compreendido como construção ideológica dominante com o qual controla de forma considerável parte da população mundial.

O Estado brasileiro ao longo de sua História buscou consolidar práticas repressivas quanto aos atos de insubordinação da sua lógica, tais atos devem ser vistos não apenas pelo campo policial e judiciário, mas, sobretudo, pelo campo econômico e político, pela organização espacial dos trabalhadores subordinados a uma lógica coercitiva da

obrigatoriedade do trabalho e esse como limitador do modo de vida e consequentemente de suas condições materiais e também imateriais.

O PAC ou outros projetos do Estado sempre serão práticas de coerção e de manipulação das condições de vida, de organização social, de formas de viver, pensar e agir. Esses projetos nacionais visam a ampliação do modo de produção capitalista para que as crises econômicas cíclicas sejam cada vez menos impactantes para as elites nacionais e internacionais, isto é, organizam o Estado para que promova territorialmente as necessidades do capitalismo mundial. Milton Santos (2002, p. 99), diante disso, entendeu que: "[...] quanto a constituição do território é um dado essencial na produção da história, nesta era da globalização [...]". Desta forma, afirmamos que o território ou as relações espacializadas tem grande importância para compreendermos o Tempo Presente, mas também frisamos a visão incompleta de Santos (2002) por considerar "era da globalização", ou seja, não se trata de uma era, mas de acordos realizados em vários níveis e escalas para o pleno domínio dos territórios nacionais. Ainda Santos (2002, p. 99) superdimensiona a Geografia na explicação dessas questões: "[...] O espaço geográfico torna-se algo dotado de grande autonomia no processo histórico [...]".

O espaço geográfico tem significativa importância, como temos trabalhado nessa tese, todavia, sabemos que apenas a análise do momento não efetua a construção de uma interpretação válida da realidade, logo, a relação espaço-temporal tem significado fundamental para compreendermos as relações de dependência do Brasil para com outros países e mesmo empresas. Discordamos de Santos (2002) por entendermos que o espaço geográfico precisa ser relativizado no seu "papel" do processo produtivo, em outras palavras, para compreendermos o Brasil nesses idos de "globalização" precisamos entender o movimento mundial do capitalismo, o Estado brasileiro e os trabalhadores nas suas resistências, resiliências ou desistências.

Não se trata de apropriação do Estado da vida dos trabalhadores, mas, sobretudo, intervenção direta na espacialidade dos mesmos, na organização dos seus cotidianos e nos seus modos de vida. Não se trata de hegemonizar os trabalhadores, mas compreende-los nas constituições de prevalência do modo de produção capitalista produzido e reproduzido espacialmente.

Segundo Marini (2011) as forças produtivas na economia mundial são integradas e por isso trazem diferenças para a composição do próprio capital e como o mesmo será (é) inserido nas diferentes formas e maneiras para explorar os territórios e os trabalhadores. As diferentes formas de atuação do capitalismo mundial nos diferentes espaços dependem das relações de poder estabelecidos nacionalmente e, desta feita, a situação dos trabalhadores também estará (está) vinculada aos interesses da classe dominante e como a mesma compreende as funções dos trabalhadores nos meios de produção.

Assim, reafirmamos que a predominância mundial das políticas econômicas neoliberais a partir da década de 1990 instaurou uma espécie de ditadura do mercado auspiciado pelas finanças e esse direcionamento foi pactuado entre as diversas empresas multinacionais e transnacionais para pleno domínio e organização da economia mundial. Buscaram - Estados e empresas -pelos pactos econômicos, políticos e tecnológicos a hegemonização do mundo a partir das necessidades impositivas do capitalismo no final do século XX e início do XXI.

Diante disso, efetivamos a crítica quando mensuramos as relações existentes entre o modo de produção capitalista e a interpretação das relações espaços-temporais por modelos engessados numa lógica seletiva vinculada aos interesses das classes dominantes. Os efeitos do neoliberalismo no Brasil foram sentidos nos inúmeros processos de privatização empreendidos desde o governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) que instruiu a privatização pela criação de uma lei a de nº 8.031 de 1990 nomeada como Programa Nacional

de Desestatização cujo primeiro artigo justifica-se: "I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público". A palavra indevidamente constituiu ao longo de todos os governos desde Collor até Dilma uma sombra permanente e uma justificativa considerada eficiente, pois levam a discussão para a soberania das empresas e abdicam de pensar o papel do Estado vinculado ao projeto da modernidade inaugurado na Revolução Francesa. As privatizações ocorridas desde então levaram o Estado brasileiro e consequentemente o povo a viverem "refém" dos interesses do mercado internacional que adquiriu considerável volume de empresas e ações antes estatais brasileiras. Moraes (2002, p. 15) define o papel empenhado pelos discursos e práticas privatizantes:

> O neoliberalismo econômico acentua a supremacia do mercado como mecanismo de alocação de recursos, distribuição de bens, serviços e rendas, remunerador dos empenhos e engenhos inclusive. Nesse imaginário, o mercado é matriz da riqueza, da eficiência e da justiça.

Desse modo, a palavra "indevidamente" apresentada na lei nº 8.031 de 1990 e, posteriormente, na lei nº 9.491 de 1997 sancionada pelo presidente de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) destaca os interesses do grande capital e a construção de um imaginário mundial no qual o mercado é a única peça para a "salvação" de toda humanidade. Ao pensarmos especificamente o Brasil temos maior empenho ainda nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso e a não ruptura nos governos seguintes. As privatizações de setores estratégicos para o planejamento, defesa e melhoramento do Estado brasileiro fizeram com que o país se tornasse dependente de empresas multinacionais e transnacionais em áreas já consolidadas como telecomunicações, produção de energia, aviação, mineração e siderurgia; assim, o país não investiu na produção de tecnologia como deveria e ficou refém dos interesses internacionais. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores brasileiros são pressionados por forças produtivas que não partem apenas das "necessidades" do capitalismo

nacional, ou seja, os trabalhadores brasileiros foram lançados também ao mercado internacional e sua exploração foi transnacionalizada.

> [...] a produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, e sim acentua, a maior exploração do trabalhador; e, segundo, que as combinações das formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada. (MARINI, 2011, p. 181).

O predomínio da forma de organização da produção e sua espacialidade incidem diretamente na forma de exploração do trabalhador, em outros termos, o trabalhador tem sua especificidade para ser explorado. No caso brasileiro a especificidade de exploração dos trabalhadores vincula-se diretamente a abertura iniciada na década de 1950 com a importação de equipamentos industriais e a instalação de indústrias de capital estrangeiro no Brasil. Para Caputo e Mello (2009, p. 514):

> A década de 1950, especialmente a sua segunda metade, foi marcada pelo avanço do processo de industrialização brasileiro. Este desenvolvimento econômico do País foi fortemente influenciado pelo vigoroso investimento público por meio dos investimentos diretos do Estado ou de empresas estatais e, de maneira menos ostensiva, pelo capital internacional e privado nacional [...] A chegada dos capitais estrangeiros foi uma das formas de financiamento desse desenvolvimento e sua entrada no Brasil foi resultado da expansão mundial pela qual passavam os capitais norte-americanos, europeus e japoneses, além de políticas internas de atração destes capitais, vigentes então na economia brasileira.

Deste modo, desde a década de 1950 os investimentos diretos externos tiveram papel considerável na reorganização da economia, da política e da sociedade brasileira. Marini (2011) apresenta-nos a dependência latino-americana em todo processo histórico e acentua o século XX como o de maior intensificação dessa dependência. A partir da década de 1990 e as mudanças ensejadas pelo neoliberalismo à economia brasileira passou a depender mais do capital financeiro em termo de confiabilidade para o capital estrangeiro.

A partir de 1990 os acordos internacionais engendraram novos pactos de poder e aceleraram a dependência brasileira não apenas ao capitalismo mundial, mas,

sobretudo, a institucionalização do mesmo, ou seja, esse processo institucionalizador passou a ser consagrado como legítimo e inquestionável. O Brasil, de forma voluntariosa pela sua classe dominante, foi financiado pelas instituições do capitalismo mundial como o Banco Mundial e o FMI, como afirmou Fiori (1997, p. 14):

"FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial."

A viabilidade do endividamento do Estado brasileiro promoveu o discurso no Brasil do Estado mínimo e os projetos neoliberais foram "engolidos" como exigência do capitalismo mundial, porém sempre precisamos lembrar em acordo com a classe dominante brasileira.

O papel do Estado no processo de implementação das políticas econômicas e sociais neoliberais somente foi possível pelos pactos de poder e pela reorganização do país em termos de estrutura econômica e política. Os marcos da globalização no Estado brasileiro passam pela simplificação do papel do Estado, no discurso tratado como minimalista ou mínimo, na prática um Estado gigante, amplo no resgate das necessidades do capitalismo mundial. O país demonstrava pela mídia nacional e internacional como o mesmo se modernizava nas suas relações econômicas e políticas, quando na prática o arcaísmo totalitário da elite agrário-exportadora era mantido com total vigor.

Fiori (1997) salientou a construção de um plano amplo de hegemonização do mercado mundial auspiciado pelas economias nacionais e estas organizadas pelas grandes corporações mundiais. Esse projeto neoliberal vigorosamente implantando no governo FHC teve sua continuidade com políticas disfarçadas aos interesses gerais do povo brasileiro, como o PAC, mas sempre estiveram vinculados aos interesses da promoção do capitalismo mundial, isto é, o espírito da globalização (como discurso materializado) fez-se presente em todo Brasil

e as práticas canalhas do capitalismo selvagem prosseguem com nova roupagem para velhas práticas.

Diante disso, entendemos que os acordos, os pactos de poder e a dependência têm sido modificados ao longo da História nacional, mas sempre a classe trabalhadora é propositalmente esquecida, logo os pactos de poder realizados simplificam o papel dos trabalhadores brasileiros, mas os trabalhadores brasileiros não simplificam jamais seus papéis na História do Brasil.

Nestes termos faz-se necessário compreendermos os trabalhadores nessa movimentação econômica e política.

Para isso o próximo capítulo terá como eixo principal as análises das entrevistas realizadas pelo Museu da Pessoa em 2007 com trabalhadores da empresa Thyssenkrupp que foi objeto de estudo do projeto "Memórias e Globalização: um estudo sobre os trabalhadores da ThyssenKrupp – Campo Limpo Paulista/SP, Santa Luzia/MG e Ibirité/MG (1957-2009)" desenvolvido por pesquisadores da UFU e PUC-SP.

Capítulo 4

LUTAS DE CLASSES E GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL DE 1990 A 2010: OS TRABALHADORES DA EMPRESA THYSSENKRUPP

As classes são grupos de homens em que uns podem apropriar-se do trabalho dos outros graças à diferença do lugar que ocupam num sistema da economia social.
(LÊNIN, 1980. p. 150).

O presente capítulo tem como objetivo compreender as transformações econômicas e políticas no Brasil de 1990 a 2010 a partir das análises das entrevistas realizadas pelo Museu da Pessoa em 2007 com trabalhadores da empresa Thyssenkrupp. Essas entrevistas foram fundamentais para o desenvolvimento da compreensão das transformações econômicas e políticas visto que as mesmas foram feitas em 2007 com trabalhadores que até aquela data alguns tinham mais de 25 anos de serviço e outros com menos de 5 anos, esses elementos são importantes para verificarmos as transformações do modo de produção e acumulação capitalista. Tais entrevistas importantes para o desenvolvimento da pesquisa "Memórias e Globalização: um estudo sobre os trabalhadores da ThyssenKrupp – Campo Limpo Paulista/SP, Santa Luzia/MG e Ibirité/MG (1957-2009)" desenvolvido por pesquisadores da UFU e PUC/SP.

O balanço da pesquisa foi realizada na públicação de inúmeros trabalhos, debates, encontros e nessa tese. A mesma foi desenvolvida a partir das discussões realizadas sobre as temáticas pesquisadas. Assim, o presente capítulo tem como centralidade a compreensão das macroescalas com os sujeitos trabalhadores, ou seja, como as transformações no modo de produção capitalista direcionados pelo neoliberalismo constituíram condições de vida para os mesmos e como isso é pensado e rememorado nas suas entrevistas.

Neste sentido, pensar o caminho das lutas de classes significa ampliar permanentemente a discussão quanto a temas caros para o marxismo: divisão social do trabalho, exploração do trabalhador, produção de mais-valia, novas formas de acumulação, expansão do mercado mundial, financeirização econômica e política nacional. Tudo isso,

todos esses temas são imbricados no cotidiano dos trabalhadores e, portanto, constituiem-se temas práticos, temas verificáveis nas posturas econômicas e políticas do Estado ao mesmo tempo na constituição da memória dos trabalhadores.

E os trabalhadores vão vivendo na esperança sempre de que tudo ocorra assim: emprego, salário e crédito. Sabem que a vida é dura. Sabem que a vida é uma luta pura. Luta pura e árdua. Luta inesgotável. São constantes para todos os trabalhadores as barreiras e toda espécie de aflições, mas não são os trabalhadores que causam esses problemas, não são os trabalhadores enveredados para sua própria agonia e somente uma crítica severa com ações reais promoverão mudanças.

A consciência de classe precisa fundir-se com a razão para que efeitos venham a ser realizados no embate contra o capitalismo: "A reforma da consciência consiste apenas em dar ao mundo a consciência de si próprio, em tirá-lo do sono em que sonha consigo mesmo e explicar-lhe os seus próprios atos" (MARX, 1843, s.p).

As condições de vida dos trabalhadores e suas perspectivas sobre o mundo fazem-se sobre as condições históricas, já sinalizada no 18 de Brumário. Marx e Engels (2007) edificam a relação sujeito/subjetividade/objetividade/mundo na apresentação das influencias da estrutura e da superestrutura, assim:

> Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico [...] **Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência** (2007, p. 94 <grifo nosso>).

Neste sentido, a partir de Marx e Engels (2007) salientamos como a força do mercado, das empresas multinacionais e transnacionais afetam diretamente aos trabalhadores com seus modos de vida e suas concepções de mundo. A consciência dos trabalhadores vincula-se diretamente as suas condições de vida e, consequentemente, aos seus modos de vida. A situação da classe trabalhadora brasileira para refletirmos o seu futuro contra-hegemônico por meio das resistências dos trabalhadores pela promoção de novas espacialidades depende da compreensão das relações de poder estabelecidas pela economia, política e tecnologia somadas às experiências da classe trabalhadora.

Assim, a História da classe trabalhadora brasileira no tempo presente (1990-2010) precisa ser pensada com todos os desafios estruturais e superestruturais, não no sentido de determinação, mas de questionamentos das reais condições. Assim, pensar as estratégias em escalares diferentes dos capitalistas e compreender o ritmo produtivo é importante para definir os limites e as abrangências críticas à própria classe trabalhadora.

Marx e Engels (2007) salientaram as condições de existência das classes e apontam como as classes dominantes constroem discursos e práticas condicionados pelo desenvolvimento da produção, em outras palavras, os trabalhadores brasileiros são pensados/formados pela lógica legal e moralizante da produção. Essa moralização tem enormes problemas para o cotidiano dos trabalhadores, assim a partir de Marx e Engels (2007) com suas duras críticas a Max Stirner pela sua simplificação das relações humanas num imposição sacra na qual argumenta pelas palavras “vocação, destinação, missão, ideal” (p. 405). Esses conjuntos de palavras apresentam a base de toda organização legal e moral capitalista e são justamente tais palavras e suas consequências que incomodam Marx e Engels (2007), pois são palavras que enumeram o vazio quanto as transformações das condições de vida dos trabalhadores, já que Stirner aponta a necessidade da criação de um “verdadeiro eu”, como se todos vivêssemos sendo outros, deste modo, Marx e Engels frisaram as relações

sociais produzidas historicamente e os sujeitos como "frutos" desse processo e não como condição sagrada.

As críticas de Marx e Engels a Stirner fazem-se atuais à medida que refletimos as condições de classe dos trabalhadores brasileiros, pois "vocação, destinação, missão, ideal" estão nos ensinamentos cotidianos dados por seus familiares, pela igreja, pela mídia e pelas múltiplas relações sociais. O ser humano brasileiro tem como vocação segundo a própria legislação federal ser trabalhador e a missão desse ser humano é trabalhar para efetivar-se como trabalhador e dessa forma conseguir suprir as suas carências físicas e espirituais. Esse caminho epistemológico não abandona os sujeitos à própria sorte, isto é, não condenamos os mesmos a encontrarem um mundo melhor, a buscarem uma vida melhor, como almejam os pós-modernos, trata-se de um caminho de crítica voltado para a libertação coletiva dos trabalhadores. Assim, a "missão e o ideal" dos trabalhadores, no e pelo modo de produção capitalista, são na verdade condenações ao degredo das suas condições de vida e, portanto, de seus modos de vida.

Diante disso, os reflexos nos trabalhadores, no sentido ontológico, quanto as suas condições existenciais não dicotomizam-se à práxis cotidiana, refere-se a sustentação da totalidade do sujeito e não podemos ser aquilo que não somos, como tentou ideologicamente Stirner tentou construir. E pensarmos nossas condições de vida, nossos modos de vida e nosso futuro levam-nos a realidade mais dura e é justamente isso que Marx e Engels (2007) aponta-nos: somos isso agora. Quando frisamos que o agora é um problema, no início do trabalho, desejamos chegar a esse raciocínio: as condições de vida dos sujeitos são o que estão movendo as suas próprias existências – e disso não se pode fugir, a menos que as condições sejam invertidas e para isso apenas questões e práticas revolucionárias.

> [...] os homens não se libertaram, em cada época, na mesma medida de seu ideal de homem, mas sim de acordo com o que as forças produtivas existentes lhes prescreviam e permitiam. No entanto, todas as libertações que ocorreram até agora tiveram como base forças produtivas limitadas, cuja

> produção insuficiente para a totalidade da sociedade só possibilitava o desenvolvimento na medida em que uns satisfaziam suas necessidades à custa de outros e, assim, adquiriam – a minoria – o monopólio do desenvolvimento, enquanto os outros – a maioria –, devido à luta constante pela satisfação das necessidades mais essenciais (isto é, até a criação de forças produtivas novas, revolucionárias), viam-se excluídos de todo desenvolvimento. Assim, a sociedade, até hoje, desenvolveu-se sempre no quadro de um antagonismo [Gegensatz] que, na Antiguidade, se dava entre homens livres e escravos, na Idade Média entre a nobreza e os servos e que, nos tempos modernos, opõe a burguesia e o proletariado. (MARX & ENGELS, 2007, p. 416)

Não se trata da idealidade do sujeito, mas como as condições produzidas historicamente ofertaram especificidades. A libertação do sujeito, como escreveram Marx e Engels, origina-se das forças produtivas, das transformações das condições materiais. A oposição burguesia e proletariado, nos dias de hoje no Brasil, precisa ser analisada com cuidado, pois os discursos empreendidos e as práticas realizadas pelos inúmeros financiamentos com linhas de crédito para grande parte da população brasileira tem levado os trabalhadores a um cenário diferente do ocorrido nas décadas de 1960 a 1990, pois a ampliação do consumo, dos financiamentos e dos créditos rotativos inseriram inúmeros trabalhadores no circuito do consumo o que fez os mesmos compreenderem que suas condições de vida foram transformadas a partir das mudanças de seus modos de vida. Aparentemente a ampliação do poder de compra elevou o status do trabalhador brasileiro e o governo Lula não parou de sinalizar o aumento significativo de pessoas que tiveram ascensão social, ambos governos anunciaram que muitas pessoas "deixaram" as classes socioeconômicas D e E para entrarem na classe C, a famosa classe média.

Marx e Engels (2007) sinalizaram a lentidão das transformações sociais vinculadas ao ritmo das condições de produção, desta maneira, no Brasil os trabalhadores que sofreram as mazelas econômicas pós-1970 combateram com greves, paralisações e mobilizações gerais, agora tem outra estrutura de produção e consumo, com ampliação do Estado de Bem-Estar Social, ampliação do crédito e linhas específicas para financiamentos. Todas as lutas empreendidas pós-milagre econômico parece que foram pouco a pouco dissolvidas e apenas alguns grupos organizados lutam de forma radicalmente efetiva como os sem-teto e os sem-terra, por exemplo.

Desde a implantação do Plano Real as condições de vida da classe trabalhadora melhoram e isso não significa que ocorreram mudanças substanciais, simplesmente passaram grande parte da população, como anunciou o próprio FHC, a comer carne de frango e comprar dentaduras. A renda média do brasileiro cresceu em 12% ao ano de 1993 a 1995, com as crises sucessivas do México (1994), Ásia (1997), Rússia (1998) e Argentina (1999) e a fuga de capitais com baixo investimento externo no país. A renda dos trabalhadores, sabemos isso historicamente, não pode aumentar constantemente, visto que a taxa de lucro precisa sempre garantir o aumento da concentração de riquezas para o capitalista por meio das constantes inovações nas formas e modelos de acumulação capitalista.

Diante disso, frisamos que por muitos anos tendeu-se a acreditar em contrapontos de visões para o capitalismo, isto é, o keynesianismo versus o liberalismo, Estado interventor versus Estado mínimo, neoliberalismo versus welfare state oriundo do keynesianismo e assim poderíamos anunciar várias oposições das escolas econômicas capitalistas, mas nenhuma traria ou trará elementos de ampliação de poderes decisórios para a classe trabalhadora, em outras palavras, as lutas foram e é o único caminho de antecipação da classe trabalhadora. As clássicas referências aos trabalhadores como reserva de mercado, exército de mão-de-obra de reserva e outros apenas sinalizam o papel dos trabalhadores no cotidiano capitalista.

Deste modo, ao tratarmos as experiências dos trabalhadores torna-se fundamental refletirmos como os mesmos são experenciados pela própria classe dominante, isto é, como os trabalhadores são constituídos para pensarem sobre si mesmos e agirem sob os auspícios da dominação. Sabemos que nada é tão simples, mas também compreendemos o poder de "fogo" da classe dominante e como a mesma instaura uma permanente identidade nos trabalhadores que levam, alguns, a representarem-se sempre diante de uma permanente crise.

A economia brasileira desde 1990 tem sido direcionada por práticas neoliberais e isso repercutiu na constituição da própria classe trabalhadora. Pensar a classe trabalhadora nesses tempos neoliberais parece fácil quando assinalamos o massacre do capitalismo sobre suas condições de vida, mas fica complicada a situação ao frisarmos a movimentação contínua de resistência dos trabalhadores numa luta de classe visível, notorizada pelo conflito aberto e permanente.

Resistir pode significar interromper a força, mas interromper a força precisa ser pensada dentro de limites, se apenas o interrompimento das forças antagônicas é feito temos a certeza de que novas forças serão geridas para anularem as resistências. Os trabalhadores lutam dia após dia contra inúmeras forças e resistentes em níveis e escalas diferentes diante de tudo que oprime. Um trabalhador luta contra as prestações de sua casa financiada, de seu aluguel, luta contra a inflação, preso nos ônibus lotados sonha com outros transportes, quando consegue outro transporte luta para pagar as prestações do carro ou moto, enfim, são inúmeras as lutas cotidianas dos trabalhadores e essas lutas não os aproximam na sociedade atual, pois as mesmas são aparentemente lutas "normais" as quais são enfrentadas cotidianamente por muitos em todo o planeta Terra.

A consciência de classe na forja diária se compreende, na luta, na batalha, na resistência não às coisas do cotidiano, mas ligadas, invariavelmente, ao sonho, ao futuro. E nesse ponto nos distanciamos mais ainda de Thompson (1981). Deste modo, as lutas de classe constituíram-se como projeto, como anunciação de outro futuro, como possibilidade para efetivação de outro mundo. Não afirmamos aqui que o cotidiano é ausente de lutas, mas entendemos, e é essa nossa tese central a qual tentamos evidenciar deste o início desse trabalho, que as lutas forjam-se coletivamente na busca pelo futuro. Para isso frisamos a criminalização da globalização pelos trabalhadores, os quais criminalizam tudo aquilo que os

impedem de fomentarem o futuro, outro futuro distante das imposições dogmatizadas do capitalismo.

4.1. RESISTÊNCIAS E GLOBALIZAÇÃO PELA MEMÓRIA DOS TRABALHADORES

A empresa transnacional ThyssenKrupp tem uma planta industrial em São Paulo e duas em Minas Gerais. A primeira na proximidade da capital do Estado de São Paulo expandiu para Ibirité/MG por meio da primeira fábrica no Estado, essa expansão se deu por meio de inúmeros funcionários com elevada posição dentro da empresa e funções específicas. Já a empresa de SantaLuzia/MG foi de um processo levado a cabo pelas políticas neoliberais, pois a mesma anteriormente era empresa pública denominada Forja Acesita.

Segundo a própria empresa ThyssenKrupp[25] as atividades da Thyssen foram inauguradas no Rio de Janeiro em 1920 e em 1961 a empresa Thyssen foi inaugurada em São Paulo, na cidade de Campo Limpo Paulista, e contou com a presença de inúmeros políticos, dentre eles o então presidente Jânio Quadros, e a presença do presidente da empresa Alfried Krupp von Bohlen und Halbach e o presidente Jânio Quadros inauguram a primeira unidade Metalúrgica do grupo no Brasil.

> A Thyssen Krupp Bilstein Brasil é conhecida por essa denominação desde outubro de 2006. No seu histórico vemos uma série de incorporações e alterações de nomes que remontam a 1967. Nesta data, a Hoesch Molas iniciou suas atividades no Brasil produzindo inicialmente feixe de molas e depois molas helicoidais e lâminas de aço. Em 1973, a Hoesch se incorpora a Scripelliti, passando a denominar-se Hoesch Scripelliti Indústria de Molas Ltda. Em 1981, fruto de outra incorporação, denominou-se Estel Hoesch Indústria de Molas Ltda., retornando à denominação de Hoesch Indústria de Molas Ltda. em 1982. Em 1992, a Hoesch incorporou-se ao grupo Krupp Automotive. Com a fusão dos grupos Thyssen e Krupp na Europa, em 2002 passou a ser ThyssenKrupp Molas Ltda., denominação que foi alterada em 2006 para ThyssenKrupp Bilstein Brasil Ltda. O nome Bilstein vem de uma família alemã que, nos anos de 1920, investiu na indústria de acessórios

[25] https://www.thyssenkrupp.com/documents/Publikationen/Sonderveroeffentl/ThyssenKrupp_and_Brazil_pt.pdf

> automotivos e esteve ligado à inovação tecnológica em matéria de suspensão, conforto e segurança na condução de veículos. Transformou-se em uma divisão da ThyssenKrupp Tecnologies em 1988 e em uma subsidiária em 2005. (CARDOSO, 2012, p. 69).

A empresa foi sendo transformada à medida que as próprias estruturas de produção e os processos também o foram, assim, trata-se de uma empresa transnacional com forte atuação no mercado mundial com mais de 190 mil empregados em todo o mundo (mais de 80 países) e mais de 10 mil empregados no Brasil, com relações históricas na política mundial iniciadas com o nazismo e até mesmo como fabricantes de armas na ex-União Soviética. As incorporações, fusões e desmembramentos são estratégias centrais aplicadas aos variáveis mecanismos de acumulação capitalista pela constante ampliaçao da taxa de lucro, assim, o papel da economia numa atuação permanentemente política foi usada desde a fundação da empresa no século XIX.

Deste modo, a estrutura econômica viabilizou os processos políticos ao mesmo tempo em que esses foram fundamentais para que a estrutura econômica não fosse transformada no sentido de desarticulá-la.

As transformações econômicas foram também seguidas pelas empresas que, posteriormente, formaram a atual ThyssenKrupp e essa teve impacto significativo na constituição da própria imposição para alguns países, dentre eles o Brasil.

Saes (1993) afirma que a relação de causalidade na produção capitalista liga-se a última instância tendo o econômico como ponto importante, deste modo, o econômico precisa ser compreendido como uma estrutura que exige de instâncias que a compõe ao mesmo tempo que demonstra essa composição, portanto, a empresa ThyssenKrupp ao lonog da sua história efetivou práticas de condensamentos políticos direcionados pelas questões econômicas.

Assim, é importante pensarmos que existe uma combinação de estrutura e processo que delimita as ações do Estado a partir das necessidades do mercado mundial, ao

mesmo tempo o mercado mundial necessita do Estado para avançar. Saes (1998, p. 30) acrescenta:

"[...] o modo de produção é uma combinação de estruturas diversas [...] e essa combinação tem um caráter hierárquico, não igualitário. Mais especificamente: dentro do modo de produção, apenas uma estrutura detém um lugar dominante [...]".

O lugar dominante relaciona-se a totalidade social numa constituição hirárquica de valores, práticas e condições de vida. (SAES, 1998). Essa movimentação hierárquica na sociedade pela totalidade social direcionada pelo modo de produção é evidenciada na intervenção constante da economia nas suas mais diversas formas e manifestações no cotidiano das pessoas.

Saes (1998) frisa que uma estrutura tem o papel dominante quando intervém sobre outras garantindo a reprodução de seu papel dominante, por isso o econômico tem peso considerável e a elaboração das questões pelo Museu da Pessoa tem caráter dominante e esse ponto justamente é importante por considerá-lo fundamental para pesquisar sobre os trabalhadores e como os mesmos foram "beneficiados" pela "benfeitora" empresa. As "falas" são no sentido de frisar a estrutura dominante, mas apazigua-la com questões de fundo emocionais e que comportam mais irracionalidade no sentido das relações de trabalho, do que a racionalidade necessária para compôr as lutas de classes.

Assim, nesta parte do trabalho procuraremos dialogar com entrevistas realizadas pelo Museu da Pessoa quanto às comemorações no Brasil da empresa Thyssenkrupp referente ao seu aniversário de 40 anos ocorrido no Brasil em 2007. Entendemos que é importante destacar essas entrevistas e analisarmos as mesmas para compreendermos os sujeitos num dado momento da História, pois as entrevistas, em sua maioria, foram realizadas em 2007 no período pré-crise econômica, ao mesmo tempo em que efetuamos a verificação do papel de uma grande empresa multinacional na constituição

ontológica dos sujeitos correspondente as suas condições materiais de vida. Assim, as experiências dos trabalhadores não são fatos isolados, coisas desenraizadas dos problemas originados no modo de produção capitalista. As analises das entrevistas nos permitem evidenciar o movimento do capitalismo na escala cotidiana, nas vidas dos trabalhadores e nos seus significados relacionais com o espaço, o tempo e a cultura, não no sentido unilateral.

O significado de ser trabalhador precisa ser compreendido como aquele sentido que não muda muito desde o início da revolução industrial, pois apoiados no Manifesto Comunista entendemos que a luta de classes é o motor da história e a situação do trabalhador, via O Capital, sempre será de produção de mais-valia, subsistência e inferioridade funcional diante da máquina produtiva. Não somos ingênuos e desta forma buscamos evidenciar a situação dos trabalhadores nesses tempos de globalização como forçados cada vez mais a qualificação profissional, a multitarefas e multifuncionalidade dentro das empresas. O trabalhador, portanto, nesses tempos de crise e expansão dos mercados, aparentemente contraditório, se vê numa situação nada nova: lutar com as armas que dispõe para sua sobrevivência - são novas as armas – porém, a sobrevivência permanece como pauta intransigente.

O caminho da memória passa pela significação do agora, isso implica na verificação do passado com apontamentos significativos para o momento atual. Se no atual momento o sujeito encontra-se em situação negativa poderá olhar para o passado com saudade de um tempo em que existiu ou que não existiu completamente, mas foi direcionado por sua atual condição de classe, da mesma forma se o momento do sujeito implica em coisas positivas na hora da entrevista, poderá ver o passado com mais “cinza” ainda do que realmente é. Por isso, no início dessa tese afirmamos que o agora é um problema, pois não se trata apenas do momento, mas das múltiplas relações escalares temporo-espaciais presentes no sujeito, mas não presas apenas nos mesmos.

Diante disso, frisamos que existe estrutura (basta olhar como o capitalismo se organiza) e superestrutura (os fios invisíveis do capitalismo), negar esses pontos apenas aproxima os sujeitos do projeto e das práticas neoliberais. Não abandonamos de nenhuma maneira as experiências dos trabalhadores, mas compreendemos que as mesmas processam-se em estruturas prontas e isso não quer dizer determinadas, pois nada pode determinar o futuro para sempre, isto é, o futuro precisa ser construído a partir da consciência de classe, de como a divisão social do trabalho elenca suas responsabilidades na estrutura burguesa. A superestrutura não pode ser pensada como definitiva, como impossibilidade de mudanças, ao contrário entendemos que a mesma pensada e criticada levará a outros caminhos os quais possam refundar nossa sociedade.

As atividades humanas são constantes e desse modo as combinações nas suas multiplicidades fornecem aos sujeitos as suas bases como condição dialética. Essa informação precisa ser pensada em termos práticos, ou seja, a base cotidiana dos trabalhadores necessita de questionamentos e mudanças realizadas pelos próprios trabalhadores o que na prática pouco acontece, visto que as mudanças na base são, quase sempre, direcionadas pela elite dominante com sua visão de mundo e sua concepção do que deveria ser a base cotidiana do trabalhador. A base cotidiana do trabalhador é permanentemente forjada sobre as diversas pressões já apresentadas no início desse trabalho.

Deste modo, as pressões existem e pensar as relações de classe faz-se necessário compreender tais pressões. A luta de classes somente poderá ser compreendida se as pressões forem tidas pelos trabalhadores como impositivas por uma classe, no nosso caso pela classe que domina os sujeitos em três esferas: economia, política e tecnologia.

Assim, voltamos a Kosik (1995, p. 85): “O homem é antes de tudo aquilo que seu mundo é”. Não se podem afastar os sujeitos das multidões e nem das suas condições de classe, mas podemos construir uma alternativa pelo enfrentamento de suas condições.

Logo, deixamos em evidência que suas condições não são dadas, não são naturais, pois são impostas e isso significa que as pressões e a crise da classe trabalhadora são permanentes.

O determinismo imposto pelos leitores neoliberais de Thompson chegam até a estrutura e superestrutura como ausência, como impossibilidade de existência, como se cada trabalhador com sua livre e espontânea vontade vivesse sem qualquer pressão e sem qualquer determinação. No mundo ocidental capitalista a determinação está no trabalho, somos obrigados à produção e a domesticarmos corpos e almas para sanarmos as exigências do ser humano produtivo, isso não se pode negar, essa determinação é real. Não afirmamos que não possam existir atos de rebeldia e resistência a esse estabelecimento, mas também não somos ingênuos a ponto de compreendermos o afastamento total do sujeito, como condição ôntica, das influências capitalistas.

A situação econômica e política no Brasil têm levado, invariavelmente, os trabalhadores ora para a recessão ora para momentos de consumismo promovido pela ampliação do crédito, isso significa que as reais condições de vida do trabalhador não melhoram, visto que os mesmos continuam exercendo dia após dia horas intermináveis de trabalho, deslocamentos casa-trabalho-casa de forma precária e com salários reais insuficientes sempre obrigados à tomarem o crédito como salário e realizarem compras à prestação para que seus consumos sejam realizados.

A dignidade do trabalhador brasileiro paira sobre as “bondades” da ampliação de crédito e dos programas sociais desenvolvidos ora pelo Estado ora pela iniciativa privada. Essas condições de vida impedem que existam ampliações das resistências, pois o fio invisível tem amplos poderes na sujeição dos trabalhadores, porém isso não definidor ou definitivo das condições perpétuas de vida dos trabalhadores e as revoluções estão aí para provarem.

As experiências dos trabalhadores brasileiros nos dias de neoliberalismo tem os levado a momentos de rupturas profundas com o estabelecido, mas também de "compreensão" quanto à situação vigente e isso aponta-nos dois cenários: mobilização e resiliência.

Os fios invisíveis que amarram o cotidiano dos trabalhadores não são tão simples, pois as relações culturais, políticas e econômicas emaranham os sujeitos de forma a reprimi-los ao menor sinal de rebeldia ou resistência. Por isso, escutá-los é importante para compreendermos parte do processo histórico neoliberal no Brasil de 1990 a 2010.

> Do ponto de vista social, a classe trabalhadora é, portanto, mesmo fora do processo direto de trabalho, um acessório do capital, do mesmo modo que o instrumento morto de trabalho. Mesmo seu consumo individual, dentro de certos limites, é apenas um momento do processo de reprodução do capital. [...] O consumo individual cuida, por um lado, de sua própria manutenção e reprodução, por outro, mediante destruição dos meios de subsistência, de seu constante reaparecimento no mercado de trabalho. O escravo romano estava preso por correntes a seu proprietário, o TRABALHADOR ASSALARIADO O ESTÁ POR FIOS INVISÍVEIS. A aparência de que é independente é mantida pela mudança contínua dos patrões individuais e pela *fictio juris* do contrato. (MARX, 1984, p. 158). <destaque nosso>.

As memórias aqui analisadas fazem parte do processo de compreensão dos mecanismos de acumulação capitalista, deste modo, a empresa Thyssenkrupp tem as características importantes por ser uma transnacional que tem influencia em diversos países do mundo com grande número de trabalhadores.

> A história recente da ThyssenKrupp insere-se nas mudanças do capitalismo, a partir dos anos de 1980, com a globalização dos mercados e com a produção e os empregos se deslocando além fronteiras, quando as empresas buscam custos menores e exigências sociais reduzidas nos contratos de trabalho. O grupo TK AG é uma empresa transnacional, tem sua base na Alemanha, mas dois terços de seus trabalhadores e clientes estão fora da Alemanha. Está ligada a uma série de empreendimentos no mundo todo, não só na Europa, como também nas Américas, na Ásia e na Oceania. No Brasil, são várias as subsidiárias do grupo, atuando em diversos setores. A ThyssenKrupp Automotive Systems do Brasil Ltda faz parte dele e atua nos ramos siderúrgico, automotivo, equipamentos industriais, elevadores e serviços. O Brasil tornou-se um mercado importante no setor automotivo

> com o crescimento da produção da indústria automobilística brasileira nos anos 1990. A primeira unidade deste setor foi a de São Bernardo do Campo, fundada em 1997, para atender a Ford e posteriormente a Honda. A unidade de Ibirité, em Minas Gerais, foi instalada em 1998 para atender a Fiat Automóveis. Em 2002, outra fábrica foi instalada no pólo industrial de Camaçari, na Bahia, produzindo módulos de suspensão para a Ford. (CARDOSO, 2012, p. 3).

Deste modo, conforme Cardoso (2012) o grupo ThyssenKrupp tem grande poder econômico e de atuação, suas considerações em termos de montagens de pátios industriais estão ligadas diretamente as redes de produção das mercadorias fabricadas, assim, no Brasil tanto elevadores, escadas rolantes e peças para automóveis fizeram com que fosse construída um circuito da produção da ThyssenKrupp que envolvem inúmeras empresas e empregos diretos e indiretos.

A empresa, portanto, tem considerável força econômica e também política, já que atua, segundo a própria, em mais de 80 países e conta com mais de 150 mil empregados.

A ThyssenKrupp representa a empresa eficiente na produção toyotista, portanto, com as transformações tecnológicas e trabalhistas necessárias para garanti-la no mercado financeiro com valores consideráveis de suas ações e com isso ampliar permanentemente a taxa de lucro e acumulação.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari (2011, s.p) no ano de 2010 e também 2011:

> O conglomerado industrial e siderúrgico alemão ThyssenKrupp registrou crescimento de 32% em seu lucro líquido no segundo trimestre fiscal encerrado no dia 31 de março, para € 272 milhões, de € 206 milhões. O resultado superou as estimativas dos 14 analistas entrevistados pela Dow Jones que esperavam um lucro de € 216 milhões. [...] as ações da ThyssenKrupp avançavam 2,44% na Bolsa de Frankfurt.
>
> O lucro ajustado antes de juros e impostos (Ebit) aumentou para € 497 milhões no segundo trimestre fiscal, de € 293 milhões, superando as projeções dos 14 analistas entrevistados pela Dow Jones, que esperavam um

> Ebit de € 453 milhões. A receita subiu 21% no segundo trimestre, para € 12,27 bilhões. Os analistas esperavam uma receita de € 12,3 bilhões.

Como os números revelam a empresa ThyssenKrupp além de ser forte na produção industrial e no comércio do setor metalúrgico, também é consideravelmente forte em termos de mercado de ações mundial. Essa fortaleza econômica somente destaca-se assim por ter sempre se adaptado as condições do mercado mundial ao mesmo tempo em que também colaborou para que o mercado mundial também assim o fosse. Esse movimento do capitalismo empreendido pela empresa tem repercussões diretas no cotidiano dos trabalhadores, nas suas formas de trabalho e nas suas considerações sobre suas próprias funções.

As novas formas de organização da empresa tanto interno como externo são resultados dos processos neoliberais, desta forma, as reformas empreendidas no Estado brasileiro também foram responsáveis pelo pacto de transformação da ThyssenKrupp quanto a ampliação de suas fábricas e as suas formas de gerenciamento. O toyotismo foi importantíssimo para as mudanças internas, bem como a transferência da empresa de São Paulo para Minas Gerais, tudo isso compõe um caminho próprio dado no processo globalizante neoliberal.

Segundo Almeida (2012, p. 1):

> Desde os anos 1990, a ThyssenKrupp vem redefinindo sua presença no setor industrial metalúrgico a partir da expansão de suas atividades através de fusões e compras de outras empresas do ramo. Tal processo tem provocado importantes desdobramentos nas vidas de milhares de operários, uma vez que esta transnacionalização tem sido operada por meio de deslocamentos de plantas produtivas, do fechamento de fábricas e da reconfiguração das relações de trabalho.

As transformações que ocorreram na produção, evidenciadas pelas mudanças econômicas no Brasil de 1990 a 2010, também podem ser constatadas nas entrevistas analisadas nesse trabalho.

A composição das memórias desses trabalhadores nos permitem compreender na escala do trabalhador, nas suas mais diversas funções, seus olhares sobre todas as transformações vividas pelos mesmos, todavia, o problema são as perguntas que foram realizadas, visto que as mesmas foram organizadas e colocadas em práticas pelo Museu da Pessoa em comemoração dos 40 Anos da ThyssenKrupp Bilstein no Brasil, deste modo, as questões não refletem as considerações críticas que marcamos esse trabalho, porém as respostas diante de questionamentos extremamente limitados nos fazem pensar nas problematizações realizadas pelos próprios trabalhadores, mas não são problematizações aleatórias, são questões levantadas a partir de suas experiências no movimento dialético da estruturação capitalista nos processos constituídos historicamente.

Desta forma, as "falas" dos trabalhadores são apontamentos históricos quando pensados no movimento de articulação escalar das condições da classe trabalhadora e as condições materiais da produção imbricadas às ações econômicas e políticas do Estado sob os auspícios dos interesses do mercado mundial.

A empresa ThyssenKrupp buscou (busca) criar uma memória coletiva, numa ação empresarial voltada para "escutar" os trabalhadores naquilo que a mesma fez por eles, desta forma, a empresa como benfeitora dos próprios trabalhadores é confrontada várias vezes, mesmo de forma sutil, por esses mesmos trabalhadores.

As entrevistas são realizadas num momento de transformação das empresas ThyssenKrupp, no sentido das mudanças tecnológicas e da organização interna, com demissões em várias empresas do grupo no mundo todo e também no Brasil.[26]

As demissões são possibilidades permanentes nas crises constantes dos trabalhadores. Deste modo, quando falamos em estrutura do capital e do capitalismo na

[26] **ThyssenKrupp demite 264 em unidade do interior de SP.** Empresa diz que queda da demanda mundial foi motivo dos cortes. Metalúrgica diz processo de demissões será concluído na segunda-feira. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1184535-9356,00.html. Também demitiu 35 mil trabalhadores na Alemanha. **A reação do presidente alemão contra as demissões na ThyssenKrupp.** Disponível em: http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-reacao-do-presidente-alemao-contra-as-demissoes-na-thyssenkrupp

contradição capital versus trabalho estamos justamente considerando o engessamento do capitalismo como condição de pressão sobre os trabalhadores. Assim, não somos estruturalistas por considerarmos a estrutura, mas somos materialistas por considerarmos a mesma vital para as análises do tempo presente no Brasil.

No mês de maio de 2009 a empresa ThyssenKrupp anunciou acordo para demissões:

> Nesta sexta-feira, a siderúrgica ThyssenKrupp divulgou que chegou a um acordo para até 2 mil cortes de empregos (até setembro de 2010), com o objetivo de enfrentar a forte queda na demanda por seus produtos em razão da recessão global. A companhia acrescentou que planeja reduzir sua força de trabalho com medidas socialmente aceitáveis e evitar fechamentos de fábricas. O acordo prevê que os cortes de empregos serão feitos por meio de medidas, como partidas voluntárias com pagamentos de indenização e aposentadoria antecipada. De acordo com a empresa, os cortes vão resultar em economias de cerca de 150 milhões de euros (US$ 202,7 milhões), a partir do início de seu ano fiscal de 2011, que começa no início de outubro de 2010. As economias com a redução da força de trabalho são parte de um plano para cortar custos em mais de 400 milhões de euros, afirmou a empresa. (MONITOR DIGITAL, 2010, s.p).

As demissões são pontos importantes para compreendermos as memórias dos trabalhadores e essas nos tornar possível a compreensão da totalidade do processo histórico, mas a empresa não buscou entrevistas os demitidos para falarem das demissões, quando trouxe os que assim o foram, foi para mencionarem a maravilha e a satisfação em trabalharem na ThyssenKrupp.

As “falas” nos colocam no direcionamento de uma reflexão que busca as lutas de classes como ações mais concretas, porém antes dessas ações torna-se fundamental refletir as próprias condições em ser trabalhador e seu significado no capitalismo.

Interessante pensarmos que falamos de trabalhadores, em sua maioria, que não ganham três salários mínimos, são obrigados a máxima qualificação para realizarem funções muito complexas e de grande responsabilidade. Apenas os cargos gerenciais tinham

(tem) salários maiores e isso reflete até mesmo nas entrevistas realizadas, visto que as mesmas são mais longas para aqueles que tem cargos mais elevados na empresa.

As lutas dos trabalhadores são por sobrevivência, basta ver a negociação do Sindicato de Camaçari:

> Os trabalhadores da THYSSENKRUPP obtiveram na negociação, travada entre o Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari e a THYSSENKRUPP 07/07/11. O novo plano de cargos e salários, que tem um crescimento de 91% do piso salarial ao teto, praticado pela nova tabela negociada pelo Sindicato.
> Essa é mais uma vitória do Sindicato nas negociações do crescimento salarial na região de Camaçari. Como também o novo plano de cargo e salário do Complexo Ford, e agora a grande vitória dos trabalhadores da THYSSEN com o crescimento e a aplicação dessa nova tabela salarial das autopeças que não estão dentro do complexo Ford. O salário antes praticado pela empresa **hera o teto de R$: 1.312,00** (um mil trezentos e doze reis) para o operador, com a nova tabela **pode chegar a R$: 1.735,00** (um mil setecentos e trinta e cinco reais) " diz Júlio Bonfim diretor do Sindicato Dos Metalúrgicos de Camaçari. (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE CAMAÇARI, 2011, s.p <grifo nosso>).

A vitória comemorada pelo sindicato indica as condições de vida a partir das condições materiais dos trabalhadores, seus salários são sempre limitados e mesmo assim podem em qualquer momento serem demitidos. Dessa forma, concordamos com Althusser (1979, p. 181):

"As relações de produção não são, aí, o puro fenômeno das forças de produção: são também a condição de existência dessas forças; a superestrutura não é o puro fenômeno da estrutura, é também a sua condição de existência".

As condições de existência e do existir dos trabalhadores são resultados das relações contraditórias do capitalismo, deste modo, as entrevistas nos permitem compreender esse movimento: "[...] essas condições que ao mesmo tempo são as condições existentes e as condições de existência de um fenômeno considerado". (p. 182).

No caso dos trabalhadores da ThyssenKrupp o fenômeno considerado pelos entrevistadores do Museu da Pessoa é o próprio aniversário da empresa e buscam, desse modo, estruturar a imaginação dos trabalhadores para que suas condições de existências coincidam com a existência da empresa. Não desejam a empresa, que os trabalhadores "falem", mas que os mesmos reproduzam as condições de vida indicadas pelas questões centrais, assim, o fenômeno revisitado pelas memórias é a relação dos trabalhadores numa dependência significativa de vida e mundo.

4.1.1. MEMÓRIA DOS TRABALHADORES PARA COMPOR AS LUTAS

As entrevistas realizadas pelo Museu da Pessoa tiveram como objetivo a constituição de uma memória comemorativa, de uma memória que representa o avanço dos trabalhadores nas suas funções na empresa.

> os 40 anos da ThyssenKrupp Bilstein Brasil [2007]. O ato comemorativo recupera 1967 como o início deste processo, quando a Hoesch Molas iniciou suas atividades no Brasil. Resultou em um projeto institucional realizado pelo Museu da Pessoa, onde foram entrevistados trabalhadores em funções e idades variadas. As entrevistas foram gravadas em 2007 e estão divididas em dois grupos: no primeiro encontramos 15 entrevistas, chamadas histórias de vida, com duração mais longa e fornecidas por trabalhadores com idade entre 40 e 60 anos, a maioria com curso superior, prevalecendo Administração de Empresas. O segundo grupo é composto de 131 entrevistas, com trabalhadores com tempos variados na empresa. Elas são chamadas Cabines Temáticas, têm menor duração e temáticas mais diretas. Este projeto memória insere-se em uma das linhas de atuação do Museu da Pessoa, criado em 1991, com o "objetivo de construir uma rede de histórias de vida que contribuísse para a transformação social", possibilitando que a "história de cada pessoa fosse valorizada pela sociedade". Nos seus valores, o Museu propaga que "toda história de vida tem valor e deve fazer parte da memória social" e que "todas as pessoas têm um papel que não questionam as relações na sociedade, mas indicam teoricamente uma postura democrática à medida que busca "a percepção que os indivíduos e os grupos têm de si mesmos e de sua situação" (CARDOSO, 2012, p. 69-70).

Diante disso, metodologicamente as entrevistas que nós selecionamos foram de trabalhadores em cargos e funções gerenciais ou próximo a isso, bem como trabalhadores mais antigos em média 20 anos de emprego na empresa. Essas entrevistas que foram realizadas pelo Museu da Pessoa, com metodologia específica conforme Cardoso (2012), são importantes para alcançarmos a compreensão do processo histórico e sua articulação cotidiana

Conforme a entrevista do projeto "Thyssen Krupp Bilstein Brasil 40 anos" com o trabalhador da empresa Sebastião Romualdo (SR) entrevistado por Nádia Lopes em São Paulo no dia 16/07/2007 realizado pelo Museu da Pessoa:

> É que naquele tempo a gente fazia o estágio na própria empresa. Nós nos formávamos e no período de férias ficávamos dentro da empresa. Quando eu terminei o curso fiquei trabalhando na empresa como meio oficial. Esse foi meu estágio. Era um pouco diferente, mas era a mesma empresa. Era office-boy de escritório, mas tinha a fábrica embaixo. Eu não estranhei muito por causa disso. No começo não gostava do trabalho. Foi indo e com o tempo fui gostando. Por isso me formei em técnico de contabilidade.
> Eu trabalhava aqui em frente numa empresa chamada Pereira Ruiz. Trabalhei uns quatro meses. E sempre olhando aqui. Era uma fachada muito bonita. Muita gente trabalhando. Todo mundo falava bem da empresa. Naquele tempo, pagava muito bem. (SR)

O trabalhador citou também diversos momentos de sua vida e como tornou-se o que é, isso significa que sua resistência foi operacionalizada nas suas compreensões do seu cotidiano, porém isso não trouxe outros tipos de resistências para serem evidenciadas por um grande grupo de pessoas da mesma empresa. É fundamental destacarmos a frase: "No começo não gostava do trabalho. Foi indo e com o tempo fui gostando. Por isso me formei em técnico de contabilidade.". O fato de não gostar do trabalho inicialmente precisa ser refletido como condição geral da classe trabalhadora que não tem condições materiais de escolher, em grande parte, seu trabalho, pois as condições materiais, sociais, econômicas e políticas impedem significantemente o trabalhador ser de fato senhor de seu tempo e do seu espaço. Outro ponto importante é como o trabalho que não gostava motivou sua qualificação?

A qualificação ocorreu por necessidade impositiva, como uma espécie de obrigação moral, pela qual o trabalhador precisa se qualificar seja para desempenhar melhor suas funções ou para simplesmente não ficar desempregado. Ele foi gostando e esse "gostar" o levou para a qualificação e depois pediu demissão para entrar na empresa que hoje é a Thyssenkrupp.

Entendemos que o trabalhador mostra-se indignado com inúmeros problemas, mas não se trata de uma indignação totalmente aparente, são nos detalhes da "conversa" que o mesmo revela-se, ao mesmo tempo em que apresenta uma grande satisfação por fazer parte da história da empresa e continuar, até aquele momento 2007, como responsável pelo andamento de um setor da indústria. Interessante pensarmos como a constituição do sujeito faz-se por seus caminhos atrelados sempre as suas condições de vida num processo permanente de mudanças e são essas mudanças que o mesmo destaca nas suas falas, a permanência apenas interessa quando a intensidade cumpre-se junto ao discurso hegemônico da classe dominante ao ostentar-se como sujeito trabalhador responsável pela produção da riqueza da empresa.

Na entrevista o senhor SR relata que entrou na empresa em 1981 e passou por diversas funções e cargos diferentes, tal como "a mulher de Thompson" suas funções na empresa precisam ser pensadas também fora da mesma, nas suas relações pessoais cotidianas e nas suas múltiplas constituições, isto é, seu orgulho em participar dessa empresa justifica-se pelas suas outras relações fora da mesma; assim, a busca pela qualificação e o curso, conforme informou, superior de Engenharia realizado por incentivo da empresa estão vinculados, necessariamente, a representação das suas condições de vida somadas as expectativas dos outros quanto ao seu desempenho profissional e, consequentemente, pessoal, visto que na sociedade de classes abandona-se o sujeito e sua identidade oferecendo socialmente a função e a profissão do mesmo, isto é, o SR é trabalhador da Thyssenkrupp e

futuro engenheiro[27] (em 2007) e isso somente é possível pelas relações constituídas em várias esferas, escalas e cenários.

Porque a pessoa já tem a cultura. Ele sai daqui e fala: Hoje eu trabalhei, eu fiz isso. Trabalhei no produto tal, na barra tal. Fui transferido para barra hoje, amanhã vou voltar para DIMOC, tratamento térmico, estou fazendo um curso para melhorar a metrologia. Isso cria uma certa relação com os filhos, com a família, muito boa. Os melhores funcionários que eu tenho jovens são filhos ou parentes de funcionários: tio, sobrinho, primos ou até irmãos. (SR).

A cultura indicada por SR é justamente o pensamento hegemônico materializado nas condições de classe, ou seja, indica onde e como o sujeito está inserido na produção. Frisamos ainda que o senhor SR tem cargo de chefia e distante do "chão da fábrica" procura rememorar sua vida a partir de sua atual condição e função na Thyssenkrupp, com isso evidencia sua preocupação com a fábrica como se a mesma fosse de total responsabilidade dele e essa responsabilização passa pelo futuro da empresa, pois o mesmo, conforme evidenciado anteriormente, apresenta os melhores funcionários como herdeiros de uma tradição, de uma cultura produtiva. Em outras palavras, SR nomeia os melhores funcionários como familiares compartilhando de um discurso oriundo da classe dominante e do pensamento hegemonizado, como se houvesse uma separação dos seus próximos e dos outros. Ao nomear os melhores funcionários articula-os a função industrial em consórcio com a proximidade familiar, isso significa que construiu ao longo da história de SR na empresa um discurso que tentou e ainda tenta afastá-lo de seus muitos "eu" como a "mulher de Thompson" nos é apresentada. Esses "eus", assim o chamamos de forma didática e ilustrativa sem qualquer pretensão filosófica, direcionados para função única representada socialmente

[27] "Você precisa mudar o seu curso – eu estava fazendo um curso de tecnologia aquele tempo – A partir de hoje você tem que fazer um curso de engenharia, porque você está sendo promovido a chefe de produção". Então eu me senti muito honrado com aquilo. E ele falou assim: "Você vai para chefe de produção, vai fazer um estágio em todos os departamentos, inclusive Custos". Eu fiz Engenharia aqui mesmo, em São Paulo. Ficamos rodando um certo tempo. Estou como chefe há seis anos. Como chefe de produção. (Entrevista SR).

faz com que o sujeito não consiga se compreender para além de trabalhador e mais especificamente para além de trabalhador da Thyssenkrupp.

A cultura apresentada por SR significa justamente a imposição do emprego, da empresa e da função sobre o sujeito. A subsunção do sujeito efetiva-se na conformação a essas condições como inquestionável, neste sentido, entendemos que SR não se lamenta por ser trabalhador da empresa, ao contrário manifesta muita satisfação por isso, apenas em alguns momentos lamenta-se que poderia ter feito mais ou a empresa mais por eles, mas não revela isso de forma imediata é preciso trabalhar todo conteúdo da entrevista para compreender sua fala e essa revela-nos um pouco do sujeito SR e não apenas do trabalhador. Esses "eus" do senhor SR são afetados pela hegemonização do papel social em ser trabalhador, isto é, o sujeito não representa a função do trabalho, pois ele a vive cotidianamente.

SR demonstrou sua aptidão para ser representante de uma cultura, elevou-se acima dos outros que não compunham aquele "família" e esse movimento precisa ser pensado na relação direta com a fábrica e com a sociedade, pois seu orgulho "cultural" não brotou do nada, foi produzido historicamente e no momento de sua entrevista revelou-nos o que gostaria de revelar, demonstrou apenas o que seria interessante para os outros, fez com que seus "eus" fossem significados para o trabalho, seu significante tornou-se socialmente apenas o trabalhador.

O modelo central dessas práticas referendadas socialmente quanto ao senhor SR é justamente a constituição de uma cultura voltada para a produção e mais ainda trata-se de um senhor que ocupa posição de destaque dentro da empresa, ou seja, cumpre o papel de fiscalizador das condições para que a produção seja realizada da melhor forma possível. Essa dominação do sujeito não ocorre de forma abrupta, pois o mesmo é constituído ontologicamente por suas experiências cotidianas direcionadas para e por um sistema mais

amplo no qual se faz dominante. Assim, buscamos as evidências destes tempos de globalização neoliberal e como isso atinge diretamente o trabalhador. O real processo social no tempo presente não pode ser negligenciado e isso significa atenção ao modo de produção capitalista e como o mesmo constitui uma cultura ampla, eficaz e dominante sob o sujeito.

A cultura hegemônica do capitalismo leva sempre o sujeito a referir-se a sua profissão como dinamismo máximo de sua vida, em outras palavras, o sujeito é o ser que realiza um trabalho, deste modo, o trabalho é a centralidade da cultura capitalista para as classes trabalhadoras, enquanto o lucro e a exploração, no movimento produtivo capitalista, é a centralidade para as classes dominantes. Todavia, a ideia do trabalho generalizada constitui o imaginário cotidiano dos sujeitos e isso os torna continuamente trabalhadores.

Nas falas dos entrevistados do Projeto de comemoração da Thyssenkrupp pelo Museu da Pessoa todos afirmaram o orgulho em serem trabalhadores e isso vai ao encontro à hegemonia cultural e a real condição social dos sujeitos no tempo e no espaço presente. Neste sentido, as experiências dos sujeitos vinculam-se, necessariamente, as condições de classe e aos modos de vida atrelados à produção e consumo no capitalismo. Ser trabalhador é condição moral para a sociedade e nas entrevistas compreendemos essa moralidade como obrigação, como estruturação das condições objetivas subjetivadas.

Essa estruturação é a "crença" nas condições materiais e imateriais que vivemos, isto é, trata-se da sociedade objetivada e essa objetivação manifesta-se pelo modo de produção e, portanto, pelas maneiras próprias do capitalismo de produzir, circular, consumir e reproduzir.

As condições de vida dos trabalhadores estão sempre inseridas numa lógica maior que os mesmos, isso é o processo de permanente constituição dos sujeitos em trabalhadores, ou melhor, os trabalhadores precisam compreender que são trabalhadores. Para isso é fundamental educá-los de tal modo que o trabalho seja a única operação possível para

refletir sobre seu mundo. O trabalho faz os trabalhadores, a importância em trabalhar opera como constituição ontológica do sujeito e isso parece ser caro e impossível de ser retirado. Todavia, as próprias lições das revoltas e revoluções nos apontaram para caminhos de resistências, porém como salientou Marx na Crítica da Economia Política as ideias das classes dominantes são ideias sempre dominantes e essa prevalência impõe uma estrutura intelectual parida das condições materiais.

Cláudio Martins de Oliveira Lopes (CL) foi entrevistado nas atividades da empresa ThyssenKrupp Bilstein em comemoração aos 40 Anos de Brasil, quem o entrevistou foram Nádia Lopes e Carolina Ruy em São Paulo no dia 18/07/2007, uma realização do Museu da Pessoa. Essa entrevista corrobora para refletirmos a condição de classe e a formação do trabalhador, a condição de vida e o sentimento de "vitória" por ser trabalhador e fazer parte de uma "grande família empresarial" desde 1982:

> Fiz a ficha na agência de emprego e fui chamado em janeiro ou fevereiro. Fui a primeira pessoa a ser entrevistado pelo Senhor Yukio Ikuno. Eu tenho certeza que ele pode confirmar isso. E fui a última também. Ou seja, quando eu estive aqui pela primeira vez, entrei no departamento e a sala dele era ao lado dessa sala aqui. Tinha ele e o senhor Mário Fujita. O senhor Yukio era responsável pela parte de montadora e o senhor Mário pela parte de reposição. Como estariam vindo mais candidatos, ele me entrevistou. Eu falei com o Pedro Luiz [Pedro Luiz Dias], que era o responsável abaixo do Yukio, que seria o chefe da área, e ficamos de voltar. E foi passando. E eles me chamaram, optaram por ficar com o Cláudio e eu fui o último a ser chamado.
>
> Quando o Yukio me entrevistou, lembro que eu falei: "Poxa, eu gostaria de trabalhar nessa empresa". Sabe quando mexe assim? E deu certo. Eu comecei a trabalhar na parte de montadora, dentro da área de vendas, atendendo a montadora, programação, abastecimento da montadora. Quer dizer, o stress já começou naquela época, porque abastecer montadora sempre é difícil.

É interessante observarmos como CL enumera sua vontade em trabalhar na empresa e poucas linhas depois já sinaliza a dificuldade em ser trabalhador, dos problemas que não revelou na sua fala, mas que foram demonstrados pela sua necessidade em frisar o stress. Esses elementos estão, em grande medida, nos trabalhadores, pois o trabalhador sofre

permanentemente com sua condição e isso o torna obrigatório continuamente a ser trabalhador e para tanto exercer atividades que possam fazê-lo ter ganhos para sobreviver. Essa obviedade precisa ser ainda destacada, pois CL foi a procura de trabalho, esperou sua vez, justificou suas intenções e mostrou-se animado em feliz por fazer parte da empresa, porém o stress já começou. Esse já aponta para uma permanente pressão sobre esse trabalhador, uma pressão que poderia custar o seu próprio emprego, portanto, a sua própria sobrevivência.

CL ao relatar seu emprego na década de 1980 demonstra um período de crise do capitalismo, principalmente para os países dependentes, no argumento de Marini, pois as transformações tecnológicas trouxeram novas roupagens para as velhas formas de relação de dominação do trabalho. As falas de CL indicam o movimento de transformação do modo de produção pela tecnologia, bem como sinalizam outras formas de dominação.

> Nós tivemos uma enchente em 2000, acho que foi dia 12 de janeiro de 2000, se não me engano. Foi terrível. Na verdade foi marcante porque nós fechamos o ano de 99, férias coletivas. Enfim, começamos 2000. Eu estava de férias, voltei na segunda feira. Acho que foi na terça, essa enchente, dia 12 de janeiro de 2000, tenho certeza. Nós nunca saímos no horário, pelo menos algumas pessoas ficavam aí. Deu o horário, o nosso horário que era cinco e 45, e começou a chover, ficamos aqui. Alguns ficaram e alguns foram embora. Essa rua, por ser baixa, ela tende a ficar com volume de água. E foi chovendo, e foi chovendo, e foi chovendo. A rua começou a encher e o tempo foi passando. Lembro-me que tinha até um carro do Bradesco aqui dentro, um carro forte. Ele acabou ficando preso, não conseguiu sair. Inclusive ficou dentro da água porque ficou lá fora, dentro da empresa, mas na parte de baixo. Ele chegou quase a cobrir de água, porque cobriu esse muro que nós temos na rua, ou que nós tínhamos na rua, o muro que divide. E eu saí daqui seis horas da manhã, tirando a água do meu carro com copinho plástico. Os nossos carros ficavam no estacionamento, que é um metro acima do nível da rua. Mas não foi o bastante, a água entrou assim mesmo. Nossa, foi um stress total no dia seguinte porque eu fui para casa, me troquei, tomei uma ducha, voltei. A montadora queria saber o que aconteceu, como é que ia ficar, porque a Ford foi afetada, a Mercedes foi afetada. Tanto que um representante da Mercedes, na época o Jorge Tiago, que era responsável pela logística, veio nos visitar: “E aí, precisam de ajuda?”. Porque eles também perderam algumas coisas lá. Entrou água nos tanques de combustíveis da Ford, por exemplo. O nosso carro foi afetado. A empresa acabou nos ajudando, mandou até uma carta dizendo que ia ajudar.

> No meu carro, como entrou água só na parte do carpete, trocaram o carpete, higienizaram, lavaram. E nós demoramos alguns dias para colocar tudo em ordem. Nós lavamos feixes ali embaixo com vap. Colocava o macacão, alugamos vaps para poder lavar os feixes, as peças que sofreram, lavar para depois dar um banho de óleo. Peças pintadas, era mais limpeza. Mas aquela semana foi forte, demoramos alguns dias. O muro da Metalfrio caiu em função do volume de água. Aqui era um ponto crítico. Nós tínhamos bombas que colocam a água para fora, mas não foi o bastante. Imagina, todo mundo aqui preso, não tinha telefone porque perdemos a linha telefônica. Abrimos umas cestas básicas que tínhamos aqui, para comer bolacha, alguma coisa assim. A maioria, 30, 40, 50 pessoas saíram daqui na manhã seguinte. Foi terrível, foi muito forte. Abriram comportas acho que em São Paulo para poder contornar, para talvez não carregar lá, mas acabou refletindo para cá. (CL).

A empresa foi afetada por um problema, mas quem foi de fato foram afetados foram os trabalhadores. A maneira que CL narra sua compreensão daquele momento nos apresenta acima de tudo a angústia e o trabalho para além de suas condições operacionais normais, como os mesmos foram obrigados a "restaurar" a empresa. Esse ponto é importante por apresentar as relações de produção nas escalas dos trabalhadores e das empresas, ou seja, como as transformações ocorridas na produção mundial, no processo de "globalização" ou na "reestruturação produtiva" constituíram novas formas de organização e de exploração dos trabalhadores e dos espaços nacionais.

A Ford "preocupada" com a Thyssen ofereceu ajuda, os trabalhadores foram recompensados por seus esforços e seus carros avariados foram reformados e os trabalhadores desdobraram-se para efetivar a normalidade das condições de trabalho.

As relações de produção interligadas e interconectadas trouxeram um problema localizado para condições de ampliação dos mesmos, isso é a chuva imobilizou a produção e essa "prejudicou" a cadeia produtiva do automóvel, o significado disso precisa ser pensado em dois pontos: primeiro a produção mundial vincula as grandes empresas numa interdependência, quando todas as multinacionais ganham pela formação de núcleos produtivos mais do que competindo entre si, e em segundo como os trabalhadores são

permanentemente forçados a serem trabalhadores, isto é, ser trabalhador tem como significado impedir que a empresa apresente problemas para que a mesma venha dentro da sua normalidade garantir a produtividade.

> Atender montadoras é um grande desafio. Porque é um desafio colocar peças no cliente e não ter problemas de abastecimento, não interromper uma linha de produção. Porque o custo é fabuloso, o custo é absurdo, o custo é muito alto. O desafio de atender o cliente no prazo dele, de não ter stress com a suposta parada de linha. Não tivemos esse evento. É um desafio para nós mesmos, que é fruto do que a gente está fazendo. A gente entende que está fazendo um bom trabalho, o que você está planejando, o que você está comprando de matéria prima. Porque a estrutura, toda a estrutura saía da gente. Porque se você passa os números da programação do cliente, é comprada a matéria-prima, componentes, até mão-de-obra é dimensionada para isso. O desafio era colocar peças no cliente e ter a satisfação do cliente. Eu sempre visei isso, eu sempre trabalhei nesse sentido, até porque a manutenção dos negócios depende de uma boa satisfação do cliente.
> Patrocinávamos o Chico Serra, no tempo do Stockcar, mas do Opala ainda, o Opalão, o famoso Opala. Desenvolvíamos molas helicoidais com um perfil um pouco mais baixo, porque o carro é praticamente no solo, grudado no chão. Fomos assistir corridas. Nós ganhávamos autorização de entrada no box para ver o carro propriamente dito. Fizemos isso vários anos. Na verdade, quando a gente patrocinou o Chico não teve assim um grande resultado, ele começou a ter resultados um pouco depois. Eu acho que ele é bi-campeão ou tri-campeão da Stockcar, teve algumas vitórias. (CL).

CL na sua fala não fala sozinho, fala em nome da empresa que também é dele, assim no início da entrevista o mesmo apresenta sua vontade em trabalhar na mesma e em seguida aponta o stress, nessa parte da entrevista menciona o grau de dificuldade, porém nessa parte ele não diferencia ele e a empresa, como se o mesmo fosse também dono dos meios de produção, como se fosse ambos responsáveis pela empresa, enfim, a ideia de que faz parte de uma empresa e essa também o representa enquanto sujeito, em outras palavras, a constituição ontológica desse sujeito passa por sua inserção “do onde” no modo de produção capitalista, assim, a vida passa a ter sentido no direcionamento de e para sua função. Outro elemento importante é a relação entre a construção de uma memória vinculada apenas as suas

práticas laborais e as suas funções de trabalhadores. Memória, portanto, passa a ser compreendida como sinônimo de vida ativa nas condições de trabalhadores.

Também é importante compreendermos como os movimentos macroescalares surpreendem o cotidiano dos trabalhadores e os fazem ter novas ou mesmo condições mais atualizadas de atuações enquanto sujeito que trabalham com as limitações materiais do modo de produção. A maioria dos entrevistados do Museu da Pessoa em 2007 passaram por novas condições de organizações do trabalho com novas funções e tecnologias específicas para seus trabalhos – referente ao primeiro grupo sublinhado por Cardoso (2010). Em todas as falas as mudanças são evidenciadas de forma a demonstrarem as contradições pelas memórias dos trabalhadores, pois os mesmos exaltam as mudanças, falam de tempos difíceis, lembram-se dos tempos bons, mencionam o presente como melhor e voltam para dizer como foi bom, enfim, as contradições das falas evidenciam as contradições do próprio capitalismo e de seus conjuntos de ações e pensamentos ligados à formação daquilo que Thompson evidenciou com ética aquisitiva.

Lefebvre (1967) aponta os resíduos dos sistemas que operam no cotidiano dos sujeitos, resíduos que apresentam as condições de vida dos mesmos e que podemos completar a ideia de ética capitalista no sentido de Thompson sem abandonarmos o cotidiano, desta forma, quando os trabalhadores evidenciam suas memórias as trazem num movimento de retorno daqueles momentos sem abandonar as consequências para o momento atual em que falam. Os resíduos do ontem aparecem no agora, mas não afastam os trabalhadores de suas considerações sobre os pontos negativos e positivos de suas vidas, assim, verificamos como ser trabalhador é condição expressa de maneira intensa no cotidiano e na memória dos mesmos.

As marcas das transformações no cotidiano dos trabalhadores pela condição residual de Lefebvre (1967) são evidenciadas nas suas falas da movimentação da memória,

como se os caminhos de suas vidas fossem inoperantes sem a empresa Thyssenkrupp, mas entre uma afirmação positiva e outra apontam caminhos de descontentamento.

A entrevista de Cícero Vieira da Silva (CVS) dada a Carolina Ruy em 28 de junho de 2007 pelo Museu da Pessoa evindencia um trabalhador orgulhoso do seu emprego, com 20 anos de "casa" e atualmente exerce a função de operador de montagem. As questões foram todas elaboradas no sentido do "prazer", do bem-estar na relação do sujeito com a fábrica, com a empresa, com os companheiros e tudo mais que envolve a ThyssenKrupp. Mesmo as falas imbricadas de sentimentalismo para a empresa, conseguimos compreender que o mundo do trabalhador é antes de tudo suas relações mais próximas, seu sentimento de pertencer não apenas a algo empresarial, mas antecedido sempre por suas condições apresentadas na totalidade social e ser trabalhador é o ponto nevrálgico, mas o tipo de trabalhador que CVS se apresenta é aquele preocupado com a família.

> Entrevistadora – E nesses 20 anos que você trabalha aqui, teve algum fato que tenha te marcado muito?
> CVS – Nesses 10 anos? Teve. Foi quando nasceu minha primeira filha. Aí marcou muito. Eu fui bem recebido no hospital que ela ganhou neném, que era do convênio que nós tínhamos, a Amil na época. E, felizmente, foi muito bom. Pra mim marcou muito. O nascimento da minha filha. Ela nasceu em 89.
> Entrevistadora – Você teve a solidariedade da empresa? Você acha? Dos amigos?
> CVS – Teve sim. Teve. Bebi muita cachaça com os amigos por causa dela nasceu. (Risos). Foi...
> Entrevistadora – Vocês cosstumam comemorar, assim, esse tipo de comemoração sempre ou só de vez em quando?
> CVS – Principalmente quanto nasce o primeiro filho [...]
> Entrevistadora – Só uma curiosidade, você tem algum apelido aqui?
> CVS – Não tenho não.

Interessante notarmos como a entrevistadora negligencia o trabalhador, de repente a questão vai para o apelido, anterior a isso o mesmo sinalizou a importância do plano de saúde para o trabalhador e toda sua família com destaque para o que mais marcou nesses 20 anos de empresa foi o nascimento da filha e a garantia de uma base médica. O apelido

aparece como uma tentativa de localizá-lo em algum lugar na empresa, visto que sua fala aponta para um certo distanciamento da mesma, como se aquilo fosse apenas um trabalho, e é essa visão que não poderia passar, pois aquilo é apenas, sem dúvida, um trabalho, mas a entrevistadora precisa a todo custo arrancar-lhe mais considerações sobre as empresas e o mesmo insiste no distanciamento.

> Entrevistadora – Cícero, você está aqui há 20 anos, é a metade da vida da empresa, assim, o que você acha de a ThyssenKrupp estar completando 40 anos? O que significa isso para você?
> CVS – Como assim? Não entendi.

O não entendi pode ser compreendido como não atenção num primeiro momento, porém o conjunto das respostas mostram como o mesmo estava desejoso de falar mais de si, de sua vida e a empresa como palco desses acontecimentos, assim, CVS não nutriu as falas necessárias para o projeto e as questões foram curtas, sem sentido e sempre voltadas para o papel da empresa. Depois do não entendi a entrevistadora explica:

> Entrevistadora – A fábrica agora está fazendo 40 anos. É uma conquista, ou é simplesmente uma data comum, assim? O que você acha desses 40 anos?
> CVS – Ah, é uma conquista viu? É uma conquista muito grande porque no início dela eu acho que as coisas eram bem difíceis de trabalhar aqui, muito, muito, é...muita força física para poder, não tinha tanta facilidade como tem hoje, com máquinas modernas e empillhadeiras, um monte de coisa que no começo não tinha. Então hoje foi uma batalha grande chegar até aí. Eu creio que sim.
> Entrevistadora – E pra você, o que é ser Thyssen?
> CVS – Ah, é ser compartilhado no dia-a-dia. Trabalhar e cumprir com as suas obrigações e...espero um retorno que ela cumpre com você também o que ela faz. Quando ela não pode cumprir como alguma coisa assim, como você, ela te explica porque que não pode. Então, eu acho que é isso aí.
> Entrevistadora – Tá bom Cícero. É isso aí. Obrigada, viu?

A modernização da empresa apresentada por CVS trouxe condições melhores de trabalhos para os trabalhadores, sua preocupação em nenhum momento de sua entrevista curtíssima não foi com a fábrica, com a empresa ou nada que lembrasse um compromisso maior evidente nas questões formuladas pelo Museu da Pessoa. Ao contrário

exigiu responsabilidade conjunta dele, enquanto empregado, e da empresa como "patroa", enfim, CVS ao ser questionado sobre SER Thyssen respondeu sobre os limites da empresa, sobre seu descontentamento em alguns momentos desses 20 anos. A empresa cresceu e se modernizou, isso fez com que as tecnologias melhorassem a qualidade de trabalho do trabalhador, porém esse mesmo desenvolvimento não atendeu as reivindicações totais dos trabalhadores. É importante focarmos como a entrevista termina, pois na grande maioria das entrevistas, sempre é registrado o agradecimento do trabalhador, nessa entrevista apenas a entrevistadora diz que "tá bom" e depois de obrigada um "viu?". As questões não seguiram uma sequência que permitissem ampliar, o término da entrevista sem a fala do trabalhador nos apresenta ou uma negligencia da entrevistadora ou daquele que transcreveu a entrevista, ou o trabalhador apenas respondeu e foi embora, pois não teria o que agradecer. Ele é grato por sua filha, mas não pela empresa, grato pelo plano de saúde, e se mostrou um trabalhador comprometido em ser trabalhador para a empresa, porém cobrá-la como parte também de sua relação. CVS é trabalhador nascido em Pernanbuco, deslocou-se no território nacional para ser trabalhador em São Paulo e o que ele mais gosta na empresa são dos amigos, não é a empresa que o motiva, mas a família e a convivência com os "companheiros de serviço, todos eles".

CVS nas suas palavras evidenciam questionamentos importantes para refletirmos as lutas de classes e a consciência de classe, mostrou-se consciente do seu lugar na divisão social do trabalho ao mesmo tempo em que busca a sua totalidade social nas relações familiares e pelas amizades. As lutas de classes somente são processadas no embate, desta forma, o que CVS tem é a consciência de sua condição de trabalhador e os limites impostos pela própria empresa. As transformações na produção pelo avanço tecnológico, bem como as mudanças no "RH" como ele mesmo disse foram importantes para melhorar o convívio

dentro da empresa, mas não fizeram ser além de empregado, além de funcionário da empresa, como sinalizou na sua fala final.

O embate de CVS a sua possibilidade de constituir-se trabalhador para além da consciência de ser trabalhador, está na negativa da questão da entrevistadora "E pra você, o que é ser Thyssen?", em seguida ele fala de compromisso, de reciprocidade, de condições desiguais na empresa, enfim, SER Thyssen nada significa para ele, mas SER Cícero tem um imensa responsabilidade para os outros de seu convívio social. Esses elementos são significativos para compreendermos o movimento dialético do trabalhador que enumera suas resistências diárias por não se deixar levar pelos encantamentos da empresa ou mesmo pela tentativa de persuação da entrevistadora. Suas palavras nos mostram sua consciência no embate trabalho versus capital, consciência vivida, consciência construída pelas experiências ora das felicidades ora das frustrações, mas a experiência não aponta um caminho de luta, apenas equaciona o problema da contradição permanente do ser trabalhador e ser Cícero. Assim, CVS enumera uma coletividade esquecida propositalmente pelo Museu da Pessoa, coletividade sublinhada pelo companheirismo no "gole" das cachaças e das brincadeiras, essa coletividade, portanto, pensada como união de trabalhadores é articulada por CVS no lazer, e não pensada, pelo menos nessa entrevista, num sentido político.

Badiou (2012) explicita a ideia de lutas de classes numa necessidade correspondente da história, da política e da subjetividade, esses componentes são importantes para constituirem-se embates e efetivarem um caminho mais nítido para a classe trabalhadora. Sem essa relação contínua e dialética os trabalhadores não podem se identificarem com os outros, talvez como amigos, mas não como inimigos enfrentados em ações de resistências, mas como inimigos para serem vencidos no dia-a-dia, portanto, a consciência de classe é permanente, mas a luta, no sentido marxista, é ausente. Todavia, a estrutura capitalista leva os trabalhadores indepentende de suas vontades se identificarem como tais, assim, nessas

entrevistas a ideia de companherismo, amizade, camaradagem ficam evidentes, isso implica em pensarmos a relações de classe nesses termos e como tais impactam ou não a construção das lutas de classes? Essa questão é central e Marx e Engels nos aponta um caminho:

> Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho. (MARX & ENGELS, 2007, p. 63).

Por isso criticamos Thompson (1981) por pensar a experiência como libertadora, quando na verdade as experiências são processadas e ontologizadas nos mecanismos e aparelhos capitalistas e com isso forjam as mesmas num caminho que não suprime e nem supera a propriedade privada dos meios de produção. Toda experiência do trabalhador no modo de produção capitalista é realizada no capitalismo, isso tem uma grande consequência para os mesmos, pois pensam também em termos capitalistas, como todos nós pensamos, pois somos constituídos sujeitos no capitalismo. Por isso Badiou (2012) sinaliza questões importantes para pensarmos a propriedade privada e as contradições do e no modo de produção capitalista.

Pedro Donizetti Batista da Silva (PD) foi entrevistado por Carolina Ruy em São Paulo no dia 28/06/2007, o trabalhador na época tinha 22 anos de empresa e realizada a função de ferramenteiro. A entrevistadora, como em todas as entrevistas, procura alinhar as experiências de vida dos trabalhadores as experiências empresariais, parece desejar coincidir as mesmas, para que os trabalhadores não se compreendam enquanto sujeitos que trabalham, mas para se compreenderem como trabalhadores que são sujeitos.

> Entrevistadora – O que mais te agrada, assim, em trabalhar na Thyssen? Que assim, você que mais te agrada na sua vida?

> PD – Trabalhar aqui na Thyssen? Acho que o pessoal. As amizades que a gente tem aqui dentro. É tudo colega, tudo amigos. Não tem diferença. Onde você vai, você é bem tratado, com respeito. Isso é importante.
> Entrevistadora – Desse tempo em que você está na Thyssen, você entrou em 85, tem algum caso, alguma história que você lembra, alguma coisa que vocês comentam entre os colegas, que marcou a sua vida?
> PD – Qualquer coisa? Ah, festa do fim de ano. É maravilhosa, principalmente na nova gestão. Estão muito boas as festas de fim de ano. Marca bastante, né? É pra toda família, tem show ao vivo, tem brincadeiras pras crianças. É muito gostoso.
> Entrevistadora – Tem alguma em especial?
> PD – Brincadeira?
> Entrevistadora – Algum evento, um fato especial, assim, que você lembra, das festas?
> PD – Ah, o evento que eu lembro é... oh meu Deus... eu não me lembro o nome agora. Profissional de ouro, aliás, é profissional de ouro. Todas as festas de fim de ano, eles elegem o profissional de ouro. Não é que elegem. As pessoas que tem 20 anos, 10 anos recebem um prêmio da empresa por isso.
> Entrevistadora – E você já foi contemplado nessa homenagem?
> PD – Já, já fui já. Recebi, ganhei um relógio de presente pelos 20 anos de empresa.
> Entrevistadora – E o que significou isso para você?
> PD – Ah, foi muito importante. Porque... a gente vê que a empresa se preocupa com a gente, com o bem estaar. Então ela se lembra de você. Ela lembra da gente. E é importante a gente receber um relógio, né?

Mais uma vez um trabalhador responde que o mais agradável na empresa não é a empresa e sim os amigos. Essa identificação é positiva quando pensamos em termos de lutas de classes antecedidas pela consciência de classe. O agradável é o convívio com os amigos, desta forma, a união mais uma vez é salientada, as condições de igualdades subjetivas no interior da empresa revelam uma identidade entre os próximos e essa potencialidade indentitária leva a potência política, mas precisa ter um encaminamento político.

As políticas neoliberais de enfraquecimento dos sindicatos ora pela formação de sindicatos ligados ao Estado como a Força Sindical ora por meio de desvios filosóficos e políticos como a CUT, somada à formação profissional ora nas próprias empresas ora em escolas técnicas vinculadas as formas de produzir e como formar o sujeito reprodutor dessa produção, foram significativas para que as identificações dos trabalhadores

fossem possíveis no lazer, na brincadeira e na amizade. O problema é que essa amizade faz parte de uma construção cultural na qual as discussões mais politizadas são afastadas por um sindicato "pelego", por uma mídia despolitizada no sentido dos trabalhadores e uma escola conteudista e pouco afinada com os discursos da efetivação de uma classe trabalhadora pronta para efetivar-se nas lutas de classes, como apontou Althusser (1970) na "Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado".

As comemorações de fim de ano, as festas, também aparecem em diversas entrevistas com amplo significado para os trabalhadores. PD ao ganhar o relógio considerou importante, mas somente mencionou com a insistência da entrevistadora. Ele afirmou: "E é importante a gente receber um relógio". Na pergunta seguinte a entrevistadora apontou a questão do SER ThyssenKrupp:

> Entrevistadora – Pra você, o que significa **ser** Thyssen? Ser parte desse grupo Thyssen?
> PD – Que significa? Ah, eu fico feliz, porque quando eu vejo caminhões, ônibus, nas ruas, eu sei que eu faço parte ali também. Faço as ferramentas. Que fazem as molas. <grifo nosso>

PD não respondeu que era Thyssen, respondeu que era (é) trabalhador e que identifica-se pelo seu trabalho e não pela empresa, assim, ele informou que as faz as ferramentas, as molas e contribui para que os ônibus e caminhões da unidade fabril de Campo Limpo Paulista rodem pelo Brasil. Sua felicidade está no seu trabalho, justamente por se reconhecer como trabalhador.

Os elementos históricos, políticos e subjetivos sinalizados por Badiou (2012) na hsitória do tempo presente no Brasil de 1990 a 2010 estão evidenciados nas entrevistas, pois se tem uma empresa contratada por outra empresa para comemorar sua atuação no Brasil, isso implica que as formulações críticas vão ser sempre no sentido da empresa pagadora para o Museu da Pessoa, por isso, as questões apresentadas precisam ser refletidas como condições reais de uma época que prioriza o discurso capitalista,

meritocrático e individualista, por isso a subjetividade é importante nas análises das lutas de classes a partir de Badiou (20120.

> [...] o componente subjetivo. Trata-se da possibilidade de um indivíduo, definido como simples animal humano, e claramente distinto de qualquer Sujeito, de decidir se tornar parte de um processo de verdade política. Tornar-se, para não nos prolongar, um militante dessa verdade. Em *Logiques des mondes*, e mais simplesmente em *Second manifeste pour la philosophie*, descrevo essa decisão como uma incorporação: o corpo individual e tudo que ele carrega com ele em termos de pensamentos, afetos, potencialidades ativas etc. tornam-se um dos elementos de outro corpo, o corpo de verdade, existência material num mundo determinado de uma verdade em devir. É o momento em que um indivíduo afirma que pode superar os limites (do egoísmo, da rivalidade, da finitude…) impostos pela individualidade (ou animalidade, o que dá no mesmo). Ele pode fazer isso desde que, permanecendo o indivíduo que é, também se torne, por incorporação, parte ativa de um novo Sujeito. Chamo essa decisão, essa vontade, de subjetivação. De modo mais geral, uma subjetivação é sempre o movimento pelo qual um indivíduo fixa o lugar de uma verdade em relação a sua própria existência vital e ao mundo em que essa existência se manifesta. (BADIOU, 2012, posição 1908-1911 Kindle).

A fixação de uma verdade tem de ser pensada nos termos contemporâneos das lutas de classes antecedidas pela formação de uma consciência incorporada por elementos para além das experiências diretivas do capitalismo. Esse movimento de subjetivação somente será possível com a incorporação de novos valores, novas identificações sociais, políticas e econômicas, assim, as experiências serão realizadas em novas bases e com isso novas possibilidades para que os trabalhadores reflitam suas condições de classe e seus modos de vida a partir do papel do econômico como última instância.

As transformações econômicas neoliberais viabilizaram novas formas de organização da empresa, assim, a compra da Forja Acesita na forma de processo de privatização em Santa Luiza e a transferência de parte da produção e de equipamentos de São Paulo para Ibirité foram impactantes para os trabalhadores. Essas movimentações dos pátios industriais e, portanto, da produção apenas demonstram as novas formas de acumulação do capitalismo com destaque para a administração empresarial toyotista.

Deste modo, os trabalhadores foram obrigados a enfrentarem novos problemas, novos desafios e novas formas de trabalho. Assim, as privatizações e as novas feições dadas a movimentação territorial empresarial em consórcio permanente com o político, com mais enfâse no governo Fernando Henrique, foram consequências do processo de desregulamentação financeira nacional para que o capitalismo financeiro prevalecesse somado as empreitadas das multinacionais e transnacionais fortalecidas nesse período de 1990 a 2010 no Brasil.

Euclides Montevecchi (EM) entrevistado por Nádia Lopes no dia 06/07/2007 aponta as expectativas de todos os trabalhadores de Campo Limpo Paulista quanto a transferência da fábrica para Ibirité, de certa forma, sinaliza como trauma, como condição de negatividade a espera, mas o próprio EM informa que depois as coisas foram se ajeitando, já que teve que se mudar de São Paulo para Ibirité. EM é empregado da empresa até 2007 por mais de 30 anos ocupando os cargos de inspetor auxiliar na produção, supervisor auxiliar na produção e antes controlador de medidas.

A entrevistadora questionou se lembrava como entrou na empresa, ele respondeu que fez curso no Senai e afirmou: "O emprego era até fácil de conseguir tendo um curso asssim, um aperfeiçoamento.". Assim, na década de 1970 as condições de vida para o operário especializado referente ao emprego era mais fácil, hoje as condições salarias caíram bastante e a concorrência entre os trabalhadores aumentou de forma considerável.

EM mostra-se muito satisfeito em ser trabalhador na Thyssen ao mesmo tempo em que apresentou os desafios:

> EM – Comecei a trabalhar e a empresa que eu trabalhava era pequena. E lá era uma multinacional na época, inclusive era uma fusão da Hoesch Scripellitti quando eu entrei. Começou com Scripellitti e depois Hoesch. A impressão que eu tive na época: "Puxa, eu vou para uma multinacional." Uma empresa grande. Eu estava para casar e falei: "Pôxa, vai me ajudar muito!" E me ajudou até hoje. Tenho dois filhos um com 25 e o outro com 23 anos. Estão formados graças ao meu trabalho na Thyssen.
> Entrevistadora – Então você ficou um bom tempo em São Paulo?

> EM – Fiquei. Eu nasci e nunca saí de São Paulo. Fiquei lá até a transferência para cá.
> Entrevistadora – Quando foi essa transferência e como foi?
> EM – Na época a gente estava naquela expectativa de que a fábrica ia mudar. Todo mundo naquele clima. Chegava a ser um clima tenso, todo mundo dizia: "Vai acabar a fábrica, vai ser transferida", saía todo o tipo de comentário.
> Entrevistadora – Isso foi que ano, mais ou menos?
> EM – Começou em 97, 98. A transferência foi em 99. Todo mundo naquele clima. Mas eu fui convidado a participar da transferência também. A família aceitou e estou aqui até hoje.

A década de 1990 é marcada no Brasil pela inserção do país no mercado mundial sob os auspícios do neoliberalismo e a transferência da fábrica em parte para Ibirité faz parte desse jogo ao mesmo tempo que valorizou suas ações, já que a empresa em expansão sempre tem condições para maiores investimentos, portanto, maior capacidade de acúmulo pela ampliação da taxa de lucro. Esses mecanismos do capitalismo de valorização da empresa e ampliação da produção com consequências no mercado afetou diretamente os trabalhadores os quais tiveram de mudar de cidade, incorporar novas culturas e se adaptarem as novas condições de trabalho e também de vida.

A entrevista de Alexandre Bamberg (AB), presidente da ThyssenKrupp é significativa para compreendermos a divisão social do trabalho, a formação diferenciada das classes e a consciência de classe vinculada aos interesses do capitalismo globalizado neoliberal na perspectiva de ganhos para a empresa. Sua entrevista foi realizada por Stela Tredice em São Paulo no dia 16/07/2007. A formação de AB aponta o caminho trilhado a partir das experiências profissionais do seu pai, também economista:

> Sou formado em Economia pela Universidade Mackenzie. Depois tenho MBA [Master of Business Administration] em Administração de Empresas, MBA em Finanças, em Gestão Internacional de Negócios, e em Estratégia de Negócios. Hoje em dia você percebe que a globalização, o acesso à informação, o desenvolvimento das pessoas está em um ritmo tão acelerado que você simplesmente não consegue mais parar. Acho que é um processo evolutivo constante. Se quiser ter alguma perspectiva futura como profissional, tem que estar alinhado com aquilo que está acontecendo de

> mais novo no mercado, nas mais novas técnicas de administração. Ou mesmo se capacitar em outras áreas onde você às vezes precisa de uma capacitação adicional. Senão está fora em médio prazo. A regra do jogo é essa, não tem jeito. E é o preço que você paga por realmente querer evoluir como profissional.
> Meu pai era economista, trabalhava em uma grande multinacional. Cresci vendo a imagem do meu pai. É alguma coisa forte para o crescimento. Ele sempre levou para dentro de casa algumas discussões, alguns acontecimentos, algumas dificuldades que tinha durante o trabalho que fazia. E de certa forma acho que isso me influenciou muito, porque era aonde tinha mais contato.

A sua fala nos apresenta a globalização como um processo contínuo e do qual não se pode fugir, como inevitável, por isso garantiu sua formação em nível elevado de exigências em conformidade ao mercado mundial. Assim, o capitalismo não atinge apenas os trabalhadores nos níveis "inferiores" da empresa, todos os que não detêm os meios de produção são trabalhadores aí é preciso confirmar a sua identidade de classe e como o mesmo irá se portar diante da possibilidade de fazer parte de um grupo de gerentes, supervisores, diretores e presidentes, quando falamos de transnacional, se compartilha dos valores da sua origem ou modifica-se nesse processo objetivando outras condições de classe. AB como trabalhador também enfrentou inúmeros desafios, os quais enumera, porém no decorrer da entrevista o mesmo sinaliza seu distanciamento de si e a supremacia da empresa sobre o mesmo, ou seja, suas falas são no sentido de justificar as suas ações e da empresa como processos inseparáveis e contínuos.

> Trabalhei de modelo muito tempo. Mas depois tive que optar. Na realidade fazia estágio na Siemens, tinha bolsa estágio. Anteriormente vivia de mesada. E via boas oportunidades. Na época esse mercado de modelo me pagava muito bem. Eu fazia fotos, desfiles, propagandas. Até que chegou um ponto que começou a encavalar com os horários e com as tarefas que tinha como estágio. E tive que optar. Apesar de me trazer um rendimento muito menor o estágio ia me propiciar um futuro que não tinha na carreira de modelo. E aí abri mão da carreira e assumi o estágio e levei para adiante o estágio.
> De certa forma não foi o melhor dos ambientes. Não pegamos a década de 60, 70 onde o país cresceu a taxas realmente mais altas, e você conseguia ter grandes crescimentos, perspectivas profissionais, aquele sentimento de crescimento. O país cresce, as empresas crescem, vendem mais, geram

> riqueza. E essa riqueza gerada vai se multiplicando pela sociedade toda. Você como participante também tem esse sentimento. Você tem sua evolução profissional mais rápida, você tem mais perspectivas. A época que comecei foi um pouco mais restrita. Algumas empresas iam bem, a economia patinava um pouco, ia bem em um ano, mal em outro. A vantagem é que não tinha vivido profissionalmente na época anterior. Meu dado era aquele. Minha base de início profissional foi essa. E dali é que fui galgando para frente. E de certa forma nós tivemos alguns anos não tão bons assim, de economia como um todo, mas a perspectiva agora está mudando. E acho que tenho um pouco de otimismo com o que vai vir por aí.

Suas atividades profissionais foram sendo direcionadas para tornar-se um executivo, o interessante é que suas falas revelam essa competência, esse direcionamento para trabalhar na direção e resolver problemas, ou seja, AB é um trabalhador que em alguns momentos interpreta-se como sujeito que trabalha e em outros, menos vezes, é trabalhador, todavia, o predomínio de ideias sobre si mesmo atrela-lhe aos interesses do grupo ThyssenKrupp.

> Trabalhei durante 11 anos na Siemens. A Siemens foi uma empresa assim fantástica em termos de estrutura, em termos de conceito de empresa, em termos de posicionamento. Em termos de gestão de pessoas também, na época. E gostava bastante de lá. Só que o que é que acontece? Era muito jovem para o para o plano de carreira que a companhia tinha em nível geral. E queria me desenvolver de uma forma mais rápida do que a minha possibilidade lá. Recebi uma proposta de uma empresa, de uma outra empresa na área de autopeças e profissionalmente para mim foi muito bom. Saí da Siemens, foi muito difícil para mim, porque foi meu primeiro e meu único emprego. Todas as minhas referências estavam lá. Lembro-me bem quando voltei, cheguei em casa no primeiro dia, chorava, mas chorava. A minha mulher olhava para mim dizia assim: "Mas vem cá, se você não quer sair de lá por que é que você pediu demissão?" Disse: "Ah, porque preciso. Meu caminho bifurcou aqui, você tem que optar por um caminho. E a opção foi outra". Mas não conseguia, enxergava as coisas boas daquele ambiente, aquela minha única referência, meu passado ali atrás e foi muito difícil. Nesse grupo tinha uma atividade que para mim, profissionalmente, foi muito importante, porque trabalhava diretamente com a Diretoria. Eu era o controller corporativo. Cuidava das onze empresas do grupo. Dava todo suporte para a Direção na tomada de decisão. E fazia toda a comunicação com a matriz. Todo fluxo de dados, informações, reporters. Só que ali aprendi que apesar da tarefa ser muito interessante, o meio que participava era um meio não muito interessante para mim, que queria crescer. Não era aquilo que me atraía como profissional. E comecei a perceber que precisava estar mais perto da interação. Daquilo, interagir com pessoas, com

> processos, que realmente fizessem diferença para a performance da empresa. Percebi que já não queria tratar de números, ter uma função burocrática, ter aquela coisa quadradinha. E foi aí que depois de dois anos e meio, três anos trabalhando nessa companhia, recebi um convite para vir para a Thyssen. Esse convite foi feito porque um conhecido meu, que já trabalhava nas empresas do grupo, indicou meu nome. Conhecia-me da época da Siemens e tudo mais. Fiz entrevista e acabei entrando como controller da companhia. Entrei na Thyssen em 2002. De certa forma conhecia em parte a situação da companhia. Quando entrei aqui percebi o que era um *real life*. Porque a companhia, realmente, era uma companhia com muitos problemas. Vinha de uma situação muito difícil, eram 10 anos de prejuízo. A companhia era desacreditada pelos acionistas, era desacreditada pelas outras empresas do grupo. Era desacreditada, com certeza, pelos próprios colaboradores. O que nós víamos aqui era um time com o moral baixo e, obviamente com muitas dificuldades. Porque é engraçado, às vezes quando você tem uma situação aguda, ao invés de você ter de alguma forma uma ajuda externa, parece que ninguém quer chegar muito perto. E nós não tínhamos sistema de informações. Se você não tem um sistema de informações, como é que você toma uma decisão dentro de uma companhia? Não dá. E foi a pressão da Alemanha, a pressão de clientes querendo redução de preço, a pressão da organização pela redução de custo. Foi uma época muito difícil. Viramos algumas noites aqui dentro montando todo o plano de reestruturação da companhia.
>
> Se você me perguntar se tinha isso um plano de carreira, diria que não. Obviamente focava um crescimento, queria uma evolução profissional, mas jamais imaginei que chegasse aonde cheguei, no prazo que cheguei e como cheguei aqui dentro da companhia. Sou diretor de Recursos Humanos, Financeiro e de TI [Tecnologia da Informação]. E para mim foi muito importante porque na minha vida profissional anterior tinha muita experiência na área financeira, controladoria, contabilidade, um pouco de jurídico tenho também, mas não tinha nenhuma experiência em TI. E, principalmente, em Recursos Humanos.

O trabalhador AB chorou ao deixar uma grande empresa, mas deeixou, não havia necessidade de deixar esse emprego, mas o fez para beneficiar-se com outras experiências e condições de trabalho melhores. Esse ponto do choro parece coisa pequena em uma análise reflexiva, mas se trata de um momento de ruptura, da possibilidade de ir para além daquela condição burocrática, assim, suas palavras e objetivos se confundem com os objetivos da empresa, principalmente por desejar sair de uma empresa que tinha relações emotivas para outra, mas segundo o mesmo essa relação nova com a ThyssenKrupp traria,

como trouxe, muitos benefícios para ambos. Também relacionou “a moral baixa” do grupo até que a mesma se desenvolveu e esse desenvolvimento foi posteriormente reconhecido:

> Depois de dois meses que estava aqui [na Thyssen], um mês e pouco, trabalhei em um plano para apresentar na Alemanha. Fui com o antigo presidente para lá. Quando estamos no avião ele vira assim para mim: "Alexandre, queria te falar uma coisa?" Digo: "O quê?" "Eu estou pedindo minha demissão na reunião que nós vamos ter lá”. "Ótimo”. Me pegou totalmente de surpresa. Foi engraçado porque a primeira reação que tive quando cheguei no escritório foi correr para o banheiro e passar mal. Fiquei muito nervoso com toda a situação.
> Uma noite o presidente, o CEO [Chief Executive Officer] mundial, fez um jantar com todos os diretores de todas as empresas do mundo. Apresentou a estratégia do grupo. No final disse assim: ”Nós precisamos de iniciativas inovadoras. Quero mostrar um exemplo do que se pode fazer em termos de inovação." Pegou o folder do nosso centro de treinamento, abriu e mostrou. Aquilo foi melhor do que qualquer milhão a mais que nós recebêssemos de investimento adicional. (AB)

O reconhecimento de AB foi importante para o mesmo, reconhecimento de uma prática realizada num centro de treinamento no Brasil e tido como exemplo para todo o mundo. A empresa na Alemanha além de tomar decisões e direcionar todas as práticas das suas filiais pelo mundo, também aguarda para que as empresas filiais em todo o mundo também colaborem com a mesma, assim, a produção de mais-valia para com os trabalhadores não ocorreu apenas no sentido da produção material, também a produção imaterial das condições de reprodução da vida diária. A felicidade de AB é parte de sua tentativa em ser reconhecido pela empresa transnacional, esse reconhecimento o faz ser para além de sua classe, ou seja, o mesmo passa de trabalhador para sujeito reconhecido pela elite empresarial mundial, não é apenas o filho de um economista, agora passa a ser importante peça no jogo do capitalismo mundial e essa consciência de classe vinculada às exigências do capitalismo faz com que o mesmo sempre procure se esforçar para além de suas próprias forças para que esse reconhecimento seja realizado mais vezes.

Também AB na suas palavras buscou construir um caminho ligado a uma moralidade cristão, sem abandonar o discurso empresarial, pois realizou ações de voluntariado numa lógica empresarial obrigatória:

> Nós queríamos implementar o Dia do Voluntário aqui na companhia e pensamos: "Como é que vamos fazer isso? Como nós vamos trazer as pessoas, convence-las de que trabalho voluntário é uma coisa que vale a pena?" Nós pensamos, e dissemos assim: "Fazemos um workshop com os nossos gerentes todo ano. Nosso próximo workshop, sem eles saberem, vai ser o trabalho voluntário". Todo mundo chegou aqui, divulgamos o horário de chegada, o ônibus já estava com a porta aberta. O povo todo entrou no ônibus. Quando estava todo mundo sentadinho no ônibus, subimos e dissemos assim: Vamos ter que ir para o auditório conversar um pouquinho antes. Descemos para o auditório, e no auditório passamos o filme da MAESP [Movimento de Assistência aos Encarcerados do Estado de São Paulo], que foi a entidade que fomos visitar e fomos prestar o serviço voluntário. Eles estão aqui na Avenida do Cursino e recebem crianças cujas famílias perderam o pátrio poder e ficam sob sua custódia desde criança de berço até completarem 18 anos, eles têm duas unidades. Nós fomos lá fizemos, um levantamento daquilo que precisava ser feito, mapeamos, dividimos as ações em cinco grupos. Quando chegamos lá, passamos o filme, montamos as cinco atividades e dissemos: "Agora é com vocês. Vocês vão dizer aonde cada um quer atuar e nós vamos prestar um dia de trabalho voluntário." Eles foram para lá as nove da manhã e saíram as sete da noite. Foi um trabalho belíssimo. Nós temos, inclusive, um clipezinho que depois fizemos e distribuímos para eles. O nosso objetivo é que essas pessoas mostrem para a família, e para os amigos, e para os filhos e que os incentivem a estar fazendo esse tipo de trabalho também.
>
> O curioso é que quando sentei no ônibus, sentei ao lado da Beatriz [Beatriz Maria Castanheira], que é a nossa gerente de Qualidade em Vendas. A Beatriz é solteira, trabalha em Minas [Gerais], uma mulher assim fantástica, com um super dom, uma motivação para fazer as coisas acontecerem. Ela é realmente forte naquilo que faz. Quando sentei ao lado dela, ela olhou para mim e falou: "Não concordo com esse trem". Eu disse: "Mas por que é que você não está concordando com esse trem?" "Minha vida está de cabeça para baixo. Não consigo fazer nada que preciso. Tenho demandas pessoais, não estou preparada para prestar assistência a alguém. Preciso de assistência." Olhei e disse: "Caramba, que é que vai acontecer aqui?" Durante o dia, nós conseguimos perceber no clipe, a atuação dela foi fantástica. E no final encontrou uma criança, abriu um processo de adoção. Teve uma série de problemas porque apesar dessas crianças estarem depositadas mesmo nesses lugares, na hora que você quer fazer alguma coisa a legislação nesse país é ridícula. E aí nós dissemos: "Nós, como companhia, estamos lá, nós vamos te dar todo apoio." Nós mexemos na parte jurídica, nós ajudamos, custeamos advogado. E conseguimos. E hoje ela é mãe de um garoto, transferiu esse garoto para Minas. Hoje o garoto tem um desenvolvimento fantástico. Ela

> fez seis operações na mão desse menino. Outra coisa fantástica: não pegou o menino mais perfeitinho que tinha, o menininho não falava. Os dedos da mão dele eram tencionados. Porque, tinha uns quatro anos de idade, mas quando tinha dois anos, um ano e pouco, pelo tipo de lesão o médico disse que aquilo foi queimado com fio elétrico. E fez todo um trabalho de recuperação com esse menino. Hoje ele abre totalmente a mão. Participa de uma escola junto com crianças da mesma faixa etária e tem o mesmo nível de desenvolvimento. Tem uma família, tem uma perspectiva.

Levaram os gerentes para trabalharem para outras pessoas de forma voluntária, dessa maneira a empresa aparece para a mídia como aquela que é formada por pessoas boas, com atitudes boas. Esse relato de solidariedade inicialmente forçada e depois ampliada nas próprias ações dos trabalhadores tem uma construção ideológica que camufla ou mesmo esconde as lutas de classes, assim, num sentido neoliberal a culpa e os problemas estão apenas nos sujeitos e as estruturas e processos capitalistas não parecem existir, toda a narrativa de AB é uma tentativa de justificar-se como competente no sentido de promover os outros, de construir e colaborar para os outros, pois o capitalismo é justamente isso: o comprometimento amplo e irrestrito com a produção de mais-valia nas suas mais diversas formas. Como segue AB:

> Nós temos um projeto que atende crianças, que é o "Ver Para Aprender", onde temos uma parceria com um fornecedor de material de segurança. Fazemos exame ocular nas crianças e, se é detectado algum problema do pessoal da rede pública, nós doamos a armação e o nosso parceiro doa a lente. É um projeto que já roda, nós já atendemos diversas crianças. Fui para Ibirité, e tem um senhorzinho que é bem velhinho, terceirizado, trabalhava na Real. Eles prestavam serviço de limpeza para a gente. Limpava os banheiros da companhia. E cheguei em Ibirité e a Adriana Jaqueline, que é a responsável pelo RH disse: "Alexandre, queria ver ser você concordava com uma coisa". Estou com o caso de um senhorzinho que não tem dinheiro para comprar um óculos, aquele senhor que limpa os banheiros". "Adriana, quanto é que custa isso?". "300 reais." "Vamos fazer". Não é o foco do nosso projeto, mas vamos fazer." E fizemos. Um dia, estou lá, entro no banheiro, e está o senhorzinho lá com os óculos. Ele vira para mim, chorando, e diz assim: "Estou vendo coisas que não via há muito tempo, vocês vão ter a partir de hoje o banheiro mais limpo que qualquer companhia já teve." Isso é fantástico!

É emblemática ver as coisas que não enxergava e limpar melhor o banheiro, não vamos entrar em maiores detalhes para especularmos a situação, mas é importante recordarmos a constituição de uma ideologia da empresa social, da empresa responsável e nesses tempos neoliberais cada um fazendo sua parte alcançaremos condições melhores. O senhor limpa banheiros e ficou agradecido por isso, esse senhor ao limpar banheiros gera impostos e eses não retornam para o mesmo, ao contrário dos grandes empréstimos realizados por inúmeras empresas no Brasil que conseguem inúmeros benefícios. O senhor e as crianças com óculos tem uma mensagem interessante da empresa, pois realizam uma solidariedade comercial, uma solidariedade de resultados pensados em curto e médio prazo. Esse tipo de construção ideológica fica mais forte ainda no interior da fábrica, pois passam a ideia de família Thyssen, de união, de reconhecimento e tudo mais que possa colaborar para a produção e o aperfeiçoamento da empresa. AB continua:

> Como é que nós medimos os nossos projetos. Nós temos alguns requisitos básicos para todo projeto que nós fazemos em Recursos Humanos. E há dois, aliás, três, que são os vitais. Um, tem que ser projetos de baixo custo. Nós não fazemos nada que seja de custo muito elevado. Ultimamente nós até temos começado a fazer algo a mais, porque a situação da companhia melhorou muito. Mas mesmo assim nós sempre sentamos e refletimos. Porque nós tivemos tanto sucesso com projetos absolutamente simples, como você gastar mil e 800 reais por ano para entregar um balão com um cartão de aniversário assinado pela Diretoria e cantar parabéns para cada colaborador dessa companhia. Seja no pé da máquina, seja na sua mesa de escritório. É um projeto que custou 1800 reais. O quê nós queremos dizer com isso? "Você é importante para a gente". E nós não conseguimos dizer isso todos os dias. Nós temos 600 colaboradores aqui dentro. Foi a forma diferente, inovadora que nós tivemos de passar essa mensagem. E custou mil e 800 reais. O quê para uma companhia é nada. Será que não posso ter outros projetos que sigam essa mesma filosofia? Estamos busca isso. São projetos de baixo custo, que agreguem valor. Temos que sempre fazer uma ponderação do que aquele projeto trouxe para a companhia e que isso não significa moedas. Pode significar capacitação, pode significar graus de motivação. Pode significar uma série de coisas. Nós temos que medir. E o terceiro ponto, que é o mais importante dentro dos nossos projetos, é fazer diferente. Nós procuramos fazer diferente porque é a nossa cara. Nós criamos essa cultura na companhia de que nós somos diferentes. Não significa ser melhor. A minha escola de samba lá no Rio de Janeiro – foi inspirado nela, o Salgueiro – fala assim: "Nem melhor, nem pior, apenas

> uma escola diferente". É isso que nós queremos. É a nossa identidade como Thyssen Krupp Bilstein. Uma empresa que não é a melhor no mercado, não é a pior do mercado, mas é uma empresa diferente. Ela é uma empresa especial, com pessoas especiais que chegam aqui com um propósito um pouquinho maior do que simplesmente ganhar dinheiro. Seja para a companhia, seja para o seu próprio salário. Tem um propósito a mais, tem uma razão de ser para trás. Quando você consegue desenvolver um significado desse, as relações, os projetos, as coisas ficam mais fortes.

AB tenta apagar a consciência de classe nesses seus fundamentos subjetivos em ações extremamente concretas, desta forma, sua produção de um aparelho ideológico povoa-se das condições das classes treinadas para não pensarem como classe. O afastamento dos temas próprios marxistas ligados as lutas de classes são constituídos também na forja diária, pois AB realiza o papel de não efetuar discussões que levem os trabalhadores a pensarem-se como trabalhadores, mas se compreenderem como sujeitos que trabalham numa empresa diferente e que proporciona aos mesmos uma totalidade da vida social.

Ao entregar um balão ele gasta R$ 1. 800,00 e frisa que isso não é nada para a empresa, mas é muito para o trabalhador, logo esse trabalhador é valorizado por evidenciá-lo numa condição não de empregado, mas, sobretudo, numa condição de sujeito especial que tem o carinho e o carismo da empresa. AB fez, portanto, uma opção de classe e seus direcionamentos vão no sentido de afastar essas condições de rupturas empreendidas pelos trabalhadores por meio de paralisações, movimentos gerais ou mesmo greves. A entrevista prossegue com inúmeros apontamentos de como a empresa melhorou, de como ela é boa, de como os trabalhadores tem sorte de ali estarem, enfim, enumera pontos e mais pontos de todos os benefícios da mesma e em nenhum momento aparece a contradição capital-trabalho e muito menos o trabalhador como sujeito explorado.

Desta forma, as entrevistas aqui sinalizadas e discutidas foram importantes por apresentarmos questões indicativas dos desafios para pensarmos as lutas de classes como embates, para refletirmos as condições de trabalho e, portanto, a objetivação das condições materiais na estruturação de processos ideologizados.

São inúmeros os desafios para as classes trabalhadoras e mais ainda quando nos referimos aos embates da consciência de classe nas formulações das lutas de classes. O papel do marxismo nessa compreensão é vital importância, já que conforme afirmou Althusser (1978) apenas o marxismo despertou nos trabalhadores a reflexão necessária para libertarem-se de seus grilhões.

CONCLUSÃO

Somente a verdade ofende.

Lênin

Somente a verdade ofende. Essa frase de Lênin escrito no seu artigo "Luta de Classes e Poder Político" em 1917 é importante para pensarmos quais ofensas são consideradas pelos discursos neoliberais e humanistas quando buscamos compreender a sociedade capitalista pelas lutas de classes, pelo entendimento de processos e estruturas engessadas em condições de aparelhamento burguês do Estado, das empresas, das instituições civis e, principalmente, da contradição capital e trabalho. A verdade sinalizada por Lênin em toda a sua obra é a condição de permanente crise do trabalhador, da condição de insuficiência material para que os trabalhadores consigam promover novas formulações de mundo. Lênin apontou a superestrutura no seu artigo de 1905 "A Revolução Burguesa e os dois Tipos de Democracia" como ponto importante na formulação da própria revolução, para isso sinalizou os impactos da proporcionalidade dos antagonismos do capitalismo na esfera de vida dos trabalhadores.

Por isso, não podemos nos furtar jamais de pensarmos os processos e as estruturas do capitalismo como condições normais, precisamos sempre realizar o enfrentamento dessas, assim, pensar a história do tempo presente no Brasil nos faz considerar os processos de enfrentamento que os trabalhadores precisam realizar para superar suas próprias condições de classe, ao mesmo tempo em que pensar as próprias condições de classe

leva a uma possibilidade de compreender-se como classe. Todavia, como apresentamos em todo trabalho não se forja uma classe espontaneamente, não surge uma classe da pura e simples identidade e identificação subjetiva, a classe é feita nas lutas e somente nas lutas como apresentamos anteriormente com Marx, Engels e Lênin.

Após refletirmos a história do tempo presente no Brasil não podemos ignorar os aspectos econômicos e políticos e sua influência direta no cotidiano dos trabalhadores, cotidiano marcado pelos salários, pela inflação, pelo ônibus lotado, pela aposentadoria ameaçada, pelos direitos trabalhistas sendo subtraídos um a um, enfim, o cotidiano voltado para o medo do desemprego, pelos elevados juros bancários, pela construção de uma cultura midiática neoliberal e pelos juros do cartão de crédito e a compra à prestação. Somamos ainda as exigências de qualificação dos trabalhadores, as condições de sobrevivência dos mesmos diante dos serviços públicos ofertados para os trabalhadores mais pobres.

Deste modo, concluímos que a história do tempo presente no Brasil de 1990 a 2010 apresenta condições para serem refletidas criticamente como momento de ruptura de um capitalismo apoiado integralmente no Estado brasileiro para desdobrar-se em novos mecanismos voltados para novas formas de acumulação do capitalismo mundial.

O neolilberalismo, portanto, não pode jamais ser considerado parte de um processo globalizante que anula a função do Estado, muito ao contrário o discurso é de oposição ao Estado, mas as práticas dessas políticas neoliberais são, de fato, colocadas de forma veemente pelo Estado e não foi diferente no Brasil. O discurso econômico mínimo para o Estado é na verdade a contínua expansão do capitalismo numa nova forma de acumulação, nova forma de exploração e nova tentativa, pela burguesia, formar classes de trabalhadores que não se identifiquem como trabalhadores, que não se compreendam como parte de um

mecanismo cruel de anulação do sujeito para construí-lo simplesmente ora como trabalhador ora como consumidor, ora os dois simultaneamente. Ora somente isso.

Se somos somente trabalhadores e consumidores, então, tudo passa a ser organizado de uma forma para que essa condição prevaleça, por isso, as inúmeras campanhas publicitárias e a forma limitada de nossa educação classista. Não podemos imaginar que as condições de vida dos trabalhadores sejam realmente definitivas, nem podemos simplesmente assinalarmos como diante das pressões os trabalhadores realizam suas ações de sobrevivência, pois pensar os processos históricos no dinamismo do sujeito e apenas do sujeito leva tudo isso apenas para as condições de vida e não permitem a ampliação das questões voltadas para a exploração permanente dos trabalhadores.

É preciso uma história do tempo presente que não se furte também de pensar o futuro, aí alguns sujeitos "historiográficos" poderão condenar a história para o futuro, mas precisamos pensar no caminho do ontem no agora para alcançarmos um mundo melhor para todos os trabahadores.

As memórias dos trabalhadores revelam as condições materiais dos movimentos mais amplos do modo de produção, não revelam a história, mas nos indicam caminhos de reflexão para pensarmos os processos históricos. Quando buscamos no presente trabalho considerar as condições do tempo presente, tivemos como direcionamento principal pensar no futuro, isto é, colaborar com um conjunto de reflexões marxistas vinculadas a estrutura e superestrutura do modo de produção capitalista como forma de projetarmos os movimentos do próprio capitalismo para o futuro.

Marshall Berman (2012) no posfácio do Manifesto Comunista nos apresentou um relato muito importante:

> Guardei minha história preferida sobre o Manifesto para o fim. Ela vem de Hans Morgenthau [...] Trata-se de uma história que eu o ouvi contar no início da década de 1970 [...] Ele rememorava sua infância na Baviera, antes da Primeira Guerra Mundial. O pai de Morgenthau, que havia sido médico

> num bairro operário de Coburg (habitado em sua maioria por mineiros, segundo disse), tinha começado a levar o filho em suas visitas familiares a pacientes. Muitos deles estavam morrendo de tuberculose. Naqueles anos, não havia muito o que um médico pudesse fazer para salvar suas vidas, mas ele podia ajudá-los a morrer com dignidade. Coburg era um lugar em que muitos dos moribundos pediam que lhes enterrassem em companhia da Bíblia. Mas quando o pai de Morgenthau perguntava a seus trabalhadores quais eram seus últimos desejos, muitos deles diziam que preferiam ser enterrados com o Manifesto. Imploravam ao médico por cópias novas do livro, e para que não deixasse o padre se intrometer, e no último instante, trocá-lo pela Bíblia. (p. 108-109).

Os trabalhadores compreenderem suas condições de trabalhadores e que suas vidas foram trocadas por punhados de carvão, morriam pelas condições inadequadas de vida, pela péssima alimentação, pela incapacidade de resistirem biologicamente aos mais terríveis vírus e bactérias. Antes da morte talvez seus pensamentos fossem fixados nas condições de vida, na dura vida material, na dura vida construída em todas as instâncias, em todos os aparelhos, em todos os momentos de suas vidas para se resumirem em serem trabalhadores e eram, como ainda é, esse o horizonte.

Ao preferirem a "palavra" do comunismo apontam decisivamente para aquilo que tentaram realizar em vida, talvez tiveram lutas sangrentas, brigas terríveis, greves e violências sofridas. Enterrados com o Manifesto tem um amplo significado, mas o mais importante é a mensagem para os vivos: "Proletários de todos os países, unam-se".

Marshall Berman (2012, p. 109) prossegue:

"[...] No limiar do século XX, trabalhadores estavam dispostos a morrer em companhia do Manifesto Comunista. No limiar do século XXI, é possível que muitos mais estejam dispostos a viver em sua companhia".

O trabalho que realizamos foi justamente no intuíto de constituirmos uma narrativa de processos históricos que apresentem uma dureza e um engessamento que somente serão quebrados com a consciência de classe dos trabalhadores por meio do desdobramento

dos questionamentos políticos e econômicos vinculados permanentemente as inúmeras lutas de classes que deverão ainda serem travadas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, M. C. **Reformas neoliberais no Brasil**: a privatização no governo Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: UFF, 2010. (Tese de doutorado). Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/td/1263.pdf

ALMEIDA, P. R. Globalização e vida operária: Notas sobre o estudo com trabalhadores da TyessenKrupp em Santa Luzia e Ibirité – (MG). In: **VII Simpósio Nacional Estado e Poder**, 2012, Uberlândia. VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. Uberlândia: UFU, 2012. v. 1. p. 1-9. Disponível em: http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/006.pdf

ALTHUSSER, L. **Posições 1**. Graal. 1978.

ALTHUSSER, L. Respostas de L. Althusser. In: ALTHUSSER, L. et al. Polémica sobre o humanismo. Lisboa: Presença, 1967.p. 188-222.

ALTHUSSER, L. A querela do humanismo. **Crítica marxista**, São Paulo, n. 9, p. 9-51, 1999

ALTHUSSER, L. Apresentação de Louis Althusser. In: Harnecker, M. **Os conceitos elementais do materialismo histórico**. s. e. 1973

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, Vozes. 1999a.

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**. Londrina: Práxis, 1999.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

AYERBE, LUIS Fernando. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. São Paulo: UNESP, 2002.

BAER, M. O plano Brady. **Novos Estudos** nº 24 Julho De 1989. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/58/20080623_o_plano_brady.pdf

BANCO CENTRAL. Indicadores econômicos consolidados. **Indicadores Econômicos de 16 de outubro de 2013. Brasília: BC, 2013. Disponível em:** http://www.bcb.gov.br/?INDECO

BARBOSA, F. H. A cruzada do presidente Collor. FARO, C. et al. **A economia pós-Plano Collor.** Rio de Janeiro: LTC, 1991. p. 90-97.

BATISTA JR., P. N. O círculo de giz da "globalização". **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, n. 49, 1997, p. 84-97.

BENJAMIN, W. O **Anjo da História**. Belo Horizonte: **Autêntica** Editora, 2010.

BELLUZZO, L. G. M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados 'globalizados. **Economia e Sociedade**, Campinas, 4, jun. 1995.

BENOIT, H. A crise hoje no Brasil: o fim de um ciclo histórico da dominação burguesa. **Revista Mais-Valia**, 2007, n. 1.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. (orgs.) **Dicionário de Política**. Brasília, UnB, 1986.

BOITO JR, A. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/df/espinosanos/ARTIGOS/numero%2025/cadernos%2025.pdf

BOITO JR., A. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Rev. Sociol. Polit**., Jun 2007, no.28, p.57-73. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a05n28.pdf

BOITO JR., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo : Xamã, 1999.

BORGES, A. A regressão do trabalho na "era FHC". **Revista Espaço Acadêmico**, Ano II, n. 16, setembro/2002. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/016/16col_borges.htm

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand/Difel, 1989.

BOURDIEU, P. The essence of neoliberalism. **Le monde diplomatique** – English edition. dez., 1998. Disponível em: http://mondediplo.com/1998/12/08bourdieu

BRANDÃO, R. V. M. **Ajuste neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)**. Rio de Janeiro: UFF. (tese). Disponível em: http://www.repositorio.uff.br/jspui/bitstream/1/226/1/Brandao,%20Rafael-Tese-2013.pdf

BRASIL. Presidente (1992-1994 : Itamar) **Seleção de discursos** / Presidente Itamar Franco. - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/491-Discursos_Selecinados_-_Itamar_Franco.pdf

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Os tempos heroicos de Collor e Zélia**. São Paulo: Nobel, 1991.

BRESSER-PEREIRA, L. C., NAKANO, Y. Hiperinflação e estabilização no Brasil o primeiro Plano Collor. **Revista de Economia Política**, v. 11. n. 4 (44), out.-dez., 1991. p. 89-114.

BRITO, E. H. G., MENDES, A. **Os impasses da política econômica brasileira nos anos 90.** s.e, s.d. Disponível em: http://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_04/garcia.htm

BRUNO, V. Número de inadimplentes cresce 4,43% em julho. **SPC Brasil**. 12/08/2014. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/indices/74-numerodeinadimplentescresce443emjulhorevelaspcbrasil. Acessado em 12/08/2014.

CAMARGO, P. O. **A evolução recente do setor bancário no Brasil** São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.

CAPUTO, Ana Cláudia and MELO, Hildete Pereira de. **A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC.** *Estud. Econ.* [online]. 2009, vol.39, n.3, pp. 513-538. ISSN 0101-4161. http://www.scielo.br/pdf/ee/v39n3/v39n3a03.pdf

CARDOSO, H. H. P. **História Empresarial no Projeto ThyssenKrupp Bilsten 40 anos**. Uberlândia: UFU, 2010 (inédito).

CARDOSO, H. H. P. Tempos, Espaços E Subjetividades: Lidando Com Narrativas Orais De Trabalhadores Da Thyssenkrupp.. In: **VII Simpósio Nacional Estado e Poder**, 2012,

Uberlândia. VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. Uberlândia: UFU, 2012. v. 1. p. 1-7. Disponível em: http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/034.pdf

CARDOSO, R. C. Política econômica, reformas institucionais e crescimento: a experiência brasileira (1945-2010). In: FEREIRA, P. et al. **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 165-209.

CARLEIAL, Liana M. F. Subdesenvolvimento globalizado: A resultante das escolhas da política econômica brasileira dos anos noventa. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n.106, p. 7-28, jan./jul. 2004.

CHANG, L. T. **As garotas da fábrica**. Da aldeia à cidade, numa china em transformação. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

CHESNAIS, F. **Mundialização:** o capital financeiro no comando. Revista Outubro, 2001, n. 5. p. 7-28.

CNTM. **3.600 metalúrgicos de SP aceitam reduzir salário**. 30/01/2009. Disponível em: http://www.cntm.org.br/portal/materia.asp?id_con=1856. Acessado em 21/04/2011.

COLLOR DE MELLO, F. **Relato para a história**. Editora 247, 2013.

COLLOR, F. **Discurso na solenidade de incentivo aos taxistas.** Dia 13 de Agosto de 1992. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BtaRDYuYEZU

COSTA, L. A. R. et all. O movimento recente das greves. **Le Monde Diplomatique**. 02 de Julho de 2013. Disponível em: http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1453

COSTA, V. M. F. A Dinâmica Institucional Da Reforma Do Estado: Um Balanço Do Período FHC. In: ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. (org.). **O Estado Numa Era de Reformas**: Os Anos FHC - Parte 2. MP, SEGES, 2002. Disponível em: http://www.cedec.org.br/files_pdf/oestadonumaeradereformasosanosfhcparte2.pdf

COUTINHO, L. Prefácio. **Ensaios sobre economia financeira** / organizadores Francisco Marcelo Rocha Ferreira, Beatriz Barbosa Meirelles. – Rio de Janeiro : BNDES, 2009.

CRUZ, H. F., PEIXOTO, M. R., KHOURY, Y. A. Introdução. In: MACIEL, L. A., ALMEIDA, P. R., KHOURY, Y. A. (org.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho Dágua, 2006.

CYSNE, R. P. Nove pontos sobre o Plano Collor II. FARO, C. et al. **A economia pós-Plano Collor**. Rio de Janeiro: LTC, 1991. p. 186-193.

DEJOURS, C. **A Banalização da injustiça social** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DELGADO, G. C. **Pacto de poder com os donos da terra. 02/07/2013. Disponível em:** http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1460

DRUCK, G. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. In: **OSAL** (Observatório Social da América Latina), ano VI, n. 19. Clacso, Buenos Aires, Julho de 2006. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf. Acessado em 11/032014.

ÉBOLI, E. Ruralistas se negam a homenagear Chico Mendes. **O Globo**. 15/10/2013. Disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/ruralistas-se-negam-homenagear-chico-mendes-na-camara-10366111#ixzz2iIpE6U1q

ENGELS, F. Carta a Schmidt em 27 de outubro de 1890. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. V. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d 3. p. 286-292.

ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. V. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d 3. p. 169-207.

ESTADO DE S. PAULO. **Impeachment de Collor**. 29/9/1992. Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,impeachment-de-collor,887,0.htm

FERRERAS, N. O. **Culturalismo e Experiência**: leitura dos debates em torno da obra de E.P. Thompson. Diálogos (Maringá), Maringá, v. 3, n.3, p. 309-322, 1999.

FIESP. **Raio-X das relações bilaterais Brasil-China**. São Paulo: DEREX-FIESP-CIESP, Set. 2013. Disponível em: http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/panorama-brasil-china/

FILGUEIRAS, F., PINTO, E. C., SILVA, F. S. O mercado de trabalho e a instabilidade econômica brasileira. **SEI**, n. 100, p. 34-41, 2002.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires.2006. Disponible en: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf

FIORI, J. L. **Brasil e América do Sul**: o desafio da inserção internacional soberana / José Luís Fiori. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 42). Disponível em: http://www.cepal.org/publicaciones/xml/2/43452/CEPAL_42.pdf. Acessado em 10/10/2013.

FIORI, J. L. **Os Moedeiros Falsos.** Petrópolis: Vozes, 1997.

FIORI, J.L.; TAVARES, M.C. **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Vozes: Petrópolis, 1997.

FMI. F&D. Março, 2011. Disponível em: http://www.imf.org/external/lang/portuguese/pubs/ft/fandd/2011/03/pdf/fd0311p.pdf

FMI. **Los mercados emergentes necesitan una 'segunda generación' de reformas.** Boletim do FMI. Outubro, 2013. Disponível em: http://www.imf.org/external/Spanish/pubs/ft/survey/so/2013/POL101013AS.htm

FOLHA DE S. PAULO. **Aos Berros, Collor Pede Que O Brasil Use Verde-Amarelo**. 14 de Agosto de 1992. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_14ago1992.htm

FORRESTER, V. **Uma estranha ditadura**. São Paulo: Unesp, 2001.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIANNOTTI, V. **Força sindical**: a central neoliberal de Medeiros a Paulinho. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

GIANNOTTI, V. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GINZBURG, C. Memória e Globalização. **Revista Esboços**. V. 16, n. 21, 2009. p. 9-12.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia da história**. UNB: Brasília, 2005.

HESSEN, B. As raízes sócio-econômicas dos Principia de Newton. Gama, R. (org.). **Ciência e Técnica**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992. p. 30-89.

HIRST, P. e THOMPSON, G. **Globalização em questão**. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 199.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: BENJAMIN, W. et al. **Textos Escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 125-162.

HUMAN RIGHTS WATCH. Hate on the streets. New York: HRW, 2012. Disponível em: http://www.hrwnews.org/distribute/hrw_greece_migrants.pdf. Acessado em: 22/07/2012.

HUMPHREY, John. A gestão de mão-de-obra e os sistemas de produção no Terceiro Mundo. **Estud. av.**, São Paulo , v. 8, n. 21, p. 119-146, Aug. 1994. Disponível em: . <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em on 28/01/2014.

IANNI, O. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Estudos Avançados**. 1994, vol.8, n.21, p. 147-163.

IBGE. Despesa de consumo das famílias – variação em volume – taxa trimestral. **Período:** 1996.1-2013.2 Séries Históricas e Estatísticas. Rio de Janeiro: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais, 2013a. Disponível em: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=2&vcodigo=ST25&t=despesa-consumo-familias-brvariacao-volume-brtaxa

KONDRATIEV, N. The Long Waves in Economic Life Author(s): N. D. Kondratieff and W. F. Stolper Source: **The Review of Economics and Statistics**, Vol. 17, No. 6 (Nov., 1935), pp. 105-115 Published by: The MIT Press Stable URL: http://www.jstor.org/stable/1928486

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUNRATH, R. J. **CDES**: O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil. Porto Alegre, 2005, 156 p. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/ UFRGS).

LACERDA, Antônio C. Inserção externa dos países em desenvolvimento: Uma análise dos fluxos de investimentos diretos estrangeiros e exportações, **Revista de Economia Contemporânea**, n. 8, p. 263-282, Rio de Janeiro, jul/dez. 2004.

LEFEBVRE, H. GUTERMAN, N. Introdução. In: LÊNIN, W. I. Cadernos **sobre a dialética de Hegel**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. p. 7-92.

LEFEBVRE, H. **Metafilosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LENIN, V. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LENIN, V. **Obras escogidas**. V. III. Moscou: Progresso, 1961.

LENIN, V. **Obras escogidas**. V. III. Moscou: Progresso, 1961.

LENIN, V. **Obras escolhidas.** V 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LÊNIN, W. I. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

LOUREIRO, I. M., MUSSE, R. (org.) **Capítulos do marxismo ocidental**. São Paulo: Edunesp, 1998.

LUCENA, C. **Tempos de destruição**. Educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Campinas/Uberlândia: Autores Associados/Edufu, 2004.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUNA, D. Financiamentos do BNDES para setor de petróleo vão crescer 48% em quatro anos. **Folha de S. Paulo**. 05/09/2013. Disponível em: **http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/09/1347525-financiamentos-do-bndes-para-setor-de-petroleo-vao-crescer-48-em-quatro-anos.shtml**

LUXEMBURGO, R. **Reforma, revisionismo e oportunismo**. Rio de Janeiro/Lisboa: Civilização Brasileira/Centro do Livro Brasileiro, 1975.

MANTEGA. G. Perspectiva da economia brasileira. São Paulo: **Fórum Nacional da Indústria**, 2013. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2013/Apresentacao_do_ministro_Guido_Mantega_Forum_Nacional_da_Industria_16082013.pdf

MARINI, R M.. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARINI, R. M. **Memorial.** Mimeo, 1990.

MARINI, R. M.. As razões do neodesenvolvimentismo: resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra. In. SADER, Emir (org.). **Dialética da Dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000: 167-241.

MARINI, R. M.. Dialética da dependência. In. SADER, Emir (org.). **Dialética da Dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000: 105-165.

MARINI, R. M.. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In. SADER, Emir (org.). **Dialética da Dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000: 11-104.

MARTINS, H.; RODRIGUES, I. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 155-182, out. 1999. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v112/o_sindicalismo.pdf

MARTUSCELLI, D. E. **A crise do Governo Collor e a tática do PT**. Campinas: Unicamp, 2005. (mestrado).

MARTUSCELLI, D. E. **Crises Políticas E Capitalismo Neoliberal No Brasil**. Campinas: Unicamp, 2013. (doutorado).

MARTUSCELLI, D. E. Ruptura sem precedentes, pluralismo irrestrito e democratismo: as três faces ideológicas da identidade petista. **Lutas & Resistências**, Londrina, n.3, v.2, p. 22-35, 2º sem. 2007. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/sumariorevista3.html

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Grundrisse**. Londres: Penguin, 1973.

MARX, K. **Grundrisse.** Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo (versão digital).

MARX, K. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital. Capítulo Inédito**. São Paulo: Moraes, 1985.

MARX, K. **O Capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX. K. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. V. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d 2.

MATTEI, L.; WRIGHT, S.; CASTELLO BRANCO, T. Colocando a fome na agenda pública brasileira. A ação do Estado, do Banco Mundial e das Organizações Não Governamentais. **Caderno de Pesquisa**, n. 7, mai./1997. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/colocando_a_fome_na_agenda_publica.pdf

MAURO, F. **O Desemprego, A Europa E O Kondratieff**. Textos de História. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB., Vol. 3, No 1 (1995), P. 145-148

MELLO, F. C. **O Projeto de Reconstrução Nacional**. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-collor/discurso-de-posse/posse-collor.pdf/view

MENDONÇA, S. R. **Estado e Economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MÉSZÁROS, I. A obra de **Sartre**: busca da liberdade e desafio da história. São Paulo: Boitempo, 2012.

MONITOR DIGITAL. **ThyssenKrupp faz acordo para demitir até 2 mil**. 08/05/2009. Disponível em: http://www.monitormercantil.com.br/index.php?pagina=Noticias&Noticia=61247

MORAES, R. C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.23, n.80, p.13-24, 2002.

MORAGA, H. G. **O Estado nas sociedades dependentes**: o caso da América Latina. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MORAIS, S. P. **Rede De Trabalhadores E Marco Internacional**: relato sobre a Thyssenkrupp (2011). Uberlândia, 2012. (mimeo.).

MTE-CGIg. Resumos Gerais atualizados até 31/03/2012. Brasília: **Ministério do Trabalho e Emprego**, 2012. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A280000137E1D21F3E192F/1%20-%20Resumos%20Gerais%20%E2%80%93%20Rela%C3%A7%C3%A3o%20das%20autoriza%C3%A7%C3%B5es%20de%20trabalhos%20concedidas%20at%C3%A9%202012.pdf. Acessado em 15/07/2012.

NORONHA, E. G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007 **Lua Nova** n.76, 2009, p. 119-168. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a05

Novelli, J. M. N. A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995-2006). **Rev. Sociol. Polit**., Jun 2010, vol.18, no.36, p.227-240. http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/14.pdf.

OLIVA, E. C. A privatização de empresas siderúrgicas brasileiras: reflexos na gestão de recursos humanos. **Revista de administração contemporânea**. 2002, vol.6, n.1 [cited 2015-06-06], p. 141-161. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552002000100009&lng=en&nrm=iso>. MOREIRA, E. M. Os bancos e o plano Collor. Indicadores Econômicos **FEE.**, v. 18, n. 3, 1990, p. 160-171. Disponível em: http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/issue/view/22

OLIVEIRA, R. **Subsídios do Tesouro a BNDES e PSI chegam a R$ 12,7 bi em 2012**. 2013, s/p Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=887634.

ORWELL, G. **Literatura e política**. Jornalismo em tempos de guerra. Rio de Janeiro: JZE, 2006.

PACHECO FILHO, Emprego e Salário, Saldos do Governo Collor. Indicadores Econômicos **FEE**., v. 20, n. 4, 1993, p. 160-171. Disponível em: http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/709/957.

PARLAMENTO EUROPEU. **Parlamento Europeu aprova a directiva do retorno**. Estrasburgo: Parlamento Europeu, 18 de junho de 2008. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+IM-PRESS+20080616IPR31785+0+DOC+XML+V0//PT. Acessado em: 22/10/2011.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estud. av.**, São Paulo , v. 20, n. 57, p. 7-24, Aug. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 01 July 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000200002.

PAULANI, L. **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

PEDRÃO, F. **As raízes do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Hucitec/UFBA, 1994.

PETERS, M. A.; KESSL, F. Space, Time, History: the reassertion of space in social theory. **Policy Futures in Education**, v.7, n. 1, 2000, p. 20-30. Disponível em: http://www.wwwords.co.uk/pdf/validate.asp?j=pfie&vol=7&issue=1&year=2009&article=3_Peters_PFIE_7_1_web

PLANO REAL

POCHMANN, M. Ciclos do valor do salário mínimo e seus efeitos redistributivos no Brasil. Campinas: **Centro De Estudos Sindicais E De Economia Do Trabalho** – CESIT/Unicamp, 2005. Disponível em:

POPPER, K.. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974b. v. 2.

POPPER, K.. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974a. v. 1.

PORTELLI, A. **Acciai speciali**. Terni, la Thyssenkrupp, la globalizzazione. Roma: Donzelli, 2008.

PORTER, M. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro : Campus, 1993

PRZEWORSKI, A. A falácia neoliberal. **Lua Nova** – Nº 28/29. 1993

QUADROS, W. Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1 (20), p. 109-135, jan./jun. 2003.

RANGEL, I. **Obras reunidas de Ignácio Rangel**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a

RANGEL, I. **Obras reunidas de Ignácio Rangel**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b

RÉBÉRIOUX, M. Lugares da memória operária. In: SÃO PAULO. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, 1991. p. 47-56.

REGO, J. M. et al. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

ROBERTS, A. Geometria variável. **Cadernos Adenauer**, v. 9, n. 3, 2008, p. 11-19.

SADER, E. América latina y la economia global em diálogo com dialéctica de la dependência de Ruy Mauro Marini. **Nueva Sociedade**, n. 238, mar-abr. de 2012, p. 54-59.

SAES, D .Marxismo e história. **Crítica Marxista**, n. 1, São Paulo, Editora Brasiliense, 1993.

SAES, D. O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira. In : MORAES, J. Q. (org.). **História do marxismo no Brasil**. V. III. Campinas : Unicamp, 1998.

SAES, D. **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTOS, M. **O país distorcido**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

Sarquis, J. B. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SARTRE, J. **Sartre no Brasil**. A conferência de Araraquara. São Paulo: Edunesp, 2005.

SARTRE, J. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SAVAGE, M. Espaço, redes e formação de classe. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 3, n. 5, jan.-jun. de 2001, p. 6-33.

SCHNEIDER, B. R. A privatização no governo Collor : triunfo do liberalismo ou colapso do estado desenvolvimentista? **Revista de Economia Política.**vol. 12.1992, 1, p. 5-18.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE CAMAÇARI. VITÓRIA DOS TRABALHADORES NA THYSSENKRUPP CAMAÇARI – BAHIA. 2011. Disponível em: http://metalurgicosdecamacari.blogspot.com.br/2011/07/trabalhadores-da-operacao-da_370.html

SINTRACON-SP. Salários da construção civil foram os mais valorizados nos últimos 4 anos. São Paulo: **SINTRACON-SP**, s.p, 09/06/2014. Disponível em: http://www.sintraconsp.org.br/NoticiasZoom.asp?RecId=4859&RowId=fb120000

SMITH, A. **A Riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.I e II.

SZMRECSÁNYI, T. ; MOREIRA, E.P. O Desenvolvimento da agroindústria canavieira no Brasil desde a segunda guerra mundial. **Estudos Avançados** v.11, n.5, p.57-79,1991.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte americana. **Revista de Economia Política**. v. 5, n. 2, 1985. p. 5-15.

TAVARES, M. C. **Um bom começo**. Disponível em: http://www.resenha.com.br/temas/alternativas/991029mctav.htm

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Textos para discussões. IE-UFRJ**, 06, 2012. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2012/IE_Teixeira_Pinto_2012_TD006.pdf

THOMAS, P. D. **The Gramscian moment** : philosophy, hegemony, and Marxism. Boston: Koninklijke Brill, 2009.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. V. 1 . São Paulo: Paz e Terra, 2004.

.THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

THOMPSON, E; P. **A miséria da teoria ou uma planetário de erros** (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TOMLINSON, John, 2003, "Globalization and cultural identity", in D. Held and A. McGrew, **The Global Transformations Reader**. Oxford, Polity Press, 269-277. http://www.polity.co.uk/book.asp?ref=9780745631356

TONI, M. Plano Collor e Trabalhadores: Um Cenário de Cores Incertas. Revista FEE. Disponível em: http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/download/296/512.

TROTSKY, L. **O programa de transição**. São Paulo: Iskras, 2008

TUGAN -BARANOWSKY , M. **Los fundamentos teóricos del marxismo**. Madri: Reus Editores, 1916.

VALENCIA, A. S. Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial. SADER, E., SANTOS, T. (org.). **A América Latina e os desafios da Globalização**. Ensaios em Homenagem a Ruy Mauro Marini. São Paulo: PUC/Boitempo, 2009. p. 111-134.

VASCONCELOS FILHO, J. M. **O direito à moradia e o discurso de implantação de políticas públicas habitacionais na perspectiva de construção de cidades saudáveis e democráticas**: reflexões sobre Araguaína-TO. Uberlândia: PPG-UFU, 2013 (tese de doutorado).

VILLAVERDE, J. Queda na balança comercial pode ser a maior em 18 anos. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo: O Estado de S. Paulo. 25/09/2013, s/p. Disponível em: http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,queda-na-balanca-comercial-pode-ser-a-maior-em-18-anos,165560,0.htm

WALKER, A. Theory, History, and Methodological Positivism in the Anderson–Thompson Debate. **Formations.** Vol.1 No.1 2010. Disponível em: http://ojs.gc.cuny.edu/index.php/formations/article/download/676/863

WILLIAMS, R**. Culture and materialism**. Londres/Nova Iorque: New Left Books, 2005.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003

Žižek, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente** São Paulo : Boitempo, 2012. (edição digital AED).

SITES CONSULTADOS

http://biblioteca.clacso.edu.ar/

http://www.planalto.gov.br/

http://www.folha.uol.com.br/

http://www.museudapessoa.net/pt/home

http://www.estadao.com.br/

ENTREVISTAS

Carlos Juvêncio Alves – Dedinho. Entrevista gravada em 21/03/2011, em Contagem, por Sérgio Paulo Morais e Tulio Barbosa;

Júlio César Martins e Danilo Almeida. Entrevista gravada em 2011, na cidade de Santa Luzia/MG, por Paulo Roberto de Almeida e Sérgio Paulo Morais.

Realizadas pelo Museu da Pessoa em 2007: Claudio Martins, Sebastião Romualdo, Cícero Vieira, Pedro Donizetti, Euclides Montevecchi e Alexandre Bamberg.



A causa da superstição é o medo.

Baruch Spinoza (1632-1677).